

SANDRA REGINA BARBOSA DA SILVA

“OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER”: histórias da luta armada em
Salvador (1969-1971)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

SALVADOR-BAHIA
2003



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

SANDRA REGINA BARBOSA DA SILVA

**“OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER”: histórias da luta armada em
Salvador (1969-1971)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em História
Social ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal da Bahia.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves
Ferreira

Salvador/BA, 08/10/2003

Muniz Gonçalves Ferreira - Doutor
Programa de Pós-Graduação em História
FCH/UFBA
Orientador

Antônio da Silva Câmara - Doutor
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FFCH/UFBA

Maria Victória Gonzalez Espiñeira - Doutora
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FFCH/UFBA

DEDICATÓRIA

**Para toda a geração que sonhou por um mundo melhor nos sombrios anos
de chumbo.**

“Não há ninguém na Terra que consiga descrever a dor de quem viu um ente querido desaparecer atrás das grades da cadeia, sem mesmo poder adivinhar o que lhe aconteceu. O ‘desaparecido’ transforma-se numa sombra que ao escurecer-se vai encobrindo a última luminosidade da existência terrena.”

(Dom Paulo Evaristo Arns)

**In memoriam, a Sergio Landulfo Furtado, um dos desaparecidos políticos
da Bahia.**

Pelo amor e exemplo de caráter, pelo apoio estendido em todos os momentos difíceis dessa jornada, a meus pais, Marinalva e Edvaldo, dedico este trabalho, com amor.

A Renan pelo amor, carinho, dedicação, cumplicidade e companheirismo em todas as horas, com quem partilho este trabalho, também com muito amor.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de veementemente ressaltar a competente e paciente ajuda que tive de meu orientador, o Prof. Muniz Gonçalves Ferreira, que ao longo desses anos, tudo fez para que o estudo desse período tão difícil e, ao mesmo tempo, tão instigante, fosse realizado: gentilmente emprestou livros, cedeu documentos, coerentemente, fez inúmeras sugestões e críticas, acompanhou desde os primeiros passos este trabalho, ainda como meu professor de graduação e orientador de Iniciação Científica, no ano de 1998. Tenho em alta conta os seus conselhos, embora, é claro, qualquer possível erro seja de minha inteira responsabilidade. Tudo isso resultou na construção de uma preciosa amizade e parceria profissional.

O ato de agradecer pode, às vezes, tornar-se injusto por um possível esquecimento e omissão de pessoas imprescindíveis na execução do trabalho. Mesmo assim, não posso deixar de citar os nomes de alguns amigos que, por diferentes motivos fizeram parte da elaboração desta pesquisa.

Agradeço, portanto, aos meus pais, Edvaldo e Marinalva, a meu avô Nicácio (in memoriam), os irmãos Valter, Paulo, Solange, Kleber e Sampa, por terem ouvido minhas queixas e preocupações, pelas ajudas nos momentos de aperto e por compreender as minhas ausências em nossa casa em Santo Amaro. A meu companheiro Renan que vivenciou e apoiou de muito perto esta minha caminhada profissional. A meus padrinhos Osvaldo (in memoriam) e Valquiria e a meus tios Orlando, Rosa Maria e Nivalda pelo apoio decisivo durante a preparação para o ingresso na Universidade.

Agradeço pelos carinhosos apoios e incentivos (emocionais e da vida prática diária) das amigas Cris Luz, Paula Mara, Rosana Tosta, Solange Santana e Virlene Cardoso, pessoas com as quais repartí os momentos de preocupação, ansiedade, mas, também de descontração.

O meu muito obrigado a Soraia Ariane Ferreira pela sua valiosa amizade e atenção na secretaria do mestrado de História, que me estimulou com palavras de apoio e disponibilizou sempre o seu tempo e ombro amigo.

Agradeço aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, em especial a Marina da Silva Santos da biblioteca do Mestrado; a competente bibliotecária Ceres, do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). A todos os professores e colegas do Mestrado em História, sempre muito amigos e prestativos.

Agradeço a Franklin Oliveira Jr, Mauricio Brito e Andréa Santos, pelos livros emprestados e importantes sugestões. A Daniela Valverde e Anne Ferrari que muito responsabilmente auxiliaram-me no difícil trabalho de transcrição de fitas.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth na UNICAMP, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro e da Biblioteca Central do Estado da Bahia, pela presteza e solicitude de seus serviços, bem como a CAPES, pela concessão de bolsa que contribuiu com parte dos custos da pesquisa. Agradeço também a Alfredo do Instituto Mario Alves, em São Paulo, pela gentileza em disponibilizar alguns números da revista Brasil Revolucionário e o “Diário de Carlos Lamarca.” A Silvana Curi da biblioteca da Universidade Estadual Paulista, em Franca, pelo envio de dissertações.

Quero ainda externar toda a minha gratidão a meus familiares, a minha prima Lucila, uma das primeiras pessoas que me acolheram quando cheguei de Santo Amaro, a quem tenho um profundo respeito e admiração, aos que moram em São Bernardo do Campo, a meu tio Valter Souza, (in memoriam), minha tia Edinha, e primos Marilda, Liliane, Iderval, Valtinho, Gina, Carol e Gui, pela generosidade, hospitalidade e paciência, dispensando os seus momentos de descanso para facilitar a minha permanência na fria e tumultuada cidade de São Paulo, durante as pesquisas nos arquivos.

A todos os meus amigos e familiares que direta e indiretamente estiveram envolvidos nesta etapa de vida.

Por fim, um agradecimento especial a todos aqueles ex-militantes que cederam seus depoimentos para a construção desta dissertação, que sempre se mostraram dispostos a contribuir, inclusive, pelos contatos que encaminharam, pessoas, cujos nomes aparecem ao longo do texto e que permitiram a revelação de uma parte de suas vidas em favor da História. A todos aqueles que, apesar de não estarem aqui mencionados, me apoiaram.

"Numa revolução se triunfa ou se morre (se ela é verdadeira)".
Che Guevara

“OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER”: histórias da luta armada em
Salvador (1969-1971)

RESUMO

Este trabalho consiste em recuperar aspectos da história da luta armada em Salvador durante os anos de 1969 a 1971, a partir do estudo das organizações de esquerda armada urbana: Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Procuramos investigar a formação, estrutura e o funcionamento dessas organizações e observamos que a Bahia não teria sido **apenas** área de recuo no que se refere à resistência ao regime militar brasileiro, por isso privilegiamos também o estudo das atividades desenvolvidas pelas organizações, a dinâmica da vida na clandestinidade, dentre outras questões. Buscamos preferencialmente, fontes como os depoimentos orais de ex-militantes, processos do Fundo Brasil Nunca Mais e jornais locais para apresentarmos **como aconteceu a resistência da esquerda armada na Bahia.**

Palavras-chave: Ditadura, Luta Armada, Guerrilha Urbana, Esquerda.

Autor: Sandra Regina Barbosa da Silva

Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

**“TO DARE TO FIGHT, DARE TO WIN”: histories of the armed struggle
in Salvador (1969-1971)**

ABSTRACT

This study deals with the armed struggle waged by some left wing organizations in the city of Salvador during the years, 1969-1971. Its starting point is the activity of three urban guerrillas groups: the Revolutionary Movement October 8th (MR-8), the Revolutionary Brazilian Communist Party (PCBR) and the Revolutionary Armed Vanguard – Palmares (VAR-Palmares). Through the examination of the origins, political structures and the activity of these organizations in the capital of the State of Bahia, I tried to assert that Salvador was not **only** an rear guard area for the guerrilla warfare against the Brazilian military dictatorship. Moreover, I dedicated myself to the analysis of the clandestine day by day life of the militants of those organisations. Having researched fundamentally in such sources as former militants oral declarations, documents from Brasil Nunca Mais Archives and the press, I intended to answer the question about how did the armed struggle happen in Bahia.

Keywords: Dictatorship, armed struggle, urban guerrilla, left wing

Author: SANDRA REGINA BARBOSA DA
SILVA

Adviser: PROF. DR. MUNIZ GONÇALVES
FERREIRA

LISTA DE TABELAS

MILITANTES POR OCUPAÇÃO.....	129
MILITANTES POR COR DA PELE	128
MILITANTES POR FAIXA ETÁRIA	128
MILITANTES POR SEXO.....	134
TOTAL DE MILITANTES POR SEXO	177
TOTAL DE MILITANTES POR SEXO E OCUPAÇÃO	177
TOTAL DE MILITANTES POR SEXO E COR DA PELE.....	177
TOTAL DE MILITANTES POR SEXO E FAIXA ETÁRIA.....	177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abreviaturas

AMORJ – Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro

BNM – Projeto Brasil: Nunca Mais

Siglas

ALN – Ação Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

COLINA – Comando de Libertação Nacional

CORRENTE – Corrente Revolucionária de Minas Gerais

DI-GB – Dissidência do PCB da Guanabara

DI-RJ – Dissidência do Rio de Janeiro

DISP – Dissidência do PCB de São Paulo

DVP – Dissidência da VAR-Palmares

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MOLIPO – Movimento de Libertação Popular

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

POC – Partido Operário Comunista

POLOP – Organização Política Marxista – Política Operária

VAR – Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

Resumo	vii
Abstract	viii
Introdução	11
Capítulo 1	
DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À INSERÇÃO NA LUTA ARMADA	31
1.1 Salvador e a década de 1960	31
1.2 Os estudantes na vida política do país.....	35
1.3 Colégio “Central”: O epicentro do movimento estudantil em Salvador	39
1.4 As manifestações dos estudantes baianos (1967-1968).....	45
1.5 O Refluxo das manifestações estudantis	53
Capítulo 2	
FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS EM SALVADOR.....	59
2.1 O Surgimento das organizações armadas.....	64
2.2 Dissidência Comunista da Bahia e a VAR-Palmares	67
2.3 Formação do PCBR na Bahia.....	69
2.4 A Dissidência Comunista da Bahia e a integração DI-GB/MR-8	70
2.5 Política de organização.....	74
2.5.1 Estrutura e funcionamento da VAR-Palmares, MR-8 e PCBR na Bahia.....	74
2.5.2 Estrutura interna das organizações armadas.....	76
2.5.3 Estruturas das organizações armadas baianas	78
2.5.4 A Logística das organizações	86
Capítulo 3	
AS ATIVIDADES DAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS.....	92
3.1 Reuniões.....	96
3.2 Recrutamento e treinamento de militantes	97
3.3 Ações práticas	100
3.4 Trabalhos de “Agitação e Propaganda”	107
3.5 Campanha do “VOTO NULO”	114
3.6 A Interação entre as três organizações armadas na Bahia	116
3.7 A Vida na clandestinidade.....	119
3.8 Composição social.....	124
Capítulo 4	
DESESTRUTURAÇÃO DA RESISTÊNCIA ARMADA NA BAHIA	137
4.1 O Princípio do fim: o declínio das organizações armadas na Bahia	142
4.1.1 DI/VAR-PALMARES	143
4.1.2 PCBR.....	144
4.1.3 MR-8.....	149
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
APÊNDICE.....	177
ANEXO	179

INTRODUÇÃO

Um aspecto pouco conhecido na Bahia, entre os anos de 1969 e 1971, foi a existência de uma oposição empreendida pelas organizações de esquerda armada urbana contra o regime político instalado no país, na seqüência do golpe militar de 1964. A escassez de estudos relativos à ditadura, bem como a visível inexistência de trabalhos sobre a resistência da esquerda armada foram, sem dúvida, os maiores obstáculos encontrados na realização deste trabalho, e também seu maior estímulo.

Baianos como Carlos Marighella, Mário Alves e Jacob Gorender tiveram uma nítida posição de enfrentamento com o regime militar no âmbito nacional, todos eles dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que optaram por uma radicalização da oposição política, através da luta armada de inspiração “foquista”. (FERREIRA, 1999). Essa luta se divide em três etapas principais no devir da atividade guerrilheira, inspiradas no exemplo da Revolução Cubana, sobretudo nos livros **La guerra de guerrillas** de 1960 de Ernesto “Che” Guevara, chefe de uma das colunas vitoriosas que tomaram o poder em Cuba em 1959, e **Revolução na revolução** de 1967, escrito pelo intelectual francês Régis Debray.

O livro de Guevara (1960), segundo Aronde (1968), constitui um manual prático das ações de guerrilha, onde ele enfoca as técnicas de sobrevivência da luta guerrilheira e defende a possibilidade de exportar o modelo da revolução cubana para os demais países da América Latina. É possível detectar que, apesar da existência da vanguarda, esta somente sai vitoriosa

com a participação popular, ou seja, a revolução é parte de um movimento heterogêneo e o governo a ser combatido não poderá ter qualquer tipo de legitimidade democrática. Nesse livro, Guevara ainda reafirmaria o caráter obsoleto do potencial progressista das burguesias nativas cubanas, assim como a possibilidade dessas fazerem avançar a revolução através da luta pela democratização dos sistemas políticos. O núcleo estratégico de revolução proposto por Guevara é a formação de um grupo armado, estabelecido no campo que, junto com a população camponesa, desencadearia um processo de lutas, o qual deveria culminar na transformação da coluna guerrilheira em Exército Libertador. Nesta perspectiva, as grandes cidades seriam um terreno pouco propício à luta armada.

Para Aronde (1968), o livro **Revolução na revolução** é na verdade também um manual de propaganda, que apresenta a experiência da Revolução Cubana e propõe o seu modelo como uma alternativa de luta revolucionária para toda a América Latina. Para esse autor, Debray supervaloriza o militarismo, a ação revolucionária de um grupo de soldados bem preparados e organizados por uma vanguarda de intelectuais e estudantes, ficando a participação das massas para o momento posterior da luta. Debray se afasta da tese maoísta, segundo a qual “a política dirige o fuzil” e deixa de lado a teoria do partido revolucionário e a estratégia da insurreição operária defendida por Lênin. Não obstante a direção política do *Movimento 26 de Julho* na revolução cubana tenha sido essencial para a luta na cidade, o partido, para a teoria foquista de Debray, é secundário, nascerá no decorrer da luta, surgindo daí uma dissociação entre teoria e prática. (ARONDE, 1968). Debray, como Guevara, enfatiza o campo como centro da luta e apresenta a cidade como o “cemitério dos revolucionários”. (DEBRAY, 1967)

Cuba exportou seu modelo de revolução para os países da América Latina, e, embora Régis Debray (1967) afirme que cada continente tem suas particularidades e que, portanto, não se deve importar modelos de revolução seja soviético ou chinês, o próprio livro corrobora a idéia de exportar o modelo cubano para a América Latina, à revelia das peculiaridades do continente, sejam elas culturais ou geográficas. Não aparece, na obra de Debray (1967), uma análise da realidade sócio-econômica da América Latina.

Entretanto, o que importa destacar neste trabalho é que essas duas obras foram uma das principais referências teóricas da maioria das organizações da resistência armada ao regime militar brasileiro. Não se pretende aqui proceder a uma análise do pensamento de Guevara e Debray, tampouco à complexa abordagem que se desenvolveu no interior da esquerda brasileira de então, muito menos discutir os projetos políticos das organizações armadas que pesquisamos, sobretudo porque não tivemos acesso a nenhum documento de circulação interna ou, qualquer periódico produzido pelas organizações armadas na Bahia. Sobre a existência

desse, apenas possuímos evidências a partir dos interrogatórios contidos nos processos e nos depoimentos.

O “foquismo” pode ser caracterizado, de forma sucinta, pela existência de três fases principais: a primeira é a de preparação da propaganda armada e instalação do grupo guerrilheiro - ou “foco militar” -, isolado, inicialmente, numa área rural de difícil acesso para a repressão, mesmo quando as condições para o êxito de uma revolução ainda não existam, já que as atividades guerrilheiras facilitariam a criação de tais condições (mobilidade, flexibilidade e surpresa); a segunda, de vinculação da vanguarda às massas e desenvolvimento da guerrilha para a conquista e defesa de um território, e, por último, a constituição de um exército com a ampla participação das massas, entrando na ofensiva para tomar o poder. (DEBRAY, 1967; GORENDER, 1987; RIDENTI, 1993).

Na Bahia, militantes de esquerda – conforme a caracterização de “esquerda” de Norberto Bobbio (1995)¹ - e representantes das forças de repressão do regime militar protagonizaram episódios de confrontação. Organizações de esquerda concebidas e estruturadas para o desenvolvimento da luta armada de contestação à ditadura tiveram, em nosso estado, núcleos de atuação e propaganda revolucionária.

Vasta bibliografia sobre o período da ditadura militar apresenta uma posição instigante, que nos levou à realização desta pesquisa. Nesses estudos, diferentemente do que ocorre com estados como o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a Bahia não é mencionada como um local relevante na oposição ao regime ditatorial, o é, em geral, de forma breve, em circunstâncias específicas, como por exemplo, na abordagem da morte de Carlos Lamarca, ocorrida no interior do Estado. Nas entrevistas com alguns ex-militantes das organizações armadas pesquisadas, constatamos uma tendência a destacar, explicitamente, a Bahia como “área de recuo”, uma idéia para nós não resolvida, e que nos conduziu à presente pesquisa sobre a forma **como** ocorreu a resistência da esquerda armada.

Cabe afirmar que a história do regime militar no Brasil tem sido pouco estudada, sobretudo no que se refere à luta contra a ditadura no âmbito de cada estado. Como já mencionamos anteriormente, os poucos trabalhos acadêmicos sobre o tema não concedem a devida atenção às peculiaridades regionais desse enfrentamento, valorizando predominantemente a situação dos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo.

¹ O autor define “esquerda”, como igualitária e coletivista, tendo como principal propósito a diminuição das desigualdades sociais e a extinção da propriedade privada. O termo “esquerda” é usado também para nomear as “forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores pela transformação social.” Ver RIDENTI (2000).

O mesmo acontece com os trabalhos memorialísticos, muitas vezes de autocrítica, de ex-militantes ou de militares que foram protagonistas desse momento da história da república brasileira. Estes últimos trabalhos têm a propensão de conceber a ditadura militar ou a resistência sob uma ótica acentuadamente pessoal, de acordo com a experiência individual de cada autor.

O referido objeto de estudo, como já foi explicitado anteriormente, não possui uma referência bibliográfica específica, ou seja, não existem estudos sobre a resistência armada da esquerda baiana no período de 1969 a 1971. Precisamente sobre essa temática, são conhecidos os livros do jornalista Emiliano José, **Lamarca, o capitão da guerrilha**, (2000), de caráter biográfico, que trata da vida, da luta e da morte de Carlos Lamarca, guerrilheiro e ex-capitão do Exército; e **Galeria F: lembranças do mar cinzento**, (2000), um trabalho jornalístico que rememora alguns aspectos da época da repressão política na Bahia, a partir da experiência pessoal do autor, sobre os prisioneiros políticos baianos da Galeria F, na Penitenciária Lemos de Brito.

Podemos dividir, em síntese, três grandes blocos os estudos sobre a ditadura militar no Brasil: o primeiro, a versão mais difundida, apresenta os movimentos revolucionários dos anos 60 como uma grande aventura romântica, no limite da irresponsabilidade e da ingenuidade. Estamos falando, entre outros, dos livros de Fernando Gabeira e Zuenir Ventura (1979; 1988). O livro de Gabeira, inserido no conjunto de livros de depoimentos pessoais, tornou-se um *best-seller*, relatando a sua experiência na DI-GB e no MR-8. Vale ressaltar que Marcelo Ridenti polemiza a caracterização “romântica”, atribuída às organizações de esquerda armada, bem como aos intelectuais e artistas que delas se aproximaram.² O segundo bloco imprime importância ao resgate da história e do projeto político, com a reconstrução detalhada dos fatos e dos grupos da esquerda no período, assim como às trajetórias dos movimentos revolucionários, presentes nos trabalhos de Jacob Gorender (1987) e Marcelo Ridenti (1993),³ que se lançam nessa investigação através de entrevistas com ex-militantes e de consultas aos jornais, aos textos das organizações revolucionárias e aos processos judiciais. A pesquisa acadêmica é a tônica desses trabalhos, e os anos 60 aparecem como anos de resistência democrática, para além dos sonhos revolucionários.

² Para aprofundar o conceito de “romantismo” nas organizações de esquerda, ver a reconstituição da história dos movimentos político-culturais a partir dos anos 60 em RIDENTI (2000).

³ Sobre a trajetória de organizações comunistas, é importante também registrar a dissertação de mestrado sobre a história da organização clandestina Vanguarda Popular Revolucionária, pela ótica dos seus conflitos internos. Ver CHAGAS (2000). E sobre a trajetória da Ação Popular, ver OLIVEIRA JR. (2000).

O livro de Gorender, historiador e militante, aborda a esquerda brasileira, depois de 1964, baseando-se em detalhada pesquisa histórica. Seu livro também tem o caráter de depoimento pessoal - o autor foi protagonista dos acontecimentos - especialmente nos trechos que se referem ao PCB, ao PCBR e às torturas que os militantes sofreram nas dependências dos órgãos repressores. Entretanto, a obra de Gorender deve ser mais propriamente classificada como historiográfica, pois vai muito além de memórias do autor – ele usou uma grande quantidade de documentação e bibliografia, consultou os arquivos do **Projeto Brasil: Nunca Mais** (BNM)⁴ e realizou inúmeras entrevistas, buscando, traçar um quadro da esquerda brasileira no período, embora falte uma maior investigação sobre o movimento estudantil. Uma boa análise que liga organicamente os grupos de esquerda e o movimento estudantil está no livro de João Roberto Martins Filho (1987).

Já a obra de Marcelo Ridenti (1993) constitui-se numa abordagem sociológica que, tentando reconstruir o contexto sócio-político dos anos 60, no qual teve origem o projeto guerrilheiro, analisa as raízes sociais das organizações revolucionárias de esquerda, dialogando com uma extensa bibliografia, documentos da época e mais de trinta entrevistas, cujas gravações e transcrições estão à disposição do público no Arquivo Edgar Leuenroth. A partir dos dados do BNM, o autor, que não teve vinculação pessoal com a resistência ao regime militar - nessa época ele apenas “era um garoto de nove anos de idade” -, construiu quadros estatísticos sobre a composição social dos grupos de esquerda, por ocupação profissional, sexo, idade, naturalidade e residência, modelo adotado também na nossa pesquisa em relação à esquerda armada baiana. Outro exemplo das suas preocupações em relação à época está registrado em um longo tópico dedicado à agitação artístico-cultural revolucionária de então, quando foram produzidas importantes obras.

Por fim, o livro aborda o progressivo isolamento e a perda de representatividade -na medida em que “[...] teriam sido levados á luta armada, vários daqueles que se viram privados de seus canais de atuação social e política depois do golpe de 64, ou depois do ‘golpe dentro do golpe’ de 68 [...]” -, até a conseqüente morte do projeto de guerrilha.

Ridenti (1993) define a luta armada como um movimento de resistência democrática, esta é também a categoria analítica utilizada nesta pesquisa para interpretar as movimentações da esquerda armada na Bahia. Percebemos, através das entrevistas, que a tônica da luta em Salvador teria sido de reação, de uma defesa dos direitos democráticos cerceados pelo poder

⁴ O livro **Brasil: Nunca Mais**, e um resumo dos 12 volumes publicados em tiragem limitada pela Arquidiocese de São Paulo, dando um quadro da repressão, com base nos processos movidos pelo regime militar contra seus oponentes.

ditatorial implantado, sobretudo após o Ato Institucional nº 5.⁵ Destacamos alguns artigos desse ato:

“[...] Art. 2o.) O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dêle, só voltando os mesmos a funcionar quando convocado pelo Presidente da República [...] Art. 3º.) O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição [...] Art. 4o.) No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvindo o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais [...] Art 5º.) A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III – proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV – aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de freqüentar determinados lugares; c) domicílio determinado [...]” (ATO INSTITUCIONAL N. 5, apud LEX.: 1969, p.1482, 1483).

Alguns estudos historiográficos sobre o período da ditadura militar brasileira entendem que o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, o fechamento da vida política e o bloqueio de toda e qualquer forma de manifestação contrária ao regime levou boa parte da esquerda revolucionária a optar pelas armas. (GORENDER, 1987). Ridenti, (1993), entretanto, alerta que essa visão de “bloqueio institucional” pós-68 apenas revela parte da realidade e tende a tornar a explicação reducionista, tomando como pressuposto a ausência de um processo de ações armadas na sociedade, caso as instituições democráticas estivessem funcionando de forma regular. E mais, essa visão implicaria em afirmar que uma sociedade democrática tende à integração social e resolução das desavenças sociais e que os grupos armados pretenderiam, unicamente, uma oposição democrática à ditadura. Ao contrário, para esse autor, as ações guerrilheiras, inspiradas no foquismo cubano, existiram no Brasil, anteriormente ao golpe de 64:

“[...] os grupos armados não pretenderam opor, só e fundamentalmente, uma resistência á ditadura [...] Para não falar nas propostas de revolução armada que vinham de muito antes, na tradição bolchevique, como o levante comunista de 1935, como a linha política do PCB no início dos anos 50 ou, ainda, como os projetos revolucionários comunistas de tendência trotskista. A guerrilha não eclodiu antes de 1964, mas sua premência já era defendida pela Política Operária (POLOP) e por

⁵ Promulgado em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional n. 5, representou o completo fechamento do regime militar. Não havia prazo estipulado para sua vigência e passariam a ser permanentes os controles e a suspensão de garantias institucionais. Ver: ALVES (1987, p. 131).

setores ligados às Ligas Camponesas, dando-se alguns passos para a preparação de guerrilheiros [...]” (RIDENTI, 1993, p. 62)⁶

Nesse sentido, Carlos Fico (2001) e Rolemberg (2001) citam as atividades de um grupo não comunista, de inspiração nacionalista, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), o qual, durante ano de 1967, tentou instalar um foco guerrilheiro na Serra de Caparaó (região fronteira entre Minas Gerais e Espírito Santo), tendo, porém, sua intenção frustrada. Ainda com o mesmo objetivo, chamam a atenção para as ações armadas da Aliança Libertadora Nacional (ALN), também iniciadas no ano de 1967.

No caso de Salvador, os depoimentos unanimemente sugeriram que o AI-5 foi a razão fundamental para a opção pela resistência armada, ou seja, o estreitamento dos canais legais de atuação oposicionista depois do golpe de 1964, sobretudo a partir de 13 de dezembro de 1968, teria criado condições para adesões às organizações armadas.

Na análise sobre a natureza dos movimentos armados, Ridenti (1993) observa que:

A resistência armada teria sido o último recurso para aqueles que ficaram sem espaço de atuação institucional (política, sindical, profissional) ou privados da própria atividade com que se expressavam ou ganhavam a vida, arrancados de suas raízes políticas e sociais, impedidos de se manifestar e até de existir como oposição. (RIDENTI, 1993, p. 61, 62).

Um terceiro e último grupo de estudos entende as organizações de esquerda como uma elite alternativa que parte em busca do poder político, visão presente em muitos relatos, mas defendida, sobretudo, por Daniel Aarão Reis Filho (1991). Esse estudo entende como problemática a idéia de conceber a luta da esquerda como resistência democrática.

A anistia a exilados e presos políticos, o afrouxamento da censura e a grande aceitação do livro de Gabeira (1988) impulsionaram a publicação de outras memórias de ex-guerrilheiros no início dos anos 80. Essas obras são interessantes pelas experiências narradas, mas, geralmente, muito centradas na vivência dos autores, devendo, por isso, serem analisadas com cuidado por aquele que desejar reconstituir a história política do período. (PAZ, 1996; POLARI, 1982; SIRKIS, 1980; TAVARES, 1999). Vale mencionar também as coletâneas de depoimentos e de documentos, onde é possível encontrar textos teóricos de discussão interna

⁶ Lembramos, ainda o a existência do Partido Comunista do Brasil e a Ação Popular (AP), cuja trajetória desta última foi tema da tese de doutorado de Oliveira Jr.(2000).

e a linha política dos partidos e organizações em questão. (CARVALHO, 1996; FREDERICO, 1987; FERREIRA & REIS FILHO, 1985).

Marcante para a historiografia da esquerda foi a publicação da coletânea organizada por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (1985), onde fazem um levantamento das subdivisões dos mais de trinta grupos que compunham a esquerda brasileira na época, e reproduzem alguns dos principais documentos das organizações mais importantes. Em contraposição a esses, é imprescindível a consulta aos depoimentos de militares, apresentando suas versões sobre o regime. (CONTREIRAS, 1998; COUTO, 1999; D'ARAÚLO, 1994; USTRA, 1987).

Existem ainda algumas publicações de cunho jornalístico, destituídas de rigor historiográfico, do devido cuidado com as informações e fontes. O polêmico livro do jornalista Luís Mir (1994) sobre a esquerda armada pretende ser uma reportagem analítica, porém graves descuidos nas informações e confirmações das fontes têm gerado críticas duras de alguns historiadores.⁷ Mais recentemente, na década de noventa, começaram a surgir outras publicações biográficas, como por exemplo, a minuciosa reportagem biográfica de Judith Patarra (1992) sobre a vida da guerrilheira Iara Iavelberg. O livro traça um perfil das principais figuras da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), utilizando, além das fontes habituais, documentos oficiais pertencentes aos recém abertos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Muito recentemente têm se desenvolvido as pesquisas de gênero, cujo núcleo é a participação das mulheres nas lutas de resistência à ditadura militar. Caracterizados pela utilização de depoimentos, esses trabalhos vêm trazendo à luz a memória feminina sobre a época. São exemplos desse esforço, os trabalhos de Ana Maria Colling (1997), Elisabeth Xavier Ferreira (1996), Luiz Maklouf de Carvalho (1998) e Maria de Fátima da Cunha (2002). Enquanto a primeira autora estuda o discurso da ditadura sobre a mulher militante, a ação da repressão e a reação delas, a segunda se propõe a reconstituir a memória e as experiências de um grupo de mulheres que protagonizaram a resistência ao governo militar. Ambas discorrem sobre a entrada na militância política, a clandestinidade e a experiência da prisão e da tortura. Quanto ao livro do jornalista Carvalho (1998), reproduz o relato das ex-guerrilheiras sobre suas experiências íntimas (gravidez, aborto, casos amorosos...), a participação em assaltos, seqüestros, acabando por se transformar em farto material de pesquisa. O último trabalho mencionado se diferencia dos três primeiros por confrontar os

⁷ Daniel Aarão Reis Filho e Jacob Gorender.

relatos das mulheres militantes com outros documentos, sem deixar de incluir os relatos daquelas que tiveram um contato indireto com a militância armada. Esses trabalhos têm, como objetivo central, contar a história da guerrilha a partir da ótica feminina.

Dessa forma, os trabalhos sobre o tema tendem a relacionar processos dos envolvidos, relatórios, reportagens na imprensa da época, depoimentos, oferecendo um tratamento mais qualitativo à documentação e alcançando melhores resultados. Todavia, essas tentativas ainda são poucas e privilegiam, com raras exceções, análises mais gerais sobre a ditadura. Para o caso da Bahia, não podemos deixar de mencionar as dissertações de mestrado que exploram a questão da militância estudantil em Salvador, tratando da ditadura militar, porém sem focalizar a questão da resistência armada. (BENEVIDES, 1999; BRITO, 2003; OLIVEIRA, 2002).⁸

Fez-se a oposição ao autoritarismo de múltiplas formas, com intensidade e grau de envolvimento políticos variáveis. O nosso objetivo, portanto, é realizar um estudo da **formação, estrutura e funcionamento das organizações políticas armadas urbanas**, que atuaram em Salvador, notadamente a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

O universo central da pesquisa é a cidade de Salvador, embora, em alguns momentos, seja abordada a participação das cidades de Feira de Santana, Jequié e Alagoinhas. Essas cidades justificam-se na medida em que foram importantes para o MR-8, PCBR e DI-BA/VAR-Palmares, respectivamente. Neste trabalho, os fatos aparecem apenas na medida em que o desenrolar da história da organização assim o exige. A reflexão acerca da resistência de esquerda armada urbana ao regime militar em Salvador, restrito aos limites temporais de 1969 a 1971, carrega consigo algumas questões: Como eram as organizações de esquerda armada em Salvador? Quais os estímulos que lhes deram origem? Qual a sua estruturação e composição social? Como atuou cada uma delas? Se foi construída uma relação com a sociedade baiana, que tipo de relação foi construída e quais os recursos utilizados?

Entretanto, para atendermos às especificações do tema que pretendemos estudar, devemos recuar para o ano de 1968, assinalado como o auge das lutas sindicais e estudantis, com inúmeras manifestações de protesto contra a ditadura, dentro de um contexto político de intensa repressão imposta pelo regime militar. Um ano de franca ascensão econômica, o

⁸ Existe ainda em andamento a dissertação de mestrado em História, também na UFBA, de Andréa Santos sobre a atuação na Bahia do Partido Comunista do Brasil.

primeiro do “milagre brasileiro”, porém, a classe operária continuou a sofrer os efeitos do arrocho salarial e de outras medidas que afetaram negativamente o seu nível de vida. (GORENDER, 1990). Em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva baixou o AI-5 (Ato Institucional-5), o qual, ao contrário dos atos anteriores, não tinha prazo de vigência determinado. Seguiu-se uma série de medidas restritivas: a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi posta na ilegalidade; o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas dos Estados entraram em recesso; a censura impôs um controle à imprensa, e a vida cultural do país foi asfixiada. Nesse momento, a esquerda opta por uma alternativa de oposição clandestina e a Junta Militar, por sua vez, adotou as penas de morte e de banimento, tornando mais duras às punições previstas na Lei de Segurança Nacional, com o objetivo de combater a luta armada e controlar a imprensa, além de outorgar uma Constituição mais autoritária, que foi batizada de Emenda Constitucional No. 1. (ARNS, 1985; Decreto-lei No. 898).

O estudo termina no ano de 1971, com a desagregação da esquerda armada provocando avanços em um processo de autocrítica já iniciado em 1969. Após a morte de Lamarca em 17 de setembro, no interior baiano, fica praticamente destruída a possibilidade de reativação da luta armada na Bahia.

Procurando investigar a memória que guardo dos anos da ditadura militar, apesar de nascida no ano de 1973, vem-me à lembrança a distribuição de panfletos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), por volta dos anos 1981 ou 1982, feita por um grupo de crianças, inclusive eu, que passeavam pelas ruas de Santo Amaro da Purificação enfiando papéis debaixo das portas das casas, brincadeira que nos atraía por acharmos muito divertido sair por aí fazendo algazaras. Lembro-me ainda de refrões de músicas, como “Eu te amo, meu Brasil” e das inúmeras vezes que, na escola primária, fui “gentilmente” solicitada pela diretora a jogar fora a minha inseparável goma de mascar para acompanhar atentamente o Hino Nacional, entre outros, cantados diariamente antes do início das aulas.

O significado do contexto onde tais obrigações escolares se inseriam me escapava e só pude vislumbrá-lo anos mais tarde, aos 13 ou 14 anos, quando tive meu primeiro contato com o tema da ditadura militar. Nessa época, um amigo me emprestou dois livros, muito significativos, que acenderam meu interesse pela questão: **O Diário de Che Guevara**, escrito na Bolívia e **Lamarca: o capitão da guerrilha**, de Emiliano José. Daí em diante, vieram outros livros e muitas dúvidas sobre o período, algumas das quais se resolveriam anos depois, durante o curso Pré-Vestibular, quando fui aluna de um ex-guerrilheiro do PCBR, quem, pacientemente, respondia às minhas perguntas, ainda eivadas por um viés “romântico”, sobre

aqueles anos de chumbo, porém, novas indagações surgiram, algumas delas refletidas no objeto central deste trabalho. Por fim, posso ainda dizer que a opção pelo curso de História nasceu dessa inquietação pela história contemporânea brasileira, sobretudo pelo período supracitado.

Na nossa trajetória acadêmica durante os últimos cinco anos, temo-nos dedicado com prioridade ao estudo da resistência da esquerda baiana à ditadura militar. Valiosa e essencial, a amizade do professor Muniz Ferreira, que, sempre acreditando na minha capacidade para realizar a pesquisa, conduziu-me com a atenção necessária e a liberdade possível. O relatório final de pesquisa de Iniciação Científica da Universidade Federal da Bahia entregue em 1999 foi o resultado parcial de uma investigação acerca das representações sobre o “terror” no cotidiano brasileiro, entre os anos de 1968 a 1974. O projeto, idealizado e orientado também pelo professor Muniz Ferreira, propôs-se a examinar as representações produzidas pela ditadura e pela guerrilha a respeito do “terror” em ação na sociedade brasileira, confrontando o discurso oficial dos governos militares e das organizações de esquerda, utilizando as informações produzidas pela grande imprensa sobre a guerrilha e os depoimentos de ex-militantes baianos ou de outros estados brasileiros que atuaram na Bahia, assim como os documentos das organizações de esquerda.

O estudo contemplou duas ordens de interpretação e caracterização do terror, compreendido por um combate entre duas forças, naquela época, irredutíveis: as organizações da esquerda armada e as estruturas repressivas montadas e utilizadas pelo governo para o enfrentamento da “subversão”. O fenômeno esteve presente tanto nas denúncias realizadas pelos opositores acerca do “terror ditatorial-militar”, quanto nas proclamações oficiais que legitimavam o recrudescimento das restrições às liberdades, através da invocação da necessidade de combate ao “terror e à subversão”. Ainda nesse estudo, foi realizada uma análise da autocrítica desenvolvida por algumas organizações de esquerda, mais precisamente a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e o Movimento Revolucionário-Oito de Outubro (MR-8), a partir de 1969, questão considerada relevante no contexto geral.⁹

Muitas possibilidades de investigação surgiram a partir do material encontrado naquela pesquisa e pelos tantos questionamentos feitos às fontes durante o seu desenrolar. Um deles nos conduziu à hipótese de que a Bahia não teria sido **apenas** uma “área de recuo”, as ressalvas em relação a essa leitura serão apresentadas ao longo da dissertação, mas, desde já,

⁹ A esse respeito, ver o relatório final da Pesquisa de Iniciação Científica, PIBIC, UFBA.

registramos que, a princípio, Salvador foi considerada “área de recuo”, no sentido de ser preservada de ações que atraíssem a atenção da ditadura militar, situação que prevaleceu até a expropriação realizada pelo PCBR ao Banco da Bahia, localizado no bairro da Liberdade.

Organizações armadas como a VAR-Palmares e o MR-8 consideravam que essa cidade deveria ser resguardada para a possibilidade de refugiar militantes procurados pela repressão em outros estados brasileiros. Porém, acreditamos que na dinâmica da guerrilha, a circulação de quadros de uma área onde estivessem “queimados” para outra onde não eram conhecidos, foi uma ocorrência natural, não se constituindo num elemento essencial para a caracterização de uma “área de recuo”. Sob essa perspectiva, cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo poderiam ser consideradas também como “área de recuo” para alguns militantes “queimados” que saíram da Bahia por motivos de falta de segurança. Contudo, as ações armadas em Salvador foram, em comparação com o eixo Rio-São Paulo, significativamente menos intensas, porém não foram nulas, gerando uma curiosidade que se materializa no objetivo central desse trabalho: compreender **como** aconteceu a resistência armada em Salvador.

Com a finalidade de apreender a trajetória das lutas de oposição armada ao regime militar em Salvador durante os anos de 1969 a 1971, a atividade dos sujeitos históricos nesse processo, bem como a busca de respostas às dúvidas e hipóteses levantadas ora pela proposição central, ora pelo desenvolvimento da pesquisa foram utilizados dados contidos nos interrogatórios e relatórios de cópias dos processos do Departamento da Polícia Federal – Delegacia Regional da Bahia – e da Auditoria da Sexta Circunscrição Judiciária Militar – Exército, Marinha e Aeronáutica –, encontrados no **Fundo: Brasil Nunca Mais**, pertencente ao Arquivo Edgar Leuenroth, sob a administração da Universidade de Campinas.¹⁰

¹⁰ O Fundo Brasil Nunca Mais é o resultado de levantamento e pesquisa coordenada pela Arquidiocese de S. Paulo, junto à documentação oficial produzida pela Justiça Militar durante o período de 1964 a 1979. Compõe-se de 707 processos, referenciados através de 12 volumes de índice que localizam nomes de processados, testemunhas, organizações políticas de esquerda, data e locais, além de funcionários da repressão (delegados, médicos legistas etc.). O Fundo, conta ainda com o que foi denominado, Arquivo Anexo, composto de mais de 10.000 documentos das mais variadas espécies: panfletos, jornais, textos de discussões teórica e prática produzidos pelos grupos de esquerda envolvidos na luta contra a repressão. O acervo contém ainda cerca de 250 fotos de militantes, de manifestações etc. Por cláusula contida no termo de doação, o Fundo Brasil Nunca Mais pode ser livremente reproduzido no arquivo citado. Cada um dos processos contém, em média, 1500 folhas. Sobre o MR-8, ver BNM 192/71, que apura toda a estrutura e o funcionamento dessa organização armada na Bahia, a partir da prisão de 25 militantes; BNM 52/71, processo em nome de Olderico Campos Barreto que apresenta a tentativa de implantação do MR-8 no interior da Bahia, na região de Brotas de Macaúbas, o cerco e as mortes de Luis Antonio Santa Bárbara, Otoniel Campos Barreto, José Campos Barreto e Carlos Lamarca; Sobre o PCBR ver BNM 91/70, que também apura a estrutura do PCBR, BNM 212/70, sobre a morte do Sargento da Aeronáutica, cujos principais envolvidos são os militantes Theodomiro Romeiro dos Santos e Paulo Pontes da Silva, BNM 612/70 que investiga o assalto ao Banco da Bahia na Liberdade, realizado pelo PCBR; BNM 271/70 sobre o funcionamento da VAR-Palmares. Consultamos ainda um depoimento do BNM 363/70, sobre o PCBR/PC do B em Ilhéus, cedido pela pesquisadora Andréa Santos. Contabilizamos um total de 31

Dentre os processos levantados, selecionamos aqueles que evidenciavam a formação, a estrutura, bem como as principais ações de oposição das organizações armadas na Bahia durante as décadas de 60 e 70, os quais se encontram à disposição no arquivo citado, podendo ser livremente fotocopiados.

Ainda que uma das nossas fontes sejam os processos militares, não é nosso objetivo produzir uma versão oficial da luta armada em Salvador. Não obstante o fato de serem movidos pelo Estado, àquela época sob o regime militar, esses processos judiciais revelaram-se um material extremamente rico e complexo, que exigiu um cuidadoso e exaustivo trabalho de crítica e interpretação a partir do cruzamento com as demais fontes (orais e jornais) levantadas.

Uma das preocupações metodológicas da pesquisa foi a análise da natureza dos processos, no que se refere à problemática em relação às condições de torturas físicas e psicológicas em que eram realizados os interrogatórios perante os órgãos militares, ou seja, era o momento em que se extraíam “[...] o máximo de informações no mais curto espaço de tempo possível, para que pudessem efetuar mais prisões antes que os amigos e companheiros do prisioneiro ficassem sabendo da sua prisão e desaparecessem [...]” . (WESCHLER, 1990, p. 23; ARNS, 1995).

Em relação aos cuidados do pesquisador ao trabalhar com fontes processuais militares, Franklin Oliveira Jr. destacou:

O militante era levado para uma cadeia, ficando, inicialmente, sob jurisdição de um órgão executivo da repressão. Ai se buscava a sua identificação (nome, organização, função, região, etc.) e extrair informações sobre ele, a organização e seus militantes. Essa fase podia demorar mais ou menos tempo, sendo geralmente subtraída de controle legal. A maioria esmagadora dos assassinatos políticos acontecia nessas situações. O segundo momento era de competência dos órgãos do aparato institucional do Estado. Uma vez “produzida a prova”, tratava-se de colocá-la na forma processual. O militante era então levado a confirmar ou detalhar os depoimentos obtidos pelos mais diversos tipos de tortura física, moral e psicológica da fase anterior. Finalmente, chegava a vez da Justiça Militar propriamente dita, comparecendo o acusado a presença de juiz ou tribunal para o julgamento do processo, que podia ser coletivo ou individual. (OLIVEIRA JR. , 2000, p. 16)

Sobre as formas de extrair informações dos prisioneiros, o general Adyr Fiúza de Castro ressaltou que “[...] tinha um prazo de 5 horas para tirar todas as informações possíveis, onde era o aparelho e qual seria o próximo ponto [de encontro], [...]”. (apud D’ARAÚJO, 1994, p.35). Havia, também, a possibilidade do preso negar em tribunal todas as informações prestadas anteriormente. Por todos esses fatores, cuidadosamente observamos as informações,

os discursos dos militantes em momentos distintos do processo, com o objetivo de perceber possíveis mudanças no conteúdo de um interrogatório para outro. Entendemos, que muitas vezes, sob coação física, os interrogados poderiam fazer afirmações sem propósito, criar situações falsas ou verossímeis apenas para livrar-se dos horrores da tortura.

Mas, o essencial para a pesquisa foi mesmo a **confrontação** das informações contidas nos processos, entrevistas e jornais locais.¹¹ Nessa prática, foram cotejadas fontes processuais com os dezesseis depoimentos orais colhidos diretamente na forma de entrevistas gravadas com ex-militantes: cinco do PCBR, cinco do MR-8 e seis da VAR-Palmares.¹² Todas elas contribuíram inquestionavelmente na reconstituição da memória das organizações da esquerda armada urbana baiana. Os depoimentos, em geral, foram bastante ricos em informações, análises e, por alguns entrevistados, carregados de emoção. Apesar da elaboração prévia de uma lista de perguntas que interessavam à pesquisa, os ex-militantes foram solicitados a discorrer livremente sobre o tema, intercalamos, vez por outra, questões relevantes para o esclarecimento de determinados aspectos: motivações que os levaram a optar pela luta armada; a vida na clandestinidade; as ações das quais participaram, assim como a estrutura e os níveis hierárquicos daquela organização armada, à qual estiveram vinculados. Os depoimentos foram ricos de elementos cotidianos, referências a lugares, costumes diários, preferências artísticas, relacionamentos familiares dentre outros.¹³ Determinadas informações de suas trajetória em reuniões clandestinas, “pontos” marcados em praias e portas de cinemas e todo um universo que ainda permanecia oculto sobre a história da esquerda armada baiana, possível apenas de ser revelado em sua riqueza de detalhes pelos próprios envolvidos. A esse respeito, escreveu Thompson (1998, p. 116): “A história oral pode oferecer muita informação de que carecemos sobre as atitudes dos militantes dos partidos, suas leituras, seus antecedentes sociais e ocupações, e assim por diante.”

¹¹ Vale ressaltar que os depoimentos de sete pessoas, das 16 entrevistadas, foram confrontados com os seus interrogatórios que integram os respectivos processos, arquivados no BNM.

¹² Todas entrevistas foram colhidas pela autora juntamente com seu orientador. A todos os depoentes pediu-se a autorização para a utilização do nome verdadeiro. Remeteremos uma carta de cessão para os mesmos formalizarem em doação de seus depoimentos para o Núcleo de História Oral da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, assim como para especificar os critérios de uso das mesmas. O tempo de dois anos para realização da pesquisa, o necessário cumprimento de créditos em cinco disciplinas e a redação do texto da dissertação, disponibilizado pela CAPES e pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFBA impossibilitou-nos a ampliação desse número de entrevistados.

¹³ Ratificamos que nas entrevistas, optamos por uma narrativa direcionada acerca de temas específicos, interferindo no decorrer do depoimento com perguntas e observações que se fizeram necessárias à melhor compreensão do depoimento e questões levantadas anteriormente no decorrer das pesquisas.

Meihy (2000) subdivide a História Oral em três gêneros distintos: “Tradição Oral”, “História Oral de Vida” e “História Oral Temática”. O primeiro trabalha com mitos e representação de mundo de comunidades, asseguradas em referências do passado longínquo e manifestadas pelo chamado folclore ou transmissão de pais para filhos ou de indivíduos à indivíduos; o segundo, constitui-se em uma narrativa das experiências de vida de uma determinada pessoa, com a variante “narrativa biográfica”, enfatizada pelo roteiro cronológico e factual das pessoas; e o terceiro, no qual nos apoiamos nesta pesquisa, segundo o autor, “[...] é a que mais se aproxima das soluções comuns e tradicionais de apresentação dos trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico. Quase sempre, ela equivale o uso da documentação oral ao uso das fontes escritas.” (MEIHY, 2000, p. 67)

Os relatos colhidos aqui não caracterizam histórias orais de vida, Bosi (1993) e sim, depoimentos de experiências pessoais vividas num dado momento, acerca de um determinado assunto: a participação na resistência à ditadura militar em Salvador. O que propomos, é pensar a história oral não como uma metodologia dogmática e mecânica, mas como “[...] uma perspectiva polifônica de diálogo, apreensão, compreensão, reconstrução, imaginação, criação e destruição de realidades, políticas, experiências, falas e vida [...]”. (CALDAS, 1999, p. 69). Considerando que o entrevistado reconstrói o passado e a sua trajetória à sua maneira e em função da sua percepção do presente sobre o que viveu, as entrevistas permitiram contrapor a memória às informações contidas nos depoimentos e relatórios dos processos. Aqui entendemos a História Oral como uma técnica para coleta de relatos orais e construção de mais uma fonte para nossa pesquisa, ou seja, foi uma técnica auxiliar na confecção de uma fonte histórica, tendo em vista que “[...] o depoimento oral também é um documento pleno de significados e que o cruzamento entre os dois tipos de registro só pode ser enriquecedor [...]” (FARIAS, 1994, p. 145).

A escolha dos depoentes foi determinada por critérios como: o grau de envolvimento na organização, dirigentes, militantes de base ou simpatizantes. Muitas vezes, nos baseamos nos dados contidos nos processos¹⁴, outras procuramos nomes já consolidados pela bibliografia que havia sobre o tema. Ressalve-se, entretanto, que a acessibilidade também foi um dos critérios utilizados, por exemplo, íamos contatando os militantes através de indicações dadas em um encontro, facilitando a coleta de depoimentos e abrindo caminhos para o desenrolar da pesquisa. Depois de recolhidos, os depoimentos foram transcritos com o máximo de cuidado e atenção para que não incorrêssemos em infidelidades ou interpretações

¹⁴ Um dos depoimentos que obtivemos de um ex-militante do MR-8 partiu da indicação do seu nome no processo e, em seguida, da busca pela lista telefônica.

equivocadas da idéia do entrevistado, visto como um “colaborador” da pesquisa (e foi esta a posição assumida por eles), tendo sido feitas apenas algumas correções de pontuação.¹⁵ Interessa-nos, sobretudo, reconhecer o uso da fonte oral como mais uma fonte documental, sujeita ao mesmo rigor metodológico, aos mesmos critérios utilizados em relação a outros “[...] materiais, reconhecendo suas potencialidades e colocando sempre as questões advindas de nossas problemáticas de investigação [...]”, superando o dogma de que “[...] documento era o que estava escrito e autenticado”. (FENELON, 1996, p. 26).

Assim apresentamos os depoimentos, no sentido de “preencher as lacunas” deixadas pelas fontes escritas, buscando dados informativos e factuais da vivência clandestina nas organizações armadas, com perguntas muitas vezes diretas acerca de determinadas situações, como: entrada na militância, a formação e desenvolvimento da organização, relação com outra organização, particularidade da luta na Bahia, cotidiano do militante, prisão, dentre outras, mas também, como já foi dito acima, deixando o depoente à vontade para expor livremente questões, as quais considerassem relevantes, com o intuito de obter, nos depoimentos, o máximo de informações possíveis para a análise, sem, contudo, pretende-los neutros e objetivos, uma vez que, de antemão, encontram-se entremeados de subjetividade. (ABREU, 1994).

No tratamento dessas fontes, descobrimos também que inúmeros elementos aparecem na lembrança de mais de um entrevistado, ultrapassando o limite do individual. Dessa forma, podemos dizer que o conjunto de informações colhidas representa a memória do grupo de ex-militantes que atuaram na esquerda armada em Salvador. A memória de cada um desses depoentes articuladas num todo esboça o espaço de intercessão entre o individual e o coletivo. Um fato sempre está ancorado em diferentes representações e a memória compõe-se dessas representações e não apenas de uma, considerada a verdadeira. Contudo, não contemplamos essa questão, ficando essas constatações como material para futuras pesquisas.

Neste estudo, ainda trabalhamos com os jornais **A Tarde** e **Jornal da Bahia**, veículos constantes de divulgação e/ou crítica das ações dos militantes e das organizações armadas. Dando o tratamento que é devido a tais fontes, não desconsideramos o processo de seleção e filtragem das informações, bem como o seu caráter ideológico e discursivo. Mesmo em tais

¹⁵ Algumas entrevistas ocorreram antes do acesso aos depoimentos dos processos, outras, na grande maioria, realizaram-se após a leitura dos processos, onde havia indicação de nomes que buscamos entrevistar dada a importância com que apareciam referidos no processo, ainda que muitos também já tivessem sido citados nas entrevistas como indicação para entrevista. Sobre o termo Colaborador, Meihy mostra que a história oral, enquanto metodologia, deve estabelecer uma relação de comprometimento e autoria da pesquisa entre sujeito e objeto, porém o aspecto das citações fica sob a responsabilidade da autora. Ver MEIHY (2000, p. 23-29 e 59-69). Para uma visão da multiplicidade de práticas de transcrição, ver Thompson, (1998, p. 279-337).

condições foi inegável a sua importância, enquanto fonte informativa e complementar. Algumas notícias dos jornais trazem a descrição dos eventos, passeatas estudantis, prisões de militantes e apreensões de materiais, registrando-se a presença dos agentes sociais no processo de oposição à ditadura vigente.

Escrevendo acerca da utilização de jornais na pesquisa histórica, Paul Thompson (1998) adverte que não devemos concordar, literalmente, aquilo que a imprensa apresenta na reconstrução de um determinado acontecimento do passado, considerando que nos jornais, por exemplo, aparecerá, mais facilmente, o interesse do grupo de financiadores, o qual ele representa. Entre os autores que discorrem acerca da utilização da imprensa como fonte histórica, além de Thompson, encontra-se Maria Aparecida de Aquino (1999) e Maria Helena Capelato (1988a; 1988b) que em suas publicações, deixam claro o grande significado dessa fonte para a historiografia.

Recorreu-se, também, a documentos manuscritos, mimeografados, datilografados, de produção e circulação clandestinas, para debate e divulgação de idéias, contendo teses sobre realidade brasileira do período, análises do caráter da revolução brasileira, um esboço da linha de atuação com propostas para a luta armada, planejamento de treinamento de tiro, avaliação e autocrítica do militarismo e das ações armadas, cartas de militantes, panfletos e periódicos pertencentes à VAR-Palmares, PCBR e MR-8, suscitando uma série de questionamentos pertinentes ao objeto de pesquisa.¹⁶

Essas fontes variadas foram generosas, ao darem vida às organizações armadas em Salvador, ao cotidiano dos militantes, permitindo compreender a sua estrutura e o funcionamento, em virtude de se tratar de amplo e variado acervo documental, com características próprias.

Infelizmente, não tivemos êxito nas tentativas de pesquisar os arquivos do DOPS, então subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

Dessa forma, a dissertação, com a intenção de apresentar o caminho percorrido pela VAR-Palmares, pelo PCBR e MR-8, prossegue no primeiro capítulo, “O movimento estudantil e a inserção na luta armada”, abordando, pontualmente, o contexto sócio-cultural, econômico e político da Bahia na década 60 do século passado, para, depois, inserir as mobilizações estudantis em Salvador, nos anos de 1966 a 1968.

¹⁶ Encontramos esses documentos nos Arquivo do DOPS, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro (alguns gentilmente cedidos pelo orientador Muniz Gonçalves Ferreira) e nos Anexos do Fundo Brasil Nunca Mais.

Para além dessas manifestações, percebemos a formação de grêmios estudantis e grupos de estudos e discussão política.

Por fim, acompanhamos a passagem de alguns estudantes da militância político-social legal para a entrada na clandestinidade através das dissidências do PCB, sobretudo, após a decretação do AI-5, quando então, passa a verificar-se um refluxo das mobilizações de massa na cidade. Pautamo-nos na bibliografia, nos jornais locais, nos depoimentos e, esporadicamente, nos processos militares.

No segundo capítulo, “Formação e estrutura das organizações armadas em Salvador” nossa atenção volta-se para a dinâmica da formação e a estrutura das três organizações armadas urbanas em Salvador, procurando definir os setores e os responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de cada um deles, momento no qual utilizamos fartamente as informações contidas nos processos militares, contrapondo-as àquelas obtidas nos depoimentos orais de ex-militantes.

No capítulo seguinte, “As atividades das organizações armadas”, investigamos o funcionamento interno dessas organizações, dedicando-nos ao estudo do desenvolvimento de algumas atividades práticas, como por exemplo, reuniões, panfletagens, assaltos dentre outras. Examinamos também como se processava o trabalho dentro das organizações armadas, do ponto de vista dos métodos utilizados e das condições de trabalho vigentes, a partir de uma caracterização do pessoal e dos aspectos materiais. Analisando as variáveis contidas nos processos militares e as informações dos depoimentos orais, fizemos uma breve tipologia que tratará de apresentar os militantes classificados quanto à ocupação, faixa etária, sexo e cor de pele, buscando o limite da particularidade de Salvador nesse movimento de contestação. A vida dos militantes na clandestinidade também foi fartamente descrita. Consideramos que os depoimentos processuais militares, em confronto com os depoimentos orais dos ex-militantes foram importantes reveladores dos códigos de comportamentos dos militantes nas organizações armadas pesquisadas.

E, por fim, à guisa de finalização, procuramos abordar a desestruturação das organizações guerrilheiras em Salvador, apresentando inicialmente um panorama da estrutura repressiva da ditadura militar brasileira e seus desdobramentos na Bahia para, depois, apresentar o enfraquecimento das organizações armadas, as prisões dos seus militantes e a particularidade da resistência armada em Salvador, o objetivo principal do quarto e último capítulo.

Ao reconstituirmos os momentos da oposição de esquerda armada através desta pesquisa, pretendemos dar uma contribuição ao conhecimento mais aprofundado da história política contemporânea da Bahia.

CAPÍTULO 1

“Eu acho que, basicamente, as preocupações foram de ordem humanista diante da evidência da desigualdade social e, principalmente, sob um clima de pós-golpe onde não havia liberdades políticas”.

Jurema Valença.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL A INSERÇÃO NA LUTA ARMADA

1.1 SALVADOR E A DÉCADA DE 1960

O objetivo deste primeiro capítulo é apresentar, em linhas gerais, alguns aspectos sócio-econômico-culturais de Salvador nos anos 60 do século XX e, em seguida, fazer uma retrospectiva das movimentações estudantis nos anos de 1966 a 1968, com a perspectiva de acompanhar a passagem da militância política legal das mobilizações estudantis, para a resistência clandestina através das organizações de esquerda armada urbana, que atuaram nessa cidade durante os anos de 1969 a 1971.

Salvador, uma das mais importantes capitais do nordeste brasileiro durante a década de 60, passou por grandes transformações de natureza política, econômica, social e cultural. A mudança do regime político brasileiro e a inserção de um governo ditatorial militar elevou à vida pública nacional, dois representantes da burguesia baiana, Juraci Magalhães, como Ministro das Relações Exteriores, que governara a Bahia de 1959-1963 e Luiz Viana Filho, como Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que havia sido governador de 1967-1971. Também, Antônio Carlos Magalhães, que tomou posse na prefeitura de Salvador em fevereiro de 1967, e posteriormente, em 1970, com o afastamento de Juraci Magalhães da vida política, herdou boa parte do prestígio do seu antigo líder em detrimento

do filho deste, Juthaí Magalhães, e passou a dispor de privilégios frente ao governo militar, governando a Bahia duas vezes por nomeação: de 1971-1975 e de 1979-1983. Lomanto Junior foi uma outra liderança baiana que se manteve no governo da Bahia até o fim do seu mandato, de 1963-1967, “[...] graças à interferência das organizações de classe da burguesia, da Igreja Católica e de uma aliança, de última hora, com setores da oficialidade golpista [...]”. (GUIMARAES, 1982, P. 188)

Foge aos objetivos deste capítulo uma caracterização mais aprofundada da política baiana, entretanto, vale registrar o ponto de vista de Guimarães (1982) quando diz que o regime militar, instalado após 1964, foi decisivo para a burguesia da Bahia, significando uma consolidação do desenvolvimento capitalista iniciado ainda no pós-guerra. Para esse autor, também “[...] a burguesia mercantil e financeira baiana pôde fortalecer, desse modo, sem resistências, sua posição no mercado brasileiro [...]” e, a partir de 1967, consolidam-se, no espaço nacional, dois grupos financeiros baianos, o Banco Econômico e o Banco da Bahia. (GUIMARAES, 1982, P. 187)

Do ponto de vista da produção industrial na área metropolitana ou mesmo estadual, limitava-se, até a metade da década de 60, às atividades da Petrobrás e a um “[...] conjunto diversificado de indústrias dinâmicas ligadas diretamente à produção petrolífera e a indústrias tradicionais, remanescentes do parque industrial fabril instalado ainda no século passado, em sua maioria decadentes: têxteis, oficinas mecânicas e alimentícias, dentre outras”. (PINTO, 1996, p. 35).

Entre 1963 e 1970, há, no estado, uma intensificação na aplicação de recursos federais via SUDENE e Banco do Nordeste, financiadores e canalizadores de projetos e investimentos dirigidos ao desenvolvimento do setor produtivo industrial, que se iniciara na segunda metade da década de 60, são exemplos o Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1967 e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), implementados no final da década de 70. Esses centros industriais promoveram, em última análise, a concretização de determinadas políticas, as quais possibilitaram a modernização da cidade de Salvador, estimulando o seu desenvolvimento econômico e transformando-a num ponto de atração dentro dos fluxos migratórios em curso no Estado. (MATTEDI, 1979; PINHO, 1996).

Mattedi, (1979) ao expor a problemática das invasões em Salvador durante os anos 60 e 70, afirma que:

[...] os terrenos urbanos foram valorizados, muitas vezes multiplicados, graças à atuação do poder público, acentuando assim, o padrão periférico de crescimento urbano pelas extremidades, e o investimento público, que, em geral, somente beneficiavam as camadas privilegiadas, e a periferia sempre carente de serviços sociais, elementares. (MATEDI, 1979, p. 93)

A despeito da vida cultural, Salvador era uma cidade que tinha uma forte presença política e cultural de esquerda. Foi o Reitor Edgar Santos, fundador da Universidade da Bahia, ainda que indicado pela oligarquia local e fortemente combatido pela esquerda universitária, quem promoveu a vinda a Salvador, no fim dos anos 50 e início dos 60, de artistas de vanguarda de diversos países e de múltiplos campos artísticos. (RISÉRIO, 1995).

Uma das manifestações artísticas de maior repercussão da década de 60 foi a chamada “Escola Baiana de Cinema”, resultado da atuação do Clube de Cinema da Bahia, criado em maio de 1950, e da influência expressiva de seu fundador, Walter da Silveira. Podemos citar também o Centro Popular de Cultura (CPC) (mais próximo do PCB e de outras correntes de esquerda), ligado à União Nacional dos Estudantes, foi um dos inúmeros grupos que atuaram em Salvador naquele período, realizando “[...] atividades de teatro, artes plásticas e alfabetização de adultos pelo método de Paulo Freire.” (RIDENTI, 2000, p. 109). Foi um momento de grande renovação cultural para a Bahia, como Iraci Picanço relata para Ridenti:

Surgia um *renascimento cultural baiano*, paralelo à instalação da Petrobrás na região, que modernizaria a vida na cidade. Foram para lá a arquiteta Lina Bo Bardi, os músicos Koellreutter, Smetak e Widmer, a dançarina Yanka Rudzka, entre outros. Havia as Escolas de Música, de Dança e de teatro, esta dirigida pelo brechtiano Eros Martins Gonçalves, todas ligadas à Universidade da Bahia, além do concorrido e lendário clube de cinema do comunista Walter da Silveira, do Teatro dos Novos, de revistas de estudantes de esquerda, como a *Ângulos*, e de grupos independentes, todos mergulhados na efervescência político-cultural do período [...] atuaram no CPC baiano Paulo Gil Soares, Wally e Jorge Salomão, Tom Zé, Capinam, Geraldo Sarno e Carlos Nelson Coutinho, além de Sônia Castro, Emanuel Araújo e Helena Coelho, da área de artes plásticas [...] (RIDENTI, 2000, P. 109).

Em 1966, o governo Lomanto Junior, através da Secretaria de Educação, patrocinou a Primeira Bienal Nacional de Artes Plásticas da Bahia¹⁷, instalada no Convento do Carmo, e a criação do Museu Regional na cidade de Feira de Santana. O governo Luis Vianna Filho estimulou o Departamento de Educação Superior e Cultura (DESC), o qual, posteriormente, viria a se transformar na Fundação Cultural do Estado, órgão ligado à Secretaria de Educação e Cultura. E, na tentativa de “[...] um retorno ao espírito do antigo Departamento de Difusão

¹⁷ PRIMEIRA BIENAL NACIONAL DE ARTES PLÁSTICAS: Catálogo. 1966/1967. Salvador, Superintendência da Divisão Cultural da Secretaria de Educação e Cultura, 1999. Sobre essa Bienal ver A TARDE, nos dias 04, 05, 09, 14, 19, 21, 23, 25, 27 e 28/01/67.

Cultural criado por Anísio Teixeira [...]” em 1967, iniciou uma política de fomento às manifestações culturais, promovendo apresentações de música popular e erudita, da jovem poesia, incentivando o cinema e o teatro e construindo a Biblioteca Central no bairro dos Barris. (LUDWIG, 1982, p. 64; A TARDE, 25/08/66, p. 4, A TARDE, 04, 05, 09, 14/01/67).

O DESC também patrocinou a Segunda Bienal Nacional de Artes Plásticas, realizada em 1968 no Convento da Lapa, com seções de pintura, gravura, arquitetura, desenho, fotografia, além de uma sala especial dedicada ao artesanato e a arte popular da Bahia, dando seguimento a um projeto de artistas plásticos baianos, em destaque Juarez Paraíso e Riolan Coutinho, realizadores da primeira Bienal Nacional de Artes Plásticas. Segundo Ludwig, (1982), o conformismo acadêmico dos Salões Baianos de Belas Artes fora substituído pelas Bienais. Na primeira Bienal, um aspecto a ser destacado “[...] é a oportunidade dada aos novos e iniciantes de trazerem seus trabalhos ao público e, ao saírem desse isolamento, também entrarem em contato com os valores nacionais [...]” (LUDWIG, 1982, p. 65).

Após o AI-5, foram presos, cassados, torturados ou coagidos ao exílio inúmeros políticos, intelectuais, estudantes e artistas. O regime proibiu atividades e/ou manifestações de natureza política, instituiu a censura rígida a todos os meios de comunicação, “[...] colocando um fim à agitação política e cultural do período. Por algum tempo, não seria tolerada qualquer oposição ao governo, sequer a do moderado MDB. Era a época do *slogan* oficial: “Brasil, ame-o ou deixe-o.” (RIDENTI, 2000, p. 40). Com o fechamento dos canais para o debate, a divulgação de propostas contestadoras e a repressão crescente, a Segunda Bienal de Artes Plástica foi fechada “logo em seguida à sua inauguração”. Tendo sido algumas de suas obras consideradas “provocadoras e subversivas”, verificou-se a detenção de alguns artistas plásticos e dos organizadores do evento. (LUDWIG, 1982).

Para Ludwig,

Os acontecimentos artísticos que projetaram a Bahia nacionalmente foram as duas Bienais de Artes Plásticas em 1966 e 1968, que visavam deslocar a arte de vanguarda brasileira da região industrial, promovendo novo centro de criação, e, para a Bahia, queriam diminuir a “folclorização” de sua arte, integrar os seus artistas às conquistas dos colegas do sul do país. (LUDWIG, 1982, 62)

Renato da Silveira, professor, *designer* gráfico e artista plástico desde 1967, ex-militante do MR-8, afirmou que o seu ingresso na atividade política se deu através da arte e pela falta de liberdade de expressão imposta pelo AI-5:

Eu comecei, na verdade, como militante artístico, em 1966. Teve aqui na Bahia uma grande Bienal de Artes Plásticas, uma Bienal Nacional, organizada pelo Juarez Paraíso. Esta Bienal organizou um curso de formação de monitores, e eu fiz este curso, passei. Eram vinte monitores muito bons, em parte jovens militantes de esquerda ou eram católicos de esquerda [...] eu convivi quatro meses com esta moçada e a gente passava os dias discutindo, porque o movimento na Bienal só tinha nos finais de semana. Então, a semana toda a gente passava discutindo a realidade brasileira. A partir desse momento, eu me tornei um artista militante [...] Era um momento em que havia um debate permanente na cidade, existia uma juventude de artistas mobilizados nos espaços, por exemplo, a Galeria de Castro [galeria Bazarte, de um comerciante chamado Castro] que era no Politeama, que congregava também artistas jovens [...] A minha primeira militância foi de luta contra a arte decorativa, a arte que não se voltava para as realidades sociais, e pela procura de novos espaços. Nós fazíamos exposições em faculdades, em sindicatos, nas ruas, e muito próximo das organizações de esquerda. Naquela época, era uma arte engajada, arte de denúncia. Em dezembro de 68, teve a Segunda Bienal, e dessa vez, eu já participei como artista. Mas vem o AI-5 e fica difícil ser artista, por que os espaços todos se fecharam, existiam espiões em toda parte, em todo lugar onde existia gente aglomerada discutindo, tinha pelo menos um espião da repressão. A partir daí, fazer militância como artista ficou praticamente impossível. A minha opção foi abandonar a arte, eu abandonei completamente a arte, e entrei numa organização que era a princípio a Juventude do Partido Comunista da Bahia. Nesse momento, eu me tornei militante mesmo, com uma vida clandestina toda organizada [...] Na verdade, foi a falta de possibilidade de exercer a minha profissão de artista engajado, solidário com as lutas do povo brasileiro, que me levaram para a luta clandestina [...] (SILVEIRA, Salvador, 19/03/2002).

Pode-se concluir de forma geral que, naqueles anos, a cidade de Salvador era alvo de um projeto de desenvolvimento econômico que, apesar de embrionário, já era empreendido de forma excludente, ocasionando o acirramento das desigualdades sociais e o surgimento de inúmeros movimentos sociais junto a bairros populares nos anos 60 e 70. Paralelo a isso vivia um momento de inauguração no cenário cultural nacional, protagonizado por uma juventude que ansiava por novas formas de expressão, as quais não podiam prescindir da liberdade para a sua plena realização, o que incluía poder manifestar, também, a sua preocupação com a realidade social e política da época.

1.2 OS ESTUDANTES NA VIDA POLÍTICA DO PAÍS

Com o objetivo de implantar com sucesso o projeto de educação proposto, a ditadura não revogou a LDB/61, entretanto modificou e atualizou suas disposições e, para que tudo funcionasse a contento, a política educacional da ditadura passou a ser delineada através de acordos com os Estados Unidos, os quais ficaram conhecidos como “Acordos MEC-Usaid

(Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for Development)".¹⁸ Em sintonia com o MEC, verificou-se uma interferência norte-americana no ensino brasileiro, que procurava inserir o modelo das universidades americanas nas nossas instituições.

Esse modelo de educação apresentado pelo governo criou o problema dos excedentes, da falta de verbas, da modernização compulsória do ensino, sinalizada pelos acordos acima mencionados, a crise econômica, o arrocho salarial, além da postura repressiva contra os estudantes e suas entidades. De acordo com Marcelo Ridenti, (1993, p. 128) esses acordos "[...] contribuíram para criar uma insatisfação estudantil sem precedentes e para a retomada da antiga bandeira de luta pela Reforma Universitária".

O entendimento dessa reforma entre os estudantes foi de que a mesma orientava à "americanização" do ensino, criava uma mão-de-obra técnica que servisse de base para a indústria, impulsionava um ensino médio a serviço do ensino técnico e a existência de algumas barreiras dificultando o acesso à universidade. A resistência de setores da sociedade a esses acordos não tardou, suscitando protestos de estudantes, professores e intelectuais em todo o país. Durante o ano de 1968, ocorreram mobilizações contra a ditadura militar de grande apelo contestatório. Entretanto, as manifestações de oposição às medidas governamentais também tiveram respostas dos militares. Seguiram-se invasões a faculdades, aposentadoria e expulsão de docentes, perseguição e morte de estudantes, cassação de mandatos políticos, nomeação de reitores, controle das disciplinas ministradas e a implantação de um clima de desconfiança e terror. (SILVA, 1997)

Em síntese, com a intensificação das manifestações de oposição às medidas educacionais, concomitantes às práticas repressivas do Estado militar, sobretudo após a edição do Ato Institucional nº 5, o movimento estudantil sofreu um refluxo e outras formas de luta política surgiram como alternativas de continuidade da resistência entre os jovens.

Os estudantes secundaristas realizaram, durante a década de 1960, as mais diversas atividades de cunho social e político. A participação dos estudantes secundaristas no Brasil do regime militar dos anos 60 sempre foi vista, de modo geral, apenas como parte de um movimento mais amplo localizado nas faculdades. No entanto, nas grandes cidades, onde se concentram as maiores universidades do país, verificou-se ampliado número de secundaristas

¹⁸ Esse acordo, assinado em 1966, procedia de um modelo elaborado por representantes do governo norte-americano. Objetivava uma ampla reforma no sistema educacional brasileiro com a finalidade de viabilizar a parceria universidade/empresa. O acordo previa, ainda, a privatização do ensino público. As reformas abrangeriam todos os níveis escolares e seriam coordenadas pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a United States Agency for International Development (USAID), por isso MEC-USAID. O acordo originou protestos por serem considerados uma ameaça à autonomia universitária. Para maiores esclarecimentos ver ARAPIRACA, (1982) e ALVES (1987, P. 117).

engajados na luta de oposição ao governo militar. Nesses locais, apesar de atividades conjuntas com universitários, o movimento secundarista atingiu um certo grau de independência. (SILVA, 1997).

Marialice Foracchi (1977), quando se refere à segunda metade do século XX, considera como inevitável a participação de estudantes na vida política do país: “[...] já vai longe o tempo em que o estudante se desinteressava das questões políticas.” Para a autora, essa participação pode ser entendida como resultado da competência do trabalho partidário. E sendo as Universidades responsáveis pela maior parte da produção científica do país e pela melhor formação de profissionais, nada mais justo que ela também se envolvesse com as decisões político-administrativas da nação. (FORACCHI, 1977, p. 227). Por outro lado, a politização dos estudantes, para Denis de Moraes (1989), foi resultado direto do ativismo de seus órgãos representativos, a UNE – União Nacional dos Estudantes, a UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e a UME – União Metropolitana dos Estudantes.

Na Declaração da Bahia, documento elaborado em Salvador, no ano de 1961 durante o I Seminário Nacional pela Reforma Universitária, promovido pela UNE, em alguns tópicos, os estudantes assumiram o papel de opositores do sistema capitalista. As diretrizes fundamentais para a evolução brasileira aparecem enunciadas da forma a seguir:

I – Promoção do desenvolvimento entendido como reformulação total da estrutura sócio-econômica do País.

II – Colocamos na base deste desenvolvimento a promoção da classe operária, tanto urbana, quanto rural. Para isto é indispensável superarmos a estrutura econômica liberal-burguesa e elaborarmos um sistema onde a economia anárquica do lucro seja substituída por uma economia planificada, que vise:

- a) a satisfação das necessidades do povo, oferecendo-lhe padrões de vida mais humanos;
- b) a eliminação da exploração do trabalho humano pelo capital particular e pelo Estado oligárquico e classista;
- c) a superação da condição proletária, enquanto por este nome se entenda aquele grupo dos que são obrigados a vender seu trabalho em troca de um salário não correspondente ao valor de sua cooperação no processo produtivo;
- d) a socialização dos setores fundamentais; [...] (SANFELICE, 1985, P. 24).

O movimento estudantil no Brasil foi bastante atuante durante a década de 60, sobretudo no ano de 1968, como em diversas partes do mundo, França - cujo ápice foi o mês de Maio - México e Estados Unidos. Zuenir Ventura (1988) aponta a morte do estudante Edson Luiz¹⁹ como o primeiro acontecimento a sensibilizar a opinião pública para a luta dos estudantes brasileiros: “Como cinicamente lembrava a direita, ‘era o cadáver que faltava’”.

¹⁹ Edson Luiz Lima Souto, estudante morto no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, em 28/03/1968.

(VENTURA, 1988, p. 105). Alves (1984) também aponta a morte de Edson Luiz como o primeiro incidente que impulsionou “manifestações de massa”.

O fato é narrado, em geral, como segue: estava Edson Luiz com um grupo de estudantes da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), os quais encenavam seu protesto com discursos inflamados pelo preço e pela qualidade da comida oferecida no Calabouço – restaurante para estudantes secundaristas e universitários, localizado no centro do Rio de Janeiro e mantido pelo Ministério da Educação –, contra a retirada de subsídios governamentais. (RIBEIRO, 06/06/2001; NUNES, 1980). Essa pequena agitação fazia parte das lutas empreendidas por universitários, no sentido de resolver problemas de âmbito local. Não era a primeira vez que estavam lá para protestar. No entanto, nesse dia, 28 de março de 1968, a Polícia Militar chegou ao local com cinco pelotões de choque e atirou na direção dos estudantes com metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo, matando o estudante secundarista Edson Luiz:

A morte de Edson Luís catalisou a indignação popular reprimida e resultou em demonstrações de massa que assumiram proporções de verdadeira rebelião social. Uma coisa levava a outra. Colegas enfurecidos carregaram o corpo do estudante até a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, onde permaneceu exposto sob a guarda de representantes políticos e líderes estudantis. (ALVES, 1984, p. 117).

A maioria dos jovens baianos, os quais, mais tarde, vieram a se tornar militantes de partidos e organizações da esquerda, começou a se posicionar política e ideologicamente contra a ditadura militar brasileira no período em que freqüentava o curso secundário²⁰. No decorrer desse processo de politização, esses estudantes assumiriam as mais diversas tendências políticas e atuariam em diversas frentes de resistência.

Também na Bahia, os anos imediatamente após o golpe militar de 1964 foram de intensa atividade política, através de mobilizações pela reforma universitária. Já em 1966, os estudantes do Colégio Estadual da Bahia, o “Central”, realizaram uma greve em repúdio à proibição da peça teatral *Aventuras e Desventuras de um Estudante*, de autoria de Carlos José Sarno pela qual, inclusive, receberiam apoio dos estudantes da Universidade Federal da Bahia. (SARNO, 29/09/2001; VALENÇA, 28/07/2001, A TARDE, 02 e 03/06/66, p. 3 e 4).

Os estudantes de Salvador mostraram capacidade de organização quando, em 1967, foram às ruas aderindo à luta contra os acordos MEC-USAID e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, na Bahia, era regulamentada pelo projeto da Lei Orgânica

²⁰ Conforme depoimentos, “secundaristas” é a denominação dos estudantes do que hoje conhecemos como ensino fundamental e ensino médio. Na época, o ensino médio era dividido em “clássico”, para os alunos interessados nas matérias humanas e “científico”, para os que preferiam a exatas e biológicas.

do Ensino do Estado, apresentado na Assembléia Legislativa pelo governador Luis Viana Filho. (BENEVIDES, 1999; SOUZA, 16/11/2001). Nesse ano de 1967, aparecem as primeiras passeatas sob a liderança notória do movimento estudantil secundarista. Tais manifestações de protesto contra a política educacional do governo, marcada pelos acordos feitos entre o Ministério da Educação e a USAID, como sabemos, estenderam-se durante o ano de 1968.

Na Bahia, como nas grandes cidades brasileiras, os anos 60 constituíram um período de grande efervescência política, que durou até a promulgação do Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968. Como os estudantes secundaristas, aqueles que cursavam as faculdades locais discutiam questões relacionadas à melhoria do ensino e também se envolveram em manifestações de oposição aos acordos MEC-USAID. Os temas predominantes nas faculdades seguiam orientações da UNE:

O cardápio de lutas da UNE incluía itens como a reforma universitária e educacional, limitações ao capital estrangeiro, combate ao imperialismo, política externa independente, indisfarçável simpatia por Cuba, reforma agrária e efetiva participação dos trabalhadores nas decisões do poder público. (MORAES, 1989, p. 48).

Parece acertado dizer que, não obstante as particularidades do movimento estudantil secundarista e universitário, as manifestações de oposição às reformas políticas ocorreram intensamente em Salvador, a partir da segunda metade da década de 60. Essas manifestações perseguiram, a princípio, objetivos educacionais, embora estivessem dentro de uma lógica de oposição ao regime militar em confluência com o resto do país.

1.3 COLÉGIO “CENTRAL”: O EPICENTRO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SALVADOR²¹

O Colégio Estadual da Bahia, o “Central”, situado nas proximidades do centro de Salvador, foi, nos anos 60 e 70, um dos principais centros aglutinadores de atividade política e cultural. (JOSÉ, 2000; FERREIRA, 18/04/02).²² Foi o Colégio “Central”, onde a maioria das famílias matriculava seus filhos, uma das melhores escolas estaduais da cidade e, de acordo

²¹ O movimento estudantil da década de 1960 era formado, segundo vários estudos, entre eles o de João Roberto Martins Fontes, em maioria, por representantes da classe média.

²² Ver também os depoimentos de José Carlos Souza, em 16/11/2001, João José Reis, em 27/04/2001, Carlos Sarno, 29 de setembro de 2001 e 26 de março de 2002 e Jurema Valença em 28/07/2001, Ubiratan Castro de Araújo em 29/09/00, Israel Oliveira Pinheiro dentre outros. Observamos que todos os depoimentos desta pesquisa foram obtidos em Salvador.

com um dos nossos depoentes, “a vanguarda do nosso tempo”. (REIS, 27/04/01).²³ Os demais jovens que foram protagonistas de manifestações políticas em Salvador eram oriundos de outros colégios como, por exemplo, Pinto de Carvalho, Teixeira de Freitas, Instituto Central de Educação Isafas Alves (ICEIA), Severino Vieira, João Florêncio Gomes e Escola Técnica Federal da Bahia (atualmente CEFET). Mas foi o “Central”, verdadeiramente, o centro irradiador de posturas de oposição à ditadura militar na Bahia. Nesse colégio, o movimento estudantil voltou a se reorganizar a partir de 1966, sob forte influência do PCB, através de figuras como Jurema Augusta Ribeiro Valença, Marie Hèlene Russi e Carlos Jose Sarno, que pertenciam à base estudantil desse partido. Dessa forma, o “Central” reabilitará as mobilizações que cessaram do pós-64 a 1966, período silenciado pela brutalidade com que a repressão atuou na Bahia. (ARUJO, 29/09/00; VALENÇA, 28/07/01).²⁴

No ano de 1968, foi criado, no Colégio “Central”, um “Conselho de Representações de Salas”, cujo objetivo principal era encaminhar as reivindicações dos estudantes ao conhecimento da Direção do colégio. Os primeiros representantes escolhidos foram Carlos Moreira Villanueva, Chantal Russi e Sérgio Landulfo Furtado, os quais, bem como outros estudantes do Colégio “Central”, viriam a integrar organizações clandestinas de oposição ao regime militar. Inicialmente, discutia-se, no interior do “Conselho”, os problemas estudantis, ou seja, questões internas às escolas, mas, aos poucos, foi-se dando ênfase às demandas da política nacional, resultando na dissolução do “Conselho” pela direção do colégio. A partir desse momento, o Conselho, perdeu seu espaço de reuniões e passou a realizá-las em qualquer local do colégio. (BNM – 192/71, p. 189).

A solução dessa situação em que se encontravam foi a criação do Grêmio Estudantil como uma entidade livre, representativa de alunos de um determinado estabelecimento de ensino. Chefiada por uma diretoria eleita democraticamente, com o objetivo primordial de defender o direito e bem-estar dos estudantes, servia de intermediária entre os discentes e a direção da escola. A reunião dos grêmios das diversas escolas locais formava, no caso da Bahia, entidades²⁵ que tinham, objetivos como, auxiliar os grêmios em suas atividades, discutir questões internas às escolas e organizar atividades culturais e manifestações de rua que acabaram ganhando conotação político-ideológica de oposição ao regime militar. As

²³ Ver ainda nos depoimentos de: José Carlos Souza em 16/11/2001 e Juca Ferreira em 18/04/2002 e 31/05/2002.

²⁴ A esse respeito também mencionaram: Carlos José Sarno, Juca Ferreira, João José Reis, José Carlos Souza, (todos esses no mesmo local e data já citado), Rui Pinto Paterson, Salvador em 08/06/2002; BNM 192/71, p. 57-60.

²⁵ As entidades estudantis, secundárias e universitárias, o que queriam as representações dos estudantes e as manifestações que organizaram serão mencionadas sem profundidade porque não são especificamente, objetos de nossa dissertação.

principais entidades estudantis na Bahia eram as seguintes: a Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas (ABES), União dos Estudantes da Bahia (UEB) e União Nacional dos Estudantes (UNE), órgãos máximos de representação estudantil, que congregavam reivindicações e, todas elas, extintas pelo regime militar, o que não impediu de continuarem atuando clandestinamente. (BRITO, 2003).

Paralelo ao Grêmio Estudantil, o grupo composto por Carlos Moreira Villanueva, Chantal Russi e Sérgio Landulfo Furtado contou com a adesão de outros estudantes, formando, no Colégio “Central”, um grupo de estudos para discussão da filosofia marxista. Começaram a organizar debates e promover atividades e manifestações de rua, a partir daí, iniciaram-se suas atuações políticas. (BNM – 192/71, p. 189; FERREIRA, 18/04/02; VALENÇA, 28/07/01).²⁶ As discussões teóricas eram intensas nesses grupos e ocorriam no Grêmio e nas praias de Amaralina, Itapuã, Boca do Rio e Jardim de Alá. Alguns dos nossos depoentes, na época pertencentes a esses grupos de estudo, mencionaram como principais autores e objetos de análise: Lênin, Marta Harnekcher, Régis Debray, assim como os livros “Princípios Fundamentais de Filosofia” de Georges Politzer e “Fundamentos de Filosofia” de Yuri Afanassiev. (REIS, 27/04/01, PINHEIRO, 31/03/00, SARNO, 29/09/01).

Politicamente, os alunos do “Central” e demais estudantes de Salvador, nos anos 60, sofriam influências de líderes vinculados a várias organizações de esquerda. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), solidamente inserido entre estudantes, trabalhadores e profissionais liberais, incorporava uma resistência inerente aos movimentos culturais, artísticos adequada às peculiaridades da Bahia e, segundo depoimentos, entendia as questões regionais melhor que as demais esquerdas. (JOSE, 2000; ARAUJO, 29/09/00).²⁷ Estudantes ligados a esse partido foram protagonistas de importantes manifestações de rua em oposição ao governo militar, outros atuaram através das seguintes organizações de esquerda: a Ação Popular (AP), nascida da esquerda católica, (posteriormente aproxima-se do Partido Comunista do Brasil - PC do B), também voltada para as grandes manifestações, ações políticas entre as massas e resistência na área camponesa, seguindo a linha maoísta da Guerra

²⁶ Entre os participantes do Grupo de Estudos estariam: Juca Ferreira, Maria Lúcia Santana Cerqueira, Nilton Kominsk, Elisabeth Rebelo Correia Lima, Marie Hélène Russi, Chantal Russi, Jurema Valença, Carlos Sarno, Virgínia Sá Carneiro e Edson (esse último, a pesquisa não detectou o nome completo). Ver BNM 192/71, p. 189. A mesma informação consta no depoimento de Carlos Sarno, dentre outros, todos em Salvador e nas datas já mencionadas.

²⁷ Ver também os depoimentos de Filemon Matos (ex-militante do PCB, Salvador, em 19/10/2000), Jose Sérgio Gabrielli de Azevedo (ex-militante da AP, Salvador, 29/09/1999); Carlos Sarno; Jurema Valença entre outros. Segundo esses entrevistados, o PCB já atuaria junto aos estudantes desde as manifestações de 1966, 1967.

Popular Prolongada;²⁸ Política Operaria (POLOP/POC), com atuação, principalmente, no Colégio Severino Vieira; a Dissidência Comunista da Bahia (DI-BA) - cujos militantes, posteriormente, integraram a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) – e, por último, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR. (JOSÉ, 14/09/1999 e ARAUJO, 29/09/00).²⁹

A arte incentivada e produzida pela iniciativa dos órgãos estudantis demonstrava, efetivamente, engajamento político definido. Poesia, peças teatrais, músicas, literatura foram utilizados para difundir os ideais da esquerda e através do trabalho cultural conchamar os jovens para a luta revolucionária. Pode-se dizer que a atividade cultural fora, nesse momento, predominantemente, o grande canal de recrutamento de militantes para as organizações de esquerda e contestação do regime na Bahia. (ARAUJO, 29/09/00, SILVEIRA, 19/03/02; BNM – 192/71, p. 57, 188-189, 424; A TARDE, 07/01/67, p. 3, 14/01/67, p. 4).³⁰

No Colégio Central, sob orientação do PCB, criou-se um Grupo de Divulgação Artística (GDA), com subdivisões formadas pelo Grupo de Teatro (GATEB), pelo Grupo de Artes Plásticas, pelo Grupo de Poesias e pelo Grupo de Música, que congregava estudantes e, promovendo a reflexão sobre temas variados, desenvolvia um espírito crítico e abria espaço para as discussões políticas. Esses estudantes vieram, posteriormente, a liderar manifestações e assembléias com a participação de milhares de jovens secundaristas e universitários em Salvador. (BNM – 192/71, p. 57-59, 188, 422; SARNO, 29/09/01 e VALENÇA, 28/07/01).

O movimento estudantil secundarista soteropolitano atingiu o ápice em 1968, semelhante ao que aconteceu em grandes cidades do país. No entanto, a partir de meados de 1966, os estudantes de Salvador já mostravam capacidade de organização, quando o GDA, através do Grupo de Teatro, realizou uma peça intitulada *Aventuras e Desventuras de um Estudante*, de autoria de Carlos Sarno - aluno do Colégio Central, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) que criticava o governo e apontava problemas educacionais. (BNM – 192/71, p. 188-189; SARNO, 29/09/01). *Aventuras e Desventuras de um Estudante* é uma obra que narra as atribulações de um interiorano que vem estudar na capital e se defronta com questões como a burocracia e o autoritarismo do colégio. A peça, em linguagem de cordel, aborda temas como liberdade, democracia, auto-organização estudantil e fortalecimento do grêmio. (JOSE, 2000; SARNO, 29/09/01 e ARAUJO, 29/09/00).

²⁸ A integração da guerrilha com as lutas de massas no campo, subordinando-a a uma direção partidária, nos moldes da Revolução Chinesa inspirada em Mao Tsé Tung.

²⁹ Ver também o depoimento de Ana Guedes (ex-militante da AP) em 05/06/1999.

³⁰ Ver ainda os depoimentos de: Jurema Valença e Carlos Sarno.

Reproduzimos a seguir alguns trechos da fala do estudante e do narrador da mencionada peça:³¹

Eu sou do interior / vim do norte da Bahia / pra, aprender no Colégio / e tomar sabedoria.
Estudante é este / somos todos um pouco dele / que vem do Interior / mas ele não é só ele / são todos os estudantes / que daqui mesmo ou de fora / vem buscar a esperança / de ter na vida melhora. Num país analfabeto / quem sabe ler é um rei / e como quem ri não chora / quem não estuda, trabalha / essa é a lei. / Mas um grande engano / todo o mundo se engana / é que o estudo é uma coisa / e o ensino outro fulano. É pra mostrar como acontece / a vida do estudante, / essa que levamos, / é que passamos adiante. [...] [*Esse fragmento diz respeito a fala do narrador na primeira cena da peça*]

Senhor com muito respeito / voltando de voltas dadas / por tantas e acumuladas / todas numa mesma procura / venho se outro jeito / retornando da jura / jurada pelo começo / que jurou só começar /, fazendo pelo sinal / de nunca finalizar /.
Senhor com muito respeito / a burocracia é cem por cento / um imenso / de arquivos e documentos. Matricular é o que importa / e foi o que eu vim fazer / batendo na sua porta / pra obter / da sua ajuda / a força do resolver /.
Seu Baccalar acreditando / no seu grande coração / pediu para o meu caso / a sua boa atenção / o que eu peço, o seu cargo / poderoso como um rei / resolve só na intervenção / resolve como um juiz se distraíndo com a lei. /
O que eu peço / o que eu peço / é que o senhor me deixando / nesse colégio estudar / satisfaz todo mundo / satisfação estudando / que só quero me formar / o que eu peço / o que eu peço / há tanto tempo pedido / é que o senhor me prometa, / me prometa, / MATRICULAR. [...] [*Esse fragmento refere-se ao momento em que o estudante parte em busca de vaga em uma escola pública*]

Os estudantes, os acomodados, os festivos, conscientes e demais interessados, cumprem o doloroso dever de comunicar a morte do Grêmio representativo da classe estudantil, e convidam professores, alunos, funcionários e amigos, para o seu sepultamento que realizar-se-á à horas (tal), neste auditório. Antecipadamente sensibilizados, agradecem a presença. [...] [*Esse trecho refere-se ao narrador lendo o necrológico no enterro do Grêmio*].

Discordo, meu amigo / do que acabas de afirmar / “política não é comigo / que só quero estudar” / discordo de quem não sabe / do que mesmo vem a ser / política e estudar / e vive assim sem saber /.
A política é o estudo do que somos agora / do que deixamos de ser / do que hoje não temos / e que amanhã pode ter / o que você confiante / pensando só na aulinha / dá ao líder inconsciente / dá à cúpula sabidinha / e que mesmo a sua aulinha / é deficiente e ruim / e que você sem política / sempre terá aula assim /

³¹ A formatação da citação da referida peça é a mesma do texto original como pode ser visto em anexo.

agora vou subir / por pura delicadeza / para a cúpula desfingir/
 e dar maior certeza / iluminar este palco / e a alma deles também / pra ver de perto o
 rosto / o de dentro que eles tem. [...] [*O fragmento de um dialogo entre dois
 estudantes em relação a importância política*]
 (SARNO, PEÇA TEATRAL “AVENTURAS E DESVENTURAS DE UM
 ESTUDANTE” , 1966, p. 2, 7,14, 17, mimeo.).

O diretor do Colégio “Central”, Walter Reuter, após examinar a peça, em maio de 1966, proibiu sua encenação³². Em resposta, o Grupo de Teatro organizou-se e foi às salas denunciando tal arbitrariedade, com o objetivo de receber adesão para os protestos que estavam por acontecer. (SARNO, 29/09/01). Todos os grupos do GDA apoiaram uma greve no Colégio “Central”, que reivindicava, principalmente, a reconsideração da proibição da peça, garantias de liberdade cultural, funcionamento do Grêmio e de suas atividades culturais, a substituição de Walter Reuter e, por fim, a anulação da expulsão e proibição de estudar em escola pública dos sete colegas do Grupo de Teatro: Carlos Sarno, Jurema Augusta Ribeiro Valença, Ruth de Brito Lemos, Alexandrina Luz Conceição, Zoroastro Pena Santana, Nemésio Garcia e Francisco Ribeiro Neto. (JOSE, 2000). Os estudantes secundaristas em greve saíram em passeata pelo centro da cidade em junho de 1966, constituindo-se como a primeira grande manifestação estudantil contra o governo estadual. (BENEVIDES, 1999; ARAUJO, 29/09/00; A TARDE, 02 e 03/06/67).

A proibição da referida peça desencadeou uma série de protestos em solidariedade aos estudantes do “Central”, em outros estabelecimentos de ensino secundário e universitário, a exemplo da Escola de Eletromecânica e do Colégio Aplicação, das Escolas de Geologia, Teatro, Música e Filosofia da UFBA, além de entidades como União dos Estudantes da Bahia (UEB) e o Teatro Experimental de Feira de Santana (TEF). Nessa ocasião, trinta e dois intelectuais assinaram um manifesto em favor dos estudantes e da encenação da peça de Carlos Sarno, dentre eles, personalidades como, Jorge Amado, Walter da Silveira, Vivaldo Costa Lima e João Ubaldo Ribeiro. (JOSE, 2000; SARNO, 29/09/01 e ARAUJO, 29/09/00). Naquele momento adverso, foi o abade do Mosteiro de São Bento, Dom Timóteo Amoroso Anastácio, quem ofereceu espaço para a encenação da peça teatral, a qual, porém, não se realizou, em decorrência da ameaça de invasão do Mosteiro de São Bento, insinuada pela VI Região Militar, caso ela fosse de fato apresentada ao público. (JORNAL A TARDE, 24/08/1966, p. 3; SARNO, 29/09/01).

³² Essa peça mesmo proibida, a princípio, foi ensaiada para apresentação no Restaurante Universitário da UFBA e no Teatro do Mosteiro de S. Bento sob responsabilidades de Dom Timóteo, mas com a radicalização do Exército a mesma nunca foi encenada. Ver: BNM 192/71, p. 188-189; Entrevista com Carlos Sarno, Jurema Valença, Ubiratan C. Araújo.

O saldo dessa mobilização em torno da peça *Aventuras e desventuras de um estudante* foi a reorganização do Movimento Estudantil na Bahia, após a repressão e desmantelamento ocasionado pelo golpe de 1964. Teria sido, por conseguinte, a primeira ação repressiva do governo militar contra os estudantes, importante para a consolidação desse movimento. Ainda no ano de 1966, no mês de setembro, os estudantes baianos organizaram novas greves e o governador Lomanto Junior novamente proibiu as manifestações. No embate nas ruas, a polícia atentou, violentamente, contra os estudantes que, em sua maioria, eram adolescentes de dezesseis e dezessete anos. Não obstante essa violência empreendida pelo Estado, o movimento estudantil ganhou mais união e saiu fortalecido. (ARAUJO, 29/09/00).

As peças teatrais intituladas *Soldadinho e o Fantasma da Guerra* e *Chove, sim, patrão*, a primeira retirada de uma revista especializada sobre teatro e a segunda extraída de um livro de Jorge Amado, foram encenadas pelo Grupo de Teatro ligado à Dissidência Comunista da Bahia, que, posteriormente, se vinculou a VAR-Palmares. Podemos perceber que uma das alternativas de comunicação com as massas desse grupo era a linguagem teatral. Nesse Grupo de Teatro, eram também discutidos artigos de jornais, problemas da cidade, situação do país e aprofundavam estudos de filosofia, história econômica e outras matérias referentes ao socialismo. (BNM – 192/71, p. 57-58, 65; SARNO, 29/09/01, VALENÇA, 28/07/01, ARAUJO, 29/09/00).

1.4 AS MANIFESTAÇÕES DOS ESTUDANTES BAIANOS (1967-1968)

Percebemos que 1967-1968 foram, exatamente, os anos das grandes mobilizações estudantis em Salvador. As manifestações contra a Lei Orgânica do Ensino, um dos princípios dos acordos MEC-USAID, configuraram-se no primeiro grande motivo de enfrentamento entre o movimento estudantil baiano e o regime militar. (BENEVIDES, 1999; ARAUJO, 29/09/00 e SARNO, 29/09/01). Esses movimentos incluíram panfletagens e colagens de cartazes nos muros da cidade contendo frases de ataque às autoridades constituídas. Durante os dias 21 e 22 de agosto de 1967, os estudantes saíram em passeata, movimentando o centro de Salvador contra os dispositivos do projeto de Lei Orgânica que tramitava na Assembléia Legislativa. A repressão da Polícia Militar foi atuante, dando origem a correrias e tumulto na Praça da Sé e adjacências. (JORNAL A TARDE, 22 e 23/08/1967, p. 3).

Com efeito, em 22 de agosto de 1967, estudantes secundaristas e professores, em número superior a dois mil, concentraram-se em frente à Assembléia Legislativa, repudiando

a reforma do ensino que transitava na Assembléia, chamando-a de “Lei Desorgânica”, entoando o Hino Nacional, distribuindo panfletos e gritando palavras de ordem como: “Mais pão, menos canhão, queremos escola”; “Queremos estudar, mas não podemos pagar”; “Abaixo a Lei Orgânica”; “Escolas para o povo”, dentre outras. Numa tentativa de reação, o governo enviou tropas armadas com fuzis e baionetas, metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo para reprimir os estudantes, professores e populares que davam apoio ao movimento. (JORNAL DA BAHIA, 22/08/67, p. 1, JORNAL A TARDE, 23/08/67, p. 2; ARAUJO, 29/09/00).

A Lei Orgânica foi considerada, pelos estudantes, inadequada à realidade brasileira e baiana por criar uma série de problemas para o desenvolvimento cultural da classe média e dificultar a participação do aluno pobre nas escolas. A pesquisa levantada pela Fundação Comissão de Planejamento Econômico, durante o ano de 1966, revelou os baixos índices de instrução em Salvador e contabilizou que 26% da população era constituída de analfabetos, 16% de alfabetizados, 33% com instrução primária, 22% possuía nível secundário e apenas 3% freqüentaram o curso superior. (JORNAL A TARDE, 06/03/67, p. 3). Segundo os estudantes, a Lei Orgânica acabaria com a gratuidade do ensino, o que agravaria ainda mais esse quadro social.

A movimentação que, a princípio, restringira-se a estudantes e professores secundaristas, ganhou o apoio dos universitários e da população em geral. As agitações estudantis protestavam, sobretudo, contra os artigos 9 e 36 da citada lei, a qual previa a transformação das instituições públicas de ensino médio em fundações e a cobrança de anuidades pelo governo, o que aumentaria, ainda mais, a precária situação da educação no Estado. Apresentamos, a seguir, os artigos da referida lei que, segundo os estudantes, significariam a extinção da gratuidade do ensino médio, dificultando o acesso dos estudantes carentes às instituições públicas de ensino.

Artigo 9º. – O ensino em todos os graus e ramos pode ser ministrado em escolas públicas mantidas por fundações, cujo patrimônio e dotações sejam provenientes do poder público, ficando o pessoal que nelas servir sujeito exclusivamente às leis trabalhistas.

Parágrafo 1 – Essas escolas quando de ensino médio ou superior, podem cobrar a anuidade ficando sempre sujeitas à prestação de contas ao poder público.

Parágrafo 2 – Em caso de extinção o seu patrimônio reverterá ao Estado.

Artigo 36º. – O ensino superior ao primário será gratuito, para quantos demonstrando um efetivo aproveitamento, façam prova de falta ou insuficiência de recursos.

Parágrafo Único – A gratuidade será proporcionada através dos estabelecimentos mantidos pelo Estado de bolsas de estudos. (JORNAL A TARDE, 22/08/67, p. 3).

Os estudantes baianos lançaram um manifesto, datado de 23 de agosto de 1967, no qual constam 24 assinaturas de intelectuais, jornalistas e artistas baianos em solidariedade à sua manifestação. Em destaque, abaixo, alguns trechos do manifesto:

Intelectuais e artistas baianos, convencidos de estar na cultura um fator indispensável ao desenvolvimento nacional e de que ela se processa fundamentalmente através da educação, vimos manifestar nossa mais calorosa solidariedade aos estudantes que, pacífica e unanimemente, demonstram neste instante firme desaprovação ao projeto de Lei Orgânica do Ensino, nas partes atentatórias aos seus mais legítimos interesses [...] não há cabimento para a exigência de anuidades escolares pelo Estado no curso médio. Terá justificativa em nações de alto desenvolvimento, cujo padrão de existência permita, indistintamente, o dever de se pagar o serviço pela administração pública [...] Julgamos, ao contrário do projeto, importante missão do Estado criar meios para a total gratuidade do ensino [...]. (JORNAL A TARDE, 24/08/79, P. 4).³³

Diante das pressões de cerca de três mil estudantes, segundo informações da imprensa local, no dia 23 de agosto de 1967, o governador Luís Viana Filho compareceu à TV Itapoan, em pronunciamento oficial, para garantir o ensino gratuito à população, assegurando que o governo “jamais pensou em cobrar anuidades para o ensino médio” nos estabelecimentos de ensino do Estado e, na mesma oportunidade, clamou aos pais e professores a não permitir outras manifestações, por fim, apelou para que todos os estudantes voltassem às suas atividades rotineiras. (BENEVIDES, 1999; JORNAL A TARDE, 24/08/67, p. 3; ARAUJO, 29/09/00). O governador ratificou o seu propósito já exposto através da TV em nota oficial publicada na imprensa e assinou, logo após a sanção da Lei Orgânica do Ensino, um decreto assegurando a gratuidade do ensino nos cursos primário, ginásial, normal e colegial em todos os estabelecimentos públicos do Estado. (JORNAL DA BAHIA, 25/08/67, p. 1 e 26/08/67, p. 1; JORNAL A TARDE, 27/08/67, p. 1).

Os estudantes, contudo, continuaram se reunindo na Praça da Sé, e as manifestações chegaram ao terceiro dia após a deflagração da greve geral. Apesar dos secundaristas estarem em maior número, havia uma grande quantidade de universitários da Faculdade de Filosofia da UFBA, que participavam, ativamente, dessas manifestações públicas. Determinados a alcançar seus objetivos, promoveram manifestações simultâneas, em vários pontos do centro da cidade, durante os três turnos normais de funcionamento dos colégios, conseguindo, ao final, concentrar em frente à Assembléia Legislativa, aproximadamente, seis mil pessoas. (JORNAL A TARDE, 24/08/67, p. 4).

³³ Assinaram o documento dentre outros: Walter da Silveira, Jorge Amado, Ariosvaldo Matos, Guido Guerra, João Carlos Teixeira Gomes, João Jorge Amado, Gerson Mascarenhas, Floriano Teixeira, Maria Adélia de Araújo, Dinerval Chaves, Mirabeu Sampaio, Orlando Garcia, Henrique Álvares, Carmem Bittencourt, Ronaldo Sena e Arildo Deda.

No dia seguinte, 24 de agosto de 1967, os estudantes promoveram nova passeata contra a Lei Orgânica e reforma da Universidade Federal da Bahia. Dessa vez, concentraram-se na Praça Castro Alves, e posteriormente seguiram em direção a Praça da Sé, permanecendo em frente ao prédio da Assembléia Legislativa. (JORNAL A TARDE, 25/08/67, p. 4).

Diante do compromisso assumido pelo governo de garantir o ensino gratuito nos estabelecimentos estaduais, os estudantes das faculdades, colégios e ginásios em assembléia realizada na Escola Baiana de Medicina, no dia 25 de agosto de 1967, resolveram cessar a greve geral e voltar às aulas. (JORNAL DA BAHIA, 26/08/67, p. 1).

Durante uma semana, os estudantes secundaristas permaneceram em greve externando seu repúdio à Lei Orgânica do Ensino através de passeatas diárias, que se estenderam até Itapagipe (Colégios Santa Bernadete e João Florêncio Gomes), Rio Vermelho (Colégio Manoel Devoto), ultrapassando a área central de Salvador. Essas manifestações foram retratadas nas manchetes dos principais jornais da cidade, que noticiavam o “campo de batalha entre policiais e estudantes no centro da cidade”, e contavam, em média, segundo cálculos da imprensa, com, aproximadamente, 10 mil participantes. (JORNAL DA BAHIA, 26/08/67, p. 2).

Ao final, o governo afirmou estar “[...] convencido de que o prolongamento das manifestações fez parte de um plano de subversão da ordem, no qual se infiltraram elementos estranhos à classe estudantil”. Tal argumento pode ter tido um propósito subliminar de desqualificar o poder de mobilização frente à sociedade, manifestado pelos estudantes baianos durante aquele episódio, remetendo à “presença de elementos estranhos”, caracterizados como subversivos, a responsabilidade sobre o desenrolar dos acontecimentos, desconhecendo a força política desses estudantes que, organizados, conquistaram, efetivamente, aquela vitória, além de alertar a sociedade sobre o perigo da subversão.

É importante ressaltar que a mobilização contra a Lei Orgânica do Ensino configurou-se na segunda manifestação estudantil contra o governo estadual e no primeiro grande enfrentamento entre o movimento estudantil baiano e o regime militar. (BENEVIDES, 1999; JORNAL DA BAHIA, 26/08/67, p. 1).

Alguns dos nossos depoentes encararam positivamente essas mobilizações, ressaltando “[...] como uma experiência unânime, enquanto movimento social e o primeiro movimento de massa, na rua, contra a ditadura [...]” e acrescentando que 1967 foi o ano do renascimento de protestos juvenis em Salvador. (FERREIRA, 18/04/02, ARAUJO, 29/09/00 e SOUZA, 16/11/01).

Através da descrição de Ventura (1988), apresentada no livro, **1968: O ano que não terminou**, percebe-se o enorme legado do movimento estudantil de 1968 para a história, sobretudo para aqueles que, como o autor, vivenciaram a época:

[...] houve na história um movimento em que seus componentes não souberam o que era egoísmo, anulando-se como indivíduos para se encontrar como massa, esse movimento foi o da espetacular, pública e gregária geração de 68. (VENTURA, 1988, p. 85).

Assim, iniciaram-se, em 1968, greves de ocupação nas escolas de Medicina, Enfermagem, Nutrição, Administração, Economia, Filosofia, Arquitetura, Belas Artes, Veterinária, Politécnica, Geografia e nos Institutos de Matemática e Física da Universidade Federal da Bahia. (BENEVIDES, 1999). Durante todo o ano de 1968, os estudantes continuaram suas mobilizações em todo o país e a notícia do assassinato do estudante secundarista Edson Luiz, no Rio de Janeiro, em 28 de março, foi o provável estopim para o reinício das manifestações nas ruas de Salvador. Os estudantes baianos decretaram luto por três dias e promoveram manifestações pelo centro da cidade. Após se concentrarem na Praça Castro Alves, onde falaram vários oradores - dentre eles, os Presidentes do DCE, UEB e ABES – os estudantes caminharam pela Praça da Sé, Pelourinho e Baixa dos Sapateiros. Na Barroquinha, vários jovens discursaram para a população, informando que aquela passeata estava sendo realizada em sinal de luto ao colega assassinado pela polícia do Rio de Janeiro. (JORNAL A TARDE, 05/04/68, p. 3).

O **Jornal da Bahia** de 06 de julho de 1968 noticiou que os universitários em greve protestavam intensamente pelas ruas de Salvador e, que além de denunciarem a violência contra Edson Luis, reivindicavam dentre outras questões, melhorias na qualidade do ensino, criação de novas bibliotecas, assistência médica, eleições diretas para o DCE e o fim do arrocho salarial. (JORNAL DA BAHIA, 06/07/68, p. 2).

Edson Luís também virou tema de poemas:

EDSON LUÍS

“Você era jovem, tão jovem!”.
Era todo esperança,
Um homem ainda criança,
Que nem sabia lutar...

Mas lutaram com você,
Mas fizeram de você,
Apenas uma lembrança...

Sim você era jovem,
 Jovem como nós somos;
 E vendo-o assim sem vida,
 Lutamos pelo “porque”
 O “porquê de tudo isto”
 Que tirou você daqui;

Lutamos para amanhã
 Não sermos também a lembrança,
 De um homem ainda criança
 De um jovem que por ser tão jovem,
 Foi apenas uma “esperança”³⁴

As passeatas geralmente eram antecedidas por assembléias gerais, nas quais se definiam as reivindicações. Segundo Benevides (1999) a maioria dos militantes por ele entrevistados definiu a oposição aos acordos MEC-USAID, juntamente com a defesa da gratuidade e da boa qualidade do ensino como as principais bandeiras nas manifestações dos anos 1967 e 1968. Esse mesmo autor descreveu, em seu trabalho, como eram organizadas as passeatas em Salvador:

Uma vez definidas as reivindicações, decidia-se a forma de protesto. Estas geralmente eram as passeatas. Antes de sair às ruas, porém, organizava-se o itinerário destas manifestações, ou seja, onde deveriam começar, por onde deveriam seguir e finalmente onde deveriam se dispersar³⁵. Além disso, eram estabelecidas as vias de fuga, caso ocorresse um confronto direto com a polícia. Por fim, eram destacados estudantes encarregados unicamente da segurança dos participantes. Estes não portavam nenhum tipo de material (bandeiras, cartazes ou panfletos), pois sua função era alertar a todos da chegada da polícia. (BENEVIDES, 1999, p. 68 e 69).

Os acordos MEC-USAID tiveram grande repercussão entre os estudantes da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Católica, gerando inúmeras mobilizações de protesto. Um dos nossos depoentes nos informou que:

[...] passamos dois, três meses em manifestações, era de manhã, de tarde e de noite. Tinham manifestações de vinte, trinta mil pessoas, fácil, fácil. Por que o medo dos seus filhos não terem acesso à universidade mobilizou grande parte da população em Salvador [...] era tanta gente na rua que mobilizaram os bombeiros, eles se negaram a reprimir [...] eram tantas manifestações que nos dividíamos em outros bairros da cidade, Alagados, Cidade Baixa [...] deixou de ser interessante muita gente concentrada no centro, nós fazíamos

³⁴ CHAGAS, Maria Amélia. 1º ano de Letras, Faculdade Católica de Filosofia, *Jornal da Bahia*, 05 de abril de 1968.

³⁵ “O trajeto padrão das manifestações e passeatas políticas em Salvador, ontem como hoje, mas ontem mais fortemente do que hoje, é do Campo Grande à Praça da Sé, pela Avenida Sete de Setembro. O Mosteiro de São Bento está na Avenida Sete, perto do fim do caminho entre a Praça da Piedade (então sede única da Secretaria de Segurança Pública) e a Praça Municipal (então sede do Governo do Estado) de onde partiam as ordens diretas (a fonte poderia estar no Quartel General do Exército, na Mouraria, aliás ligado ao Mosteiro pela Rua do Paraíso) para reprimir a manifestações. Ao lado do muro do Mosteiro passavam as passeatas” (CARVALHO NETO, 1996, p. 24/25).

manifestações no centro da cidade, mas, também, em outros bairros [...]. (FERREIRA, 18/04/02).

Segundo notícias da imprensa, após realizarem uma passeata pelas principais ruas de Salvador numa dessas mobilizações em protesto contra a falta de verbas, os estudantes baianos, aos gritos de “Abaixo o MEC-USAID”, invadiram o prédio da Comissão Executiva do convênio MEC-USAID, atearam fogo nas instalações do térreo e primeiro andar, saquearam arquivos e queimaram todos os papéis que se encontravam em seu interior. Também não faltaram pichações, com palavras de ordem de “Viva a guerra popular” e “Abaixo a ditadura”, nos ônibus coletivos, “engarrafados” pela passeata, em estabelecimentos comerciais e no Palácio do Governo. (JORNAL DA BAHIA, 05/07/68, p. 3).

Nos colégios Central, Severino Vieira e Escola Técnica Federal foram realizadas greves de solidariedade aos alunos suspensos, considerados “subversivos” pela direção das respectivas escolas. No caso da Escola Técnica Federal da Bahia, o motivo da suspensão teria sido a exposição de um Mural contendo críticas à direção da Escola, consideradas pelo Diretor como desrespeitosas à sua pessoa. Em resposta, os estudantes dessa escola exigiram eleições para o Grêmio Estudantil, cuja diretoria havia sido imposta pelo Diretor da Escola. (JORNAL A TARDE, 17/05/68; BNM – 192/71, p. 189, 422)

Ainda no ano de 1968, os estudantes dos colégios “Central”, Góes Calmon, Duque de Caxias, Manoel Devoto e Escola Parque entre outros, retomariam suas mobilizações no mês de julho, contra o “Vestibular Único”, considerado pelos mesmos como inaplicável dentro da estrutura de ensino de Salvador. (JORNAL DA BAHIA, 18/07/68).

A prisão, no Rio de Janeiro, do estudante Vladimir Palmeira e os aumentos nas passagens dos ônibus coletivos da capital baiana foram motivos para a ocupação das principais praças e avenidas do centro de Salvador pelos estudantes baianos, no início de agosto de 1968. Na Praça Castro Alves e Rua Chile, os estudantes, em grupos, reagiram durante horas com pedradas, bolas de gude, enquanto que os policiais agrediram utilizando, a tiros de revólveres, fuzis, bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes. Durante os confrontos, os estudantes utilizaram táticas que consistiam em dispersar num local para reaparecer em outro e voltaram a reunir-se na Praça da Sé, Ladeira da Praça e Baixa dos Sapateiros, realizando “comícios relâmpagos” e distribuição de panfletos. (JORNAL A TARDE, 09/08/68, p. 2, 3).

No confronto entre estudantes e policiais, nem mesmo o Mosteiro de São Bento saiu ileso. A polícia invadiu o templo em busca dos estudantes abrigados pelo abade Dom Timóteo Amoroso Anastácio, o qual informou à imprensa da época ter sido surpreendido “[...] com a

gritaria dos estudantes que, acuados pela polícia, entraram na Igreja [...] em seguida, o contingente policial arrombou a porta principal, prendeu, violentamente, vários estudantes e dispararam tiros contra o Mosteiro”. (JORNAL A TARDE, 09/08/68, p. 2, 3).

Os saldos desses momentos conflituosos em que a cidade “virou praça de guerra”, foram muitos: várias prisões de estudantes, populares e policiais feridos à bala e pedras; escolas e faculdades paralisadas; prédios oficiais apedrejados e, por fim, o comércio do centro de Salvador prejudicado. No âmbito governamental, foi notório o aumento da repressão policial. O chefe do Executivo, Luis Viana Filho, reuniu-se com comandos militares e federais e solicitou-lhes a colaboração de tropas federais, que agiriam preventivamente e impediriam a organização de novas passeatas em Salvador. (JORNAL A TARDE, 09 e 10/08/68).

A prisão de estudantes universitários no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, interior de São Paulo³⁶, resultou em novos conflitos nas ruas de Salvador, em outubro de 1968. Comícios relâmpagos foram realizados em vários pontos da cidade, quando os oradores pediam a libertação dos seus colegas, presos quando participavam do referido congresso. Em decorrência dos enfrentamentos com a polícia, cerca de 70 pessoas foram presas, estudantes em sua grande maioria. Nessa ocasião o Colégio “Central” foi invadido por policiais e vinte e nove estudantes foram detidos.

Diante dos acontecimentos narrados, percebemos que o movimento estudantil baiano, já sob influência da Dissidência do PCB na Bahia, foi adquirindo radicalização paulatinamente, ao longo do ano de 1968, e o regime militar, representado na Bahia pelo governador Luís Viana Filho, foi aumentando a repressão às mobilizações estudantis.

O aumento da violência impulsionada pela polícia contra os jovens baianos em suas manifestações - geralmente resultado de uma operação conjunta entre a polícia Militar, a Polícia Civil, representada pelo DOPS e a Polícia Federal – utilizava a polícia montada, que lançavam bombas de gás lacrimogêneo e partiam para cima dos estudantes armados com cassetetes. Por sua vez, os estudantes se defendiam das mais variadas maneiras, dentre elas, com a utilização de bolas de gude para forçar a queda dos cavalos da polícia, arremessando

³⁶ O XXX Congresso da UNE seria realizado clandestinamente, em outubro de 1968, com a presença de cerca de setecentos delegados estudantis de todos os pontos do país, num sítio em Ibiúna, interior de São Paulo. A polícia prendeu quase todos os presentes, impedindo a realização do Congresso organizado pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP). Entretanto, o XXX Congresso se realizaria sob rígida clandestinidade, em abril de 1969, num sítio no Rio de Janeiro, com a presença de, no máximo, cem delegados, eleitos em congressos regionais. Maiores esclarecimentos sobre o XXX Congresso de Ibiúna. Ver: GORENDER (1990) e RIDENTI (1993).

pedras com estilingue e até mesmo utilizando gatos para distrair os cães dos comboios militares. (BENEVIDES, 1999).

É necessário ressaltar que, em Salvador, durante os protestos contra a Lei Orgânica do Ensino, ocorridos em agosto de 1967, os estudantes secundaristas eram maioria – diferentemente de outros Estados, sobretudo, Rio de Janeiro e São Paulo – e as manifestações tinham como objetivo chamar a atenção para problemas específicos dos secundaristas. Já no ano de 1968, principalmente a partir dos acordos MEC-USAID, a predominância foi dos jovens universitários, o movimento já contava com a adesão de diferentes classes e correntes ideológicas.

1.5 O REFLUXO DAS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS

Após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)³⁷, a mudança nas mobilizações dos estudantes foi nítida, a repressão acirrou claramente em todo o Brasil e o bloqueio das atividades ocorreu naturalmente no interior do movimento estudantil. Com isso, parte das lideranças estudantis e a “massa avançada” dos estudantes ingressaram na militância clandestina. De acordo com os dados pesquisados por Ridenti (1993), foi expressiva a presença de estudantes nos grupos de esquerda em geral (906, ou seja, aproximadamente 24% do total de 3.698 estudantes processados com ocupação conhecida), e, particularmente, daqueles que pegaram em armas (583, ou seja, aproximadamente 30% dos 1.897 denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas). Esses dados refletem a radicalização política durante as mobilizações estudantis, sobretudo nos anos de 1966 e 1968.

Em Salvador, o AI-5 deu maior fundamentação legal à repressão em fevereiro de 1969, quando o governo baixou o Decreto 477, que dificultaria as atividades políticas dos estudantes. Pode-se constatar também a desarticulação dos centros acadêmicos e do diretório central e o cancelamento da matrícula de estudantes secundaristas e universitários, considerados subversivos. A forte repressão do período Médici inviabilizaria as mobilizações estudantis que desaparecem da cena pública e, somente a partir de 1973, suas entidades retornariam às atividades políticas. (BENEVIDES, 1999; OLIVEIRA, 2002; BRITO, 2003).

³⁷ Promulgado, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional n. 5, que representou o completo fechamento do regime militar. Não havia prazo estipulado para sua vigência e passariam a ser permanentes os controles e a suspensão de garantias institucionais. Ver: ALVES (1987, p.131).

Essa radicalização do regime militar trouxe, para muitos jovens baianos, a confirmação de que vias pacíficas não bastariam para reconquistar a liberdade e acabar com o regime autoritário no Brasil. A impossibilidade de se fazer “movimento de massa”, ou seja, o fechamento total da ditadura militar dificultou o trabalho político que se fazia anteriormente, sobretudo pelos estudantes.

É com o objetivo de continuar a resistência à ditadura militar que a maioria dos estudantes envolvidos nas manifestações estudantis dos anos de 1966-1968 vão ingressar nas organizações que defendiam a luta armada, adotando atitudes mais extremadas e conferindo à luta política uma posição de “vanguarda” contra a posição do PCB, para o qual era preciso naquele momento “[...] estreitar ligações com as grandes massas da cidade e do campo”. (CARONE, 1981, p. 64).

Na proporção em que os estudantes foram investindo mais intensamente nas discussões sobre luta armada e se preparando como “quadros”, ou seja, militantes profissionais, iam se afastando da frente de massas e entrando na clandestinidade por questões de segurança. A preparação militar mínima era obrigatória, os encontros somente em pontos previamente marcados, com senhas, não se permitindo atrasos. Compreendendo que o momento posterior ao AI-5 caracterizava-se, particularmente, pela falta de alternativa para mobilização legal, a atividade estudantil reduziu-se ao que foi denominado pelo nosso depoente de “ação clandestina de massa”, que consistiu na colação de cartazes e panfletos nas paredes, na distribuição de alguns informes e difusão de boatos. (ARAÚJO, 29/09/00).

No Colégio “Central”, houve uma profunda intervenção e muitos estudantes foram cassados por terem participado de passeatas e greves nos anos de 1967 e 1968. Dos 240 impedidos de se matricular nos colégios oficiais, 157 eram alunos desse colégio. (JORNAL A TARDE, 14/02/69). Entre os seus alunos que foram presos após o AI-5, muitos integraram a dissidência do PCB, com o qual romperam, insatisfeitos com a orientação política desse partido.

Não conhecemos outro caso, no restante do país, de uma quantidade tão significativa de estudantes secundaristas cassados. Em depoimento, João José Reis, ex-simpatizante do MR-8, ressaltou o aumento do controle da direção do Colégio Central após o AI-5:

[...] foi aberto um portão lateral (na rua sem saída que encontra com uma das entradas da Estação da Lapa), mais controlado, criando uma espécie de armadilha, já que o antigo portão dava acesso a várias ruas [...] havia um controle maior da direção com vigilância, disciplina rígida, o grêmio e a biblioteca censurados [...]. (REIS, 27/04/01).

Para certos setores da vida cultural de Salvador, o AI-5 também representou um golpe severo. O fechamento da Segunda Bienal de Artes Plásticas no Convento da Lapa e conseqüente prisão de seu coordenador, Luis Henrique Dias Tavares e do secretário da Cultura do Estado, Juarez Paraíso, foi um exemplo da interferência do governo militar numa manifestação de cunho artístico promovida pelo governo da Bahia, que no entendimento do regime constituía em ameaça. (SILVEIRA, 19/03/02; BNM 192/71, p. 118).

Segundo Ridenti (1993), já em meados de 1968, havia uma tendência à migração dos militantes do movimento estudantil de seus grupos estudantis para as organizações de esquerda, que apresentavam como meta prioritária a guerrilha rural. Em Salvador, ainda no final de 1967, como resultado das dissidências do Partido Comunista Brasileiro, temos conhecimento de um grupo de estudantes baianos, basicamente secundaristas, que já constituíam duas correntes independentes, ou seja, duas dissidências do PCB local, e que, durante as movimentações estudantis de 1968, já atuavam organizadamente: uma sob a liderança de Juca Ferreira e Sérgio Landulfo Furtado e a outra, coordenada por Chantal Russi, Marie Hélène Russi, Carlos Sarno e Jurema Valença.

A compreensão da existência dessa divisão no interior da DI-BA leva-nos aos seguintes questionamentos: Por que essa dissidência se dividiu? Qual a particularidade ou diversidade existente em cada uma das tendências? O que teria causado a separação da DI-BA e, uma vez separadas se existiria alguma forma de relacionamento entre elas? Quais concepções políticas eram compartilhadas? Buscaremos, ao longo deste texto, responder a estas inquietações.

No decorrer desse processo de mobilização, os estudantes, em sua maioria proveniente do Colégio “Central”, vão agrupar-se, cada um deles, de acordo com suas relações pessoais, preferências ideológicas e afinidades com os métodos utilizados para a derrubada do governo militar no Brasil. Nesse momento, esses estudantes, já vão atuar, organizados no interior das dissidências de forma semiclandestina, alguns deles adotando codinomes. Mediante o depoimento de nossos entrevistados e com base no resultado da nossa pesquisa, todos os militantes que estiveram na direção das organizações clandestinas em Salvador, participaram do movimento estudantil. (VALENÇA, SARNO, FERREIRA, SOUZA).

Ambas as tendências, no interior da dissidência do PCB, aos poucos vão se afastando dos movimentos de massa de outros tempos, assumindo algumas atitudes de viés militarista na confrontação com o regime - como, por exemplo, a busca de treinamento militar -, embora esses grupos não se assumissem dentro da chamada “linha militarista”. Ao entrevistarmos os protagonistas que estiveram na liderança das duas tendências, cada entrevistado declarou que

o outro grupo dissidente, naquele momento, assumira atitudes militaristas e vanguardistas em detrimento das atividades políticas junto aos estudantes e operários, o que, tendo como prioridade a busca de uma rede de apoio para a organização, teria sido o fator preponderante da divisão da Dissidência da Bahia em dois agrupamentos: um ligado ao MR-8 e outro à VAR-Palmares. (SARNO, 26/03/03; ARAUJO, 29/09/00; SILVEIRA, 19/03/02; FERREIRA, 31/05/02).

Mas as motivações do rompimento, quanto à forma de resistência à ditadura, não foi o único ponto de divergência, uma outra resposta freqüente refere-se à divisão por afinidades pessoais, ou seja, as amizades constituídas ainda no movimento secundarista do colégio “Central” também teriam sido uma motivação para a cisão da Dissidência em dois grupos distintos, com estruturas e ligações com outros estados diferenciados. (SARNO, 26/03/02; FERREIRA, 31/05/02; ARAUJO, 04/10/00; SILVEIRA, 19/03/02). Exemplificamos com o depoimento de Renato da Silveira, que afirma a opção pela entrada no MR-8 a partir das relações pessoais: “[...] eu conhecia Júlio Ferreira, conhecia Juca Ferreira, conhecia Sérgio Furtado, é por isso que eu fui. Terminei me aglomerando a esse pessoal [...] a impressão que eu tenho é que foi muito mais por uma questão de personalidades fortes do que por uma questão programática”. (SILVEIRA, 19/03/02).

Assim como o MR-8 na Bahia concretizou a sua formação a partir da orientação política de dirigentes vindos do Rio de Janeiro, Franklin Martins, o PCBR contou, também, com a chegada de quadros importantes de Pernambuco e do Rio de Janeiro como Paulo Pontes da Silva, Renato Ribeiro da Costa e Dirceu Régis Ribeiro, os quais passaram a ser os dirigentes regionais do PCBR em Salvador no início de 1969, com o objetivo de recrutar militantes e formalizar o partido.³⁸

Dessa forma, dever-se-ia dizer que, em Salvador, os movimentos estudantis, sobretudo os da UFBA, assumiram, pontualmente, posições políticas de enfrentamento ao governo instituído já no pós-golpe de 1964. (BRITO, 2003). Não obstante, merece destaque o fato de que o maior número de manifestações ocorreram nos anos 1967 e 1968 e de que foi do interior das escolas secundaristas de Salvador que saiu a maioria dos manifestantes que se envolveram politicamente com partidos e organizações de esquerda, bem como aqueles que tiveram envolvimento com a luta armada urbana, luta de massa militarizada e, conseqüentemente, entraram para a clandestinidade.

³⁸ Essa base estudantil era remanescente dos movimentos estudantis de 67, 68, universitários da Faculdade de Direito e Economia da UFBA e alguns estudantes secundaristas de Jequié coordenados por Dirceu Régis já a partir de abril de 68.

Foi possível perceber que tanto a formação, na Bahia, do MR-8 e da VAR-Palmares - a partir da integração com os dois grupos de estudantes, dissidentes do PCB, acima referidos-, como a do PCBR - ainda que este não tenha sido originário dessa dissidência – ancoraram-se fortemente em contatos com estudantes secundaristas e universitários.

Isso nos permite dizer que havia, a princípio, um único grupo de esquerda armada originado na Bahia pelo rompimento com o PCB local, denominado Dissidência Comunista da Bahia. Entretanto, as relações pessoais, assim como as diferenças do ponto de vista programático, acirrariam as disputas internas, ocasionando um posterior desmembramento que levou cada grupo de estudantes para um lado da resistência armada baiana.

Este capítulo consistiu em delinear as movimentações estudantis em Salvador e sua relação com as organizações de esquerda armada. Não detalhamos, exaustivamente, muitas dessas manifestações porque a nossa perspectiva é discutir o quadro geral da estrutura e do funcionamento do PCBR, MR-8 e VAR-Palmares em Salvador. Por isso, utilizamos os movimentos estudantis de 1966 a 1968 apenas para ilustrar e acompanhar a trajetória de alguns estudantes que, nos anos subseqüentes, atuariam clandestinamente nas organizações mencionadas. Essas são algumas das questões que discutiremos a seguir.

CAPÍTULO 2

CANÇÃO DO CÁRCERE OU HINO DA GALERIA F³⁹

Nos quartéis cruéis da ditadura
Não se rompe nosso elo solidário,
Sempre existe acesa em nosso peito
A formação do Partido Proletário.

Companheiros camponeses, operários,
A vitória pela luta nascerá,
A bandeira pelo povo levantada,
Linda bandeira do Exército Popular.

Nosso grito sai das grades para as ruas
Num recado a todo o povo brasileiro,
Esta batalha é geral dos oprimidos
E pela morte dos trustes estrangeiros.

Dirceu Régis

³⁹ Após a entrevista, o professor de História e poeta Dirceu Régis, gentilmente, nos presenteou com estes versos, compostos por ele em Fevereiro de 1971.

FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS ORGANIZAÇÕES⁴⁰ ARMADAS EM SALVADOR

Para compreendermos a atuação da esquerda que optou pela via armada em Salvador, é preciso, inevitavelmente, voltarmos ao período compreendido entre os anos 1965 e 1967, momento no qual o Partido Comunista Brasileiro sofre uma divergência interna que resulta no surgimento de inúmeros grupos dissidentes. As discordâncias se deram em torno dos balanços sobre os erros e causas da derrota de 64 e da questão da luta armada que crescia em vários países da América Latina, desde a Revolução Cubana de 1959. Bases universitárias romperam com o PCB em todo o país e formaram as chamadas dissidências estaduais, as “DIs”. No estado do Rio de Janeiro, surgiu a DI-RJ; na Guanabara, a DI-GB, ambas, posteriormente, denominadas Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8. Havia a DI do Rio Grande do Sul, a DI-SP, em S. Paulo depois integrada à Aliança Libertadora Nacional ou, sucessivamente, à Vanguarda Popular Revolucionária e à Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares; em Minas Gerais, a dissidência estudantil daria origem à CORRENTE. (RIDENTI, 1993).

Para além das cisões do PCB nas bases estudantis que deram origem às organizações clandestinas, temos o exemplo de alguns dos principais dirigentes do PCB que também romperam com o partido. É o caso das divergências programáticas que levaram ao afastamento

⁴⁰ Ao longo desta dissertação denominaremos o MR-8 e VAR-Palmares e o PCBR de organizações armadas, embora o PCBR, tenha sido um dos defensores do partido de vanguarda de tipo “leninista” tradicional, na condução da guerrilha.

dos dirigentes Carlos Marighella e Câmara Ferreira, os quais vieram a criar a Ação Libertadora Nacional (ALN); e Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho que fundariam o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Embora a ALN tivesse sua força principal em São Paulo e o PCBR na Guanabara, ambos receberiam ex-militantes do PCB em todo o país. Com isso, o PCB perdeu, até 1968, metade de seus integrantes, os quais foram integrar as cisões que propunham a resistência armada imediata, opondo-se à proposta do Comitê Central do PCB, que não entendia a luta armada como “[...] única e exclusiva forma de luta contra a ditadura e a única que pode levar à vitória da revolução”. (INFORME DO COMITÊ CENTRAL AO VI CONGRESSO DO PCB, 1967, apud DOCUMENTOS DO PCB, 1976, p. 73).

De acordo com Ridenti (1993), subdividem-se, em três grandes coordenadas, as divergências entre os vários grupos em que se fragmentou a esquerda brasileira em oposição ao PCB, na década de 60: uma refere-se ao caráter da revolução brasileira (para um grupo, a revolução seria nacional e democrática numa primeira etapa; para outro, ela já teria caráter imediatamente socialista); a outra orientação diz respeito às formas de luta revolucionária para o combate à ditadura e a chegada ao poder (o foco do modelo cubano; o cerco da cidade pelo campo, da linha maoísta; a insurreição popular); a última, se refere à natureza da organização política a ser construída, ou seja, à necessidade ou não de um partido nos moldes leninistas da III Internacional.

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) tem origem em uma dissidência do PCB, surgida no ambiente universitário de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, a Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), formada a partir de 1964 e desarticulada pela repressão a partir de abril de 1969. A DI-GB - Dissidência da Guanabara - começou a atuar, como grupo independente, já em 1966 e, em 1968, destacou-se nas manifestações estudantis sob a liderança de Vladimir Palmeira. Em setembro de 1969, teria papel determinante no seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, realizado em uma ação conjunta com a ALN. O objetivo inicial dessa ação era libertar Vladimir Palmeira, contudo a DI-GB, além de chamar a atenção do mundo inteiro para a situação brasileira e fazer propaganda política, conseguiu a libertação de 15 presos políticos (entre eles, Vladimir Palmeira). (GORENDER, 1987). Foi no decorrer deste seqüestro, que a DI-GB optou pelo nome MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), com o objetivo de confundir e desmoralizar a repressão que, meses antes, anunciara, publicamente, a destruição da DI-RJ, a qual, por desconhecer seu verdadeiro nome, denominou MR-8, na verdade o nome de um jornal publicado pela Dissidência do Rio de

Janeiro (DI-RJ), o *Oito de Outubro*, denominação alusiva ao dia da morte de Che Guevara. (ARNS, 1885; GORENDER, 19987).

Na crítica ao programa do PCB, tanto a DI-GB (MR-8) como a VPR e a VAR-Palmares indicavam que o chamado “caráter da revolução” no Brasil devia ser visto como “imediatamente socialista” e não nacional e democrática, a qual defendia alianças políticas na direção de um movimento democrático que superasse a ditadura. (CARONE, 1982).

O MR-8, na luta pelo socialismo, destacava que “[...] a contradição principal na sociedade brasileira é a que opõe o proletariado à burguesia, compreende-se esta como resultante de um processo de integração/dependência entre o imperialismo e a burguesia local”. (MR-8, Linha Política, abril de 1969, apud REIS FILHO, 1985, p. 344). Embora o MR-8 visse a necessidade de um partido tradicional descrito por Lênin (1979), na prática, estruturava-se de forma semelhante aos grupos armados que não propunham a necessidade imediata da formação do partido, constituindo-se, essa organização, de setor de camadas médias, setor de operários e setor armado, e os dirigentes de cada um deles compunham a direção máxima da organização. (RIEDENTI, 1993).

No que diz respeito às formas de luta preconizadas para o combate à ditadura dentro do processo revolucionário, o MR-8 defendia a idéia de um trabalho mais profundo junto às massas urbanas, em paralelo com a estratégia de guerrilha rural, sendo esta a mais importante para o movimento, embora, na prática, tenha sido a guerrilha urbana, o tipo de ação predominantemente realizado por essa organização socialista. (RIDENTI, 1993).

Após a realização do seqüestro do embaixador norte-americano, a repressão intensificou-se e o MR-8 foi duramente perseguido, o que resultou na prisão e morte de muitos militantes. Em decorrência da desestruturação da segunda VPR⁴¹, em 1971, um núcleo de militantes dessa organização armada, dentre eles, seu mais importantes dirigente, Carlos Lamarca, aproxima-se do MR-8 em abril desse ano, buscando um espaço maior para um “trabalho de massas” e o desencadeamento da luta no campo. (GORENDER, 1990).

Como resultado da tentativa de implantação do MR-8 no campo, o capitão Lamarca seria morto no interior da Bahia, no dia 17 de setembro de 1971, chegando ao fim o projeto de guerrilha rural. Finalmente, a estrutura orgânica do MR-8 foi desativada no país, em 1972, com a saída de quase todo o seu contingente para o Chile, em condições de clandestinidade, onde realiza um *Pleno* e, entre discussões, autocríticas e rachas no exílio, chegam ao entendimento

⁴¹ A formação da organização armada Vanguarda Popular Revolucionária, nome que só adquiriria em dezembro de 1968 deita raízes no processo de dissensão das organizações POLOP e MNR, no segundo semestre de 1967. Para maiores informações sobre VPR, ver CHAGAS (2000).

de que foram derrotados. Afastam a perspectiva de luta armada imediata, vanguardista e foquista com desvios militarista implementada até então e se decidem por um caminho que consideram a ação armada como um desdobramento da luta de massas. (GORENDER, 1990; LIMA, 1994).

Diferentemente, a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) surge da fusão do Comando de Libertação Nacional (COLINA) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no início de julho de 1969 sob a liderança do capitão Carlos Lamarca. Durante o processo de discussões para a formação da VAR-Palmares, com abrangência nacional, houve um amadurecimento no sentido de conquistar a adesão de pequenos grupos em outros estados, como Goiás e Bahia (CHAGAS, 2000). Em setembro do mesmo ano, a VAR-Palmares se dividiu, dando origem ao ressurgimento da VPR e de um outro grupo denominado Dissidência da VAR-Palmares (DVP), a qual não concordava com as resoluções do congresso de fundação da VAR-Palmares nem tampouco com o caminho apontado pela “nova” VPR, de inserção imediata no campo para deflagrar a guerrilha rural⁴². Assim, a partir de 1971, a VAR-Palmares começa a viver um processo de desagregação que culminou com a quase destruição de sua direção nacional, limitando-se, a partir daí, à prática de ações armadas unicamente para garantir a sobrevivência dos militantes.

O caráter socialista da revolução está evidente no programa da VAR-Palmares de setembro de 1969, o qual coloca, claramente, que o “[...] objetivo da revolução brasileira é, assim, o da conquista do poder político pelo proletariado, com a destruição do poder burguês, que explora e oprime as massas trabalhadoras”. (VAR-Palmares, PROGRAMA, 1969, apud REIS FILHO, 1985, p. 265; CHAGAS, 2000, p. 76).

A necessidade ou não da estrutura orgânica partidária nos moldes “marxista-leninistas” clássico - para fazer um trabalho junto às massas e realizar a revolução, a partir da guerra de guerrilhas no campo e das ações armadas nas cidades – foi outra linha divisora entre os grupos armados urbanos⁴³. A VAR-Palmares possuía como proposta, a efetivação de um trabalho mais profundo da vanguarda junto às massas, e, paralelamente, o desenvolvimento de ações armadas

⁴² O grupo que rachou com a VAR-Palmares, e refundou a VPR foi: Carlos Lamarca, Listz Benjamin Vieira, José Vieira Araújo Nóbrega, Darcy Rodrigues, Cláudio de Souza Ribeiro, Celso Lungaretti dentre outros. Nesse contexto, a VPR escolhe a região do Vale do Ribeira para treinamento de guerrilha e Lamarca produz um documento, estritamente técnico, definindo as várias formas de guerrilha, intitulado “Caminhos da Guerrilha” de outubro de 1969, BNM Anexo 777. Ver também Chagas (2000) e Emiliano Jose (2000).

⁴³ Para maior esclarecimento sobre a definição de “marxismo-leninismo”, vejamos esta citação de Daniel Aarão Reis Filho, (1990, p. 172), “Como definir o marxismo-leninismo? Tantos o invocam. Onde encontrar seus fundamentos? Em Marx? Na atualização de Lênin? Na tradução de Stalin? A confusão não impede dizer que se baseia numa certa concepção do devir histórico (determinismo histórico, inevitabilidade da revolução), numa visão do papel histórico da classe operária (messianismo operário) e numa concepção dos comunistas como vanguarda revolucionária, entre outras referências”. A esse respeito, ver também RIDENTI, (1993, p. 37)

urbanas e rurais. (CHAGAS, 2000; RIDENTI, 1993). A necessidade de um partido para deflagrar a guerrilha não estava prevista de imediato, este se forjaria durante o processo revolucionário. (VAR-Palmares, Programa, setembro de 1969, apud REIS FILHO, 1985, p. 274). Em seguida, durante um movimento de autocrítica, no ano de 1971, a VAR-Palmares defendeu a liderança de um partido e até mesmo propôs a criação de um Partido dos Trabalhadores: “O Partido dos Trabalhadores, aquele que vai acabar de vez com a exploração da burguesia, esse nós vamos conseguir lutando. Sim, companheiros, só organizados e lutando clandestinamente nós teremos o Partido de que precisamos”. (VAR-PALMARES, JORNAL UNIÃO OPERARIA, ANO I, 1970, N. 6, p. 2).

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) surge no Rio de Janeiro em meados de abril de 1968. Possuía uma concepção de vanguarda e tinha um caráter revolucionário diferente daqueles do MR-8 e da VAR-Palmares. Defendia a organização de um novo partido de vanguarda para a condução da luta armada e, através do documento intitulado “Linha Política” datada de abril de 1968, declarava que o objetivo da revolução brasileira era a destruição do “[...] aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário [...]” e propunha a substituição deste por um “Governo Popular Revolucionário”. O PCBR argumentava também que esse processo deveria “[...] seguir o caminho socialista de desenvolvimento e converter-se em Revolução Socialista”. Em outras palavras, depois de destruir o aparelho burocrático-burguês para constituir um “governo popular”, proporcionar “[...] condições para a passagem das transformações socialistas”. (PCBR, LINHA POLÍTICA, 1968, apud REIS FILHO, 1985, p. 164-165).

O PCBR admitiu todas as formas de luta de massas, legais e ilegais, desde que servissem ao desencadeamento e desenvolvimento da luta armada no campo (guerrilha rural), sem excluir o potencial das aglomerações urbanas, as quais favoreceriam as operações armadas voltadas para a propaganda revolucionária. (GORENDER, 1990).

O acirramento da repressão, no segundo semestre de 1969, levou o partido a aumentar a clandestinidade e tornou-o mais rigoroso com relação às questões de segurança. Em contrapartida, aumentou também a necessidade de empreender operações como, por exemplo, assaltos a bancos, entre outros motivos, para manter seus militantes clandestinos, o que, por sua vez, terminou lançando mais militantes na clandestinidade. Nesse momento, iniciou-se uma série de prisões que atingiram metade do seu Comitê Central, entre o fim de dezembro de 1969 e janeiro de 1970. Após estas prisões, o PCBR se reconstituiu com nova direção nacional que passou para a sua história como “o segundo Comitê Central”, o qual reforçaria

sua dimensão militarista expressa através de um documento de julho de 1970 que se distingue por uma crítica áspera à direção anterior.⁴⁴ (GORENDER, 1990).

2.1 O SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS

Durante o processo de rompimento com o PCB, a Dissidência da Bahia divide-se em dois grupos: um se integraria à VAR-Palmares de São Paulo e o outro à DI-GB. A essas duas tendências dissidentes faziam parte, inicialmente, um único grupo de estudantes, proveniente, em grande medida, do Colégio Estadual da Bahia, Colégio “Central”, mais alguns estudantes da Escola Técnica Federal da Bahia e do Colégio Severino Vieira. Podemos citar dentre outros, os estudantes Carlos José Sarno, Jurema Augusta Ribeiro Valença, Marie Hélène Russi, Chantal Russi, Nemésio Garcia, Getúlio Gaspar Gouveia, Rui Pinto Paterson, Israel Oliveira Pinheiro, Maria Célia Mascarenhas Magalhães, Sérgio Landulfo Furtado,⁴⁵ José Carlos Souza, Ubiratan Castro de Araújo, Carlos Moreira Villanueva, Denílson Ferreira de Vasconcelos, João José Reis e João Luis da Silva Ferreira (Juca Ferreira). Esses estudantes tiveram presença marcante nas movimentações estudantis durante os anos de 1966 até 1968 sob forte influência do Partido Comunista Brasileiro, contudo, é bom ressaltar que o ingresso de alguns desses jovens no partido ocorrera com o fim de provocar uma cisão, cujo objetivo era criar uma dissidência que comungasse com uma concepção de rompimento mais radical com o regime militar.

Como testemunha, o depoimento de Jurema Valença - quem posteriormente aderiu à VAR-Palmares - sobre o seu ingresso no PCB em 1968:

Eu já ingressei dentro da perspectiva de minar realmente o PCB, de tirar uma parcela de seus militantes para poder formar a dissidência baiana. E dentro desse grupo já havia uma ação autônoma [...] Na verdade, essa dissidência foi amadurecendo até que nós entramos em uma discussão para optar entre as alternativas nacionais [...] (VALENÇA, 28/07/01).

A entrada dos estudantes para a dissidência do partido resultou, sobretudo, das discussões ocorridas no interior do próprio PCB, precisamente, durante a participação nas

⁴⁴ As nove partes do documento são: I – O desenvolvimento capitalista no Brasil; II O aparelho de estado: do liberalismo à militarização; III – O movimento revolucionário: massismo e militarismo; IV - Balanço político e ideológico do Partido; V – Linha militar; VI – Linha de massas; VII – A frente revolucionária popular; VIII – A luta contra os desvios de direita e de esquerda; IX – Política de organização. Ver Gorender (1990, p. 181).

⁴⁵ Sérgio Furtado seria assassinado no Rio de Janeiro, é integrante da lista de desaparecidos políticos sob o regime militar. VER Miranda (1999) Jose (2000).

conferências que precederam o VI Congresso do PCB, realizado clandestinamente em dezembro de 1967. (FERREIRA, 31/05/02; VALENÇA, 28/07/01). Na ocasião desse Congresso, o PCB apresentou como proposta o estreitamento das “[...] ligações com as grandes massas da cidade e do campo [...]”, para uma ação conjunta contra a ditadura e questionou a utilização da luta armada como única forma de luta, não obstante à sua aplicação em conjunto com outros métodos. (CARONE, 1982, p. 64).

A posição do PCB em relação a luta armada pode ser percebida novamente neste trecho do “Informe de Balanço do Comitê Central” de dezembro de 1967 apresentado no VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB):

A luta armada só poderá ser, como forma predominante, e decisiva, a combinação de um processo sumamente complexo, onde se alternam e se conjugam os mais diversos métodos de luta. É necessário que as massas já estejam dispostas a todos os sacrifícios de preferência, a continuar no regime que os oprime, para que um partido de vanguarda possa conclama-las à ação armada. [...] Na verdade, os que hoje em nosso país levantam a luta armada, como única forma válida de ação revolucionária, afastam-se das massas, tornando-se por isso mesmo impotentes diante do atual regime. Com seu “ultra-esquerdismo” caem no conformismo e na passividade, quando não se lançam em aventuras igualmente incapazes de conduzir à vitória da revolução. (INFORME DO COMITÊ CENTRAL AO VI CONGRESSO DO PCB, 1967, apud DOCUMENTOS DO PCB, 1976, p. 74,75)

Como já mencionamos no capítulo anterior, a partir dos depoimentos de ex-militantes de cada uma das tendências, pudemos observar que um dos elementos mais valorizados, que levariam ao “racha” da Dissidência Comunista da Bahia, foram as diferenças programáticas, todavia, freqüentemente, as desavenças pessoais, também foram ressaltadas.⁴⁶ Por exemplo, os protagonistas, Juca Ferreira e José Carlos Souza, usam, ambos, um mesmo argumento em relação ao outro, de que o rompimento foi causado pela posição mais “vanguardista” e “militarista”⁴⁷ adotada pelo outro. Em relação ao rompimento da Dissidência Comunista da Bahia Juca Ferreira relatou que:

[...] logo depois de nós rompermos com o PCB, meses depois, rachou em dois, porque tinha um pessoal que era abertamente guevarista, trabalhava com a perspectiva do foco guerrilheiro, a gente os chamava de militaristas. Preparação de uma coluna guerrilheira, escolha da área, ação armada na cidade para criar infra-

⁴⁶ Perguntamos, insistentemente, aos nossos entrevistados o motivo do “racha” na Dissidência do PCB na Bahia. Em grande medida, as respostas coincidiram que uma suposta inclinação “militarista” do “outro grupo” levou à separação. Ver depoimentos de Carlos Sarno, Jurema Valença, Israel Pinheiro, Ubiratan de Castro Araújo, Renato da Silveira, José Carlos Souza, Juca Ferreira.

⁴⁷ Cabe aqui um esclarecimento de ordem semântica. O termo “militarismo” recebeu entre as esquerdas o significado de predomínio da tendência para a luta armada imediata. Organizações de esquerda militarizada eram aquelas que adotavam formas de luta e de propaganda armada e desprezavam o trabalho de massas. GORENDER, (1990).

estrutura, era uma coisa que subestimava a ação política. E nós, nós, outro grupo, tínhamos a tese das ações político-militares. As ações armadas deveriam ser para fazer propaganda de um projeto político. Deveríamos ter enraizamento nas classes sociais, era um pouco mais sofisticado teoricamente [...] (FERREIRA, 18/04/02).

O grupo que se aproximaria da VAR-Palmares também afirmou na época defender as ações “político-militares, onde a ação militar estava subordinada à propaganda de um projeto político. Essa classificação foi encontrada em Carlos Sarno e Ubiratan Araújo para justificar o distanciamento em relação ao grupo liderado por Juca Ferreira e Sérgio Furtado. Em depoimento Sarno mencionou que durante o Congresso de Ibiúna ocorreu contatos do seu grupo com a Dissidência de São Paulo no que facilitou a integração com a VAR-Palmares. Sobre alguns fatores que provocaram a divisão da DI-BA, Sarno também relatou o seguinte:

Priorizávamos a atividade política de organização operária, de articulação e uma rede de apoio de inserção social. Havia uma corrente mais voltada para a ação armada, para uma discussão de foco, de vanguarda [...] esses foram os motivos, apesar das ligações pessoais que a gente tinha. [...] A gente começou a se ligar mais ao pessoal de São Paulo, mais voltado para discussões políticas [...] as afinidades do ponto de vista político com a VAR-Palmares, de organização dos trabalhadores nas cidades, a instância política, foram também importantes [...] (SARNO, 29/09/01, 26/03/02)

Ubiratan Castro de Araújo observa que: “[...] houve discussões da nossa DI com a ALN, com a POLOP, POC, COLINA, a gente ficava discutindo onde se agrupar porque a situação de dissidente era incômoda [...]”.

Jurema Valença também menciona o período de discussões para ingressar nas organizações que possuíam, na época, maior visibilidade nacional:

Nós participamos das reuniões que envolveram o Sexto Congresso do PCB, e fomos representantes do setor estudantil; produziu-se documentos nessa oportunidade, e posteriormente houve o racha [...] começaram a haver as divergências, separamo-nos do partido e começamos a discutir aqui, na Dissidência Comunista da Bahia, qual era a adesão que faríamos, ou seja, se íamos ingressar no grupo de Marighella ou na facção VAR-Palmares [...]. (VALENÇA, 28/07/01).

Podemos perceber, até aqui, que as discussões, no interior da Dissidência da Bahia, durante o ano de 1968, levariam as tendências à busca de uma aproximação, no ano seguinte, tanto com a VAR-Palmares quanto com a DI da Guanabara.

2.2 DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA BAHIA E A VAR-PALMARES

O grupo da Dissidência Comunista da Bahia, que, posteriormente, se integraria à VAR-Palmares, estruturou-se em Salvador, a partir de março de 1969, marcado o seu início em uma reunião realizada no bairro de Pirajá, na qual foi definida a linha de atuação da organização clandestina. (BNM – 192/71, p. 59). Nessa reunião de fundação, primeira etapa de estruturação, que, segundo informações de um dos participantes, durou quatro dias, teriam acontecido apenas discussões teóricas sobre problemas regionais, brasileiros e internacionais. Num segundo momento, alguns dias depois, em outra reunião, numa fazenda localizada em Inhambupe, interior do estado, de propriedade do pai de um dos militantes, foram acordadas as bases da organização e definidos seus modos de atuação, assim como, a distribuição de tarefas e a divisão hierárquica entre os participantes. (BNM – 192/71, p. 59-60, 328).⁴⁸

Ora, não nos parece, portanto, incorreto afirmar que, o final do ano 1968 e o primeiro semestre de 1969, sem dúvida, foi o momento de consolidação política da Dissidência Comunista da Bahia através de discussões sobre as diversas organizações de esquerda armada implantadas no Rio de Janeiro e São Paulo, realizadas com o propósito de escolher aquela que melhor se adequasse às suas exigências. (FERREIRA, 31/05/02; SOUZA, 16/11/01; VALENÇA, 28/07/01). Já no segundo semestre de 1969, o grupo sob a liderança de Carlos Sarno, Chantal Russi, Jurema Valença, resolve enviar Getúlio Gouveia e Marie Héléne Russi, os principais “quadros”⁴⁹ da organização, para fazer contato e discutir formas de inserção política com a VAR-Palmares, porém, isto não se concretiza nesse momento, devido à prisão de ambos, quando tentavam embarcar na Rodoviária de Salvador, no dia 2 de setembro daquele ano. (PATERSON, 08/06/02; VALENÇA, 28/07/01; JOSE, 2000, p. 87; BNM 192/71, p. 60-61; A TARDE, 19, 21 e 25/02/70).

Jurema Valença narrou esse episódio:

Éramos todos seguidos o tempo inteiro [...] então foram prender Marie Héléne que estava seguindo com Getúlio Gouveia para o Rio de Janeiro para discutir o nosso ingresso grupo do Rio de Janeiro. Eles estavam indo fazer as discussões políticas e Getúlio estava armado. Na hora que Marie é presa na Rodoviária, Getúlio saca a arma, quando Getúlio saca a arma a polícia cai em cima dele, e os dois vão presos. Quando Marie vai presa com Getúlio, a gente dispersa porque eles sabiam que nós

⁴⁸ Dessa fase de integração e estruturação da organização em Salvador participaram apenas Chantal Russi, Marie Héléne Russi, Nemésio Garcia, Jurema Valença, Antonio Argolo, Getúlio Gouveia, Carlos Sarno, Denílson Ferreira de Vasconcelos, Wanderlan Macedo, Wanderley Macedo (estes dois últimos, originários da militância de Alagoinhas).

⁴⁹ Entendemos como “quadro” de uma organização, o militante “profissional”, o que está mais preparado qualitativamente, o quadro de direção ou o militante em tempo integral.

éramos do mesmo grupo [...] porque nós estávamos sempre juntos, e, éramos do movimento de massas, éramos da frente, não fazíamos um trabalho clandestino, fazíamos um trabalho público, e, eu já tinha sido presa uma vez no movimento de rua, numa passeata [...] (RIBEIRO, 28/07/01).

De acordo com nossos depoentes, cabe-nos lembrar, certamente Marie Hélène Russi já havia sido seguida e fotografada por policiais durante as manifestações estudantis dos anos de 1966 a 1968, fato que já teria colocado alguns indivíduos do grupo em evidência. Após a prisão de Marie Hélène Russi e Getúlio Gouveia, o grupo se dispersa inicialmente para cidades do interior, a exemplo de Riachão de Jacuípe, Amélia Rodrigues e, com a continuação das “quedas”, verificou-se, posteriormente, o “recuo” para São Paulo e Rio de Janeiro, a alternativa mais viável naquele momento. Duas conseqüências decorrem dessas prisões: primeira, a vulnerabilidade do grupo se apresentou como fato indiscutível, e a clandestinidade tornou-se uma alternativa aceitável para o restante do grupo; segunda, a dispersão foi total, e os militantes buscaram apoio em outras organizações da esquerda armada, na rede de simpatizantes e entre os familiares. (BNM – 192/71, p. 59-61, PATERSON, 08/06/02; VALENÇA, 28/07/01; SARNO, 26/03/02).

Face aos acontecimentos, durante o mês de outubro de 1969, a polícia prenderia Nemésio Garcia e Chantal Russi no município de São Miguel das Matas, onde se encontravam foragidos. (BNM 192/71, p. 60-61; JORNAL DA BAHIA, 18/10/1969; PATERSON, 08/06/02; VALENÇA, 28/07/01). Esse fato promoveria a desarticulação do grupo, a perda de contato entre alguns integrantes, obrigando-os, definitivamente, a afastarem-se de Salvador. No caso de Carlos Sarno e Jurema Valença, a cidade escolhida para “recuo” fora São Paulo, ficando evidente a adesão à VAR-Palmares, senão apenas por afinidades políticas, também por questões de segurança. (BNM 192/71, p. 59-60).⁵⁰ Paterson nos diz que “[...] as prisões transformaram, aquele que seria um processo calmo de integração, com inúmeras discussões, em puro engajamento por necessidade de ajuda”. (PATERSON, 08/06/02).

É certo afirmar que as prisões anteriores exerceram influência sobre a integração, pode-se dizer, antecipada à VAR-Palmares - ocorrida em São Paulo no mês de novembro de 1969 - de Carlos Sarno, Jurema Valença e Israel Pinheiro, militantes que sobreviveram às “quedas”. Porém, tendo em mente as condições impostas pela clandestinidade, consideramos no mínimo temerário seguir para uma cidade para contatar uma organização clandestina sem

⁵⁰ Em março de 1970, como resultado das prisões de Getúlio Gouveia e Marie H. Russi e as conseqüentes desarticulações, Denílson Vasconcelos, até o momento militante do grupo de Carlos Sarno, entra para o MR-8 e fica sob a assistência de Maria Lúcia Murat; Israel Pinheiro viaja para o Rio de Janeiro e depois segue para Minas Gerais. Ver também depoimentos de Jurema Valença, Carlos Sarno, Israel Pinheiro, Rui Paterson.

saber sequer a quem procurar, por isso não descartamos a possibilidade de ter existido uma predisposição nesse grupo em aliar-se à VAR-Palmares, expressa em algum contato anterior a suas partidas, considerando ainda as circunstâncias da queda de Marie Helène Russi e Getúlio Gouveia em setembro de 1969, os quais tinham já a intenção de seguir para São Paulo a fim de contatar a VAR-Palmares quando foram presos. Outro fato refere-se aos treinamentos de tiros, os quais teriam participado dentre outros Nemesio Garcia e Getulio Gouveia no primeiro semestre de 1969 juntamente com Amílcar Baiardi dirigente da VAR-Palmares, em Salvador, naquele momento.

Esclarecemos que não encontramos nenhuma evidência de relações entre a tendência da DI-BA, sob a coordenação de Carlos Sarno, Jurema Valença e Chantal Russi e o grupo da VAR-Palmares, coordenado por Fernando Luis Nogueira Souza e sua esposa Maria Olívia Chagas Nogueira de Souza, desembarcados em Salvador em algum dia dos meses de junho ou julho de 1969, os quais, apesar de “recuados” do Rio de Janeiro por motivos de segurança, trouxeram também a tarefa de integrar um grupo já existente e recrutar novos quadros para a VAR-Palmares. (BNM 271/70, p. 2-3, 47, 49-55).⁵¹

2.3 FORMAÇÃO DO PCBR NA BAHIA

Conhecemos, com efeito, a formação, no início do ano de 1969, de mais uma organização armada em Salvador, o PCBR, através da junção de um grupo de dissidentes do PCB com um grupo de jovens oriundos do movimento estudantil secundarista de 1967 e 1968, sobretudo do Colégio de Aplicação de Salvador e estudantes secundaristas da cidade de Jequié. Em grande medida, também, por alunos da faculdade de Direito, Filosofia, Geologia e Economia da Universidade Federal da Bahia, todos sob a orientação de “quadros” do PCBR de Pernambuco, deslocados para organizar e estruturar a base de Salvador. (BNM 212/70, p. 55, 82, 181-182, 829,1130; BNM 612/70, p. 494-495; CARVALHO, 22/06/99; RIBEIRO, 06/07/0; PONTES, 28/08/99).⁵²

Dirceu Régis Ribeiro, natural da cidade de Remanso, interior da Bahia, foi um importante “quadro” que veio para Salvador no início de 1969, com permissão da Direção

⁵¹ O casal viria integrar o grupo formado por José Campos Barreto, Antonio Nahas Junior, Negão, Agenor, Neginho, Arnaldo, Vicente, Fausto e Patrício (os sete últimos, codinomes - os três últimos foram transferidos para a Guanabara por motivos de segurança). Também chegaram do Rio de Janeiro para apoiar esse grupo, Sônia Lacerda Macedo, Fernando Carlos Mesquita Sampaio e “Flavio” (codinome).

⁵² Paulo Pontes foi um dos “quadros” remanejados de Recife para Salvador.

Nacional para ampliação de novos contatos e dinamização das atividades do PCBR na cidade. Esse militante, ainda no Rio de Janeiro, foi ligado à Frente Unida de Estudantes do Calabouço (FUEC). Participou das mobilizações do restaurante do Calabouço e, posteriormente, incorporou-se ao PCBR que o reenviou para a Bahia. (BNM 612/70, p. 403-404; BNM 91/70, p. 108-112; RIBEIRO, 06/07/01).⁵³

Após a chegada de Paulo Pontes a Salvador, em fevereiro de 1970, ocorreu uma reunião com a participação de Dirceu Régis, Frederico Menezes de Oliveira, Renato Ribeiro da Costa - os dois últimos do Comando Regional de Pernambuco - mais Getúlio Oliveira Cabral, Dirigente Nacional, na qual ficou estabelecida a tarefa de dinamizar as atividades do PCBR na capital baiana e ampliar os contatos já existentes da base estudantil. Segundo informações contidas no relatório final do “BNM-212/70” de abril de 1971, também houve a participação de antigos colegas do Colégio “Central”, que se reencontraram na Faculdade, geralmente, de Economia, e reuniram-se, novamente, para trabalharem juntos, como militantes do PCBR. (BNM 612/70, p. 201-202, 392-393; RIBEIRO, 06/07/01; PONTES, 08/04/00; BNM 212/70, p. 63-64, 96, 829; CARVALHO, 22/06/99).⁵⁴

Verificamos que, apesar da base do PCBR pertencer a estabelecimentos de ensino diferentes das duas organizações guerrilheiras mencionadas anteriormente, porém a sua composição era, também, predominantemente de estudantes. (CARVALHO, 22/06/99; DIRCEU, 06/07/01).

2.4 A DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA BAHIA E A INTEGRAÇÃO DI-GB/MR-8

Ainda falando sobre a formação das organizações armadas em Salvador, salientamos que esta possuía, em suas fileiras, principalmente, militantes da outra tendência da Dissidência Comunista da Bahia, aquela que optou pela fusão com a Dissidência da Guanabara (DI-GB). (FERREIRA, 31/05/02; SOUZA, 16/11/01).⁵⁵ Os encontros dos grupos de estudos e do “Grupo de Divulgação Artística” do Colégio da Bahia “Central” também

⁵³ No segundo semestre de 1969 começam as atividades do PCBR, com Dirceu Régis Ribeiro, Renato Ribeiro da Costa e Frederico Menezes de Oliveira.

⁵⁴ Em grande medida esses militantes da base estudantil foram recrutados por Renato Affonso de Carvalho e Maria Lúcia Santana Cerqueira.

⁵⁵ Esse grupo era formado por Juca Ferreira, Júlio da Silva Ferreira, Airton Silva Ferreira Filho, Sérgio Landulfo Furtado, Carlos Moreira Villanueva, Sergio Amado, Virgínia Sa Carneiro, Nilton Kominsk, Elisabeth Correia Lima, Edson (Sobrenome não identificado).

foram um ponto de confluência dos jovens que investiram na aproximação com a DI-GB, posteriormente MR-8. Entretanto, nesse momento, eles ainda não possuíam, também como os anteriores, uma linha política definida, e em suas reuniões discutiam-se diversos temas e a política adotada por variadas organizações. (BNM 192/71, p. 188-189; FERREIRA, 31/05/02).⁵⁶

Juca Ferreira, ao ser questionado em relação ao início do contato com a DI-GB, respondeu-nos:

O contato partiu da visibilidade que o movimento estudantil possuía naquela época [...] a gente tinha contato com São Paulo, tinha contato com o Brasil inteiro. [...]. Em 69 isso foi avançando, quando a gente fez o contato com a Dissidência da Guanabara, a identidade era muito grande, inclusive os documentos deles circulavam [entre nós], [...] eles já conheciam a gente também de movimento estudantil. Eu já conhecia Gabeira, já conhecia o Wladimir Palmeira, já conhecia Franklin Martins. Quando juntou, foi fácil, por que já tinha identidade do movimento de massa, e tinha uma compulsão de um conceito, inclusive já tinha se depurado com esse racha que eu me referi [a divisão da DI-BA] entre os da luta armada e os de ação armada submetida a um processo político [...], mas nós fomos sendo atraídos para ação armada, cada vez mais, cada vez maior a quantidade de ação armada [...] (FERREIRA, 18/04/02)

O primeiro ensaio de união de parte da Dissidência da Bahia com a Dissidência da Guanabara remonta ao final do ano de 1968, quando chegaram a Salvador dirigentes importantes, com o objetivo de discutir a linha política da organização da Guanabara. Contudo, o ponto inicial da formalização da fusão das duas dissidências viria a se verificar em uma reunião, ocorrida no início de 1969, com o então Dirigente Nacional da DI-GB, Franklin de Souza Martins, responsável pela Frente de Trabalho Armado. (JOSE, 2000; BNM 192/71, p. 550-551, 581; FERREIRA, 31/04/02; SOUZA, 16/11/01).⁵⁷

Esse militante assumiu a Direção da Dissidência da Guanabara com Daniel Aarão Reis Filho em abril de 1969, dirigiu inúmeras ações que visavam a obtenção de armas e dinheiro para a manutenção da organização e realização de ações armadas de teor político, foi ele também um dos militantes do MR-8 que participou do seqüestro do embaixador norte americano, Charles Elbrick.(GABEIRA, 1988; REIS FILHO, 1997).

A reunião teve também como um de seus objetivos sistematizar algumas teses, discutidas posteriormente na “Conferência” realizada em junho de 1969, na cidade de Dias

⁵⁶ Sergio Landulfo Furtado e Juca Ferreira coordenavam, no início de 1969, esse grupo de estudos dos quais também participavam Carlos Moreira Villnueva, Nilton Kominsk entre outros. Carlos M. Villanueva junto com Sergio Furtado também coordenariam o Setor de Música do Grupo de Divulgação Artística.

⁵⁷ Teriam estado nesta reunião, Juca Ferreira, Sérgio L. Furtado, José Carlos Souza, Carlos M. Villanueva e Elisabete Rebelo Correia Lima. Durante os anos de 1969 e 1971, os principais dirigentes nacionais do MR-8 estiveram em Salvador. São eles: Franklin Martins (atualmente jornalista da Rede Globo), César Queiroz Benjamim, Cláudio Cardoso de Campos, Carlos Alberto Muniz e João Lopes Salgado.

D'Ávila. Conforme depoimentos, a concentração durou dois dias, nos quais se discutiram as definições políticas da organização, bem como a estruturação da mesma. Estavam presentes também, alguns representantes da Dissidência da Guanabara, cujo objetivo maior foi formalizar a coligação das duas dissidências. Nessa “Conferência” de integração com a Dissidência da Guanabara, decidiu-se que as bases da organização, em sua estrutura baiana, continuariam as mesmas, porém com orientação da Guanabara. A partir desse momento, iniciou-se uma constante troca de quadros dirigentes, a exemplo Sérgio Furtado seguiu para o Rio de Janeiro, enquanto outros militantes seguiram trajetória inversa, vindo do Rio de Janeiro para Salvador. (BNM 192/71, p. 581,1473; FERREIRA, 31/04/02; SOUZA, 16/11/01).⁵⁸

Jose Carlos Souza relatou sobre essa reunião em Dias D' Ávila:

A nossa questão era como fazer a luta armada combinada com a luta de massas, e que não adiantava ter uma luta armada sem a luta de massas [...] uma vez passamos dois dias numa casa em Dias D'Ávila, todo mundo confinado lá, alta segurança, e conversando sobre as definições da organização. A Dissidência da Guanabara conversou com a gente, e nós já tínhamos uma certa inclinação por eles. Nessa época veio aqui na Bahia para conversar com a gente o Franklin Martins, veio o José Roberto⁵⁹ esses dois vieram e então começamos cada vez mais a estreitar os laços com a Dissidência Comunista da Guanabara. (SOUZA, 16/11/01).

Juca Ferreira desde o momento de estruturação do MR-8 em Salvador foi o seu principal assistente. Era a pessoa de ligação entre a Direção Regional (Lúcia Murat) e a Direção Nacional no Rio de Janeiro, dito de outra maneira, Juca Ferreira era o responsável por orientar as dirigentes que aqui atuavam: Lúcia Maria Murat de Vasconcelos e, posteriormente, Solange Lourenço Gomes.

Lúcia Maria Murat de Vasconcelos⁶⁰, militante do MR-8 na Guanabara, pertencia ao grupo de Ação e Propaganda, que integrava a Unidade Interna da Frente Operária chega a Salvador em fevereiro de 1970, junto com Marcos Dantas Loureiro. Com a reestruturação acontecida após o seqüestro do embaixador norte americano, a militante recebeu como tarefa o recrutamento de simpatizantes para a militância da organização, a sua tarefa principal na

⁵⁸ Nessa reunião, também se decidiu sobre o início da atuação da organização no meio operário, porque, até esse momento, a predominância da mesma era no setor estudantil.

⁵⁹ Provavelmente José Roberto Spiegel.

⁶⁰ Segundo informações contidas no livro de Luiz Maklouf Carvalho (1998) e do relatório do processo BNM 192/71, p. 431-432, Lúcia Murat pediu afastamento da linha de tiro da organização após algumas falhas pontuais nas ações armadas no Rio de Janeiro. Foi, então, deslocada para Salvador, atuou na mais rigorosa clandestinidade, fazendo contatos, inclusive, com outras organizações armadas em atuação na cidade. Voltou para o Rio de Janeiro no começo de 1971 e, presa no dia 31 de março desse mesmo ano. A ex-militante, hoje, é cineasta e dirigiu os filmes, *Doces Poderes* e *Que Bom Te ver Viva*, este último, um sensível documentário sobre mulheres torturadas pela ditadura.

Bahia foi a de coordenar e reorganizar as atividades do MR-8, pois teria encontrado “[...] a organização em Salvador sem nenhuma atividade, com quase todos os membros ‘entocados’ em aparelhos”. Lúcia Murat assumiu a Direção Regional do MR-8 cujo objetivo foi reestruturar essa organização armada em Salvador. (BNM 192/71, p. 90-91, 169, 418; FERREIRA, 31/05/02).

Em 15 de julho de 1970, por determinação de Carlos Alberto Vieira Muniz, então dirigente do MR-8 no Rio de Janeiro, Eliana Gomes de Oliveira chega a Salvador para coordenar o Setor de Camadas Médias, dando assistência ao movimento estudantil, a simpatizantes e fornecendo infra-estrutura de imprensa, documentação, montagem de aparelhos, compra de veículos, assistência financeira, médica, odontológica, pesquisa e serviços de inteligência. (BNM 192/71, p. 89-91; SILVEIRA, 19/03/02; FERREIRA, 31/05/02).⁶¹

No final de 1970, Lúcia Murat investigada pelos órgãos de segurança seria obrigada a permanecer “entocada” em aparelhos, no que dificultaria os contatos com o restante da organização, considerando ainda que Juca Ferreira continuava preso, fato ocorrido em outubro de 1970. Visto a urgência da presença de um “quadro” de direção na cidade Denílson Vasconcelos teria viajado para o Rio de Janeiro e relatado essas dificuldades da organização em Salvador. (JOSE, 2000; BNM 192, p. BNM 192/71, p. 33-35, 61-62 90; 169-172; FERREIRA, 31/05/02; SOUZA, 16/11/01).⁶²

As atividades do MR-8, iniciadas ainda em 1969, foram dinamizadas com a indicação de Solange Lourenço Gomes por João Lopes Salgado, este, militante do MR-8 na Guanabara, pertencente à Frente de Trabalho Armado foi um dos participantes do seqüestro do embaixador norte-americano e responsável por quase todas as ações armadas da organização. Solange Lourenço Gomes, em dezembro de 1970, vem substituir Lúcia Maria Murat de Vasconcelos – que retorna para o Rio de Janeiro onde foi presa em abril de 1971 - na Direção Regional das atividades da organização neste Estado, dando assistência a Eliana Gomes de Oliveira e Renato José Amorim da Silveira. (BNM 192/71, p. 33, 34, 62,91; SILVEIRA, 19/03/02; FERREIRA, 31/05/02).⁶³

⁶¹ Eliana Gomes de Oliveira, chegando em Salvador, teria se hospedado no hotel São Bento com o nome de Maria José Linhares e teve como primeiro contato na cidade, Denílson Vasconcelos, que foi o elo de ligação com o restante da organização.

⁶² Alguns dias após a chegada da Lúcia Murat, também comparece em Salvador o dirigente nacional, Carlos Alberto Muniz, trazendo Cr\$ 2.000,00 para a organização e seria o principal elo de ligação com Lúcia Murat e a Direção no Rio de Janeiro em determinado momento. Sérgio Landulfo Furtado foi citado como importante dirigente. Juca Ferreira, preso em outubro de 1970, após ser libertado, provavelmente em dezembro desse mesmo ano, passa para a clandestinidade e torna-se a ligação entre a Direção Nacional e Direção Regional.

⁶³ Estando procurada pela repressão em Salvador, Lúcia Murat volta para a Guanabara.

2.5 A POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO⁶⁴

2.5.1 Estrutura e funcionamento da VAR-Palmares, MR-8 e PCBR na Bahia

Nesta parte do capítulo, apresentaremos a hierarquia e a estruturação das organizações, a militância e as atividades desenvolvidas. A composição de cada organização armada, a tarefa de cada setor e suas respectivas vinculações com a estrutura da organização guerrilheira, assim como, as decisões que competem a cada um deles.

O “quadro” representava, na organização, o militante que possuía as melhores qualidades. Daniel Aarão Reis Filho, em seu estudo sobre algumas organizações de esquerda, apresenta as virtudes de um militante “profissional”. Esse autor pesquisou as qualidades exigidas a um militante especializado e, segundo ele, são as seguintes: energia no trabalho, entusiasmo pela revolução, qualidade teórica, devotamento, sacrifício, iniciativa, disciplina, eficiência, treinamento físico e preparação militar, dentre outras. (REIS FILHO, 1990).⁶⁵

Os “quadros” das organizações baianas também deveriam possuir esses predicados. Eram exigidas participações em constantes reuniões, o cumprimento de inúmeras tarefas, ações políticas e armadas, ou seja, disponibilidade total do militante para a organização.⁶⁶

Já o “assistente” seria a ligação entre o coletivo e a Direção Nacional, e também o elemento responsável pelos encaminhamentos das atividades, ou seja, era o representante do organismo, responsável por levar as resoluções da Direção ao coletivo, sendo ele o militante que convivia cotidianamente com a Direção, coordenando as seguintes funções: transmissão de suas experiências para o coletivo; orientação das posições do partido; aproximação entre a direção e as bases partidárias; responsabilidade pelo cumprimento dos planos de trabalho e andamento das campanhas. (PCBR, POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO, JULHO DE 1970).

O militante é conceituado pelo PCBR, segundo o documento de autocrítica, “Raízes ideológica de nossos erros” (1969) como aquele dirigente comunista que aceita o “Programa” e a “Linha Política” do partido e é capacitado para exercer qualquer tarefa. A diferença entre militante e dirigente dá-se pelo escalonamento hierárquico. Em outro documento, que discute a política de organização e trabalho clandestino do partido, o militante é considerado “[...] combatente da guerra revolucionária, identificado com a linha política [...], com a subordinação do interesse particular ao interesse coletivo [...] e a unidade de pensamento e

⁶⁴ Trata-se, aqui, da natureza das ações que foram realizadas e dos instrumentos orgânicos, políticos e militares utilizados para implementar estas ações.

⁶⁵ Para aprofundar a questão ver também PCBR, “Política de Organização”, julho 1970, p. 7, ANEXO N. 5.165

⁶⁶ Informações extraídas dos relatos do cotidiano de todos os depoentes.

ação que caracteriza o partido marxista-leninista”. (SOBRE POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO, 1969, p. 3).

A incorporação de membros ao partido se baseia em uma espécie de estágio disposto pela Organização Pára-Partidária (OPP), no qual os candidatos se submetiam a um processo de discussão política e de prática orientada para a sua devida formação, uma etapa, dita, obrigatória. A OPP não se confunde com a rede de simpatizantes, que não realiza, necessariamente, uma prática revolucionária. (PCBR, SOBRE A POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO, 1969, p. 3). Outro documento do PCBR trata a OPP como ante-sala do partido, “[...] que, através da prática, em conjunto, como aliado e como resultado de um crescimento político e ideológico, faz sua opção pelo comunismo, pedindo ingresso no Partido”. O documento segue concluindo que a OPP é, portanto, “[...] um organismo de transição, de curta duração, em que o futuro militante é testado [...]”, sobretudo na “[...] disciplina, na subordinação do individual ao coletivo [...]”. O membro da OPP, entretanto, tinha direito a voz, mas não a voto, o que só se verificaria após ser admitido efetivamente como membro do partido.(PCBR, POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO, JULHO DE 1970, p. 4).

Conforme os depoimentos de Roberto Espinosa e Maria do Carmo Brito, militantes da VAR-Palmares, as OPPs consistiam em um modelo de estrutura organizacional que visava reunir os simpatizantes e os grupos de apoio das organizações armadas, chegando, algumas vezes, a realizar pequenas ações. (CHAGAS, 2000).

Para além dos militantes e OPPs, existiam, no PCBR, os simpatizantes, classificados em dois grupos: os “Aliados de Apoio” e os “Aliados com Prática Política”. O primeiro grupo, normalmente, não entrava no partido, mas contribuía com empréstimo de automóveis, locais de reuniões, abrigo para militantes e até financeiramente. Já o segundo grupo de simpatizantes possuía uma prática política junto às “massas”, sob a direção do partido, mas seus integrantes não se dispunham a romper, completamente, com os interesses pessoais e ingressar na clandestinidade. (PCBR, POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO, 1970, p. 4).

Essas redes de simpatizantes, ou seja, as pessoas vinculadas à coordenação dos setores e à direção regional, também foram extensas nas organizações baianas. Até aqui, a pesquisa sobre as organizações de esquerda em Salvador aproximou-nos do que teriam sido as suas redes de simpatizantes e alguns tipos de colaborações. A esse respeito, foi reveladora a constância da utilização, pelas organizações armadas, dos serviços de seus simpatizantes. Para alguns, a hospedagem temporária de militantes, a função de guardar documentos pessoais falsificados, documentos políticos para discussão interna e mimeógrafos; atendimento

médico-odontológico gratuito; para outros, a tarefa de “cobrir pontos”⁶⁷, distribuir panfletos e contribuição em dinheiro e empréstimo de automóveis.⁶⁸ Ainda sobre o papel dos simpatizantes nas organizações, o MR-8, por exemplo, teria tido dois colaboradores importantes: um chefe de seção da Fábrica Nacional de Vagões que facilitou, segundo alguns depoimentos, a admissão de seus militantes nesse estabelecimento industrial; o outro, Temístocles Costa Argolo, funcionário da Polícia Federal, pai de Edson Albuquerque Argolo, um militante da organização guerrilheira, quem teria avisado ao filho sobre a prisão de Solange Gomes, personagem que desencadeou uma série de quedas no MR-8, iniciadas em março de 1971. (JOSE, 2000; BNM 192/71, p. 63-64, 146-147, 220-221, 346; FERREIRA, 31/05/02).

2.5.2 Estrutura interna das organizações armadas

Para maiores esclarecimentos sobre as organizações armadas na Bahia, consideramos relevante uma breve apreciação da estruturação do MR-8, da VAR-Palmares e do PCBR em suas bases nacionais⁶⁹.

A estrutura da VAR-Palmares estava dividida, resumidamente, em:

- I – Comando de Lutas Principais (CLP), responsável pelo trabalho da área rural;
- II – Comando de Lutas Secundárias que correspondia à organização das atividades não rurais. (CHAGAS, 2000, p. 76).

Havia, também, o “Setor Territorial”, que estaria comprometido com o recrutamento de estudantes, camponeses e operários, bem como a ligação, em um futuro oportuno, da Coluna Guerrilheira com a região urbana. Cada zona do “Setor Territorial” possuía dois grupos distintos: o Setor de Ação de Massas (SAM) e o Grupo de Ações Violentas (GAV). Ao primeiro competia o recrutamento e a indução das “massas” à realização de ações, como passeatas e greves. No caso do segundo, agia no meio operário, estudantil e camponês e estava à frente das ações de confisco em bancos e seqüestros. (PINHEIRO, 31/03/00; BAIARDI, 16/08/02, PROCESSO 29/970-C, 07/05/1970, p. 2,3).

⁶⁷ Termo utilizado na época referente ao encontro clandestino.

⁶⁸ O MR-8 teria tido um simpatizante médico e outro dentista que prestavam atendimento aos militantes, gratuitamente em seus consultório. Ver BNM 192/71 p. 64, 92, 172; Depoimento de Renato da Silveira e Juca Ferreira.

⁶⁹ Ressaltamos que, diferentemente da VAR e do PCBR, encontramos em relação ao MR-8 mais dados sobre a sua estrutura no Rio de Janeiro.

De acordo com as teses sobre a estrutura, os métodos e a ação dos partidos comunistas elaboradas durante o congresso da III Internacional Comunista, o partido, para adquirir a maior centralização possível, deveria “[...] tão-somente decompor sua direção como um todo numa hierarquia, comportando numerosos graus completamente subordinados uns aos outros”. (GOLIN, 1989, p. 142). A partir da leitura dessas teses, visualizamos uma semelhança com a estruturação em moldes partidários adotada, em determinado momento, pelo PCBR, quando se baseava no princípio do “centralismo democrático”, - conceito apresentado por Lênin na obra **Que fazer?**, - forma de exercício da democracia em partidos de estrutura leninista. A premissa desse centralismo consiste na ampla liberdade de discussão, entretanto, após definida uma posição, as divergências são eliminadas em prol da total unidade na ação. (LENIN, 1979).

Para o PCBR, o partido “marxista-leninista” é uma organização de vanguarda da classe operária, com sua estrutura e seu funcionamento baseado no centralismo democrático, na direção coletiva, na luta interna, no planejamento e controle e na crítica e autocrítica. (PCBR, POLITICA DE ORGANIZAÇÃO, 1970, p. 2).

Em relatório organizado pela Justiça Militar do Rio de Janeiro, datado de 31 de agosto de 1970, anexado ao processo do MR-8 em Salvador, encontramos dados sobre o que teria sido a sua estrutura e o funcionamento no Rio de Janeiro:

- 1.FRENTE OPERÁRIA – Tem como objetivo promover ações de agitação, como panfletagens e recrutar simpatizantes no interior da classe operária.
 - 1.1. Unidade Interna – com o principal objetivo de dirigir as atividades de Agitação e Propaganda.
 - 1.2. Unidade Externa – encarregado de incorporar simpatizantes.
 - 1.3. Grupo de Ação e Propaganda – ações de propaganda na classe operária.
- 2.FRENTE DE CAMADAS MÉDIAS – Promovia atividades políticas junto a classe média e estudantes.
 - 2.1 Seção de Logística Geral – com as atribuições de serviço de imprensa, assistência a simpatizantes; ocultação de militantes em perigo de prisão; publicação e distribuição de jornais e panfletos; obtenção de armas, munições, remédios e veículos.
 - 2.2. Seção de Logística Especial – responsável pela documentação geral, preparação de matérias a serem publicadas no jornal *Resistência*, além de trabalhos de tradução.
 - 2.3. Setor de Documentação – tido como um dos mais importantes, respondia pelo fornecimento de documentos falsos para militantes procurados pela Justiça.
3. FRENTE DE TRABALHO ARMADO – visava à obtenção de armas e dinheiro para a manutenção da organização e ações armadas de teor político. Para além das três principais frentes de trabalho, a organização possuía Setores com atuação de orientadores-chefes, e são eles:

- I – Organismo Pára-Partidário (OPP), para agrupar novos militantes para a organização e orientar as atividades.
- II - Seção de Educação, encarregado de esclarecimentos, formação do simpatizante.
- III – Unidade de Ação, responsável pelas ações armadas, de cunho militar. (BNM 192/70, p. 1151-1172).

2.5.3 Estruturas das organizações armadas baianas

Em 1968, a Dissidência Comunista da Bahia, ainda sem vinculação com a VAR-Palmares, tinha como quadros principais Nemésio Garcia, Chantal Russi, Marie Hélène Russi, Getúlio Gouveia, Jurema Valença e Carlos Sarno. Essa Dissidência que se ligaria à VAR-Palmares, operava em quatro níveis bastante distintos: o Setor Estudantil Secundarista; o Estudantil Universitário; o Setor Operário e o Setor do Interior. A orientação de cada nível ficava sob a responsabilidade de um militante pertencente aos quadros de direção. (SARNO, 26/03/02; ARAUJO, 29/09/00, VALENÇA, 28/07/01; BNM 192/71 p. 58).

Não contamos, infelizmente, com informações satisfatórias sobre como estavam estruturadas a VAR-Palmares em Salvador. Apenas, que estaria dividida entre os setores: Financeiro, de Imprensa e de Contatos, coordenados por Maria Olívia Chagas Nogueira de Souza, que mantinha ligações com a Guanabara. Por sua vez, Antonio Nahas Junior e José Campos Barreto coordenavam o Setor de Recrutamento da organização. (BNM 271/70, p. 79-80).⁷⁰

Como atestou Jurema Valença, a Dissidência da qual ela foi dirigente, inicialmente, valorizara o “trabalho de bairro”, embora tivesse realizado treinamentos militares, não o faziam com a perspectiva de realizar luta armada na Bahia e sim, com o objetivo de ingressar em grupos maiores de porte nacional para que pudessem ampliar a luta localizada em Salvador e em algumas cidades do interior do estado. Dessa forma, esse grupo evitou ações armadas em Salvador, considerando que o objetivo não era de uma resistência isolada, mas acordada com uma organização maior. Por conseguinte, o grupo se dedicara, sobremaneira, aos “trabalhos de massas”. (VALENÇA, 27/08/01; ARAUJO, 04/10/00).⁷¹

O Setor Estudantil era coordenado por Jurema Valença e se subdividia em Secundarista e Universitário, este último englobava as Faculdades de Filosofia das Universidades Católica e Federal. Esse setor tinha como principal objetivo o recrutamento de

⁷⁰ José Campos Barreto, inicialmente dirigente da VAR-Palmares na Bahia, posteriormente liga-se ao MR-8 e morrerá no interior do estado ao lado de Carlos Lamarca.

⁷¹ Atividades de mobilização e organização popular: recrutamento de simpatizantes, estruturação de entidades estudantis, sindicais, greves e passeatas.

novos militantes para a organização e a difusão do “marxismo”. Entretanto, seguindo a linha teórica da sua organização de esquerda, de inserção nos movimentos de massas, o grupo, constantemente, participava de passeatas e reivindicações estudantis. A participação no Congresso da UNE em Ibiúna, interior de São Paulo, realizado clandestinamente em outubro de 1968, que contou com a presença de cerca de setecentos delegados estudantis de todo o país, segundo os entrevistados, foi importante pólo de recrutamento para a organização armada. (BNM 192/71, p. 59-60, VALENÇA, 28/07/01; SARNO, 26/03/02).⁷²

Essa mesma tendência da DI-BA possuía ainda um Grupo de Trabalho sediado no interior do estado, em Alagoinhas. O estreitamento das relações políticas com essa cidade começou no início de 69, com uma série de Conferências realizadas no *Tênis Clube de Alagoinhas* e promovida por Wanderlan Macedo Bomfim, tendo como um dos conferencistas o professor Alberto Goulart Paes Filho, conceituado professor de História do Colégio Universitário da Bahia. A partir daí, a base da organização guerrilheira nessa cidade seria coordenadas pelas irmãs Chantal Russi e Marie Hélène Russi, em contato direto com Wanderlan Macedo Bonfim. (BNM 192/71, p. 33, SARNO, 26/03/02; VALENÇA, 28/07/01).⁷³

Jurema Valença ainda acrescentou que a tentativa de recrutamento de militantes e simpatizantes nas fábricas dava-se através da distribuição de panfletos que tratavam de reivindicações salariais, trabalho esse desenvolvido, sobretudo sob a coordenação de Nemésio Garcia. O seu grupo buscou atuar principalmente nas indústrias metalúrgicas, consideradas as mais importantes da região abrangida pelas cidades circunvizinhas de Salvador, onde se instalava a atividade industrial, a exemplo de Camaçari. Um fato marcante foi a tentativa de sublevação dos ferroviários da Leste Brasileira, para a qual foram realizadas pichações e panfletagens na cidade de Alagoinhas. (BNM 192/71, p. 14, 60, 64-65; VALENÇA, 28/07/01).⁷⁴

Tratando-se da VAR-Palmares, as bases desta no interior espalhavam-se pelas cidades de Cruz das Almas, Feira de Santana, Vitória da Conquista, além dos contatos herdados da Dissidência em Alagoinhas. Em Itabuna, houve uma tentativa de implantação, porém sem sucesso. Rui Paterson apontou um número de dez a doze cidades, nas quais essa organização teria simpatizante. (BNM 192/71, p. 60; BAIARDI, 16/08/02; PATERSON, 08/06/02).

⁷² Jurema Valença Marie Hélène e Carlos Sarno participaram desse Congresso da UNE em Ibiúna.

⁷³ A base de Alagoinhas era composta por Wanderlan Macedo, Wanderley Macedo, Arnaldo Alves, Adolfo Costa, Raimundo Alves e Estela Santana.

⁷⁴ Segundo depoimento de Jurema Valença, Nemésio Garcia trabalhava dentro de uma fábrica e Marie Russi era secretária de uma indústria do Pólo Petroquímico.

No que concerne ao PCBR, o seu Comitê Regional em Salvador estava constituído por Renato Ribeiro da Costa e Frederico José Menezes de Oliveira, membro do Comitê da Zona da Grande Recife. No entanto, na Bahia, a direção permanente do partido estava formada por Paulo Pontes da Silva, Dirceu Régis Ribeiro e Renato Ribeiro da Costa.

As informações que obtivemos sobre a estruturação do PCBR em Salvador foram restritas, mas, de acordo com as fontes consultadas, o partido estava organizado em duas bases: uma estudantil, relativamente ampla, e outra operária, sob a assistência política de Dirceu Régis e, posteriormente, também de Paulo Pontes. Este último classificou a estrutura em “Frente de Massas” e “Frente Militar” e ambas, sistematicamente, separadas. (BNM 612/70, p. 75-77, 494; BNM 212/70, p. 62-70; CARVALHO, 22/06/99; PONTES, 28/08/99; RIBEIRO, 06/07/01).⁷⁵

No interior do estado, o reforço do PCBR vinha da cidade de Jequié. No final de 1968, chegaram do Rio de Janeiro, para aí fundar o partido, os militantes Dirceu Régis, Juarez Sena e Geraldo Jorge Sardinha. (BNM 612/70, p. 404; 91/70, p. 108; 363/70, p. 13-15; RIBEIRO, 06/07/01).⁷⁶ A base estudantil, originária dos grêmios do Colégio Comercial de Jequié e Instituto Educacional Régis Pacheco, era a principal força do PCBR na cidade. As atividades, em Jequié, concentraram-se em panfletagens e distribuições de manifestos, bem como, realização de pichações por ocasião de datas significativas para o partido, para citar um exemplo, o “Primeiro de Maio” e “25 de Março”. Os temas expostos nos muros da cidade eram: “Abaixo a ditadura”, “Comida para o povo”, “O povo está com fome”. O panfleto intitulado *Campanha nacional contra os crimes da ditadura* foi distribuído na noite de 28 de fevereiro de 1970, numa ação conjunta, envolvendo o PCBR e o PC do B. (BNM 363/70, p. 16; RIBEIRO, 06/07/01).

Quanto à busca de militantes no ambiente operário, a Leste Brasileira foi um dos principais alvos do PCBR na Bahia, tendo em Paulo Pontes o principal responsável pelos contatos. Os levantamentos de empresas sediadas em Simões Filho, desenvolvidos por essa

⁷⁵ É de observar que existiriam duas bases ligadas a Dirceu Regis Ribeiro e Paulo Pontes da Silva: uma, sob a coordenação de Renato Affonso, composto por Marco Antonio Affonso de Carvalho, Elzenóbio Wagner Pereira Coqueiro, Maria da Glória Midlej Silva, Regina Martins e Roberto Albergaria de Oliveira. Renato Affonso era a ligação desse grupo com Suzana Maranhão, uma das militantes que recuou do Rio de Janeiro para Salvador, pertencente ao Grupo Político Militar. A outra coordenada por Maria Lúcia Santana Cerqueira, era composto por Aldo da Silva Vieira, Manoel Barreto, Maria Célia Magalhães e Antonio Leopoldo Meira.

⁷⁶ O grupo seria formado pelos acima citados e mais Ricardo César Sales da Nóbrega, Wesley Macedo de Almeida, Manoel Amorim de Souza, VÂNIA e AQUILES (CODINOMES). Segundo informações do processo 363/70, em junho de 1969, divergências políticas no interior do PCBR afastariam Juarez Sena e Geraldo Jorge Sardinha e ambos atuariam no PC do B nessa cidade. Dirceu Regis Ribeiro afirmou que até a sua prisão Geraldo Jorge Sardinha pertencia ao PCBR, e que mesmo depois de transferido para Salvador, ainda voltaria algumas vezes a Jequié para reunir-se com seu grupo.

organização guerrilheira, sugerem a abertura de outras possibilidades de ação junto ao operariado baiano. (BNM 612/70, p. 407,410; 91/70, p. 119-120, 146; 212/70, p. 1131; CARVALHO, 22/06/99; PONTES, p. 08/04/00).⁷⁷

Em defesa do princípio da “descentralização operativa”, o PCBR argumentaria, em julho de 1970, que cada região ou setor do partido deveria atingir autonomia no cumprimento de suas atividades, na posse das finanças e aparelhamento em geral. Isto é, “Cada núcleo deve ser auto-suficiente na execução das tarefas práticas que o seu trabalho de agitação e propaganda exige [...]” (PCBR, POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO, 1970, p. 6).

A presença de Lúcia Maria Murat em Salvador teria definido estruturalmente o MR-8, dividindo-o, basicamente, em quatro frentes: Frente de Trabalho Interno que atuava nos bairros populares, com levantamento de questionário sócio-econômico, proteção do arquivo, coleta de notícias da imprensa local, construção de artigos e distribuição do periódico *Avante*; Frente de Trabalho Externo, Frente Operária e Frente Estudantil. (BNM 192/71, p. 19, 170, 580-582; 52/71, p. 57-58; FERREIRA, 31/05/02; SILVEIRA, 19/03/02; SOUZA, 16/11/01).⁷⁸ Contudo na prática, nem todas as quatro “frentes” funcionaram satisfatoriamente, apenas a Frente Estudantil e a Frente Operária se destacaram. Encontrou-se ainda nos relatórios pesquisados, informações confirmadas em alguns depoimentos, que o processo de estruturação do MR-8 em Salvador também contou com o Setor de Campo⁷⁹ e o Setor de Camadas Médias (Imprensa, Estudantil, Pesquisa e Inteligência, Trabalho de Bairros). (BNM 192/71, p. 35-36, 89-91, 190, 192, 423-428, 1479; BNM 52/71, p. 57-59; FERREIRA, 31/05/05; SILVEIRA, 19/03/02; SOUZA, 16/11/01).⁸⁰

O organismo de Logística do Setor de Camadas Médias era coordenado por Eliana Gomes de Oliveira e Juca Ferreira, que respondiam pelos recrutamentos e assistência de estudantes e profissionais liberais, através da formação de grupos de estudos, infra-estrutura

⁷⁷ Paulo Pontes manteria, regularmente, contatos com o telegrafista da Leste Brasileira, considerado simpatizante.

⁷⁸ A Frente de Trabalho Interno ligado ao Setor de Camadas Médias estaria sob a responsabilidade de Denílson Vasconcelos, juntamente com Diogo Assunção Santana, Milton Mendes Filho e Jaileno Silva. O MR-8 em documento “Orientação para a prática” de janeiro de 1971, parte VI define como objetivo do Trabalho Interno desenvolver a agitação e a propaganda em áreas consideradas importantes, de forma clandestina, por pequenos grupos de ação através de pichações, panfletagens etc. Frente de Trabalho Externo, ligada ao Setor Operário encarregado de fazer pichação, panfletagem e levantamento de bairro, estava composta por Luis Antonio Santa Bárbara, Airton da Silva Ferreira Filho, José Carlos Souza.

⁷⁹ O Setor de Campo estaria composto pelos seguintes militantes: Luis Antonio Santa Bárbara, José Carlos Souza, Oldérico Campos Barreto, José Campos Barreto, Otoniel Campos Barreto, Félix Escobar, sob a coordenação de João Lopes Salgado.

⁸⁰ O Setor de Camadas Médias teria sido formado pelos militantes: João Luis da Silva Ferreira, Maria Lúcia Santana Cerqueira, Denílson Ferreira de Vasconcelos, Renato José Amorim da Silveira e Sergio Landulfo Furtado sob a coordenação de Eliana Gomes de Oliveira.

(montagem de “aparelhos”⁸¹, assistência financeira, médica e dentária, remédios, depósito de material), circulação de documentação falsa e o trabalho de imprensa. Uma das atividades do trabalho de imprensa era a confecção dos periódicos *Venceremos*, *Avante* e *Bandeira Vermelha*. Sobre essas publicações da organização, em outra oportunidade, daremos maiores informações. (BNM 192/71, p. 90, 427-428; FERREIRA, 31/05/02; SILVEIRA, 19/03/02).⁸²

O trabalho de pesquisa e serviço de inteligência desenvolvido por Renato da Silveira, sob a assistência de Juca Ferreira, destacava-se pelo levantamento sócio-econômico do Estado e de informação e contra-informação. As atividades desse setor incluíam a classificação de recortes de revistas brasileiras e estrangeiras contendo notícias econômicas e políticas e um especial esquema de pesquisa sobre a realidade baiana, entretanto, muito cedo, revelar-se-iam irrealizáveis devido a dificuldades práticas. (BNM 192/71, p. 91-91; 120; SILVEIRA, 19/03/02).

Em termos de trabalho nos bairros, o setor do MR-8 objetivava a sua ampliação, com a preparação e interação nas cidades, cuja importância tática era descrita em seus documentos. A cidade daria apoio futuro à área principal da organização armada, definida, estrategicamente, pela área rural. A formação de Grupos de Ação nos bairros, cujo objetivo principal era o de sustentar o trabalho de campo, consistia em tentar motivar a população com as idéias da organização concentrando-se, sobretudo nas camadas menos favorecidas economicamente dos bairros da Caixa D’Água, Alagados, dentre outros nesta capital (BNM 192/71, p. 45; FERRAZ, 28/03/03; FERREIRA, 31/05/02).⁸³

Pedro Juracy Damasceno Ferraz, em seu depoimento, revela que o trabalho nos bairros consistia no levantamento de “[...] pesquisa em fontes de abastecimento, como mercados, mercearias, farmácias, consultórios ou postos médicos e dentários, oficinas, serviço de coleta, galerias de águas pluviais, bem como nas empresas de transportes coletivos [...]”. O grupo dos trabalhos de bairros também preparava a confecção dos três periódicos acima mencionados e entregava-os ao grupo da Frente de Trabalho Interno para distribuí-los nas atividades de

⁸¹ O termo “aparelho” refere-se às casas e apartamentos utilizados pelas organizações clandestinas de esquerda para abrigar seus militantes, guardar documentos, bem como realizar reuniões.

⁸² Esse material de informação das organizações de esquerda baianas, ora é denominado, no processo e nas entrevistas, como panfletos, ora como jornais. Como não tivemos acesso a essas publicações, não conhecemos o seu tamanho e conteúdo para classificá-los e, a partir daqui, os denominaremos periódicos. Esclarecemos ainda que o Setor de Imprensa estaria sob a responsabilidade de Eliana Gomes de Oliveira, o Setor de Pesquisa e Inteligência com Renato da Silveira e o Setor de Movimento Estudantil com Maria Lúcia Santana Cerqueira, que após as prisões e desestruturas do PCBR passou a atuar no MR-8.

⁸³ Lúcia Murat atuava diretamente no Setor de Trabalho de Bairro dando assistência aos trabalhos nos bairros empobrecidos da cidade, que eram coordenados por Denílson Ferreira de Vasconcelos. Pertenciam a esse grupo Milton Mendes, Jaileno Sampaio Silva, Carlos Vilanueva, Diogo Assunção de Santana e Elisabete Rebello Correia Lima.

panfletagens, pichações noturnas e levantamentos sobre a vida da população nos bairros. (BNM 192/71, p. 11-40, 130-132, 428; FERREIRA, 31/05/02; FERRAZ, 28/03/02; SILVEIRA, 19/03/02).

O Setor Estudantil do MR-8, nesse momento, sob a responsabilidade de Maria Lúcia Santana Cerqueira, também foi encarregado de recrutar novos militantes com a formação de grupos de estudo, que privilegiava, sobretudo, a leitura dos documentos de circulação interna da organização. A edição do periódico *Venceremos* também seria atribuição desse setor.

Podemos perceber que a cidade de Feira de Santana foi a principal base do MR-8, além da capital baiana.⁸⁴ Contudo, em virtude de serem iniciantes, não houve nenhum trabalho prático naquela cidade, apenas a realização freqüente de discussões teóricas. Os levantamentos cartográficos e mapas de estradas de rodagem de cidades como Feira de Santana, Vitória da Conquista, regiões do baixo e médio São Francisco e nordeste do estado indicam um esforço da organização em ampliar suas bases no interior. O militante responsável pelos trabalhos da organização no Recôncavo Baiano foi César Queiroz Benjamim, de quem voltaremos a falar mais adiante. (CERQUEIRA, 2002; PATARRA, 1993; FERREIRA, 31/05/02; SOUZA, 16/11/01; SILVEIRA, 19/03/02; BNM 192/71, p. 99-101, 189-190, 580-581, 598-600).⁸⁵

Em geral, no plano de atuação política com os operários, as organizações armadas tentaram estabelecer contatos para a realização de um trabalho de “agitação e propaganda”, baseado na atividade de panfletagem e busca de contatos em algumas indústrias sediadas em Salvador. Em relação ao MR-8, as evidências para essa hipótese são, além das afirmações de alguns depoentes, foi encontrado em um dos “aparelhos” - em apreensão realizada pelos órgãos de segurança e, por estes, atribuídas ao MR-8 - levantamentos de fábricas no município de Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador e indústrias têxteis,

⁸⁴ Em Feira de Santana o MR-8 teria interação com os diversos grupos organizados no meio estudantil, PC do B, AP, POC, MOLIPO e PCBR. Vale um estudo sobre o MR-8 em Feira de Santana para verificar o teor das atividades. Ver: CERQUEIRA (2002, p. 49, 69, 74, 109). O grupo em Feira de Santana, sob a assistência de Carlos Moreira Villanueva era formado por: Luis Antonio Santa Bárbara (antes de ir para a Frente de Trabalho externo e posteriormente o Setor de Campo), José Carlos Santa Bárbara (este posteriormente afasta-se da organização), Carlos Orleans, Lamartine Mota, Antonio Rocha Martinez Fernandez, Vera Gomes, Josafá Costa Miranda, Evan Felipe de Souza, Milton Mendes (antes de integrar em Salvador a Frente de Trabalho Interno) e Antonio de Freitas, este último exerceria função de apoio na ação do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick. Temos conhecimento de outros militantes desse grupo, mas por meio de codinome, optamos em não inseri-los. Ver também depoimentos de Juca Ferreira e Renato da Silveira.

⁸⁵ Consta da relação de material arrecadado em poder de um simpatizante, no Loteamento S. Francisco – Boca do Rio; PATARRA (1993, p. 478).

metalúrgicas, siderúrgicas e químicas do estado da Bahia. (BNM 192/71, p. 99-101; FERREIRA, 31/05/05; SILVEIRA, 19/03/02).⁸⁶

O principal contato operário do MR-8 acontecia por meio de um simpatizante, mecânico industrial, chefe de uma seção na Fábrica Nacional de Vagões, localizada nesta capital, o qual se dispunha a contribuir com dinheiro e facilitação de empregos para membros da organização. (BNM 192/71, P. 64; FERREIRA, 31/05/02).

Não obstante, as organizações por nós pesquisadas insistissem que o local primordial da luta seria o campo, na Bahia, assim como em outros estados, as organizações foram desarticuladas antes que pudessem aprofundar qualquer trabalho no campo. A inserção dos grupos armados na área rural foi, com efeito, praticamente nula, tanto na organização dos trabalhadores rurais, quanto na efetiva implantação de uma base guerrilheira.

Como vimos, para o MR-8, a cidade de Salvador teria uma importância tática e o campo estaria no universo estratégico da luta. Partindo desse princípio, a organização fez uma tentativa de se implantar na área rural a partir do final de 1970, deslocando quadros para o interior do Estado. Em Alagoinhas, sob a coordenação de José Carlos Souza e Félix Escobar, estavam os irmãos Wanderlan e Wanderley Macedo Bomfim dentre outros; na região do Buriti Cristalino, município de Brotas de Macaúbas, havia um outro grupo sob a coordenação de João Lopes Salgado. (JOSE, 2000; RIDENTI, 1993, BNM 192/71, p. 64-66, 424, 581-583, 599-600; BNM 52/71, p. 57-62, 547/ PONTES, 08/04/00; SOUZA, 16/11/01).⁸⁷

Segundo João Lopes Salgado:

O objetivo foi apenas recrutar celeiro de combatentes. A pobreza radicalizou a massa e existem condições para movimentos violentos. São pequenos proprietários, economia de subsistência. Banana, mandioca, cana-de-açúcar, rapadura. Havia um garimpo de cristal de rocha. Oportunamente iniciaremos a guerrilha, centenas de quilômetros além. Temos a planta, falta a rede de militantes. (apud. PATARRA, 1993, p. 449).

Na descrição minuciosa do relatório de cerco a Lamarca, denominado “Operação Pajussara”, consta que a cidade de Ibotirama “[...] é banhada pelo Rio S. Francisco, possui um relevo bastante acidentado, predomínio de vegetação rasteira, tipo caatinga e as construções da cidade e povoados são predominantemente de taipa e palha [...]”. Os aspectos econômico e

⁸⁶ Jose Carlos Souza afirmou em depoimento uma tentativa sem sucesso, de inserção do MR-8 entre os operários, através de Carlos Moreira Villanueva.

⁸⁷ A “área de campo”, na cidade de Brotas de Macaúbas, teria sido preparada por João Lopes Salgado, dirigente nacional e coordenador do setor de campo da organização, e Luis Antonio Santa Bárbara, em busca de condições propícias de segurança para aguardar a chegada de Carlos Lamarca. Lúcia Murat teria comunicado a José Carlos Souza que o PCBR iria executar a ação de seqüestro do cônsul norte-americano, motivo que anteciparia a sua ida para o setor de campo, a partir de junho de 1970.

social da região, descritos pelo citado relatório, são caracterizados por “[...] atividades ligadas à extração de cristal de rocha e produção de rapadura e aguardente [...] a área com baixa densidade de povoamento, com serviços públicos inadequados e baixos níveis de saúde e higiene [...]”.⁸⁸

O “recuo” do Capitão Carlos Lamarca, provavelmente, ocorreu no dia 25 de junho de 1971, para a região de Brotas de Macaúbas – onde já se faziam presentes Luis Antônio Santa Bárbara, Otoniel Campos Barreto, José Campos Barreto e Olderico Campos Barreto –, momento assinalado pelas agruras impostas pela clandestinidade, as quais marcaram profundamente os últimos meses da vida do Capitão. (JOSÉ, 2000b, PATARRA, 1993).⁸⁹

De qualquer maneira, não podemos deixar de mencionar que, apesar do MR-8 não ter tido a oportunidade de aprofundar o trabalho político na região, o **Diário de Carlos Lamarca** registra a ocorrência de contatos e discussões com camponeses, relata, inclusive, a realização de um “teatrinho”. No citado diário de 25 de julho de 1971, Carlos Lamarca escreve que “Inicia com um companheiro a organização de um teatrinho – escrevi os textos – ele já está ensaiando com uma turma e a massa está apoiando [...]”. (DIÁRIO DE CARLOS LAMARCA, 1971, apud FOLHA DE SÃO PAULO, 1987, p. 8; JOSE, 2000b). A esse respeito, uma testemunha de acusação do processo contra Olderico Campos Barreto afirmou ter se infiltrado no grupo de Lamarca, trajando roupas simples com características da região, e visto um “teatrinho” encenado pelo grupo. (BNM 52/71, p. 548).

Pode-se dizer que, em tese, os setores das organizações não se confundiam, os militantes buscavam seguir medidas de segurança que exigiam uma rígida separação entre eles, restringindo a apenas uma pessoa de cada setor, o contato com a direção regional e, da mesma forma com relação à representação frente à direção nacional. Era a chamada “estanquização”, lembrada pelos depoentes. Entretanto, no último capítulo, que trata das prisões, veremos se, de fato, tais cuidados funcionaram.⁹⁰

⁸⁸ Relatório da “Operação Pajussara”, p. 4 e 5. Plano elaborado pelo CODI/6^a. Região Militar, com a finalidade de apresentar ao IV Exército, Órgãos de Informações e Unidades subordinadas, uma descrição dos principais acontecimentos, problemas e ensinamentos da operação. Documento integrado ao acervo DGIE (Departamento Geral de Investigações Especiais), setor: “Terrorismo”, 125 página, Pasta 12, Caixa 596 do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Ver também, *Os Arquivos das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea*, 2^a. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1996, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Ver também, Relatório de viagem, BNM 52/71, p. 33-37.

⁸⁹ O Relatório da “Operação Pajussara”, na página 3, afirma que em abril de 1971, em discordância com a VPR, o capitão Carlos Lamarca ingressou no MR-8. No mês de junho desse ano, Lamarca foi para o sertão da Bahia, no município de Brotas de Macaúbas. Com a prisão em Salvador de um militante que sabia a sua localização, os órgãos de segurança iniciaram o cerco à região até que, no dia 17 de setembro, José Campos Barreto e Carlos Lamarca foram alvejados por um oficial do Exército, enquanto descansavam à sombra de uma árvore.

⁹⁰ Essa questão foi levantada por Juca Ferreira, José Carlos Souza, Paulo Pontes, Dirceu Régis, Jurema Valença, entre outros.

2.5.4 A Logística das organizações⁹¹

Para entender a estrutura material das organizações, é importante examinar atentamente como se processava o trabalho interno, do ponto de vista dos métodos utilizados e das condições de trabalho vigentes. Para isto, com base, sobretudo, nas entrevistas e processos, apresentaremos uma breve caracterização do pessoal e dos aspectos materiais e de sustentação financeira das organizações. Não é nosso objetivo comparar a dimensão das condições materiais de cada organização guerrilheira senão apresentar apenas o que, até aqui, as fontes nos evidenciaram. Devido à ausência de alguns dados na pesquisa sobre esse tema específico, não foi possível aquilatar as condições infra-estruturais de cada organização, deixando sem resposta, algumas questões levantadas como, por exemplo: qual o limite da dependência financeira das organizações estudadas na Bahia? Quais delas prepararam-se melhor financeiramente, com mais aparelhos, automóveis, armas e munições? Sabemos que são questões inevitáveis, enriquecedoras, mas que, infelizmente, ainda não podemos respondê-las.

O setor de Logística da VPR, freqüentemente, realizou ações armadas de “expropriações”, tanto de armas como de numerários em bancos. Mas a chamada “Grande Ação” aconteceu no início de 1969, quando um simpatizante do Comando de Libertação Nacional (COLINA), Gustavo Buarque Schiller, teria informado ao dirigente daquela organização, a existência de oito cofres pertencentes ao ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que estavam sob a guarda de uma tia sua, Ana Guimol Benchimol Capriglione, no Rio de Janeiro. Dentre todas, esta ação teria sido a mais rendosa na história das ações de guerrilha urbana voltadas para obtenção de fundos, pois, no cofre, quando aberto, encontraram a quantia de US\$2,596 milhões, o equivalente na época a Cr\$10 milhões, e no ano 2000 a R\$20 milhões e 698 mil reais. (CHAGAS, 2000, JOSE, 2000b).⁹²

Situações análogas de “expropriações” a bancos e supermercados no Rio de Janeiro e São Paulo enfrentaram o MR-8 e o PCBR.

Financeiramente, os militantes baianos, que viviam na clandestinidade, sobreviviam com o dinheiro proveniente da colaboração de simpatizantes, auxílio da direção nacional das respectivas organizações armadas, geralmente sediadas em São Paulo ou Rio de Janeiro, e também de ações locais voltadas para a sua própria manutenção. Foi o que nos informaram

⁹¹ Aqui, entendemos como Logística das organizações, a movimentação e coordenação dos “aparelhos”, os aspectos materiais como armas e munições, automóveis, armazenagem de arquivos e as finanças.

⁹² Estimativa contida em JOSÉ (2000b, p. 62).

nossos depoentes. (SILVEIRA, 19/03/02; PONTES, 08/04/00; BNM 192/71, p. 61-62; 120-121; BNM 91/70, p. 87).

Um dos exemplos de cooperação financeira da direção nacional do MR-8 com os militantes da Bahia foram as constantes somas que aqui chegavam através dos “quadros” e militantes do Rio de Janeiro para a formação e manutenção da organização armada. Lúcia Murat, chegando em Salvador em fevereiro de 1970, teria encontrado a organização sem qualquer atividade política, com seus membros vivendo clandestinamente, carentes financeiramente e com aluguéis dos aparelhos vencidos. Por isso, a organização do Rio de Janeiro teria enviado, inicialmente, Cr\$1.000,00 para pagamento de aluguéis vencidos e, posteriormente, mais Cr\$2.000,00 por Marcos Dantas Loureiro. (BNM 192/71, p. 421-422).

Em dezembro de 1970, o MR-8 teria se desarticulado e para substituir Lúcia Murat, chegou em Salvador Solange Gomes, trazendo Cr\$9.000,00 enviados pela organização no Rio de Janeiro, com a finalidade de manter a organização. Segundo esta mesma fonte, teria sido enviado mais Cr\$5.000,00, no início de 1971, através do dirigente João Lopes Salgado, para a preparação da área de campo. (BNM 192/71, p. 423).

Não obstante essa ajuda recebida pelos militantes do MR-8 da Direção Nacional, consideramos importante não descartar a tentativa de “captação” de recursos financeiros da organização armada na Bahia, que pode ser ilustrada, por exemplo, a partir da montagem de uma gráfica sob a responsabilidade de Renato da Silveira, após o recebimento da quantia de Cr\$4.000,00, enviados pela organização guerrilheira no Rio de Janeiro. Segundo Renato da Silveira, ao expor suas experiências como militante, a estrutura logística do MR-8 na Bahia era precária, fazendo com que muitas reuniões ocorressem nas praias da cidade. Complementamos ainda, que o MR-8, no Rio de Janeiro, estaria passando por dificuldades financeiras, principalmente, para manter a organização no Estado da Bahia, tendo, por isso, orientado os militantes baianos a produzir um negócio próprio, em forma de uma pequena empresa, com a finalidade de empregar os lucros desta na manutenção dos quadros do MR-8. Dessa forma, Silveira teria tido a idéia de montar uma gráfica, em sociedade com mais dois simpatizantes, cujos lucros seriam revertidos para a organização. Essa gráfica seria utilizada especificamente para fins de financiamento da organização guerrilheira, sem, contudo, pretenderem empregá-la na impressão de jornais e outros documentos, em virtude da máquina adquirida ter sido de impressão *off-set*, facilmente identificável pelos órgãos de repressão da ditadura. (SILVEIRA, 19/03/02; BNM 192/71, p. 70, 92-93, 117-126, 292-295).⁹³

⁹³ Um Centro de Estudos Pré-Vestibulares, supomos ter sido fonte de ajuda financeira ao MR-8.

A importância da contribuição financeira entre os aliados foi um dos pontos apresentados pelo PCBR, o qual afirma em documento que “[...] um partido político não pode viver só de confisco e confiar só nos confiscos. Confiar só nos confiscos é entregar-se às próprias forças, conformar-se com o isolamento e estimulá-los cada vez mais”. (PCBR, POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO, 1970, p. 7).

Através das pesquisas nos processos e dos depoimentos de ex-militantes, fomos esclarecidos de que a realização do assalto ao Banco da Bahia pelo PCBR foi, principalmente, uma alternativa de manutenção do partido no estado, sobretudo pela presença, naquele momento, da direção nacional em Salvador e, com isso, teria ocorrido um considerável aumento das despesas com manutenção de aparelhos. (CARVALHO, 22/06/99; PONTES, 08/04/00; RIBEIRO, 06/07/01; BNM 91/70, p.76-77; 86-87).

O PCBR, representado por Dirceu Régis Ribeiro e Paulo Pontes, no momento da sua implantação na Bahia, receberia da Direção Nacional a quantia de Cr\$2.000,00 para aluguel de aparelhos, compra de móveis e outras despesas. (PONTES, 08/04/00; RIBEIRO, 06/07/01; BNM 91/70, p.109).

Sobre a VAR-Palmares, desse ponto de vista, é crível que com a chegada de Sônia Lacerda Macedo do Rio de Janeiro, a organização armada na Bahia teria aceitado ajuda financeira avaliada em cerca de dezesseis a vinte mil cruzeiros. Uma outra militante de nome desconhecido, também teria vindo a Salvador trazendo três mil dólares. Pode-se supor que esta quantia tenha vindo da contribuição de simpatizantes e da soma obtida com a ação ao cofre de Ana Capriglione, praticada pela VAR-Palmares no Rio de Janeiro. (BNM 271/70, p. 78-81).

Não contamos com maiores informações a respeito das táticas de sobrevivência financeira das organizações na Bahia em complementação ao auxílio vindo, em grande medida, do Rio de Janeiro ou São Paulo.

Por ocasião do desmantelamento das organizações armadas, foram apreendidos fardos materiais, a elas atribuídos pela repressão. São muitos os indícios que obtivemos, através da listagem de material apreendido e anexado aos processos, sobre a possibilidade do MR-8 e do PCBR terem-se preparado militarmente. Fizemos uma análise minuciosa e evidenciamos a existência de vultosa quantidade de armas, munições e alguns endereços nesta capital, confirmados pelos depoimentos, como sendo de aparelhos das respectivas organizações guerrilheiras, que serviam de residência para os militantes postos na clandestinidade, de local para impressão de panfletos, depósito de armamentos, além de servirem como espaços para realização de reuniões. A seguir, apresentaremos a relação de endereços de aparelhos e

demais objetos que teriam pertencido ao PCBR e MR-8.⁹⁴ Para além da indicação do material bélico, as fontes sugeriram a existência de um farto material para impressão de propaganda contra a ditadura e levantamentos geográficos de Salvador e região metropolitana, locais destinados a pichações, e também, documentos que sugerem análises sócio-econômicas da cidade. (BNM 192/71, p.41-42, 99-104, 135-138; BNM 612/70, p.216-224; BNM 91/70, p. 43-62, 92-96, 186-189; BNM 212/70, p. 31-36; SILVEIRA, 19/03/02; FERREIRA, 31/05/02; PONTES, 08/04/00; RIBEIRO, 06/07/01).

No “Auto de Apresentação e Apreensão”, consta como pertencentes ao PCBR, os seguintes endereços: uma casa localizada na rua 24 de junho, nº 37, bairro da Cidade Nova, contrato firmado em nome de Dirceu Régis Ribeiro, tendo como fiador José Fernandes da Silva (Paulo Pontes), com duração de 6 meses, contados a partir de 30.03.70 ate 30.09.70, e aluguel no valor de Cr\$330,00; uma casa de dois pavimentos, localizada na Avenida Vasco da Gama, nº 791, bairro do Rio Vermelho, contrato firmado em nome de Cláudio Teles de Azevedo, tendo como fiador Theodomiro Romeiro dos Santos, aluguel com duração de dois anos, vigência de 23.04.70 a 23.04.72, no valor de Cr\$ 800,00; um apartamento de sub-solo, no Edf. Caribamba, nº 4, localizado na Avenida Otávio Mangabeira, Boca do Rio, que teria sido utilizado como aparelho de reserva, contrato em nome de Cláudio Teles de Azevedo, com duração de um ano, a partir de 15.05.70, com aluguel no valor de Cr\$300,00, e, por fim, uma casa na região da cidade baixa, provavelmente na Ribeira. (BNM 612/71, p. 57 380-383).⁹⁵

Ao cotejar os objetos apreendidos nos aparelhos, classificados como pertencentes ao PCBR, obtivemos os seguintes resultados: um automóvel da marca Volkswagem, do ano de 1968, tipo Sedan, duas portas, cor vermelha; quatro placas de carros; quarenta e seis cartuchos calibre 38 para revólver, carga dupla; cilindros; tubos e artefatos para fabricação de bombas caseiras; carregadores de pistolas; oitenta e cinco balas de calibre 22; quatrocentos e trinta e três chumbinhos para espingarda de pressão; inúmeros revólveres de calibre 38; latas de tintas de cor verde; um mimeógrafo manual e um elétrico; um uniforme completo de Polícia Militar do Estado da Guanabara. (BNM 612/70, p. 212-224, 380-383, 91/70, p.71, 186-189).

Seguem-se os endereços e objetos encontrados e tidos como pertencentes ao MR-8: um apartamento situado à Av. Princesa Isabel, nº 97, Edifício Rivoli, bairro da Barra; uma casa na Travessa Candeias, nº 13, bairro da Liberdade; uma casa no Nordeste de Amaralina,

⁹⁴ A documentação consultada deixou lacunas sobre os objetos apreendidos em possíveis aparelhos da VAR-Palmares.

⁹⁵ A prática de utilização de “nomes frios” para o aluguel de casas e apartamentos pelas organizações teria sido uma constante. BNM 612/70, p. 380-383, entrevistas com Paulo Pontes e Dirceu Régis.

sem indicação de endereço. Também foram encontrados livros, jornais e outros materiais de propaganda, junto com mimeógrafos, armas e munições, em poder de simpatizantes, nos seguintes endereços: rua Tenente Pires Ferreira, nº 16, apto. 307, bairro da Barra; apartamento do 2º andar da rua Cosme de Farias, nº 256; rua Gustavo dos Santos, Loteamento São Francisco, Boca do Rio; rua Areal de Baixo, nº 36, Largo Dois de Julho. Os processos também indicaram a presença de aparelhos do MR-8 nos bairros do Matatu, Rio Vermelho e na praia de Areambepe. (BNM 192/71, p.41, 99, 104, 135).

Importa destacar também, alguns objetos encontrados como pertencentes ao MR-8: dois revólveres, marca *Rossi*, calibre 22, cromado; uma pistola espanhola, calibre 6.35, dezenove cartuchos calibre 22; dez cartuchos 32; quatro cartuchos 6.35; cinquenta e cinco cartuchos de marca *Velodog*; cento e sessenta e sete cartuchos calibre 38; aparelho para cópia *silk screen*; um mimeógrafo marca *Gestetner*, manual; dois pacotes de pólvora; duas bombas de fabricação caseira e um caminhão Mercedes Benz. (BNM 192/71, 99-104, 135-138).

No próximo capítulo, trataremos de introduzir as atividades da militância clandestina, encontros, reuniões, sobretudo as ações armadas, e de “agitação e propaganda”.

CAPÍTULO 3

Superar o distanciamento das camadas exploradas e oprimidas ganhar-lhes o apoio material, concreto, tudo isso depende de uma aproximação maior entre as organizações. Porque tudo isso implica em encaminhar uma série de tarefas que, sozinha, nenhuma organização tem condições de encaminhar mesmo.

(MR-8, RESISTENCIA, OUTUBRO DE 1970)

A realização de nossos objetivos exige também o emprego simultâneo das mais variadas formas de agitação e propaganda - inclusive a diversificação de formas de propaganda armada - sem desprezar nenhuma delas (jornal, panfletos, folhas de fabricas, comícios armados, pichações, selagens, criação de símbolos e caricaturas etc.). A conjugação das formas mais variadas de agitação e propaganda corresponde a um aproveitamento ótimo das forças da Organização, incluindo seus simpatizantes e aliados.

(VAR-Palmares, “Resoluções sobre agitação e propaganda”, 1970)

AS ATIVIDADES DAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS

A dinâmica da luta política clandestina e da transformação dos militantes em “revolucionários profissionais” tem raízes na teoria do Partido, expressa no livro **Que fazer?**, de Lênin (1979). Segundo os “princípios leninistas” expostos neste livro, uma organização revolucionária deve ser composta por “profissionais” imbuídos de um fim: “fazer a revolução”, e não um partido amplo com militantes apenas simpáticos à causa. Dessa forma, a luta deve ser organizada por profissionais da atividade revolucionária. A ação do indivíduo, dentro da organização é programada pelas determinações da tática e da estratégia partidária e pelos estatutos do partido. A viabilização desse programa e dessas normas tomava o formato das “tarefas”, que eram programadas, distribuídas e “cobradas” pelos “quadros” mais preparados dos militantes inferiores. (LENIN, 1979).

Não nos foi permitido saber, com segurança, devido à complexidade da questão, até que ponto as organizações baianas se preocuparam com a “profissionalização”, ou melhor, com a formação de seus militantes. Mas, alguns indícios encontrados nos processos e nos relatos nos sugerem uma tendência à preocupação com esse tema. A prática de discussões de artigos de jornais, de problemas sócio-econômicos e políticos do país fora uma prática nos grupos de esquerda armada na Bahia.

Junto aos processos, encontramos vultosas listas de material apreendido nos aparelhos pela repressão, atribuídos às organizações. De acordo com essas fontes, poderíamos supor que o cuidado das organizações armadas baianas com a formação de seus quadros e simpatizantes também foi uma constante, ressalvadas as dificuldades da clandestinidade para circulação de livros, falta de dinheiro e ausência de serenidade para leitura. As informações sobre esse tema poderiam ter sido melhor evidenciadas através da consulta ao conteúdo de todos os documentos dessa lista de material, porém, infelizmente não foi possível, tivemos acesso apenas a alguns títulos dessa lista, os quais serão aqui apresentados.⁹⁶

No que se refere à busca de formação dos militantes clandestinos da VAR-Palmares em Salvador, reconhecemos serem insuficientes as informações contidas nos depoimentos. Entretanto, foi citada a obrigatoriedade de constantes discussões, entre o grupo, sobre: a situação da ditadura militar no Brasil, artigos de jornais locais e do *União Operária*, com destaque para os autores Georges Politzer, Yuri Afanassiev e Caio Prado Jr, Nelson Werneck Sodré e Celso Furtado. Achamos que isto compõe indícios de que a preocupação com a formação teórica do militante da VAR-Palmares, na Bahia, também fora uma constante. (PINHEIRO, 31/03/00; SARNO, 26/03/02; VALENÇA, 28/07/01).⁹⁷

Nesse contexto, os depoimentos indicados acima, sobretudo do professor Israel Pinheiro, também exemplificam a tentativa, muitas vezes frustrada, da Dissidência Comunista da Bahia que se ligou à VAR-Palmares, de ter buscado o entendimento da realidade baiana e brasileira. Verificando alguns dos principais documentos de discussão interna da VAR-Palmares, nos quais era analisada a sociedade brasileira, podemos constatar que a principal referência teórica presente nesses textos foram os estudos do sociólogo Fernando H. Cardoso, apoiados nas formulações do livro “Mudanças Sociais na América Latina”.

Israel Pinheiro nos revelou que Fernando Henrique Cardoso exercia uma grande influencia em seu grupo:

O Fernando Henrique Cardoso era o nosso guru. Em 69, nós fizemos um movimento no diretório da escola para trazê-lo aqui e o trouxemos. Uma semana de Ciências

⁹⁶ Os documentos apreendidos e anexados aos processos não foram encontrados no Fundo Brasil: Nunca Mais, frustrando o desejo da pesquisadora em analisá-los. Seguramente, o conteúdo dessa documentação será objeto de análises para pesquisas futuras. É possível que os mesmos estejam nas Auditorias Militares, ainda inacessíveis ao público. No relatório final da Polícia Federal, sobre o MR-8, datado de 26/05/1971, foi apresentada a lista dos materiais mencionados, apreendidos, supostamente, em poder das seguintes pessoas: Denílson Ferreira Vasconcelos, Margarita Babina da Silveira, Edson de Albuquerque Argolo, Eládio Vieira de Souza, Delberto Raimundo Passos Boaventura, Temístocles Costa, Eliana Gomes de Oliveira, Fábio da Silveira, Ariane Pereira de Figueredo, Francesco De Masi entre outros.

⁹⁷ O processo BNM 271/71 a que tivemos acesso, não dá qualquer informação sobre o material vinculado a tentativa de formação teórica dos militantes da VAR-Palmares.

Sociais. O Fernando Henrique veio de São Paulo pago pelo Diretório [...] (PINHEIRO, 31/03/00).

Precisamos sublinhar que, limitado pelas dificuldades impostas naquele momento, o MR-8 também se preocupou em formar seus quadros na Bahia. Os textos de Lukács e, eventualmente, de Marx e Engels bem como o livro “Questão de Método” de Sartre teriam sido leituras recomendadas pela organização para a formação do militante, embora, como enfatizou Silveira, de forma precária e não sistematizada. Depoimentos e narrações dos tipos de tortura, segundo Silveira, também circularam como opção de leitura do grupo. (SILVEIRA, 19/03/02, RIDENTI, 2000).

Ainda em relação ao assunto da formação teórica do militante, Abreu (1994) afirmou que mesmo as horas de lazer eram preenchidas com discussões que giravam em torno das preocupações ligadas ao movimento político e leituras sobre o comunismo internacional. Um de seus depoimentos ressaltou que “[...] a VAR-Palmares, chegou num determinado momento, a criar a chamada ‘Comissão de Acompanhamento da Realidade’, que teria como função juntar recortes de jornais, colar numa folha, tirar cópia e passar para os quadros da organização [...]”.

(ABREU, 1994, p. 21).

Em compensação, para além das tentativas mínimas de uma leitura sistemática e orientada, a grande quantidade de apostilas sobre teoria, de circulação restrita aos militantes e periódicos da organização guerrilheira, foram encontrados em uma outra relação de material apreendido em poder de um simpatizante intituladas: *Resistência*, *Venceremos*, *Avante* e *Bandeira Vermelha*, sugerindo a existência de uma preocupação com a preparação política do militante do MR-8. (BNM 192/71, p. 99-101; FERREIRA, 31/05/02; FERRAZ, 28/03/02; SILVEIRA, 19/03/02).⁹⁸

Em termos quantitativos, o material encontrado na residência do coordenador de um dos setores do MR-8 supera o encontrado em todos os aparelhos da organização. Um total de sessenta e cinco títulos entre documentos teóricos, planos de estudo, jornais, panfletos, cartazes, questionários para levantamento de dados sócio-econômicos de bairros habitados pelas camadas empobrecidas de Salvador. O MR-8 reunia, resumidamente, no “aparelho” do bairro da Liberdade, a seguinte documentação: dez folhetos intitulados, *Crítica e Autocrítica* de Mão Tse Tung; dezenove exemplares dos panfletos *Luta camponesa*, *Vida do agricultor*, *A farsa da eleição*; o periódico *União Operária* e os estatutos da VAR-Palmares; relatórios sobre falsificação de documentos; estudos sobre a revolução russa, chinesa, cubana,

⁹⁸ Material encontrado no Loteamento S. Francisco, Boca do Rio, nesta capital.

vietnamita e situação internacional; textos de “Che” Guevara, Régis Debray e Carlos Marighella; apostila sobre tiro e explosivos; cinco croquis de bairros da cidade, cinco levantamentos de locais, com sugestões para seqüestros, duzentos e doze exemplares das edições 1, 2, 8, 11 e 12 do periódico *Avante*, cinquenta e sete exemplares do panfleto *Trabalho legal-Trabalho ilegal*, dez exemplares do panfleto *Anule seu voto assim* e editoriais do *Venceremos*. (BNM 192/71, p. 11-18, 182-183).⁹⁹

Segundo um documento “Política de Organização” (1970), era feito pelo PCBR um estudo da realidade econômica e social de cada região, as posições de outras organizações revolucionárias e a leitura de jornais, revistas para atualização do processo revolucionário. As “Normas de Segurança” e “Resoluções Políticas” foram considerados documentos importantes para o processo de formação e inserção do militante na organização e, conseqüentemente, como leitura recomendada.

Considerados como pertencentes ao PCBR da Bahia, a repressão localizou cadernos datilografados contendo programas de curso para formação; esboço de aula sobre materialismo marxista; planos de militarização dos quadros; normas para a clandestinidade; noções de primeiros socorros; textos de autoria de Carlos Marighella; Mao Tse Tung, Stálin, Lênin, Régis Debray, Che Guevara além de recortes de jornais locais, de S.Paulo e do Rio de Janeiro, inclusive três edições dos periódicos *Avante*, e duas edições *Resistência Estudantil*. Sobre a campanha a favor do voto nulo, estão relacionados os seguintes panfletos intitulados: *Campanha para voto nulo*, *Eleições livres?*, *Vestibular e Eleições*, *Vote nulo contra a ditadura*. (212/70, p. 31-36, 96).¹⁰⁰

De acordo com outro auto de apreensão contido no processo relacionado ao PCBR, foram encontrados periódicos datilografados, com informações sobre a situação internacional; discussão sobre a luta no campo e na cidade; teses de Régis Debray; cultura marxista e mais edições dos periódicos *União Operária*, da VAR-Palmares e *Resistência*, *Venceremos* e *Avante* do MR-8.¹⁰¹ Em poder de um sapateiro, simpatizante do PCBR, também foram apreendidos trinta e oito exemplares de folhetos intitulados o *Caráter da revolução brasileira*; dezenove sobre *Normas de segurança*; cento e vinte dois sobre *Bahia – 1970 – movimento de resistência universitária*, vinte *Aos bancários baianos*; *Primeiro de maio, dia de luta*; folhetos

⁹⁹ Teriam sido encontrados na Travessa das Candeias, 13, Liberdade, e na residência de um simpatizante, à rua Tenente Pires Ferreira, Barra, nesta capital, estava relacionado à apreensão das edições 9, 10, 11, 12 do AVANTE e um exemplar do RESISTÊNCIA No. 25.

¹⁰⁰ Informações resumidas, retiradas da relação de material apreendido no prédio Solar Boa Vista – Engenho Velho de Brotas, nesta capital.

¹⁰¹ Dados resumidos, extraídos da relação de material apreendido na rua Coqueiros da Piedade, n 15, nesta capital.

com noções de primeiros socorros; normas de seqüestros, além de "Estatutos" e "Programas" do PCBR e, cinco exemplares do número III e IV do periódico *O Circulo*. (BNM 91/70, p. 59-60; RIBEIRO, 06/07/01 PONTES, 08/04/00).¹⁰²

Convém lembrar que os materiais apresentados neste tópico referem-se apenas a um resumo da volumosa lista de objetos atribuídos pelos órgãos de segurança às organizações pesquisadas.

3.1 REUNIÕES

Acreditamos que um dos aspectos importantes desta investigação sobre os movimentos internos da esquerda armada baiana refere-se às reuniões realizadas pelas organizações em locais previamente marcados.

Percebemos que, em reuniões das três organizações armadas, imperava a "cobrança" das tarefas, levantamento de locais de pichações e panfletagens, seqüestros e a preocupação com a conduta pessoal do militante. Não foi possível obtermos informações pormenorizadas dos temas discutidos, entretanto, a pesquisa revelou que, no caso do MR-8, no Setor de Camadas Médias, elas ocorriam duas vezes por semana. Em uma, discutia-se o plano de estudo, incluindo a realidade nacional e internacional e na outra, o balanço da prática dos organismos. (VALENÇA, 28/07/01; ARAUJO, 04/10/00; FERREIRA, 31/05/02; SILVEIRA, 19/03/02; PONTES, 08/04/00; RIBEIRO, 06/07/01; BNM 192/71, p. 91, 267).

As reuniões das três organizações armadas aconteciam em locais ou "pontos" de encontro, que, segundo a pesquisa, podiam ser os "aparelhos", ou os bancos do jardim do Campo Grande e as praias do subúrbio de Salvador, Ribeira, no morro do Cristo na Barra, Ondina, Rio Vermelho, Amaralina, Jardim de Alá, Boca do Rio e Piatã. A principal praça do bairro de Nazaré, nas proximidades da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, também teria sido um ponto comum das três organizações. (BNM 192/71, p. 64-65, 155, 267; 612/70, p. 384-385).¹⁰³

Diante das dificuldades de comunicação entre os militantes do PCBR de Salvador e os que seguiram para Aracaju, num momento de intensa investigação dos órgãos de segurança,

¹⁰² O periódico *O Circulo* foi indicado nos depoimentos e ao longo dos processos como pertencente a uma organização, provavelmente ligada a Igreja Católica, mas quanto a isso não obtivemos maiores informações. Ver também: BNM 612/70, p. 216-224; BNM 91/70, p. 53-57 e 87-96 consta o resumo do material apreendido na barraca do sapateiro Gervásio Rodrigues na rua J. J. Seabra, 358, nesta capital.

¹⁰³ Todos os depoentes mencionaram esses locais.

criou-se um novo sistema para os próximos encontros, o qual, acreditavam, poderia garantir um melhor controle sobre a segurança da organização. O militante que estivesse em Aracaju e precisasse comunicar-se com outro em Salvador, colocaria um anúncio qualquer nos classificadores do *Jornal do Comércio*, em dias múltiplos de três, mencionando um nome previamente combinado, e, se estivesse em Salvador, seguindo as mesmas normas, através do *Jornal da Bahia*. Os pontos seriam marcados nos múltiplos de três, seguinte aquele em que fosse publicado o anúncio. (BNM 212/70, p. 55,97; PONTES, 08/04/00).

Embora houvesse liberdade de expressão nas reuniões, onde todos podiam emitir a sua opinião, a palavra final ficava a cargo da Direção Regional ou Nacional. Um exemplo do exercício do “centralismo democrático” no PCBR ocorreu por ocasião da reunião que antecedeu a expropriação do Banco da Bahia, no bairro da Liberdade, na qual, os dirigentes nacionais que aqui viviam decidiram pela imediata execução da ação, em detrimento da discordância apresentada pelos dirigentes regionais Paulo Pontes e Dirceu Régis.¹⁰⁴

3.2 RECRUTAMENTO E TREINAMENTO DE MILITANTES

Entendemos que o processo de recrutamento teria sido uma das atividades mais importantes das organizações guerrilheiras. Reis Filho (1990) salienta que o trabalho de recrutamento de novos quadros e simpatizantes implicava na aproximação e no convencimento, sobretudo em momentos politicamente desfavoráveis.

Parece-nos que o recrutamento de “quadros” foi uma das principais tarefas das organizações que, clandestinamente, atuaram em Salvador. Buscou-se a ampliação do contingente de militantes através do recrutamento nos meios estudantil e operário.

De acordo com os depoimentos, podemos evidenciar que as formas de recrutamento aplicadas não variavam muito, concentrando-se na abordagem dos indivíduos que se destacavam nas atividades político-estudantis e naqueles que, em debates abertos sobre a resistência à ditadura militar, apresentavam simpatia pelo tema e uma disposição favorável à militância política. Após o recrutamento, a fase inicial de ingresso do recrutado se caracteriza por mais discussões, dessa vez, em torno da linha política da organização. (ARAÚJO, 04/10/00; VALENÇA, 28/03/02; CARVALHO, 22/06/99, PONTES, 08/04/00; FERREIRA, 31/05/02; SILVEIRA, 19/03/02).

¹⁰⁴ Maiores informações da ação de expropriação do Banco da Bahia, pelo PCBR serão apresentadas na parte do capítulo que trata das atividades das organizações.

Um dos processos referentes à atuação da VAR-Palmares em Salvador mostrou-nos uma preocupação no sentido de priorizar o recrutamento de pessoas fora do âmbito estudantil. Por exemplo, Fernando Carlos Mesquita Sampaio teria se referido ao trabalho de recrutamento, procurando, preferencialmente, o envolvimento de operários e não estudantes, pelo fato de que “[...] sendo pessoas adultas, já tinham convicção do que deveriam querer e encontrando-se em situação material desfavorável, poderiam através de idéias e não de *slogans* ser recrutados com eficácia desde que aceitassem [...]”. (BNM 271/70, p. 51).

Encontramos também, referências de que as apostilas e jornais de divulgação das idéias da organização, que seriam utilizadas nos recrutamentos de indivíduos em seus locais de trabalho privilegiavam, sobretudo, a discussão de temas gerais como: o imperialismo, socialismo, capitalismo e classes sociais. (BNM 271/70, p. 52).¹⁰⁵

Uma das formas de ingresso no PCBR era através de uma seleção de militantes que se submetiam a uma espécie de estágio em sua base principal, a Estudantil, chamada Frente Revolucionária Popular (FREPE). A leitura e discussão dos documentos - sobretudo o “Estatuto do PCBR”, de abril de 1968, no qual, consta toda a estruturação da organização guerrilheira bem como normas de segurança - era imprescindível para a adesão de simpatizantes ao partido. (BNM 612/70, p. 401; 91/70, p. 80-81; CARVALHO, 22/06/99; RIBEIRO, 06/07/01).¹⁰⁶

Com o objetivo de obter um bom desempenho de seus militantes e diante da iminência de um confronto com a repressão, foi se impondo a necessidade de construir uma base de preparação e disciplina militar. (ALN ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS GUERRILHAS NO BRASIL, 1967).¹⁰⁷ O treinamento fazia parte das organizações armadas e a pesquisa nos mostrou que, embora precariamente, também em Salvador se verificou uma preocupação na preparação militar dos “quadros” de cada organização, com treinamentos de tiro e caminhadas em regiões isoladas, não obstante concentrarem-se no trabalho estudantil, operário e de bairros.

Importa destacar que membros da Dissidência Comunista da Bahia – segundo nos informaram nossos depoentes e os relatórios contidos nos processos –, grupo que se integrara à VAR-Palmares, teriam desenvolvido alguns treinamentos de tiro durante o primeiro

¹⁰⁵ Esse documento também nos informou que se buscou trabalhar junto a um comerciante, dono de uma sapataria, estabelecido na Ladeira da Barra.

¹⁰⁶ A FREPE é também entendida como “Operação Pára Partidária”, mencionada anteriormente. Como integrante da FREPE, Carlos Henrique Leal Nascimento apresentaria um artigo, no qual analisaria a política geral do país, pregando uma campanha de luta pela politização e conscientização do povo brasileiro, baseado, principalmente, em autores como Celso Furtado e Caio Prado Jr.

¹⁰⁷ Ver também em Comando de Libertação Nacional (COLINA) “Concepção da luta revolucionária”, abril de 1968, apud REIS FILHO (1985).

semestre de 1969, nas cidades de Dias D'Ávila, Camaçari e Mata de São João, sob a coordenação de Amílcar Baiardi. Esse grupo de treinamento seria formado por Getúlio Gouveia, Nemésio Garcia da Silva e Wanderlan Macedo Bomfim e, supostamente, teriam adquirido conhecimentos militares para a formação de um Grupo de Fogo, que ficaria responsável pelas ações militares. (JOSÉ, 2000a; BAIARDI, 16/08/02; VALENÇA, 28/07/01; PATERSON, 08/06/02).

Durante a preparação de uma das atividades de treinamento de tiro do MR-8, numa fazenda nas proximidades da cidade de Pojuca, no dia 28 de agosto de 1969, um acidente de automóvel, no qual faleceram dois militantes, obrigou a organização a levar para a clandestinidade alguns de seus membros. Segundo Juca Ferreira, dirigente da organização na Bahia, este acidente provocou a desconfiança da polícia sobre a realização de atividades clandestinas de esquerda armada aqui em Salvador, nosso depoente supõe que os militantes mortos poderiam estar na lista de procurados, o que justificaria a suspeita. Contudo, de acordo com um depoimento constante neste processo, teria sido apreendida uma grande quantidade de panfletos no interior do carro, este sim, fato que levaria à necessidade de esconder os militantes envolvidos no episódio. (JOSE, 2000 a; BNM 192/71, p. 190, 437, 580-581; FERREIRA, 31/05/02; SILVEIRA, 19/03/02).¹⁰⁸

Além do falecimento dos dois militantes, não tivemos informações a respeito de “quedas”¹⁰⁹ de outros quadros da organização. Um dos sobreviventes do acidente, no caso Sérgio Furtado, motorista do automóvel, ficou no local para dar assistência e esperar a Polícia Rodoviária. Carlos Moreira Villanueva teria avisado aos demais militantes sobre o acidente e todos, dentre eles, Elisabeth Rebelo Correia Lima, foram transferidos para Arembepe, local marcado por sua importância no movimento de “contra-cultura”, onde, clandestinos, viveram por algum tempo na companhia dos *hippies*. (BNM 192/71, p. 190-191; FERREIRA, 31/05/02; REIS, 27/04/01).

O PCBR também teria ensaiado atividades de treinamento de tiro, contudo, nada muito significativo. A partir dos processos, tivemos informações de que alguns treinamentos de tiro teriam ocorrido na Estrada Velha de Camaçari, nas imediações da fábrica de Titânio do Brasil (TIBRÁS), os quais preparariam o assalto ao Banco da Bahia, no bairro da Liberdade, de que falaremos em outro momento. (BNM 612/70, p. 154, 389, 387; BNM 91/70, p. 96).

¹⁰⁸ O grupo que realizara o primeiro treinamento era composto por João Luis da Silva Ferreira, Sérgio L. Furtado, Elisabeth Rebelo Correia Lima, Carlos Moreira Villanueva, Luis Antonio Santa Bárbara, sob a provável assistência de Franklin Martins. Virgínia Sá Carneiro e Edson (não identificamos o sobrenome) morreram neste acidente.

¹⁰⁹ O termo “quedas” refere-se à prisões ou descoberta de “aparelhos” pelos órgãos de segurança do governo.

Paulo Pontes, no entanto, afirmou não saber de nenhuma área específica para treinamento do PCBR na Bahia e, segundo o seu depoimento, nacionalmente, o PCBR, ao optar pelo “militarismo” com ações armadas, teria ingressado atrasado em relação às demais organizações que proclamavam a luta armada. Para esse ex-dirigente do PCBR na Bahia, a partir do desmantelamento da direção nacional em janeiro de 1970, a organização armada fora recomposta com os militantes Bruno Maranhão, Getúlio Oliveira Cabral e Antonio Prestes de Paula, que defendiam uma concepção “militarista” na luta contra a ditadura, trazendo-a para dentro do partido. Em consequência dessa nova posição, passaram a realizar assaltos a banco sem que houvesse para isso a maturação necessária. (PONTES, 08/04/00).

A improvisação nos treinamentos de tiro parece-nos ter sido uma constante entre as organizações armadas. As instruções de prática de tiro, os ensinamentos de fórmulas de explosivos e montagem e desmontagem de armas ocorreram em número reduzido e em condições materiais adversas. Sinalizam um exemplo dessa situação, os relatos de João José Reis e Pedro Juracy Damasceno – que, juntamente com outros militantes do Organismo Pára Partidário (OPP) do MR-8, teriam participado de dois treinamentos de tiro, cujos alvos eram os coqueiros da Praia de Arembepé –, narrando que numa dessas sessões foram confundidos por pescadores da região com uma quadrilha de assaltantes comuns, fazendo com que imediatamente as atividades fossem suspensas. (BNM 192/71, p. 132; FERRAZ, 28/03/02; FERREIRA, 31/05/02; REIS, 27/04/01; SOUZA, 16/11/01).

Percebemos, assim, que o investimento em treinamentos de tiro, ainda que precário, sugere que as organizações não descartavam, totalmente, a possibilidade de confrontos armados com a repressão, mesmo diante da aceitação da preservação de Salvador como cidade neutra.

3.3 AÇÕES PRÁTICAS

Diante das evidências sobre os inexpressivos treinamentos militares na Bahia, perguntamo-nos: aqui teria havido ações armadas de resistência contra a ditadura? Se não houve, qual teria sido a natureza das atividades em Salvador? Será que as organizações armadas baianas estavam preparadas, logisticamente para o enfrentamento com a repressão? Ou a opção política dessas organizações baianas teria sido a ênfase nos chamados “trabalhos

de massas”?¹¹⁰ Mais, qual o significado e o alcance estratégicos dessas atividades? Faz-se necessário conhecer as atividades desenvolvidas e as tentativas de inserção política na população soteropolitana, para entendermos até que ponto a Bahia, ou melhor, Salvador teria sido “área de recuo”.

Ao questionarmos nossos depoentes das três organizações estudadas sobre a denominação de Salvador como “área de recuo”, estes nos informaram de que havia, sim, uma preocupação das organizações que atuavam no sudeste, em não fazer ação armada e preservar a cidade. Pelo que nos foi relatado, à exceção do PCBR, que não respaldou esse comportamento, a VAR-Palmares e o MR-8 consideravam Salvador um local neutro, que devia ser preservado para possíveis recuos de militantes “queimados”, vindos de outros estados perseguidos pela repressão.

Já identificamos anteriormente alguns casos de “quadros” baianos tidos como “queimados” em Salvador e que buscaram segurança em estados que viviam uma rotina de ações armadas como o Rio de Janeiro e São Paulo. Exemplificamos a situação vivida por Jurema Valença, Carlos Sarno e Israel Pinheiro, os quais, para evitar a prisão, vão integrar-se à VAR-Palmares em São Paulo e Rio de Janeiro, cidades tidas como “áreas para recuos”, em relação aos militantes baianos, ainda que cotidianamente fossem locais de intenso confronto armado. Situação análoga ocorreu com os militantes do MR-8, Sérgio Furtado, Juca Ferreira, Elisabeth Rebelo Correia Lima e Maria Lúcia Cerqueira Santana que se abrigaram no Rio de Janeiro.¹¹¹

Entendemos que a prática de militantes procurados transitarem entre os estados, deveria ser uma atitude natural nas situações de perigo vivida na época em estudo. Sobre essa questão, Juca Ferreira afirmou que realmente havia, dentro do MR-8, a predisposição à preservação de Salvador para recuo de militantes, e que, a partir do seqüestro do embaixador norte-americano, houve uma troca de quadros entre Salvador e Rio de Janeiro, embora não

¹¹⁰ Atividades de mobilização e organização popular: recrutamento de simpatizantes, estruturação de entidades estudantis, sindicais, greves e passeatas. Possuir dados sobre as condições de vida da população, fazer denúncias sobre as manifestações da repressão dentre outras.

¹¹¹ Juca Ferreira, em entrevista, confirmou estes nomes como militantes baianos que recuaram para o Rio de Janeiro, além de outro militante da base de Feira de Santana, que teria sido o “caseiro” do local em que o embaixador dos Estados Unidos, hospedou-se durante o seqüestro em setembro de 1969. Juca Ferreira, preso em outubro de 1970, foi solto em dezembro desse mesmo ano, com a obrigação de comparecer toda quinta-feira à sede da Polícia Federal para assinar o ponto, visto que a polícia havia acreditado que o militante procurado era seu irmão, Júlio Ferreira. Com a prisão de um militante da base de Feira de Santana e a conseqüente colaboração deste, confirmam-se as suspeitas da polícia em relação a Juca que, na iminência de ser preso, segue rapidamente para o Rio de Janeiro. Alguns meses depois, com a prisão de um militante nesta cidade, a polícia teria tido a certeza da participação de Juca Ferreira no MR-8.

tenha sido somente este o único motivo para se tentar evitar ações armadas em Salvador.¹¹² Para Ferreira, também é importante perceber que a não realização de ações armadas em Salvador foi muito mais o resultado da percepção da fragilidade orgânica do seu grupo e da efetivação do trabalho político em ações de propaganda: “[...] não era bem a noção de recuo, era mais o entendimento de que nós éramos frágeis, como estrutura clandestina, tínhamos saído recentemente do movimento de massas e todos nós havíamos participado dos movimentos de massa aqui na Bahia, desde 1966 até 1968, onde estávamos expostos”. (FERREIRA, 31/05/02).

Todavia, faz-se necessário registrar uma suposta tentativa de Solange Lourenço Gomes junto à Direção Nacional de formar um Grupo Político Militar em Salvador, tendo, inclusive, orientado a execução de levantamentos para futuras ações de expropriações (assalto à mão armada). Para dificultar a ação policial, passariam a impressão de ter sido assalto praticado por marginais comuns. (192/71, p. 34, 92).

De certo modo, temos inúmeros exemplos de Salvador como “área de recuo”, e a sua quase inexistência no empreendimento de ações armadas. Amílcar Baiardi salientou, em sua entrevista, o fato da Bahia ter sido território neutro, e que, em 1970, a VAR-Palmares enviou para uma fazenda em Vitória da Conquista, militantes em situação de risco, recém-chegados de São Paulo e Rio de Janeiro. E ainda completou afirmando que o norte do país seria a região apropriada na perspectiva de montagem de uma base guerrilheira. (BAIARDI, 16/08/02).

Nossas pesquisas, no que se refere à DI-BA e, posteriormente, à VAR-Palmares, sugeriram que não se realizaram ações armadas em Salvador, apenas ações políticas. Contudo, ambas teriam executado ações alternativas de resistência à ditadura em Salvador. Jurema Valença, por exemplo, informou-nos que sua organização não teve a pretensão de formar agrupamentos militares nessa cidade com a perspectiva de realizar ações armadas e sim a idéia de ingressar em grupos maiores, para atuar dentro de uma lógica mais nacional. Valença ressaltou que: “[...] não havia ações internas aqui [em Salvador], a gente não tinha a pretensão de montar nada isoladamente, a gente não se achava em condições de fazer isso. Então, nos dedicávamos ao trabalho de massas [...]”. (VALENÇA, 28/07/01).

Um outro exemplo foi o caso de Fernando Luis Nogueira Souza e Maria Olívia das Chagas Nogueira Souza, militantes da VAR-Palmares procurados pela polícia paulista e com a segurança comprometida, os quais vieram a Salvador, considerada por eles como uma cidade turística, visitada por inúmeras pessoas de diversas partes do país, fato que facilitaria a

¹¹² Na perspectiva de trocas de quadros e “recuo”, vieram para Salvador César Queiroz Benjamim, João Lopes Salgado, Felix Escobar. Ver entrevista de José Carlos Souza, Juca Ferreira.

vinda e a estada do casal sem levantar a suspeita dos órgãos de segurança, constituindo-se numa alternativa segura de refúgio. Salvador era considerada uma cidade secundária para a luta revolucionária e oferecia todas as vantagens para a situação de reclusão de militantes procurados pela repressão em outros estados brasileiros. (271/70, p. 51; VALENÇA, 28/07/01). Rui Paterson apresentou o mesmo argumento em relação à multiplicidades de turistas, o que facilitaria a clandestinidade, portanto, deveria ser preservada, evitando ações armadas e a atenção da repressão. (PATERSON, 08/06/02).

Alguns militantes não permaneciam em Salvador, apenas verificavam o andamento das atividades com o grupo local e retornavam para transmitir as informações recolhidas para o comando nacional da organização guerrilheira à qual pertenciam.

No que se refere às medidas de segurança no momento da entrada dos militantes, encontramos evidências de que a VAR-Palmares teria instituído dias com data terminada em dois - dias 02, 12 ou 22 - como ideais para entrada de militantes de outros estados na Bahia. Caso falhasse o contato no dia marcado para a entrada do militante, repetia-se a ação na próxima data terminada também em dois, se a pessoa esperada não aparecesse em dez minutos, determinava-se um novo ponto de reserva vinte e quatro horas depois. (BNM 271/70, p. 3, 80).¹¹³

Ao que nos parece, a VAR-Palmares e o MR-8 evitaram realizar ações armadas - apesar destas terem formado grupos de treinamento de tiro - pela característica da resistência em Salvador, na qual a atividade principal fora o “trabalho de massas”, com tentativas de inserção na sociedade, embora não tenham logrado sucesso.

Entre novembro de 1970 e janeiro de 1971, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) escreveu dois documentos intitulados, respectivamente: “Arma da Crítica” e “Orientação para a prática”, acelerando, no interior dessa organização de esquerda, um processo de autocrítica. Esses documentos contêm uma análise da conjuntura nacional e internacional, da situação do trabalhador, da relação vanguarda/massas, incluindo a experiência da guerrilha urbana em outros países, e apresentam novas posições a respeito da resistência à ditadura militar. Essas redefinições estratégicas e táticas do MR-8, apresentadas nesses documentos, revelam uma vontade de reaproximação com as massas e o proletariado. É possível perceber, também, que essa organização guerrilheira, em seu processo de autocrítica, se abriu a qualquer possibilidade de luta revolucionária, fosse ela clandestina, armada e violenta ou legal, política e prolongada. Era preciso lutar: reorganizar sindicatos,

¹¹³ Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho, militante da VAR-Palmares é outro exemplo do “recuo” de militantes em situação de risco para Salvador.

organizar grupos de discussão política, realizar comícios relâmpagos, aproximar-se das massas. (MR-8, ARMA DA CRITICA, 1970).¹¹⁴

A discordância quanto ao método de direção e à prática política da VPR teria sido um dos motivos do desligamento de Carlos Lamarca desta organização de esquerda, em 22 de março de 1971. (CHAGAS, 2000). Segundo Gorender (1994), a possibilidade de Lamarca se afastar da constante clandestinidade nos aparelhos urbanos e implantar a guerrilha rural, naquele momento, acelerou o seu processo de inclusão no MR-8. Ou seja, a constante situação de perigo vivida por Lamarca e Iara Iavelberg nos aparelhos da cidade do Rio de Janeiro teria sido uma forte motivação da viagem do casal para a Bahia em junho de 1971. O local escolhido foi a “área de campo” recém-implantada no sertão da Bahia pelo MR-8. A chegada de Lamarca no Buriti Cristalino ocorreu em 27 de junho de 1971.

Na parte VII do documento do MR-8, “Orientação para a prática” de janeiro de 1971, nota-se uma posição deste quanto à necessidade da combinação entre a guerrilha urbana e a rural:

A nosso ver, existe um desnível entre a Guerra Revolucionária no campo e na cidade, a urgência de vencer essa diferença é compreender que, no Brasil, a não combinação da luta urbano-rural levará a impasses decisivos; mais do que isso, é dar consequência no plano da tática a uma definição estratégica: a principalidade do campo no desenvolvimento da luta revolucionária. É importante esclarecer que, com isso, não estamos mais querendo afirmar nenhuma principalidade [sic] atual do campo, mas realçar a subestimação com que sempre encaramos as definições e a prática rural”. (ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA, 1971).

Na perspectiva de estabelecer a guerrilha no campo, o MR-8 teria enviado, no final de 1970, José Carlos Souza para encontrar-se, nas cidades de Bom Jesus da Lapa e Seabra, sertão da Bahia, com José Campos Barreto, dissidente da Política Operária e ex-dirigente da VAR-Palmares na Bahia, que naquele momento estava se integrando ao Setor de Campo do MR-8. (PATARRA, 1992; JOSE, 2000b; BNM 52/71, p. 57-62; FERREIRA, 31/05/02; SOUZA, 16/11/01).

Tomando-se por base o depoimento de Juca Ferreira, a “área de campo”, em Brotas de Macaúbas, não constituía uma coluna guerrilheira, mas sim, uma “área de recuo” com perspectiva de atividade política. Ferreira alertou-nos de que a vinda de Lamarca sinalizou a busca de uma alternativa política de resistência, e as ações militares deveriam estar submetidas às ações políticas. (FERREIRA, 31/05/02). A esse respeito, apresenta argumento parecido José Carlos Souza - encarregado por João Lopes Salgado de conduzir Lamarca do Rio de Janeiro até a Bahia, para o encontro com Luis Antônio Santa Bárbara, e os irmãos José

¹¹⁴ Ver também “Orientação para a prática”, janeiro de 1971.

Campos Barreto, Otoniel Campos Barreto e Oldericos Campos Barreto -, quando abordou em seu depoimento que Lamarca viera à Bahia, por falta de segurança nos aparelhos do Rio de Janeiro, com o objetivo de esconder-se em Brotas de Macaúbas e, posteriormente, trabalhar na formação de Grupos Táticos Regulares (GTR) e Grupos Táticos Irregulares (GTI). (BNM 52/71, p. 59, 89; SOUZA, 16/11/01).

A explicação desses grupos táticos regulares e irregulares encontra-se no documento desenvolvido por Lamarca no contexto dos treinamentos no Vale do Ribeira, intitulado “Caminhos da Guerrilha”. Este documento consiste em descrições técnicas e definições de diversas formas de lutas, almejando o desenvolvimento da guerra de guerrilhas. (CAMINHOS DA GUERRILHA, 1969).

Na opinião de Ubiratan de Castro Araújo, a questão resume-se nos diferentes tipos de repressão adotados nos estados e afirma:

Havia graus [diferentes] de repressão, daí porque muitos militantes vinham para a Bahia, as organizações recuavam quadros para a Bahia e o último grande recuo foi Lamarca. Com o recuo de Lamarca é que chega uma outra qualidade de repressão [...] Fleury sobe para a Bahia atrás de Lamarca e se tem aqui uma grande onda de repressão. (ARAUJO, 04/10/00).

A rigor, o PCBR não teria considerado o princípio da preservação de Salvador e, com a chegada de parte da Direção Nacional, vira-se com a necessidade de “levantar fundos” para organizar a estrutura e viabilizar o seqüestro do cônsul norte-americano em Salvador, Alexander F. Watson, ação revolucionária que teria como objetivo a troca do seqüestrado pela liberdade de membros da organização presos no início de janeiro em São Paulo, dentre os quais, os dirigentes nacionais Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Mário Alves.

Segundo Paulo Pontes, então dirigente regional, chegaria a Salvador, por volta do mês de março de 1970, uma média de doze importantes militantes para um recolhimento provisório e posteriormente serem redistribuídos em outros estados, onde houvesse atuação do PCBR.¹¹⁵ Nesse momento, Salvador torna-se uma alternativa para a reconstrução do setor militar da organização. Paulo Pontes apontou que, no entendimento do PCBR na época, a guerra acontecia em todo o país, portanto, não existiria área neutra, inclusive teria ocorrido

¹¹⁵ Identificamos os seguintes quadros do PCBR que chegaram para Salvador recuados do Rio de Janeiro: Bruno Maranhão (dirigente nacional), Suzana Maranhão, Fernando Augusto da Fonseca (Comando Político-Militar), Antonio Prestes De Paula (Comando Político-Militar), Getúlio de Oliveira Cabral (dirigente nacional), José Adeildo e mais MARIANA, BETO E ARNALDO (CODINOMES), também do Comando Político Militar. Essas pessoas foram consideradas nos depoimentos como o “grupo militarista”. Ver BNM 612/70, p. 97, 109-110, 393-394, 497-498. Também citados nos depoimentos de Paulo Pontes, Prestes de Paula, Renato Affonso e Dirceu Régis, nas datas já mencionadas.

um encontro seu com Lúcia Murat, então dirigente do MR-8, para discutir a questão da neutralidade de Salvador e sua posição defendia que a luta deveria acontecer em qualquer parte do Brasil. (PONTES, 08/04/00).

Todavia, esse mesmo militante, juntamente com Dirceu Régis e Renato Ribeiro da Costa entraria em desacordo com o setor “militarista” por considerarem prematura a “ação de expropriação”¹¹⁶, realizada em 25 de maio de 1970, no Banco da Bahia, situado á avenida Lima e Silva, na Liberdade. Na ocasião, Paulo Pontes fora recrutado pelo Comando Político Militar da organização e terminou por participar dessa ação, em respeito à posição da Direção Nacional que se mostrara intransigente. (GORENDER, 1994; JOSE, 2000 a; BNM 612/70, p. 71-82, 203; BNM 91/70, p. 109-110; PONTES, 08/04/00; RIBEIRO, 06/07/01).

Esse seria o único assalto que se tem notícia, realizado por uma organização de esquerda armada em Salvador.¹¹⁷ Fizeram-se presentes nessa operação, os militantes: Antonio Prestes de Paula - comandante da operação e motorista da *Aero-Willys* de cor verde, placa “fria” 20.034/Ba, confiscada, anteriormente, na estrada Salvador-Feira de Santana – e mais Paulo Pontes da Silva, Theodomiro Romeiro dos Santos, Valdir Sabóia, Fernando Augusto da Fonseca e Alberto Vinícius (não se sabe o sobrenome). No carro de apoio, um *Volkswagem* vermelho, placa “fria” 1050 de Sergipe, que estava estacionado nas proximidades do banco, estariam Bruno Maranhão, José Adeildo e Getúlio Oliveira Cabral. (JOSÉ, 2000a; PRESTES DE PAULA, 04/08/01; PONTES, 08/04/00; A TARDE, 06/06/70, p. 14).

Na véspera do assalto, foi realizada uma reunião na praia da Ribeira com todos os participantes da operação, quando foi apresentada uma espécie de croquis da localização da agência do Banco da Bahia no bairro da Liberdade e ruas adjacentes, algumas das quais seriam utilizadas para fuga. No dia seguinte, 25 de maio de 1970, por volta das 15 horas, à exceção dos ocupantes do *Volkswagem* vermelho e de Prestes de Paula e Alberto Vinícius, todos os outros - usando mascaras de filó e portando armas de vários tipos e calibres, uma pistola de fabricação Argentina, marca *Ataque*; uma *Winchester*, calibre 44,1; uma pistola marca *Luger* e uma pistola marca *Mauser*; uma espingarda marca *Urco* e 3 revólveres marca *Taurus*, calibres 38 e 32 - penetraram na agência do citado banco, anunciando:

¹¹⁶ Vale ressaltar que assalto a banco era uma das maneiras das organizações adquirirem dinheiro para financiamento das suas estruturas, como aparelhos, armas, munições, viagens, entras outras necessidades.

¹¹⁷ Lembramos que na relação de “Bancos assaltados por ações terroristas, no Brasil, até 30 de setembro de 1970”, resultado das pesquisas desenvolvidas por Carlos Fico (2001, p. 231) a Bahia aparece com dois bancos assaltados. Também Ruy Cerqueira (2002, p. 92) relata que Luiz Antonio Santa Bárbara teria comandado uma operação de assalto a banco, provavelmente ao final de agosto de 1970, no bairro do Canela, em Salvador, e conclui que o episódio deste assalto nunca foi bem esclarecido.

“Isto é um assalto!”¹¹⁸. Em seguida, executaram a ação de expropriação. Todavia, poucos minutos após o início do assalto, ocorrera intenso tiroteio entre os participantes da “equipe de contenção” na parte externa da agência bancária, formada por Getúlio Cabral, Bruno Maranhão e José Adeildo, e agentes da polícia estadual. Esse fato evitou que levassem a quantia de cerca de Cr\$153.000,00, deixados em um saco de aniagem no passeio da agência, levando apenas Cr\$21.000,00. Não houve feridos do lado do PCBR, entretanto, saiu ferido o escrivão Tibúrcio de Souza Barbosa, no braço e na mão e o guarda civil Zacarias Bispo da Silva Filho. (PRESTES DE PAULA, 04/08/01; PONTES, 08/04/00; BNM 612/70, p. 6-7, 154-156, 189-193, 203-206, 379-392; JORNAL DA BAHIA, 08/05/71, p. 6,).¹¹⁹

A importância da contribuição financeira entre os aliados foi um dos pontos apresentados pelo PCBR, o qual afirma em documento que “[...] um partido político não pode viver só de confisco e confiar só nos confiscos. Confiar só nos confiscos é entregar-se às próprias forças, conformar-se com o isolamento e estimulá-los cada vez mais [...]”. O mesmo documento segue pedindo que se evite as ações apressadas, determinadas pelas necessidades financeiras. (PCBR, POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO, 1970, p. 7).

3.4 TRABALHOS DE “AGITAÇÃO E PROPAGANDA”

Investigando as fontes orais e processuais a que tivemos acesso, buscamos compreender a dinâmica das atividades diárias no interior das organizações. Abordaremos algumas ações chamadas de “agitação e propaganda” – que, para Lênin (1979), significariam: a) agitação é a divulgação de poucas idéias para um público numeroso, de maneira clandestina através de panfletagens e pichações com objetivos políticos e b) propaganda é a disseminação de muitas idéias para um grupo restrito, realizada por intermédio de artigos, ensaios, livros e conferências. O tema “agitação e propaganda” também aparece com destaque nas teses e resoluções do congresso da III Internacional: “[...] a propaganda e a agitação comunista devem, antes de tudo, se enraizar nos meios mais profundos do proletariado. Elas devem ser

¹¹⁸ Esclarecemos que a expressão “Isto é um assalto!”, foi transcrita da forma como constava no depoimento de um dos participantes do assalto em processo analisado. Entretanto, pela característica da fonte – um depoimento de um processo militar – existe uma dúvida quanto a essa expressão. Podemos supor que a expressão poderia ter sido “Isto é uma expropriação revolucionária!”. Mas não deve ser descartado que para dificultar a ação policial, dando impressão de ter sido assalto praticado por marginais comuns a expressão pode ter sido a primeira.

¹¹⁹ Para um detalhamento maior do assalto ao Banco da Bahia, ver: BNM 91/70, p. 76-78, 86-88, 237-243, 259-260; Jornal da Bahia, 26, 27 e 28 de maio de 1970, p. 3 e 30/03/1971, p. 6.

engendradas pela vida concreta dos operários, seus interesses comuns, particularmente por suas lutas e esforços”. (GOLIN, 1989, p. 123).

No documento “Linha de Massas”, o PCBR sintetiza algumas características do que seja “agitação e propaganda”:

- Dirigir a agitação contra os aspectos centrais da exploração e da repressão á base das suas manifestações concretas.
- Fazer denúncias atualizadas, durante o desenrolar dos acontecimentos.
- Dar à agitação um caráter polêmico, e fugir do doutrinário.
- Durante uma campanha, padronizar e sintetizar ao Maximo as palavras de ordem e denúncias.
- Falar e escrever em linguagem simples e ser objetivo.
- Ampliar a aceitação da revolução popular e do socialismo
- Formar militantes.
- Aprofundar a luta ideológica, interna e externamente.
- Em função disso deve-se organizar o trabalho de propaganda [...] com publicações, cursos, etc. (PCBR, LINHA DE MASSAS, 1970, p. 19).

Os jornais clandestinos das organizações de esquerda impõem-nos uma reflexão acerca de uma possível influência da teoria da imprensa de Lênin: “O jornal não é apenas um propagandista e um agitador coletivo, mas também um organizador coletivo”. É assim que Lênin (1979) aborda a questão na seção IV do **Que fazer?**. Considera aí a imprensa como o meio de organizar o partido revolucionário: “O nosso isolamento resulta de serem demasiado raras e demasiado irregulares as ligações que existem entre o órgão central e a massa dos militantes de base”. O jornal é um importante elo na política quando impera a necessidade de agir na clandestinidade, pois não existe outro meio de organização nessas condições a não ser o jornal. (WORONTSOV, 1977).

Segundo Lênin, um jornal para “agitação e propaganda” deve apresentar poesias, temas de propaganda, artigos sobre questões externas, cartas de operários, crônicas, manifestos, caricaturas e todas as formas de interpelação pelo humor. A descrição da estrutura do jornal defendido por Lênin permite-nos fazer uma analogia com os jornais clandestinos das organizações que possuíam características semelhantes. (LENIN, 1979).

O movimento de autocritica do vanguardismo militarista da VAR-Palmarese resultou na organização de jornais alternativos dirigidos às massas, os quais, embora com circulação muito restrita, contrapunham as notícias veiculadas pela grande imprensa: “[...] são todas as formas de palavra escrita que os revolucionários necessitam para fazer eco na massa de toda a sua atuação, para que a vanguarda e a massa não sejam duas realidades estanques”. (VAR-PALMARES, QUESTÕES SOBRE A IMPRENSA, 1970, p. 6).

Pesquisando alguns números dos jornais publicados pelo MR-8 e VAR-Palmares no Rio de Janeiro e em São Paulo, percebemos algumas semelhanças com o jornal descrito por Lênin na obra **Que fazer?**. O jornal *União Operária*, elaborado pela VAR-Palmares, era composto de noticiário, editorial, denúncias da situação nas fábricas e favelas, artigos políticos e cartazes que expressavam as reivindicações e/ou denúncias, eles ocupavam a última página do jornal e eram acompanhados de um pedido ao leitor para que o colasse em lugar público. Na coluna do noticiário chamado “Verdades sobre as Notícias” discutiam-se, geralmente, os fatos revolucionários internacionais mais importantes veiculados na grande imprensa e os reinterpretavam à luz da teoria por eles adotada. O jornal *Resistência*, editado pelo MR-8, seguia uma linha análoga. (VAR-PALMARES, QUESTÕES SOBRE A IMPRENSA, 1970; UNIÃO OPERÁRIA, ANO I, n. 3, 5, 6, 7 e 8 de 1970; RESISTÊNCIA, ANO II, n. 28, OUTUBRO DE 1970).

O objetivo desse jornal seria o de denunciar os fatos ocorridos contra os operários no dia a dia das fábricas, divulgar a luta armada e incitar os trabalhadores a assumir posições radicais em seus locais de trabalho, e também, a tortura de presos políticos.

Só a Revolução dos trabalhadores acaba com o governo dos exploradores! O que muda é a força que os trabalhadores podem mostrar. Força essa que não é só em palavras e sim quando se mostram unidos, mas força no duro, um verdadeiro exército armado dos trabalhadores. [...] Ser contra patrão é ser contra o governo também. Lutar por um sindicato livre é lutar contra o governo dos patrões. Lutar pelo direito de greve é lutar contra todas as leis da ditadura. (UNIÃO OPERÁRIA, ANO I, n. 5, 1970).

O jornal é bem humorado repleto de charges, histórias em quadrinhos, escrito com frases curtas, de linguagem fácil, próxima da realidade do operariado:

Olha ai, minha gente. O salário da gente apertando, e os ônibus aumentando. E ainda tem nego ai cheio do tutu, como o Médici, dizendo que pensa na gente, e tal e coisa. Patrão não presta mesmo... Bem que eles merecem que tudo quanto é operário fique danado com mais essa, e resolva logo se juntar na nossa luta! Pessoal, não vamos bobear não. Quero ver todo mundo arrancando o cartaz e tirando uma de Moita, pregando nas paredes da fabrica. Bem debaixo do nariz desses caras, sô!. (UNIÃO OPERÁRIA, ANO I, n. 6, 1970).

Os periódicos, confeccionados pelos militantes baianos em mimeógrafos clandestinos, eram distribuídos, geralmente, em locais de grande concentração, preferencialmente em bairros populares como Nordeste de Amaralina, Alagados, Liberdade, Uruguai, Caixa

D'Água, Pau Miúdo, IAPI, entre outros. (BNM 91/71, p. 727-728, BNM 612/70, p. 496; BNM 212/70, p. 52-88, BNM 192/71, p. 131-132, 160, 220-221, 189-190).¹²⁰

Um dos objetivos do nosso trabalho consiste na caracterização das atividades de “agitação e propaganda” em Salvador, especialmente as panfletagens e pichações, ações que revelam o desejo de inserção e interação com as massas.

O MR-8, cujas atividades em Salvador se iniciaram ainda em 1969, teria como objetivos principais o trabalho nos bairros populares e no setor de camadas médias. Pesquisando a relação de documentos apreendidos nos aparelhos e anexados aos processos, encontramos inúmeras indicações de levantamentos sobre a situação, em Salvador, das fábricas e número de operários; principais ramos de negócio; assistência hospitalar; bibliotecas; imprensa; ensino médio; cinema; limpeza pública; abastecimento de água; esgotos e turismo. Localizamos, também, evidências de investigação das regiões e municípios do estado da Bahia, bem como resumos de dados sócio-econômicos da população de Salvador. É provável que esses levantamentos tivessem o objetivo de ajudar, com o fornecimento de dados, o planejamento de ações de sabotagem e expropriação que, por ventura, viessem a ser realizadas em Salvador. (BNM 192/71, p. 34-35, 67-68, 248-249; SOUZA, 16/11/01).¹²¹

José Carlos Souza contou-nos sobre sua participação na preparação para a expropriação de dois restaurantes, na época considerados sofisticados, localizados um na praia de Piatã e outro em Amaralina. Em tarefa designada por João Lopes Salgado, ele teria permanecido dentro dos restaurantes durante horas, observando o ambiente - onde se localizava o banheiro, condições para fuga e, principalmente, quantos funcionários ficavam até o fechamento e onde se encontrava o dinheiro. Segundo Souza, João Lopes Salgado também cogitou a desapropriação do Banco da Bahia, localizado no Largo do Tanque. (SOUZA, 16/11/01). Esclarecemos que essas ações não se realizaram e, ao que parece, as atividades mais freqüentes do MR-8 foram mesmo as panfletagens e as pichações.

Em depoimento, Ubiratan Castro de Araújo relatou que seu grupo, a tendência da Dissidência Comunista da Bahia que se integrou à VAR-Palmares, juntamente com a “massa estudantil”, de posse de lâminas *Gillette*, teria rasgado inúmeros assentos dos cinemas da cidade que exibiam o filme “hollywoodiano” *Os boinas verdes*, estrelado por John Wayne,

¹²⁰ FERREIRA, 31/05/02; SOUZA, 16/11/02; VALENÇA 28/07/01; ARAUJO, 04/10/00; PONTES, 08/04/00; CARVALHO, 22/06/99.

¹²¹ O documento do PCBR, Linha de Massas de julho de 1970, p. 5, apresenta como alguns princípios do trabalho de massas: “[...] conhecer os problemas das massas, possuir dados exatos sobre as condições de vida, sobre as formas como a exploração e a repressão agem, sobre a realidade concreta e detalhada de cada fábrica, fazenda, banco, escola, quartel [...]”.

provavelmente no ano de 1969. O depoente caracterizou o fato como uma ação de resistência política à ditadura militar, resultante de discussões, nas quais o grupo convergiu para a posição de que esse filme fazia apologia da tortura e da luta contra a guerrilha. (ARAUJO, 04/010/00).

Podemos supor que as ações de panfletagem e pichação foram as atividades mais freqüentes das organizações de esquerda armadas atuantes em Salvador. Neste tópico, trataremos de alguns exemplos da dinâmica de atividades da VAR-Palmares, do PCBR e MR-8, no sentido de tentar buscar mais simpatizantes para a oposição ao regime ditatorial brasileiro. Em virtude de termos obtido mais informações sobre o meio alternativo de comunicação do MR-8 – os periódicos – preferencialmente, nos apoiaremos nesses dados para ilustrarmos o que consideramos como a mais assídua forma de oposição ao regime militar em Salvador.

Cabe dizer que o trabalho de comunicação do MR-8 estava representado nas publicações dos periódicos *Bandeira Vermelha*, *Venceremos* e *Avante*. O primeiro, enfatizava o conteúdo teórico-político e tinha circulação restrita aos membros da organização; o segundo, direcionado aos setores de camadas médias, apresentava resumo de notícias nacionais e internacionais e o último, distribuído pelos bairros populares da capital, locais de importância tática para a organização. (BNM 192/71, p. 92,99-104, 131-132, 135-139, 599; FERRAZ, 28/03/02; FERREIRA, 31/05/02; SILVEIRA, 19/03/02).¹²²

A Frente de Trabalho Interno do MR-8, cujo trabalho principal estaria nos bairros populares, apoiou-se notadamente no periódico *Avante*. O conteúdo dos artigos referia-se às péssimas condições de infra-estrutura e abandono em que se encontrava a população desses locais. (FERRAZ, 28/03/02; SILVEIRA, 19/03/02, BNM 192/71, p. 131).¹²³ Após as distribuições do *Avante*, fazia-se, discretamente, uma sondagem entre os moradores para verificar os resultados práticos da ação e a possibilidade de agregar novos simpatizantes e colaboradores, o que não ocorreu. Tendo em vista a apreciação da reação popular após as panfletagens, o grupo teria considerado, na época, que a dificuldade de comunicação com a população enfocada era devido ao baixo nível cultural daquele público, ficando o trabalho de bairro para o plano secundário, deslocando a atenção para o recrutamento de pessoas de

¹²² Segundo Juca Ferreira, o *AVANTE E VENCEREMOS*, baseado nos periódicos existente no Rio de Janeiro. Cabe-nos reiterar que não tivemos acesso aos periódicos mencionados. Entretanto, na relação de material apreendido, identificamos os números 1 a 12 do periódico *AVANTE*, bem como a indicação de apreensão de alguns números do *VENCEREMOS E BANDEIRA VERMELHA*.

¹²³ Os números 1, 2, 8, 11 e 12, do periódico *AVANTE* seriam de autoria do grupo coordenado por Denílson Vasconcelos.

origem rural, a fim de, posteriormente, realizar trabalho político no campo.¹²⁴ (FERRAZ, 28/03/02; BNM 192/71, pp. 131-132, 599).

Baseado nos processos e entrevistas parece-nos oportuno afirmar que o organismo de logística do Setor de Camadas Médias do MR-8 editou três vezes o periódico *Venceremos*, que em uma de suas edições teria apresentado o artigo de Andrew Frank, “A Política de Substituição de Importações”. As duas primeiras com cinquenta exemplares cada e a terceira foi apreendida pelos órgãos de Segurança do Estado antes de sua distribuição. (BNM 192/71, p. 94; FERREIRA, 31/05/02).

Por outro lado, os periódicos *Resistência Estudantil*, *Luta Operária* e *Luta Camponesa* podem ser apontados como veículos de “agitação e propaganda” do PCBR em Salvador, no sentido de divulgar propostas de oposição à ditadura para a população baiana. Contudo, não foi possível obter informações mais específicas sobre esses meios de comunicação, apenas que seriam publicações “precárias” e que eram impressos e distribuídos com dificuldade. (BNM 212/70, pp. 6, 34, 54-55, 96, 241; BNM 612/70, p. 497; CARVALHO, 22/06/99; PONTES 08/04/00; RIBEIRO 06/07/01).

Numa das ações mais mencionadas nos depoimentos, ocorrida em maio de 1969, o PCBR fecharia os principais acessos à estação de transporte urbano da Barroquinha com militantes armados, para fazer propaganda revolucionária através da distribuição de panfletos e realização de “comício relâmpago”. (CARVALHO, 22/06/99; BNM 212/70, p. 6, 83-84; BNM 612/70, p. 494-497).¹²⁵

Para um melhor entendimento sobre essas questões, exemplificamos o relato de Renato Affonso:

Nós fizemos inúmeras panfletagens e pichações, todas elas armadas, porque a orientação era essa, [...] fizemos um certo trabalho que não teve repercussão, era um trabalho mais consistente de assistência política em bairros populares. Nós éramos de uma história de vínculo com o movimento, nunca fomos muito submissos àquela orientação que vinha da direção, que tinha um traço vanguardista muito acentuado. Nós lutamos por preservar um vínculo com o movimento, um vínculo com a massa, nós fazíamos trabalho de formação em diversos bairros populares. Eu, pessoalmente, assistia a vários e vários [sic] desses trabalhos de formação política e teórica, e de tentativa de procurar, organicamente, setores mais destacados de determinados bairros populares, e tentar, depois, dar um desdobramento mais partidário. Mais isso chocava com uma preocupação maior que acabou prevalecendo, de ações de vanguarda [...] também fizemos algumas panfletagens até bonitas do ponto de vista estético, vestidos a caráter, de boina [...] fechamos uma vez os três lados da

¹²⁴ Essa conclusão em especial foi retirada exclusivamente da fonte: BNM 192/71, pp. 131-132, 599.

¹²⁵ Nessa panfletagem, estavam presentes, Renato Affonso de Carvalho, Marco Antonio Afonso de Carvalho, Regina Martins da Matta e Maria da Glória Midlej Silva; Outras panfletagens ainda ocorreriam até o início de 1970 nas faculdades de Engenharia, Direito e Filosofia da UFBA, próximo a Igreja de São Bento e nas praias de Salvador, dentre elas, a da Ribeira.

Barroquinha, a saída para a Praça dos Veteranos, a saída para cima e a saída para a ladeira do Paraíso, colocamos três ou quatro companheiros em cada saída dessa e, enquanto os outros companheiros faziam a panfletagem de mão em mão, no Primeiro de Maio, inclusive a repressão apareceu, houve um início de tiroteio, mas eles fugiram por que nós éramos um número muito maior, mas somente um, dois ou três estavam armados [...] (CARVALHO, 22/06/99).

Levando em conta os depoimentos de Renato Affonso de Carvalho e Paulo Pontes, percebemos que o PCBR vivenciou uma divergência interna no que se refere ao teor da atividade a ser desenvolvida. O grupo que se formou em Salvador teria uma posição de resistência centrada nos trabalhos políticos de recrutamento, sobretudo nas áreas estudantil e operária, uma tendência diametralmente oposta à defendida pelos militantes que chegaram do Rio de Janeiro, sobretudo representados por Prestes de Paula e Bruno Maranhão. Por ocasião das comemorações do “Primeiro de Maio” de 1970, estas duas tendências teriam se debatido quanto à importância de uma ação panfletária. Entretanto, nessa data, recebendo autorização do comando nacional, Paulo Pontes, Dirceu Régis Ribeiro, Natur de Assis Filho e Wellington Araújo de Freitas imprimiram e distribuíram, na madrugada anterior ao dia primeiro de maio de 1970, cerca de dois mil panfletos com as seguintes palavras de ordem: “Primeiro de Maio, dia de luta”, além de pichações nos bairros de IAPI, Pau Miúdo e Liberdade. (PONTES, 08/04/00; RIBEIRO, 06/07/01; BNM 91/70, p. 23-26, 109, 111; 212/70, p. 1128-1130; 612/70, p. 876).¹²⁶

Neste depoimento, Paulo Pontes também aponta as diferenças no interior do PCBR:

Eu insistia muito que o fundamental aqui era ação política e não ação armada, se é que poderia fazer essa diferença, ou seja, quando se fazia uma ação política, ia armado, sim, mas para resistir [...] esse pessoal que estava aqui era mais militarista, eles chegavam e diziam: “a grande propaganda é se fazer uma ação armada de expropriação de banco” [...]. (PONTES, 08/04/00).

A rigor, a organização que efetivamente realizou ações armadas em Salvador foi o PCBR, apresentando uma inclinação mais “militarista” que as outras organizações no período em que parte da direção nacional vivia em Salvador, não obstante a perspectiva orientada por Dirceu Régis e Paulo Pontes, visava, ao contrário, uma política voltada para o recrutamento de estudantes, através de atividades de panfletagem e pichação e ações de “agitação e propaganda”, que visavam sua expansão. (PONTES, 04/10/00; RIBEIRO, 06/07/01).

¹²⁶ Renato Affonso de Carvalho, Marco Antonio Affonso de carvalho, Regina Martins, Maria da Gloria Midlej, Wagner Coqueiro e JOÃO (CODINOME), também faziam panfletagens e pichações em comemoração ao primeiro de maio de 1970 no bairro do Pau Miúdo.

A despeito de termos encontrado muito pouco material sobre as atividades de “agitação e propaganda” realizada pela VAR-Palmares em Salvador, não foi possível avançar na investigação acerca desse tipo de atividade realizada por essa organização. A informação que dispomos, através do depoimento de Amílcar Baiardi, refere-se ao aniversário da morte de “Che” Guevara, em 8 de outubro de 1970, quando a VAR-Palmares desenvolveu atividades de panfletagem e pichação em alguns bairros da cidade. Segundo ele, não haveria publicação local, o jornal *União Operária*, editado pela Direção Nacional, teria sido o único periódico da organização a circular em Salvador. (BAIARDI, 16/08/02).

3.5 CAMPANHA DO “VOTO NULO”

As eleições para a Câmara dos deputados, realizadas em 15 de novembro de 1970, ofereceram um momento oportuno para a “ultra-esquerda” apresentar-se como alternativa ao regime militar. A posição adotada por eles apontava para a necessidade de sabotar aquele processo eleitoral, através de uma atitude de protesto que desmascarasse a “farsa eleitoral”. Na Bahia, este foi o momento da saída do governador Luiz Viana Filho e a entrada de Antonio Carlos Magalhães, ambos nomeados pelos militares. Segundo Carone (1982), o PCB adotaria uma política de “frente democrática” e defenderia uma posição de apoio aos chamados candidatos progressistas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o contrário da esquerda guerrilheira de vários estados, inclusive da Bahia, que uniram forças a partir de outubro de 1970 numa campanha nacional pelo voto nulo, limitada à distribuição de panfletos à pichação de muros e alguns “comícios-relâmpagos”.

O jornal *Resistência* de 15 de outubro de 1970 apresenta a posição do MR-8 em relação a essa eleição da seguinte maneira:

O MDB é uma falsa “oposição ao governo”, pois defende abertamente o regime. [...] Talvez haja dentro do MDB alguns patriotas honestos e iludidos que se oponham, sinceramente, a ditadura. Mas, são apenas elementos isolados. Portanto, votar no MDB é, também, dar um voto de confiança a ditadura [...] (MR-8, RESISTÊNCIA, ANO II, n. 28, OUTUBRO DE 1970, P. 17).

Sobre essa campanha de apoio à anulação do voto, o PCBR defendeu, em documento, “a necessidade de denunciar a farsa eleitoral e o caráter militarista da ditadura”, tendo em vista enfrentar a “propaganda da ditadura, fortalecendo a oposição popular”. Esse mesmo

documento considera importante padronizar e sintetizar as “palavras de ordem e denúncias”, assim como falar e escrever em linguagem simples durante as campanhas. (PCBR, LINHA DE MASSAS, 1970, p. 18).

Numa reunião, possivelmente realizada no Cristo da Barra, com militantes do PCBR, discutiu-se sobre a “Campanha do Voto Nulo”, momento em que se apresentou a proposta da realização de pichações nas paredes das ruas de Salvador com as seguintes frases: “Vote X Nulo”, “Eleição tapeação”, “Luta armada é a solução”. Entretanto, a falta de recursos materiais (veículos) e humanos (militantes) inviabilizaria essas atividades. (BNM 91/70, p. 726-728; PONTES, 08/04/00).¹²⁷

O MR-8 não teria se privado de participar da campanha, cujo objetivo era evitar que a população participasse do processo eleitoral, em particular através da propaganda do periódico *Avante* e da brochura em forma de poema sertanejo, intitulada *Chico arrasa patrão, a farsa da eleição*, nos bairros da Liberdade e Uruguai. Nesse momento, já como militante do MR-8, Maria Lúcia Santana Cerqueira, seria uma das principais coordenadoras dessa campanha. (BNM 192/71, p. 62, 68, 92, 112, 1466-1467; 212/70, p. 88-89).

Para nós, é o caso de se perguntar se a campanha pelo voto nulo teria repercutido nas urnas positivamente para a esquerda. Guimarães, em seu trabalho sobre as eleições baianas de 1970, declarou que o resultado das urnas representou muito mais o desejo de uma faixa do eleitorado mais politizada, que não concordava com aquele modelo político e a falta de interesse do eleitor baiano em geral pelo pleito daquele momento, do que o reflexo da campanha pelo voto nulo, dirigida pela oposição armada. Esse autor demonstra também que, em Salvador, a taxa de votos nulos permaneceu à mesma das eleições de 1966: 9,3%, e conclui que a campanha, efetivamente, não teve a ressonância esperada. (GUIMARAES, 1973).

Numa possível perspectiva de unir forças para derrotar a ditadura, presume-se que cada uma das três organizações divulgaria, durante a campanha do voto nulo, em diversos locais da cidade, suas palavras de ordem contra as eleições de outubro de 1970. (PONTES, 08/04/00; RIBEIRO, 06/07/01; BNM 212/70; 192/71, 92).

¹²⁷ Nessa reunião, estariam presentes, dentre outros: Paulo Pontes, Wagner Coqueiro e Natur de Assis Filho.

3.6 A INTERAÇÃO ENTRE AS TRÊS ORGANIZAÇÕES ARMADAS NA BAHIA

Evidentemente, que o estudo aprofundado sobre as movimentações internas, ou melhor, a inter-relação e as formas de solidariedade caberiam perfeitamente numa discussão sobre a estrutura e funcionamento das três organizações de esquerda armada. Aqui, no entanto, procuraremos, em linhas gerais, traçar como, quando e com que finalidade teria ocorrido comunicação entre a VAR-Palmares, o MR-8 e o PCBR.¹²⁸

Foi possível vislumbrar um ponto de união, quando verificamos na lista de materiais apreendidos, a presença de documentos pertencentes a outras organizações de esquerda, o que nos faz supor que haveria leitura e discussão desses textos entre os militantes das organizações, ainda que em situações de clandestinidade. Por exemplo, num arquivo do MR-8, apreendido na residência de uma simpatizante, foi apresentada uma pasta contendo documentos da VAR-Palmares, VPR, POC e ALN e, em aparelho do PCBR, apreenderam-se documentos da VPR e MR-8. (BNM 192/71, p. 66-71; BNM 612/70, p. 215-224; 212/71, p. 32-36; 91/70, p. 62-66).

Essa interação entre as três organizações armadas pode ser atribuída à “política de frente”, visando a campanha do voto nulo, discutida numa suposta reunião entre Lúcia Murat, Paulo Pontes e José Campos Barreto, este último, nesse momento, militante da VAR-Palmares. Nessa reunião, o PCBR ficaria com a responsabilidade de imprimir cinco mil exemplares de panfletos, o MR-8, seis mil e a VAR-Palmares teria alegado falta de condições para fazê-lo. Ao que parece, o original do panfleto da referida campanha foi objeto de discussão entre os representantes das três organizações, ficando decidido que o aparelho da Cidade Nova, do PCBR, seria o local provável da impressão. Entretanto, Paulo Pontes, preso em outubro de 1970, perderia contato com os dois militantes mencionados, interrompendo a contribuição de sua organização na campanha. (BNM 192/71, p. 36-37; BNM 612/70, p. 209-210; PONTES, 08/04/00).

O depoimento de Paulo Pontes é revelador sobre a comunicação entre as organizações guerrilheiras:

Eu tinha ponto com Lúcia Murat, do MR-8 e Zequinha [José Campos Barreto] era outro contato que eu tinha aqui, só que ele, na época, era da VAR-Palmares [...] eu tinha contato com Orlando pelo POC, tinha contato com Tibério Canuto pela AP [...] emprestar ou dar

¹²⁸ Juca Ferreira, afirma ter sido o contato do MR-8 com as demais organizações. Posteriormente esta tarefa caberia á Lúcia Murat.

dinheiro se fosse o caso. [...] Foi o MR-8 que avisou que a minha casa estava sendo investigada pela polícia. Então, esse tipo de informação existia, [...] por exemplo, se a gente fosse fazer uma ação armada e não tivesse arma suficiente, podia pedir emprestada. Sobretudo aqui na Bahia, era uma relação que não tinha os ranços pessoais, ou seja, um chega do Rio, eu era de Pernambuco, Zequinha [José Campos Barreto] chegara de S. Paulo, nós não tínhamos militância anterior, o nosso objetivo era o mesmo, por caminhos diferentes [...] (PONTES, 08/04/00).

No entanto, as evidências nos levam a crer que a mais constante forma de interação entre as organizações refere-se à solidariedade existente na iminência de prisões de militantes. Exemplificamos a informação dada pelo MR-8 ao PCBR, de que a casa do bairro da Cidade Nova estava sendo observada pela polícia. Segundo Paulo Pontes, Lúcia Murat ter-lhe-ia comunicado que um funcionário da Polícia Federal, pai de um militante do MR-8, Edson Argolo, havia escutado e comentado com seu filho que a polícia estava investigando uma casa no fim de linha da Cidade Nova, fato esse que impediu a realização do seqüestro do Cônsul dos Estados Unidos. (PONTES, 08/04/00).

As desarticulações ocorridas após algumas quedas reforçariam o acolhimento da organização que tivesse estrutura para assumir o militante com problemas de falta de segurança. Baiardi também salientou a solidariedade entre as organizações nesses momentos de dificuldade e de insegurança.

A pesquisa revela que houve uma aproximação entre as três organizações, porém não pudemos nos aprofundar, por insuficiência de fontes, sobre suas características, tanto no que se refere à intra-relação como à inter-relação, considerando os diversos aspectos necessários à sua compreensão: a relação entre os setores, entre seus membros, entre as organizações, entre dirigentes e sucessivamente. É possível vislumbrar aqui a razão dessa falta de fontes se considerarmos o rigor, teoricamente, aplicado às medidas de segurança adotadas por essas organizações à proporção que aumentava o número de clandestinos e também a sua “estanquização”. Jacob Goren (1994) alertou para as freqüentes dissidências e cisões entre militantes e organizações. Esses fatos, comumente, dariam ao militante, em sua trajetória individual, a possibilidade de ter passado por duas, três ou mais organizações, por isso, ao serem detidos, podiam informar acerca de todas elas.

Através da leitura sistemática dos processos que envolveram a três organizações em Salvador e dos depoimentos, evidenciamos as condições de alguns militantes que participaram inicialmente da DI-BA (da tendência coordenada por Chantal Russi, Jurema Valença e Carlos Sarno) e, com a desarticulação desta, ainda em 1969, se aproximaram do PCBR, no qual desenvolveram atividades até o final de 1970, momento em que a repressão prendera seus principais quadros, finalmente, foram presos quando atuavam no MR-8, em

1971. Supomos que tenham vivido essa experiência, respectivamente, os militantes: Maria Lúcia Santana Cerqueira, Manoel Barreto da Rocha Neto, Aldo da Silva Vieira e Antonio Leopoldo Meira, que teriam transitado pela DI-BA – PCBR – MR-8; Maria Célia Mascarenhas Magalhães, passado da DI-BA para o PCBR e Palmiro Torres de Oliveira, Denílson Vasconcelos e Jaileno Sampaio da Silva que iniciariam militância na DI-BA e, posteriormente, integrariam o MR-8. José Campos Barreto foi outro militante que, num primeiro momento em Salvador, pertencia a VAR-Palmares e posteriormente ingressou no MR-8, compondo a área de campo dessa organização armada. (BNM 192/71, p. 60-66; BNM 52/71, p. 82-88; FERREIRA, 31/05/02; PATERSON, 08/06/02).

Dessa maneira, conclui-se que o apoio entre as organizações teria acontecido naturalmente em situações de insegurança, por exemplo, quando o militante perdia o contato com sua organização de origem. Dentre as estudadas, as fontes sugerem que o MR-8 teria sido a organização guerrilheira que mais apoiou militantes clandestinos em momentos de dificuldades, haja vista, que esta também foi a última organização armada a ser desarticulada pela repressão em Salvador. Numa análise quantitativa dos militantes absorvidos por outras organizações clandestinas que não a sua, constatou-se, em Salvador, que o MR-8 foi aquela que incorporou um maior número deles em sua estrutura. É importante registrar que - diferentemente da VAR-Palmares e PCBR, que tiveram seus militantes presos ainda em 1970 - o MR-8 veio se desarticular definitivamente em setembro de 1971 - com o fim do seu setor de campo na região de Brotas de Macaúbas, fato marcado pela morte de Lamarca -, considerando que a sua estrutura em Salvador já estava seriamente comprometida com as quedas de março e abril desse mesmo ano. (BNM 192/71, p. 36-37; PONTES, 08/04/00; SOUZA, 16/11/01).

Como já mencionamos no início deste capítulo, sobre as lutas políticas de caráter clandestino das organizações baianas, entendemos que é neste movimento de execução de tarefas nas camadas médias, nos bairros empobrecidos, nas escolas e universidades e junto ao operariado que mais fortemente as organizações se apresentaram, para a sociedade baiana, como alternativa de resistência à ditadura. Uma vez que o teor desta resistência em Salvador, de acordo com as pesquisas sobre a oposição ao regime militar no Rio de Janeiro e São Paulo, tenha sido comparativamente menor, o peso das evidências sugere que não devemos concordar com a pura e simples caracterização de Salvador como “área de recuo”, abstendo-nos de uma criteriosa pesquisa histórica.

3.7 A VIDA NA CLANDESTINIDADE

De acordo com Marcelo Ridenti (1993), a repressão, após dezembro de 1968, dificultou a sobrevivência política dos militantes, impedindo-os de terem uma vida cotidiana normal em família e na sociedade; por outro lado, a dinâmica das organizações armadas forçava uma militância guerrilheira clandestina. Conseqüentemente, as organizações passaram a sediar-se, clandestinamente, nos aparelhos, dentro dos quais a dinâmica era de constantes reuniões, onde se discutiam documentos de circulação restrita aos militantes, bem como a elaboração de planos de atividades de “agitação e propaganda”.

Ao analisar acerca da vida clandestina do militante, Pietrocola (1995) caracterizou de duas maneiras: a clandestinidade absoluta, aquela tida como absoluta, ou melhor, a que leva à anulação do que se era antes para adquirir o estatuto de revolucionário. Nesse momento a vida passa a ser extremamente escassa, frágil e transitória, não se pode estabelecer residência estável, habita-se aqui e ali, a depender da necessidade da organização ou partido a qual se está filiado. A semiclandestinidade¹²⁹ é outra categoria descrita pela autora, vivenciada, geralmente, por quem tem família. Nessa maneira de “viver escondido”, possuindo dupla identidade, a pessoa pode voltar à sua casa, temporariamente, assim como mudar de cidade, sem interromper suas relações sociais.

Em Salvador, também houve clandestinos como define Pietrocola. Os militantes, depois que começaram a ser procurados pela polícia, escondiam-se nos aparelhos e continuavam atuando na clandestinidade. Pretendemos dizer que, à exceção dos simpatizantes sem vínculo orgânico, todos os envolvidos com o PCBR, MR-8 e VAR-Palmares abandonaram suas casas, famílias, namoradas e namorados transferiram seu dia-a-dia para a execução das atividades políticas, modificando completamente o seu cotidiano com o fim de derrubar a ditadura militar, objetivo maior das suas organizações.

Falando da solidão da clandestinidade e do isolamento crescente das organizações da esquerda armada, a partir de 1969, muitos depoimentos aludem a processos de crise pessoal. Vemos, por exemplo, no depoimento de Guiomar Lopes Calejas, ex-militante da ALN:

Quando entrei na clandestinidade, larguei estudo, família e fiquei na dependência da própria organização para viver; eu não tinha fachada legal, não tinha outra atividade [...] A clandestinidade tem um lado que dá a sensação, talvez falsa, de liberdade, e em outro lado, que é a sensação de absoluta solidão. (apud RIDENTI, 1993, p. 250).

¹²⁹ Semiclandestinidade, uma tentativa de conciliação entre a militância e a vida relativamente normal.

Mais um exemplo, retirado do livro **Memórias das mulheres no exílio**, onde Maria Nakano afirma que:

A organização era a minha grande família. Depois que você faz uma opção política como a que fiz, dificilmente vê os seus antigos amigos, mesmo o contato com a sua família é esparso. Na situação de clandestinidade, o meu mundo afetivo eram os meus outros companheiros. A organização passava a ser a família alargada, substituindo os amigos, os irmãos, a própria mãe. (apud COSTA, 1980, p. 314).

Jurema Valença observou, em seu depoimento, como era viver na clandestinidade na cidade de Salvador:

Era fechado. A gente vivia, como se chamava, dentro de uma geladeira, a gente vivia dentro de um lugar fechado. Eu saía para fazer um ponto, às vezes, saía para fazer um ponto com a minha família, aí fazia minha mãe dar trezentas mil voltas pela cidade toda: tomar um ônibus, descer, tomar outro ônibus, descer, ter certeza que não está sendo seguida por ninguém, para encontrar com ela no cinema. Eu me lembro na vez que eu marquei com ela no cinema do Rio Vermelho, esse agora que é Igreja, então a gente marcou numa terceira cadeira do cinema. Então havia uma situação, praticamente de não sair de casa, de ficar trancado num lugar [...]. (VALENÇA, 28/07/01).

Acerca do cotidiano da clandestinidade, o então dirigente regional do PCBR, Paulo Pontes, desabafa longamente em seu depoimento:

[...] eu era casado e tinha uma casa alugada. Compramos móveis quando chegamos de Recife, mas, móveis usados. Chegamos, ocupamos a casa e ficamos morando lá, tentando ter a chamada vida mais regular possível. Dirceu [Régis] seria o estudante que passava as manhãs fora de casa, e eu saía como se fosse para trabalhar. Então, eu saía 8 horas da manhã, voltava ao meio dia, saía duas horas da tarde, voltava às seis. Tivesse ou não tivesse o que fazer na rua. Às vezes, eu não tinha nada para fazer na rua e ali na Baixa dos Sapateiros tinha muito cinema que era baratíssimo, eram aqueles filmes de banguê-banguê, três filmes seguidos, eu ia passava a tarde inteira no cinema para poder voltar para casa [...] Tinha um sapateiro, acho que o último da Baixa dos Sapateiros, e uma pessoa do Partido passando por lá ouviu ele escutando a rádio Tirana, daquelas que não se podia ouvir naquela época. Então eu fui lá e comecei a conversar com o cara, ficamos amigos e ele sabia mais ou menos o que era a militância. Eu estava com problema de segurança na minha casa e pedi para ele guardar nossos documentos, ele escondia lá pelos sapatos velhos. Eu o avisei que, caso ele fosse preso, afirmasse que eu era cliente dele e pedi para ele guardar pacotes, e que ele não sabia o conteúdo dos pacotes. Ele falou exatamente isso quando foi preso. A história que eu contei na polícia foi a mesma história que eu mandei que ele contasse, caso houvesse algum problema e colou, deu certo essa história [...] (PONTES, 08/04/00).

A insegurança proveniente da incerteza de se estar e não estar em liberdade, a impessoalidade fria dos aparelhos e da vida clandestina sofrível implicavam na

impossibilidade de assumir relações amorosas e desestruturava a vida cotidiana de muitos militantes. Nas memórias de Alex Polari é apontado que:

Na clandestinidade, no cerco, na iminência da queda, da tortura ou da morte, eu me sentia estagnado, fechado, assumindo valores mais rígidos, critérios de eficiências que me distanciavam muito daquele adolescente jovial que dizia coisas bonitas, amava as pessoas, era amado, aprendia, ensinava e compreendia tudo isso, também como fazer política [...]. (POLARI, 1982, p. 80).

A dificuldade de envolvimento com parentes queridos, amigos e namoradas, também foi uma situação presente na vida de Rui Paterson antes de sua prisão. Sofrendo uma ruptura brusca com seu contexto cultural e afetivo, a clandestinidade “[...] não deixa de ser uma espécie de exílio”. (FERREIRA, 1996, p. 133).

O controle das regras de segurança, nas organizações armadas, tornou-se essencial para o militante melhor avançar na prática revolucionária, haja vista a constante utilização pelos órgãos de repressão de técnicas modernas e especializadas para a captura dos militantes.

A vigilância e os princípios de segurança da atividade clandestina do PCBR estavam apoiados, teoricamente, no documento intitulado “Sobre a Política de Organização”, nos chamados 12 Mandamentos do Trabalho Clandestino. Vejamos esse código de segurança, reproduzido na íntegra:

- 1 - Só procure saber o que for necessário à sua tarefa; só diga a outro o que for necessário à tarefa dele;
- 2 - Jamais se dirija a um encontro ou uma reunião sem verificar se está sendo seguido;
- 3 - Não ande com papéis que contenham nomes, endereços, telefones ou pontos de encontro; guarde-os de memória ou, se necessário, em código;
- 4 - Nunca marque encontro em lugares movimentados, policiados ou onde o encontro chame a atenção;
- 5 - Use pontos de rua apenas para encontros breves e com uma só pessoa;
- 6 - Não faça encontros ou reuniões em bares, bancos de praça ou automóveis parados, sobretudo se não tiver documentos em ordem;
- 7 - Seja rigorosamente pontual aos encontros de rua e exija que os outros também o sejam;
- 8 - Só use casas que tenham aparência normal, mobiliadas e habitadas por uma família;
- 9 - Use o menos possível o telefone e, se tiver de fazê-lo, fale sempre por códigos;
- 10 - Use sempre seu nome de guerra e se refira a outro companheiro usando o nome de guerra dele;
- 11 - Não ande com pessoas queimadas, nem frequente casas queimadas, em princípio vá somente às casas que são usadas por sua organização;
- 12 - Você só terá segurança se todos os companheiros de sua organização a tiverem, e vice-versa. (PCBR, SOBRE A POLITICA DE ORGANIZACAO, 1969, p. 15)

Este documento sugere a existência de uma real preocupação com a segurança dos militantes das organizações armadas, o que não é novidade. Mas, nos causa espanto que,

apesar dos inúmeros documentos e discussões acerca desse tema, pequenas falhas de segurança tenham facilitado o serviço da repressão, haja vista, os órgãos de informação da ditadura terem fotografado, nas ruas de Salvador, Paulo Pontes, Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio Oliveira Cabral, Antonio Prestes de Paula, todos eles, à exceção do primeiro, dirigentes nacionais do PCBR, responsáveis pelo Comando Político Militar. (PRESTES DE PAULA, 10/08/01; PONTES, 08/04/00).¹³⁰

A prevenção para se evitar os “furos de segurança”, com a “estanquização” dos setores, a proibição dos contatos pessoais entre os membros da organização, a menos que pertencessem à mesma base ou tivessem tarefas comuns, foi lembrado em inúmeras memórias de ex-militantes de organizações armadas. (POLARI, 1982; TAPAJÓS, 1977).

Percebemos que a passagem para a clandestinidade, a ruptura com o passado, de acordo com as normas de segurança, exigiam um novo nome. Todos os militantes identificados na pesquisa possuíam os chamados codinomes ou nomes “frios”, com os quais passariam a ser reconhecidos, sendo assim, considerada uma das primeiras condutas de segurança a serem obedecidas pelos militantes das organizações.¹³¹

Para Juca Ferreira, as medidas de segurança somente têm sentido numa estrutura de quadros clandestinos, como, por exemplo, os Setores Logístico e Armado, o que nem sempre funcionava. Não é o caso do Setor Estudantil secundarista, composto por pessoas que se conheciam há muito tempo, freqüentavam os mesmos lugares e comumente saíam juntos. Essa passagem do seu depoimento ilustra o seu pensamento:

A gente sabia da nossa fragilidade orgânica. Eu, por exemplo, podia derrubar todo mundo, se eu tivesse me comportado mal eu derrubaria todo mundo porque eu conhecia todo mundo, [sic] Sérgio Furtado também poderia derrubar, e outros [...] professor José Carlos [Souza] também poderia derrubar, senão todo mundo, quase todo mundo, era muito frágil para fazer luta armada, era uma estrutura que tinha vindo do movimento de massas, era muito pequena a cidade, éramos frágeis como estrutura clandestina, tínhamos saído recentemente do movimento de massas aqui na Bahia, todos, desde 1966, 1967, 1968. Quando foi em 1969 estava todo mundo exposto [...]. (FERREIRA, 31/05/02).

A dinâmica e os cuidados da vida na clandestinidade, também, foram retratados, longamente, no depoimento de Ubiratan Castro de Araújo:

Era toda a técnica dos pontos revolucionários, os amigos que a gente conheceu, quando virava quadro, só podiam encontrar com a gente em pontos, com todas aquelas técnicas, senhas. Nos encontrávamos nos lugares mais inusitados. Por

¹³⁰ Verificamos também no dossiê de fotografias do PCBR anexado ao BNM 212/70.

¹³¹ Identificamos 36 pessoas conhecidas por codinomes.

exemplo, no Jardim Zoológico, eu discuti muita conjuntura internacional ao lado da jaula dos macacos. Ali no Solar do Unhão, tinha os pontos de meia hora e os informes estavam limitados á direção nacional. Os informes, notícias de companheiros presos, se aconteceram atrasar quinze minutos você não entrava mais porque o cara poderia ter caído. Quando fura duas vezes o ponto, você já se prepara porque ele poderia ter caído e pode ter entregado seu nome, e você já tem que recuar [...] o segurantismo [sic] era prioritário, então quando viravam quadros, eles já devem ser sobrenaturais, eles já tinham que ser primeiro, clandestinos, segundo tinha que ter uma preparação militar e tinha regras rigorosas onde não cabia nenhum liberalismo, liberalismo era palavra condenada, qualquer atitude mais aberta era liberalismo, não podia mais circular com ninguém, não podia andar em lugares públicos, e a gente só tinha contatos pelos pontos[...] (ARAÚJO, 04/10/00).

Situando outra característica dos cuidados com a segurança no interior das organizações, exemplificamos a utilização das “senhas”, indispensáveis nas relações cotidianas entre os militantes. Ao longo da pesquisa nos processos, encontramos indícios de um encontro entre Juca Ferreira e Eliana Gomes de Oliveira, no Largo de Santana, Rio Vermelho, que teria ocorrido na seguinte circunstância: o primeiro estaria portando o livro de Herman Hesse, “O Lobo da Estepe” e Eliana segurando um exemplar da revista *O Cruzeiro*, aquele que chegasse por último deveria perguntar para que lado ficava o bairro da Federação e o outro responder: para o lado de Itapuã. A resposta absurda justificava a certeza de que estavam diante da pessoa que aguardavam.(BNM 192/71, p. 89-90).

A sobrevivência dos militantes mais implicados nas atividades diárias era resolvida através das pequenas doações que as organizações lhes dispensavam, para pagamento de aluguéis de casas e apartamentos - na maioria dos casos, também eram “aparelhos” que serviam de arquivos -, assim como as despesas com alimentação e outras necessidades pessoais.

A posição do PCBR frente ao modo de vida do militante foi de opção pela vida modesta e, muitas vezes, sacrificada. Segundo um documento desse partido, “[...] a contenção de despesas deve ser uma constante na vida do Partido [...] a dispersão econômica, o liberalismo nos gastos são incompatíveis com a prática de uma organização proletária porque são tendências que se alimentam no sistema de vida das classes dominantes.” (PCBR, POLITICA DE ORGANIZAÇÃO, 1970, p. 7).

O depoimento de Paulo Pontes, por exemplo, aponta para a disposição do militante em levar uma vida simples, implicando na falta de informação e conseqüente distanciamento da sociedade:

A nossa organização estabelecia como salário de manutenção dos profissionais, aqui na Bahia e em todo o Nordeste, um salário mínimo para gasto com alimentação e outras coisas do dia-a-dia. O aluguel da casa, a manutenção partidária, era outra

coisa, o partido pagava, direto. Aí você diz: Mas isso é um absurdo, como é que você lê um jornal? De repente, eu ficava, realmente, sem ler jornal. E se eu não leio jornal, se não compro uma revista, que tipo de informação terei sobre a sociedade? A gente não tinha televisão, somente rádio. Agora, era um salário mínimo para mim, outro para minha mulher, outro para Dirceu [Régis], então a casa em termos de alimentação era mantida. A nossa alimentação era paga com três salários mínimos. Claro que o dinheiro não dava para nada, roupas, etc [...] Isso era uma coisa problemática, que eu achava ser correto naquela época, ou seja, que a organização era uma coisa muito séria, que deveríamos gastar o mínimo possível. (PONTES, 08/04/00).

Como podemos observar, a difícil realidade da sobrevivência clandestina no PCBR retratada por Paulo Pontes, parece ter sido uma experiência comum nos esconderijos de Salvador. As dificuldades sentidas por este, aproxima-se da experimentada por José Carlos Souza no MR-8 que, ao comentar sua vida nos aparelhos, nos informou que:

Havia pouca grana, as roupas eram aquelas mesmas que você levou de casa, arranjar uma namorada era uma dificuldade enorme, porque você não tinha mais do que duas ou três roupas, um pouco complicado. A gente ficava muito pelas ruas, fazendo os pontos, por exemplo, até hoje eu tenho uma tendência militarista muito grande nas coisas que faço. Por exemplo, toda vez que eu vou executar coisas, eu penso com estratégias militares, vou me sentindo vencendo etapas. (SOUZA, 16/11/01).

3.8 COMPOSIÇÃO SOCIAL

A partir dos arquivos do Projeto Brasil Nunca Mais, Marcelo Ridenti (1993) produziu um quadro social das organizações armadas brasileiras. Sobre as investigações a respeito do perfil social das organizações armadas baianas que analisamos, ressaltamos duas questões: primeira, a impossibilidade de apresentar os dados quantitativos totais em todos os quadros, por ausência, nos processos, de determinadas informações pessoais de alguns indivíduos e indicamos o número de não identificados em cada situação.

Para melhor esclarecer sobre o trabalho apresentado a seguir, veja abaixo algumas explicações:

- a) As interpretações dos militantes identificados foram baseadas no cruzamento de informações contidos nos processos e nos depoimentos.
- b) As classificações apresentadas são: sexo, ocupação, faixa etária e cor da pele. Sobre essas classificações, ressaltamos as que se referem à cor da pele correspondem às caracterizações encontradas nas fontes; com referência à faixa

etária, partimos da menor idade encontrada na pesquisa, separando-as de quatro em quatro anos até a máxima idade detectada.¹³²

- c) Existindo a possibilidade de os militantes identificados apenas por “codinomes” coincidirem com os já contabilizados, preferimos, uma vez na dúvida, excluí-los da contagem.¹³³
- d) A contagem incluiu os militantes “recuados” para Salvador, vindos de estados como: Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, que chegaram com o objetivo de formar ou reestruturar as organizações armadas em Salvador. Temos como exemplo os militantes do PCBR, Paulo Pontes, Renato Ribeiro da Costa e Dirceu Régis; ou para a VAR-Palmares, os militantes Amílcar Baiardi, Fernando Mesquita, Maria Olívia Chagas e Fernando Chagas. Para o MR-8, nesse caso, são ilustrativos, os militantes Franklin Martins, Lúcia Murat e João Lopes Salgado.¹³⁴ A execução, por exemplo, de uma ação de expropriação, mais o fato de estar sendo procurado nos estados em que atuavam, teriam sido outros fatores de “recuo”. Os militantes do PCBR, Antonio Prestes de Paula, Bruno Maranhão, Suzana Maranhão, Getúlio Cabral e Valdir Sabóia, dentre outros, chegaram a Salvador por esses motivos.¹³⁵ Também existiram aqueles militantes que, não fixariam residência em Salvador, chegando apenas para trazer ajuda financeira e tomar conhecimento das atividades locais, retornando rapidamente.¹³⁶
- e) Identificamos alguns simpatizantes que apoiaram essas organizações, entretanto não fizemos um levantamento devido à característica do papel desempenhado por eles, um trabalho esporádico e não sistemático, e por isso difícil de quantificar e de

¹³² As nossas interpretações basearam-se, inicialmente, na ficha do Auto do Interrogatório de 3 militantes processados como integrantes da VAR-Palmares, que se encontra no BNM 271/71; 25 militantes processados como pertencentes ao MR-8, presente no BNM 192/71 e 1 no BNM 52/71, também processado como integrante do MR-8; 12 militantes processados como integrantes do PCBR no BNM 212/70, de 2 militantes no BNM 612/70 e de 13 militantes no BNM 91/70. Entretanto, para além desses processados diretamente nesses documentos, existe ficha de outros militantes ligados aos principais acusados, contendo informações que complementaríamos as dos dados quantitativos e qualitativos de outros militantes dessas organizações, ainda que não processados diretamente. Quanto às informações acerca do conteúdo dos interrogatórios, estas foram minuciosamente confrontadas à exaustão e confirmadas em entrevistas com alguns dos implicados nesses processos.

¹³³ Contabilizamos 36 “codinomes” ao longo da pesquisa, referentes às organizações estudadas.

¹³⁴ Pode-se complementar a informação ainda com os militantes Frederico Menezes e Maurício Anísio para o PCBR e Solange Gomes Lourenço e César Queiroz Benjamim, dentre outros, para o caso do MR-8.

¹³⁵ Complementamos ainda com os militantes do PCBR José Adeildo, Fernando Fonseca, Alberto Vinícius e “Mariana”, codinome.

¹³⁶ Provavelmente, dentre outros, os militantes do MR-8, Franklin Martins, Carlos Alberto Muniz e Cláudio Campos.

relacioná-los às organizações. Foram encontrados 23 nomes, distribuídos como segue: PCBR: 6 e MR-8: 17.¹³⁷

A investigação relacionou em números aproximados um total de 9 militantes identificados como pertencentes à VAR-Palmares e 40 ao PCBR entre os anos de 1969 e 1970. E contabilizou durante os anos de 1969 a 1971, 56 militantes pertencente ao MR-8.

Como evidenciamos, através da pesquisa, a VAR-Palmares teria tido durante os anos de 1969 e 1970, aproximadamente 09 militantes identificados nos processos. Diferentemente, Amílcar Baiardi, em depoimento, quantificou o número de militantes da VAR-Palmares como segue: 5 militantes no comando mais 5 bases ou grupos de trabalhos com 6 a 8 pessoas militando em cada um deles, dando um total entre 35 e 45 pessoas, fora os simpatizantes. Por fim, Rui Paterson afirmou, ter possuído a VAR-Palmares, 30 militantes e mais a rede de apoio, que teria em torno de 90 simpatizantes. (BAIARDI, 16/08/02; PATERSON, 08/06/02). Infelizmente, não conseguimos compatibilizar essas informações com os números pesquisados nos processos, porém é necessário ressaltar que, conforme discutido no capítulo dois, é possível ter ocorrido uma aproximação mais estreita entre alguns militantes da DI-BA e a VAR-Palmares.

Os militantes Antonio Argolo Silva; Carlos José Sarno; Chantal Russi; Getúlio Gaspar Gouveia; Israel Oliveira Pinheiro; Jurema Ribeiro Valença; Marie Hélène Russi; Nemésio Garcia da Silva e Rui Pinto Paterson entre outros foram da DI-BA e sua integração à VAR-Palmares poderia ter ocorrido durante o primeiro semestre de 1969, porém não foram encontrados muitos registros, nas fontes consultadas, de suas atuações nessa organização durante o período. Essas pessoas fazem parte do grupo inicial, cuja trajetória foi descrita no capítulo dois “Formação e estrutura das organizações armadas em Salvador”.

De acordo com os dados disponíveis e razões acima expostas, conclui-se que a VAR-Palmares teria sido, com relação ao número de militantes, a menor das organizações armadas atuantes em Salvador; ao contrário, o MR-8 teve o maior número, devido em parte à sua longevidade - ela sobreviveu de 1969 até 1971, as outras foram desestruturadas no ano 1970 – e à possibilidade, aberta por essa particularidade, de incluir militantes das outras organizações, na medida em que elas foram desarticuladas.

¹³⁷ Considera-se como Militante, identificados ao longo da pesquisa nos processos e nas entrevistas, aqueles que teriam função de dirigente da organização, coordenador dos setores ou que teriam participado das atividades de “agitação e propaganda”, de forma clandestina, já descrita nesse capítulo. Como simpatizante aquele cujas atividades tenham sido esporádicas e não incorporados organicamente á estrutura das organizações armadas mencionadas. Os militantes que transitaram por duas ou três das organizações estudadas foram registrados, em cada uma delas.

A composição social das organizações clandestinas na Bahia, ao que parece, foi predominantemente de militantes originários do movimento estudantil. Observamos que durante o ano de 1969 a maioria deles seria, notadamente, de estudantes secundaristas. Entre os anos de 1970 e 1971, este perfil migra de estudantes secundaristas para universitários. Foi o que se constatou ao acompanhar a trajetória desses militantes nos processos e nos depoimentos. Abaixo, na tabela número 1 (Militantes por ocupação), verificamos que a VAR-Palmares registrou, do total de seus militantes, 22,2% de estudantes; o PCBR teve 60%, enquanto o MR-8 apresentaria, em sua estrutura, um percentual de 51,7% de estudantes do total registrado.

Note-se que, a classificação “outros” na tabela, refere-se a pessoas que exercem diversas outras ocupações. No caso da VAR-Palmares temos 33,3% de militantes classificados “professor” e “operário”. Acerca da ocupação dos militantes do PCBR, entenda-se como não estudantes e classificados como “outros”, 7,5% identificados como “engenheiro”, “professor”, “advogado” e “ferroviário”. Por exemplo, os dirigentes regionais Frederico Menezes e Renato Ribeiro foram identificados, no processo, respectivamente, como “engenheiro” e “advogado”. Por último, no MR-8, 10,7% dos militantes são indicados como “outros”, registramos as seguintes ocupações: “desenhista”, “funcionário público”, “industrial” e “professor”. Nesse caso, verificam-se os exemplos de Renato da Silveira, reconhecido no processo como professor e Pedro Juracy Damasceno como funcionário público, dentre tantos outros exemplos.

Ridenti (1993), entretanto, chamou a atenção para o fato de que muitos dos estudantes poderiam ter uma atividade profissional, podendo ser colocados nas classificações, dentre outras, de “estudante-operário”, “estudante-professor”, “estudante-jornalista”, em contrapartida, presumivelmente, também seriam estudantes, muitos dos que aparecem, estatisticamente, em outras ocupações. Os militantes-estudantes baianos, originários do Colégio Estadual da Bahia “Central”, seguido da Escola Técnica Federal da Bahia, Colégio Severino Vieira e Colégio de Aplicação, ingressaram na VAR-Palmares, PCBR e MR-8, particularmente no ano de 1968. Em grande medida, ingressariam nas Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Católica, os militantes-estudantes da VAR-Palmares e do MR-8; e nas faculdades de Economia e Direito da UFBA, predominantemente, aqueles ligados ao PCBR.

Analisando dados sobre a esquerda estudantil, Ridenti (1993) apresenta um total de 583 pessoas (30,7% dos 1.897) denunciadas por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas. Isso para o autor reflete “a extraordinária mobilização estudantil, sobretudo, nos anos

entre 1966 e 1968”. Com os dados sobre o MR-8, Ridenti refere-se a 74 estudantes, 49,3% dos 150 processados com ocupação conhecida, números referentes à Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) e à Dissidência da Guanabara (DI-GB). Sobre o PCBR, o mesmo autor também verificou um alto percentual de estudantes, (80 estudantes, 39,8% do total de 201), e finalmente sobre a VAR-Palmares, ele contabilizou 80 estudantes, 33,2% do universo de 241. (RIDENTI, 1993, p. 96, 116).

Podemos inferir, dos dados pesquisados, que, em Salvador, a VAR-Palmares, o PCBR e o MR-8 tinham seus quadros compostos, majoritariamente, por estudantes, acompanhando uma tendência dessas organizações guerrilheiras no Rio de Janeiro e em São Paulo, conforme os dados apresentados por Ridenti (1993).

Tabela 01 – Militantes por ocupação

Organizações	Total	%	Estudantes	%	Doutros	%	Não Identificados	%
VAR-PALMARES	09	100	02	22,2	03	33,3	04	44,4
PCBR	40	100	24	60	03	7,5	13	32,5
MR-8	56	100	29	51,7	06	10,7	21	37,5

FUNTE: BNM

Na análise da tabela número 2 (Militantes por cor da pele), congregamos informações acerca da cor da pele dos militantes das três organizações estudadas. Observando o alto índice de militantes brancos, e cruzando esses dados, com aqueles de ocupação, somos levados a construir o perfil “estudante branco”, fica constatada a baixa participação de trabalhadores e de negros. O censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do ano de 1960 - o de 1970 não traz esses dados - apresenta os seguintes números sobre a cor da pele da população do estado da Bahia: 951.525 de pessoas com a cor de pele “preta”, num total de 5.918.872. (IBGE, 1960). Isso nos leva a suspeitar - se considerarmos que é nos bairros mais empobrecidos que se concentra a população negra (curiosamente, os poucos militantes identificados como “pretos” estão classificados como operários) - que as suas tentativas (das organizações) de realizar um trabalho político com as massas não foi bem sucedido, o resultado efetivo de suas atuações restringe-se aos limites retratados pelo perfil.

Os dados expostos, embrionariamente, acerca da cor da pele dos militantes das organizações armadas podem ser ampliados para futuras pesquisas sobre o lugar do negro na resistência armada baiana, durante os anos de 1968 a 1971.

Tabela número 02 – Caracterização das organizações armadas, segundo a cor da pele dos seus militantes:

Orgs	Total	%	Branca	%	Clara	%	Morena Clara	%	Morena	%	Parda	%	Mulata	%	Pré-ta	%	Não Identificados	%
VAR*	09	100	05	55,5	00	00	00	00	01	11,1	00	00	00	00	00	00	03	33,3
PCBR	40	100	14	35	01	2,5	00	00	05	12,5	02	05	00	00	00	00	17	42,5
MR-8	56	100	20	36	01	1,7	01	1,7	06	11	03	5,3	00	00	02	3,5	23	41

*VAR-Palmares

FONTE: BNM

Conforme o estudo de Ridenti (1993) acerca da faixa etária das organizações de esquerda no Brasil com penetração no movimento estudantil, cerca de 60% dos seus militantes tinham menos de 25 anos de idade. Especificamente, a VAR-Palmares possuiria 54% de 149 casos, o PCBR 58% de 140 militantes e o MR-8 contaria com 67% de 167 militantes, segundo dados referentes aos anos 60 e 70.

As informações contidas na tabela número 3 acompanham essa tendência evidenciada por Ridenti, sugerindo que a faixa etária predominante nas organizações armadas baianas fica entre 20 e 25 anos. Evidenciou-se que a VAR-Palmares possuía 33,3%, o PCBR, 42,5% e o MR-8, 48,2 % de seus militantes estavam incluídos nessa mesma faixa etária.

Cabe fazer aqui algumas considerações complementares. No caso da VAR-Palmares, os militantes com idade acima de 25 anos estão identificados como “professor” ou “operário”. No caso do PCBR, são classificados como “professor”, “advogado”, “motorista”, “engenheiro” ou “ferroviário”; e no MR-8 são identificados como “professor”, “desenhista” ou “funcionário público”. Ao cruzar os dados de ocupação com as informações sobre a faixa etária, nas três organizações estudadas verifica-se um perfil social, notadamente, de jovens estudantes, seguindo uma tendência estabelecida para todo o Brasil. (CARVALHO, 22/06/99; FERREIRA, 18/04/02; SARNO, 29/09/01; VALENÇA, 28/07/01).

Tabela número 3 - Militantes por Faixa Etária

Organizações	Total	%	16-19	%	20-25	%	26-30	%	Não Identificados	%
VAR-PALMARES	09	100	01	11,1	03	33,3	01	11,1	04	44,4
PCBR	40	100	02	5,0	17	42,5	05	12,5	16	40
MR-8	56	100	02	3,5	27	48,2	03	5,3	24	42,8

FONTE: BNM

Sem dúvida, a lacuna na historiografia brasileira e baiana sobre a mulher militante das organizações da esquerda armada, participantes das guerrilhas urbana e rural ocorridas durante os anos do regime militar, ainda está por ser preenchida.¹³⁸

Via de regra, segundo Ridenti (1990), as organizações de esquerda, nos anos 60 e 70, eram compostas principalmente por homens. Em um total de 4.124 processados, 3.464 eram homens (84,0%). Quanto aos grupos armados urbanos, identificou-se um percentual de 15% a 20% de mulheres. Esse percentual não pode ser interpretado como tão baixo, se for considerado que a mulher, até o final da década de 60, ocupava posições subalternas na política e na sociedade brasileira. A média de 18% de mulheres nos grupos armados urbanos segundo o autor:

[...] reflete um progresso na liberação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter feminista, que ganharia corpo só nos anos 70 e 80 [...] pela opção dos grupos guerrilheiros que implicava uma luta militar que, pelas suas características, tendia a afastar a integração feminina [...] a participação feminina nos grupos armados era percentualmente mais elevada que nas esquerdas tradicionais, como revelam os dados sobre mulheres processadas por integração ao PCB, cerca de 5% [...]. (RIDENTI, 1993, p. 189).

Os dados do Fundo Brasil Nunca Mais indicaram que, no MR-8, de um total de 159 processados, 30 (18,9%) eram mulheres. Em se tratando do PCB, dos 217 militantes processados, 41 (18,8%) representavam o chamado “sexo frágil” e, finalmente, a VAR-Palmares teria incorporado 47 (17,4%) mulheres, em um total de 270 militantes.

É conveniente lembrar que a presença da mulher no comando direto das organizações armadas não foi uma constante. No estudo de Colling (1997), baseado em documentos do DOPS acerca dos discursos da repressão sobre as mulheres participantes da esquerda, foi concluído que:

A constituição do sujeito político feminino pelos órgãos da repressão é uma tentativa de desconstrução do sujeito político autônomo, enquadrando a mulher militante como apêndice dos homens, incapaz de decisão política [...] também as próprias organizações de esquerda reproduziam o discurso dominante de que o poder político é masculino; os discursos sobre as relações de gênero não faziam parte do seu programa [...] (COLLING, 1997, p. 111).

¹³⁸ A discussão das relações de gênero no âmbito da repressão e das organizações armadas baianas não contempladas nesta pesquisa interessa-nos para estudos futuros.

Segundo Guevara, considerado um dos maiores símbolos da esquerda armada, a atuação feminina durante o processo revolucionário, sobretudo na América Latina, é apresentada ora de uma forma até considerada “avançada” para a época, ora de maneira secundária, subserviente e delimitada, como podemos verificar nestes trechos do livro **A guerra de guerrilhas**:

O papel que pode desempenhar a mulher em todo o desenvolvimento de um processo revolucionário é de extraordinária importância [...] A mulher é capaz de realizar os trabalhos mais difíceis, de combater ao lado dos homens e não cria, como se pretende, conflitos de tipo sexual na tropa. Na rígida vida combatente, a mulher é uma companheira que traz as qualidades próprias de seu sexo, mas que pode trabalhar o mesmo que o homem. Pode lutar, é mais fraca mas não menos resistente que o homem. Pode realizar toda a classe de trabalhos de combate que um homem faça [...] a mulher pode ser indicada para um considerável número de ocupações específicas, das quais, uma das mais importantes, talvez a mais importante, seja a de comunicação entre as diversas forças combatentes [...] e inclusive objetos de um certo tamanho, como balas, são transportados por mulheres, em faixas especiais, que levam embaixo das saias. Mas também nesta época podem desempenhar suas tarefas habituais de paz e é muito gratificante ao soldado submetido à duríssimas condições de vida, poder contar com uma comida variada, com gosto de algo (um dos grandes suplícios da guerra era comer um grude pegajoso e frio, totalmente insosso). A cozinheira pode melhorar muito a alimentação, além disto, é mais fácil mantê-la em sua tarefa doméstica, pois um dos problemas que se defrontam as guerrilhas é que todos os trabalhos de índole civil são depreciados pelos que os realizam e tratam de abandonar estas tarefas e ingressam nas forças ativamente combatentes [...]” (Grifos Nossos) (CHE GUAVARA, A GUERRA DE GUERRILHAS, apud CUNHA, 2002, p. 7879).

No “Informe de Balanço do Comitê Central do VI Congresso” do Partido Comunista Brasileiro, 1967, consta a seguinte interpretação do papel da mulher na luta revolucionária:

Na cidade como no campo, deve o Partido preocupar-se em recrutar combatentes entre as mulheres e os jovens. É indispensável vencer, em nossas fileiras, o descaso para com o papel da mulher nas lutas revolucionárias e, ao mesmo tempo, com indispensável contribuição das próprias mulheres, buscar a maneira mais acertada de organiza-las, fora e dentro do Partido.

(Informe de Balanço do Comitê Central do VI Congresso, 1967, p. 114)

Cunha (2002, p.80) revelou, em seu estudo sobre a militância clandestina de esquerda nos anos 60 e 70, que “[...] algumas mulheres que sentiram na pele os preconceitos por parte dos companheiros dizem que somente aquelas que tinham atributos, traços ou um ‘olhar masculino para a vida’, conseguiam conquistar postos de comando na hierarquia das organizações”.

Na tabela número 4, logo abaixo, notamos que a participação feminina nas organizações armadas baianas foi limitada, do total de militantes identificados na VAR-Palmares, 33,3% eram mulheres; no MR-8 baixa para 19% e no PCBR para 15%. Não

podemos ignorar, contudo, a presença marcante nas organizações baianas, de mulheres à frente das decisões políticas. Por isso, tendo em vista a situação da mulher naqueles anos e os baixos percentuais de participação feminina apresentados, é inevitável a questão: que mulheres são essas e qual papel desempenhado por elas? Com tal questão em mente, pensamos ser enriquecedor observar a contribuição de algumas dessas mulheres.

A principal dirigente política do MR-8 na Bahia foi uma mulher: Lúcia Maria Murat Vasconcelos, hoje uma respeitada cineasta, diretora dos filmes *Doces Poderes* e *Que bom te ver viva*, o último, um emocionante documentário sobre mulheres torturadas pela ditadura. Foi presa em outubro de 1968, quando inúmeros estudantes universitários realizavam um congresso clandestino em Ibiúna, interior de São Paulo. Participou, no Rio de Janeiro, da Unidade Interna pertencente à Frente Operária do MR-8, realizando atividades de “agitação e propaganda”, inclusive ações armadas para expropriações de carros. Na Bahia, era da Direção Regional, chegou em fevereiro de 1970 para reorganizar os trabalhos em Salvador, atuou na clandestinidade, fazendo contatos com integrantes de outras organizações armadas: o PCBR e a VAR-Palmares. (CARVALHO, 1998; BNM 192/71, p. 166-1783; FERREIRA, 31/05/02; SILVEIRA, 19/03/02).

Solange Lourenço Gomes chegara a Salvador em dezembro de 1970 para substituir Lúcia Murat, com função de Dirigente Regional. Em 1968, teria participado do movimento estudantil, e tido os primeiros contatos com militantes da DI-GB. Durante o ano de 1969, primeiro como integrante da Organização Pára-Partidária (OPP) posteriormente, entrando para a clandestinidade, integrou a Frente de Trabalho Armado, quando teria realizado alguns assaltos a carros e bancos no Rio de Janeiro, desenvolveria, também, atividades de “agitação e propaganda” na Frente Operária. Seus principais contatos, em Salvador, eram Denílson Vasconcelos, Eliana Oliveira e João Lopes Salgado. (BNM 192/70, p. 29-38).

O grupo de mulheres que na Bahia, até final de 1969, esteve em torno da VAR-Palmares, Chantal Russi, Marie Héléne Russi e Jurema Valença Ribeiro, destacava-se pela liderança exercida em um grupo de estudantes, coordenando discussões sobre filosofia marxista e política. Foram presas no XXX Congresso da UNE em Ibiúna. (BNM 212/70, p. 88-99, 103, 104; ARAUJO, 04/10/00; PINHEIRO, 31/03/00; RIBEIRO, 06/07/01).

Maria Olívia Chagas, um quadro “recuado” do Rio de Janeiro para Salvador, coordenou o setor Financeiro e de Imprensa da VAR-Palmares. Maria Lúcia Santana Cerqueira e Maria Célia Magalhães, enquanto militantes da Dissidência Comunista da Bahia, já exerciam forte influências sobre esse grupo. No ano de 1970, em atuação no PCBR, a primeira liderou uma das bases dessa organização, a da Faculdade de Economia da UFBA,

com estudos sobre política estudantil e História do Brasil, inclusive teria orientado o grupo a escrever trabalhos sobre a Reforma Universitária, Guerra do Vietnã e também teria atuado na distribuição de panfletos na citada faculdade. (BNM 212/70, p. 62-64, 65-70, 92, 103-104; RIBEIRO; PAULO PONTES).

Para além dos cargos de dirigentes regionais exercidos por Lúcia Murat e Solange Lourenço Gomes, os principais setores do MR-8 na Bahia foram coordenados também por mulheres: Eliana Gomes de Oliveira, no Rio de Janeiro durante o ano de 1969, atuou no setor de Camadas Médias, posteriormente no Grupo de Ação ligado ao movimento operário, em Salvador, dirigiu o Organismo de Logística do Setor de Camadas Médias. Maria Lúcia Santana Cerqueira, vinda do PCBR, e, em 1971, era coordenadora do Setor Estudantil do MR-8. (BNM 192/71, p. 28-38, 87-95 FERREIRA, 31/05/02; SILVEIRA, 19/03/02).¹³⁹.

Segundo Juca Ferreira, a participação das mulheres no MR-8 foi interpretada da seguinte forma:

O MR-8 foi a organização que foi mais longe na questão feminina, inclusive porque a gente estava ligado numa discussão de vanguarda que acontecia na época, sobre mudança de paradigmas [...] a luta da mulher acontecia nesse momento, inclusive não só da afirmação social da mulher, mas dos direitos sexuais da mulher. Então, por exemplo, as mulheres do MR-8 eram bastante liberais, sexualmente falando, e era uma postura política mesmo. Eram pessoas muito bem informadas, por exemplo Lúcia Murat, chegando até a ser autoritária. A gente era uma organização que assimilava essa problemática e tinha como postura política mesmo [...] sob o ponto de vista de comando eu não sentia nenhuma dificuldade porque, aqui em Salvador, a gente tinha também mulheres de importância. Maria Lúcia Santana Cerqueira é um exemplo, mas existiam outras. Por exemplo: Jurema Valença, Marie Russi, Chantal Russi. Havia um grupo grande de mulheres participando [...] geralmente, as mulheres mais de classe média, e o MR-8 era bem a expressão disso mesmo [...] (FERREIRA, 31/05/02).

Suzana Maranhão, uma das militantes do PCBR que veio “recuada” para Salvador, relata o seu papel nesta organização, durante os preparativos do assalto ao Banco da Bahia e do seqüestro do cônsul norte americano:

Durante a preparação do assalto ao banco da Bahia, na Liberdade, eu reivindicava ficar no carro de contenção, carro que acompanha o outro carro com o dinheiro [...] eu reivindicava dirigir porque eu achava que eu dirigia melhor que os companheiros e foi toda uma polêmica. Nessa época eu não era nada de feminista, mas eu me lembro que eu dizia que isso era o maior absurdo, um machismo enorme e eu não podia participar na ação [...] eu ia sinalizar, eu ia ficar próxima mas não iria

¹³⁹ Dessas mulheres, entrevistamos apenas Jurema Valença. Entretanto, na época da entrevista, a mesma não foi questionada a respeito do papel da mulher na resistência baiana, porque apenas recentemente optamos por registrar essa questão, ficando difícil de entrevistá-la novamente. Sobre as outras mulheres mencionadas ao longo do trabalho, algumas já são falecidas e outras moram no Rio de Janeiro, São Paulo ou no exterior. Mas, é nosso desejo, futuramente, entrevistá-las.

participar da ação. Esse foi meu primeiro pega, [sic] meu primeiro lampejo de feminismo, porque eu acho que eu nunca tinha pensado nisso, mas eu lembro que eu achava assim um machismo. Travei uma batalha muito grande e, na verdade, foi engraçado porque, nesse assalto, parte do dinheiro ficou porque o cara que estava dirigindo ficou para frente e para trás, e o saco ficou enganchado no carro [...] Eu não fui para essa ação, fiquei só na periferia, guardando gente, essas coisas, trocando placa de carro [...] Eu atirava bem, eu atirava muito bem, então, eu achava, naquela época, que eu poderia estar na ação dirigindo, porque eu tinha todas as condições que qualquer outra pessoa, eu atirava desde menina [...] Na ação do cônsul norte-americano, eu ficaria muito próxima ao seqüestro, eu iria sinalizar porque eu conhecia o carro, todos os detalhes, a hora que passava, eu ficaria, estrategicamente, num canto, porque eu tinha feito todo o levantamento [...] a minha outra função seria acompanhar o cônsul, ele iria para nossa casa, já estava preparado até chinelo, livro para ele ler, eu falava inglês, já tinha uma estrutura preparada, foi alugada uma casa já pensando nessa possibilidade [...] Outra discussão que existiu foi que uma outra companheira, “Mariana” [codinome], estava querendo trazer a filha dela, ela não agüentava de saudade da filha de 2 ou 3 anos. Quanto a minha filha, eu dizia que não queria, eu não tinha condições de ter a minha filha ali porque o risco ali era muito grande, mas “Mariana” achava que a sua filha, emocionalmente, estava muito mal, e que precisava estar próxima da filha para se desenvolver nas atividades diárias [...] (MARANHAO).¹⁴⁰

De acordo com os exemplos citados, ainda que tenha sido proporcionalmente menor, a participação de mulheres no movimento de resistência à ditadura militar em Salvador, dentro das organizações de esquerda armada urbana, consideramos que o teor desse trabalho foi qualitativamente elevado. Observamos que o preconceito masculino, em relação às atividades que as mulheres poderiam desempenhar, dificultaria sua participação mais intensa nas ações propriamente armadas.

Tabela 4 – Distribuição dos militantes por sexo:¹⁴¹

Organização	Total	%	Sexo Masculino	%	Sexo Femino	%
7AR-PALMARES	09	100	06	62,5	03	37,5
PCBR	40	100	34	85	06	15
MR-8	56	100	45	80,3	11	19,7

FONTE: BNM

¹⁴⁰ Este depoimento foi gentilmente cedido à autora por Renato de Lavechia, um pesquisador do PCBR.

¹⁴¹ Convém lembrar que o número de mulheres poderia aumentar se fossem identificados os codinomes que não foram relacionados.

Sugerimos que o perfil do militante baiano tenha sido: estudante, branco, possuindo entre 20 e 25 anos de idade e do sexo masculino. Como apresentamos neste capítulo, as atividades das organizações armadas baianas, concentraram-se, em grande medida, em trabalhos de recrutamento, pichações e panfletagens. No entanto, ressaltamos a existência de alguns treinamentos militares, assim como a execução de uma ação de expropriação. Finalmente, no próximo capítulo, apresentaremos a desestruturação dessas organizações.

CAPÍTULO 4

As ações não se traduziam em crescimento, faziam-se ações e não frutificavam. A organização não crescia [...] o MR-8 tentou fazer uma ponte entre a luta política e a luta armada, mas eu acho que não fomos capazes de fazer bem nem uma coisa nem outra [...] o que valeu foi esse esforço de chamar a atenção para algo que era violento, a ditadura militar, pelo menos isso, foi o que valeu à pena [...] A gente não fez movimento, a gente fez a luta de vanguarda. E esse foi o nosso erro [...]

José Carlos Souza

DESESTRUTURAÇÃO DA RESISTÊNCIA ARMADA NA BAHIA

Como a proposta desta dissertação é delinear a história das dissidências que se incorporaram ao MR-8, à VAR-Palmares e ao PCBR em Salvador, procuraremos abordar, em caráter finalizador, a desmobilização dessas organizações guerrilheiras. Para isso, dividimos o capítulo em dois momentos distintos: inicialmente, vamos apresentar um panorama da estrutura repressiva da ditadura militar brasileira e seus desdobramentos na Bahia; em seguida, o enfraquecimento das organizações armadas e as prisões dos seus militantes.

De acordo com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), originária dos Estados Unidos na época da “guerra fria”, existia uma guerra permanente e total entre o comunismo e o Ocidente, daí a estreita ligação entre a DSN e a luta anti-subversiva, explicada pela “concepção que esta doutrina faz da luta política como forma de guerra interna”.

De acordo com Alves (1987), essa interpretação gerou a necessidade de um sistema de informação, entendido como um instrumento essencial que poderia estar em qualquer parte para “identificar antagonismos e pressões”, “características e intensidades das manifestações”, bem como a “estimativa dos acontecimentos futuros” e a sustentação do Estado opressor.

Dessa forma, em 13 de junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual canalizava toda informação encaminhada ao Executivo, tendo, com isso, poderes de determinar a quais informações teriam acesso o Conselho de Segurança Nacional¹⁴², e de assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades ligadas à informação. Projeto elaborado pelo General Golbery do Couto e Silva - segundo Alves (1987), o mais influente teórico da ESG, sobretudo no que se referia à geopolítica-, teve nesse General o seu principal proponente e primeiro chefe. O decreto-lei de 10 de dezembro de 1964 fixou a estrutura organizacional do SNI e especificou seu orçamento e seus objetivos, assim definidos:

[...] a promoção e consecução das tarefas de avaliação e integração da avaliação e integração da informação [...] para distribuir esta informação entre os vários setores do governo; estabelecer todas as ligações necessárias com os governos estaduais e municipais, com empresas públicas e privadas, e formular certos planos, entre os quais, planejamento da informação estratégica, planejamento da Segurança Interna e planejamento da contra-informação [...] (DECRETO LEI 55.194 DE 1964, apud, ALVES, 1987, p. 73).

Contando com sugestões de consultores norte-americanos, o SNI se espalhou pelos Estados com suas agências regionais, suas Divisões de Segurança Interna – DSIs – e em cada Ministério e Assessorias de Segurança e Informações – ASIs – de vários órgãos públicos. (ALVES, 1987; BORGES FILHO, 1994; HUGGINS, 1998).¹⁴³ Segundo Carlos Fico (2001, p. 81), o SNI “[...] produzia e mandava produzir informações. Entretanto, é provável que tenha-se envolvido em operações de segurança, eufemismo utilizado na época para designar operações policiais repressivas, que incluíam prisões e interrogatórios”.¹⁴⁴ Porém, como se verá, o sistema de segurança possuía organização própria.

O aparelho repressivo do regime militar, contudo, não se restringia ao SNI - de acordo com Alves (1987), agia em paralelo aos poderes governamentais - ao contrário, comportava outros órgãos de informações. Para além dos órgãos diretamente ligados ao SNI, as Forças Armadas mantinham seus centros de informações secretos: Centro de Informações do Exército (CIEX), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), e o Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA). (BORGES FILHO, 1994; FICO, 2001). Esses centros de

¹⁴² O Conselho de Segurança Nacional exercia a função de planejamento governamental, além de oficializar as cassações no pós-64.

¹⁴³ Segundo Adyr Fiúza de Castro, as estimativas do pessoal permanente do SNI, em Salvador, aproximavam-se de 40 pessoas. Apud D’ ARAÚJO (1994, p. 35-81); Golbery do Couto e Silva foi coordenador da principal tarefa atribuída ao complexo ESG/IPES/IBAD: criar e implantar eficazes redes de informações, consideradas essenciais na instalação de um Estado centralizador. ALVES (1987).

¹⁴⁴ Ver também as opiniões nesse sentido do general Gustavo Moraes Rego Reis publicado em D’ ARAÚJO (1994).

informações eram subordinados aos respectivos ministros de cada uma das Forças, entretanto, agiriam coordenados – e não subordinados – pelo CODI, que estaria, por sua vez, subordinado ao Exército. (D' ARAUJO, 1994).

Os Serviços Secretos de cada uma das Forças Armadas se identificavam como E-2 (Exército), M-2 (Marinha) e A-2 (Aeronáutica), cuja função especial consistia em controlar o “público interno”, vinculado a um comando específico, através dos departamentos denominados Segundas Seções. Embora devessem operar internamente nas atividades de informações, tanto um quanto a outra, também procediam a “[...] vigilância política e até a repressão física direta do ‘público externo’”. (ALVES, 1987, p. 173). Isto se aplicaria, sobretudo, ao CENIMAR, na Marinha e ao Serviço Secreto do Exército, que estariam envolvidos nas execuções de operações militares de repressão à população e, até mesmo, nas torturas de presos políticos, através do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e seu Destacamento de Operações e Informações (DOI). (ALVES, 1987; FICO, 2001). Paralelamente aos órgãos mencionados de atuação nacional, surgiram os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS ou DEOPS), polícias estaduais, que, por sua vez, operavam nas instâncias municipais, formando um outro elemento na estrutura oficial do aparelho repressivo. É importante ressaltar que as Polícias Militares, quando criadas, eram forças independentes em cada Estado, sob a responsabilidade direta dos governadores. Com a vigência do Decreto nº 667 de julho de 1969, as polícias estaduais sofreram um controle operacional do Exército, para manutenção da segurança interna. (BORGES FILHO, 1994).

O princípio da necessidade da repressão era justificado pela Escola Superior de Guerra da seguinte forma:

O princípio da necessidade justifica as medidas excepcionais, de caráter repressivo ou preventivo (obviamente diversas das comuns providências acauteladoras da ordem), adotadas pelos governantes na defesa do Estado ou da Nação quando se positivam ameaças, tentativa de subversão ou subversões baseadas em antagonismos ou pressões de origem interna, externa ou externo-interna. Tais medidas transpõem as regras que tutelam, em época normal, os direitos antes de tudo individuais, assegurados habitualmente pelos textos constitucionais e também pela Declaração Universal dos Direitos do Homem ou pelas leis ordinárias específicas. (FON, 1979, P. 30).

Apoiada na tese de que o interesse nacional suplantava o interesse individual ou privado, a ESG buscou legitimidade para a prisão, a tortura e a morte de opositores do regime ditatorial. (BORGES FILHO, 1994).

Em São Paulo, foi fundada a primeira organização de repressão violenta, a Operação Bandeirantes, (OBAN), em 29 de junho de 1969, pelo General José Canavarro Pereira,

comandante do II Exército. (ALVES, 1987). A OBAN tinha caráter extralegal, era formada pelas três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica), pelas polícias civil e militar e pela polícia federal. Era amparada por recursos oficiais e financiamentos de alguns industriais brasileiros e multinacionais, dentre os quais, destacou-se Henning Boilesen, presidente da Ultragás, morto em 1971, por organizações de esquerda armada. (FICO, 2001, HIGGINS, 1998).

Esse órgão teve à frente o delegado Sérgio Paranhos Fleury, que, a partir da junção das instituições policial e militar, aproximadamente em setembro de 1970, operou, por decreto do Presidente Garrastazu Médici, cuja intenção era criar um engajamento total, ideológico e operacional, das Forças Armadas na luta “anti-subversiva”. A OBAN se vinculava ao organograma legal do II Exército sob a denominação de DOI/CODI – Departamento de Operação de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna. (FON, 1979; GORENDER, 1990). De acordo com Fico (2001), a estrutura da OBAN teria inspirado a criação do sistema DOI-CODI, cujo objetivo era institucionalizar a atividade daquela que vinha tendo sucesso.

O objetivo da OBAN foi “[...] empreender ações de captura e desmonte de grupos armados de oposição, usando métodos marcadamente violentos. Sua filiação institucional ambígua assegurou-lhe carta branca para agir e impunidade para seus atos”. (D’ ARAUJO, 1994, p. 17).

Em depoimento concedido aos organizadores do livro sobre a memória militar da repressão, o general Adyr Fiúza de Castro, um dos criadores do CIEX e chefe do CODI do Rio de Janeiro em 1972, revelou que o CODI foi criado porque “[...] alguns órgão estavam batendo cabeça. Havia casos de dois ou três órgãos estarem em cima da mesma presa, justamente porque não existia uma estrutura de coordenação da ação desses órgãos de cúpula, este o principal objetivo do CODI.” (CASTRO, apud D’ ARAUJO, 1994, p. 53).

O CODI, entidade mista, composta por representantes de todas as forças militares, assim como da Polícia e do próprio governo, era chefiado pelo chefe do Estado-Maior do Comando de cada um dos Exércitos. Algumas de suas funções incluíam “[...] fazer o planejamento coordenado das medidas de defesa interna, inclusive as psicológicas, controlar e executar essas medidas, fazer a ligação com todos os órgãos de defesa interna e coordenar os meios a serem utilizados nas medidas de segurança”. (D’ ARAUJO, 1994, p. 17).

Por outro lado, subordinados aos CODIs, estavam os DOIs, “[...] uma unidade móvel e ágil, com pessoal especializado cuja função era fazer operações, era o braço armado [...]” e que também congregava as três Forças, bem como policiais civis e militares. (D’ ARAUJO, 1994, p. 18). A junção entre esses dois órgãos ficaria registrada pela sigla DOI-CODI, embora fossem diferentes, com funções igualmente diferenciadas. Os DOI-CODI passaram a ocupar o

primeiro posto, seguidos do DOPS e CENIMAR, na repressão política e também na lista das denúncias sobre violações aos Direitos Humanos. Possuíam as suas próprias leis e não respeitavam as do país, nem mesmo os prazos processuais estabelecidos pela própria legislação de Segurança Nacional. Esses departamentos caminhavam à margem da própria legislação autoritária vigente, dispendo de “aparelhos” próprios para manutenção, em cárcere privado, de presos políticos, após a captura. (ARNS, 1985; ALVES, 1987).

O Departamento de Polícia Federal (DPF) foi outro órgão do aparato repressor do Estado diretamente subordinado ao Ministério da Justiça. Após sua criação em São Paulo, os DOI/CODIs seriam implantados em outros estados, como Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. (ALVES, 1987; GORENDER, 1990).

O regime militar também montaria toda uma estrutura jurídica, concedendo mais poder ao Executivo e limitando a autonomia dos poderes legislativo e judiciário. Por outro lado, redefiniria os crimes contra a segurança nacional e atribuiria à Justiça Militar a competência do julgamento de todos os crimes a ela relacionados. (D’ ARAUJO, 1994).¹⁴⁵ A estrutura da Justiça Militar subdividia-se pelas Circunscrições Judiciárias Militares (CJMs), onde também funcionavam as Auditorias Militares, através de limites coincidentes com as bases territoriais das Forças Armadas na área (Região Militar, Distrito Naval e Comando Aéreo Regional). (ARNS, 1985).

Os inquéritos policiais militares, formados para apurar fatos considerados atentatórios à Segurança Nacional, possuíam, nas confissões extrajudiciais – geralmente, obtidas sob coação – o suporte principal da acusação. Na primeira fase, os presos políticos eram privados de comunicação tanto com familiares quanto com advogados e os maus tratos físicos e mentais praticados pelos órgãos de informações era a tônica nesses chamados “interrogatórios preliminares”. No segundo momento, os presos eram remetidos ao DOPS ou à Polícia Federal, dando início a uma segunda fase nos inquéritos. Na maioria das vezes, nem mesmo a Justiça Militar era comunicada sobre as detenções efetuadas pelos órgãos de segurança. E, nas poucas vezes em que isso era feito, a data indicada não correspondia ao verdadeiro dia da prisão. (ARNS, 1985). Dessa forma, como afirmou o coronel Luís Henrique Pires, “[...] nos anos 70, a hierarquia foi desrespeitada pelo sistema de repressão, quando homens que receberam um poder excessivo agiram, muitas vezes, por conta própria, os excessos, como a tortura, foram causados pelo aparato de segurança montado que afrontou a ética militar”. (apud CONTREIRAS, 1998, p. 65).

¹⁴⁵ Para maiores informações sobre a formação dos processos judiciais ver (ARNS, 1985, p. 169-189).

O aparato repressor do regime militar foi devidamente instalado na Bahia. O chefe do Estado-Maior na Bahia era o chefe do CODI da 6ª Região Militar, sediada em Salvador, que englobava Bahia e Sergipe e, conseqüentemente, ligava-se ao CIEX, no que se refere aos serviços de informações, enviando cópias para o IV Exército sediado em Recife, o qual recebia todas as informações colhidas pelos comandantes do Nordeste. (FIUZA DE CASTRO, apud D' ARAUJO, 1994). Em mensagem anual à Assembléia Legislativa, o governador Luis Viana Filho apresentou, em 31 de março de 1970, um balanço da administração pública do estado nos setores energéticos, petroquímicos; também nas áreas de habitação, saúde e educação. Todavia, coincidindo com as comemorações do 6º aniversário da “Revolução de 1964”, o governador ressaltou as preocupações do governo estadual com o aparelhamento policial.

A seguir um trecho da citada mensagem publicada pelo **Jornal da Bahia**:

É de se acentuar o destaque que se emprestou ao reaparelhamento de toda a Polícia civil e militar. Já se podem apresentar seus componentes devidamente uniformizados e seu equipamento foi ampliado e renovado, em termos que superam tudo aquilo que antes existia. O treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, tarefa indispensável no aprimoramento e renovação dos quadros policiais, foi cumprido durante o exercício de 1969 com o desdobramento e desenvolvimento de novos cursos, através da Escola de Polícia “Nelson Pinto” que, ainda mais organizou cursos intensivos em serviço, preparo de pessoal para novas tarefas [...] (JORNAL DA BAHIA, 02/04/1970, P. 2, 5).¹⁴⁶

As atividades da 6ª Região Militar do Exército em Salvador, na época estudada, foram comandadas pelo general Abdon Sena e, a partir de maio de 1971, pelo também general Argus Lima, ao passo que Joalbo Figueredo respondia pela Secretaria de Segurança Pública, e o coronel Luis Arthur de Carvalho, delegado regional do departamento de Polícia Federal nos Estados da Bahia e Sergipe. (SOUZA, 2000; JORNAL DA BAHIA, 20/05/71).

4.1 O PRINCÍPIO DO FIM: O DECLÍNIO DAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS NA BAHIA

As quedas das três organizações guerrilheiras em Salvador, ocorridas entre os anos de 1969 a 1971, podem ser, com efeito, divididas em três etapas: a primeira, já no ano de 1969, diz respeito a uma parte da Dissidência Comunista da Bahia; o segundo momento de desarticulação refere-se às prisões de militantes do PCBR, a partir de outubro de 1970; e, por

¹⁴⁶ Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa da Bahia em 31/03/1970, p. 23. Registramos que a mensagem em sua totalidade pode ser consultada na Biblioteca da Assembléia Legislativa da Bahia, nas mensagens anuais de governadores.

último, as prisões, as quais afetariam os militantes do MR-8, durante março e setembro de 1971.

Como já foi referido anteriormente, o processo de desarticulação da Dissidência Comunista da Bahia inicia-se a partir de setembro de 1969 com as prisões de Marie Hélène Russi e Getúlio Gouveia. Contudo, as posteriores prisões de Chantal Russi, Nemésio Garcia, Rui Paterson e Amílcar Baiardi (preso em 1970 em Vitória da Conquista) e os “recuos” de Carlos Sarno, Jurema Valença e Israel Pinheiro para São Paulo e Rio de Janeiro, desorganizariam o grupo, e seus remanescentes em Salvador fariam alianças, provavelmente, pelas circunstâncias, com o MR-8 e o PCBR.¹⁴⁷

4.1.1 DI/VAR-PALMARES

Chegaria ao conhecimento dos órgãos de informações da 6ª Região Militar, que militantes de “movimentos subversivos” encontravam-se atuando em Salvador, e “[...] imediatamente foram determinados a sua equipe de investigações os procedimentos legais para identificá-los e prendê-los”. Em consequência disso, Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho, Maria Olívia Chagas Nogueira de Souza e Antonio Nahas Júnior foram detidos em setembro de 1970, no Largo de Amaralina, em ação desenvolvida pelo CODI/6 e identificados como pertencentes à VAR-Palmares. (BNM 271/70, p. 78-81, 179-180; JORNAL DA BAHIA, 05/09/70; A TARDE, 04/09/70).

Ao que sabemos até aqui, com a ação desenvolvida pelo Centro de Operações de Defesa Interna – CODI/6 que determinou as prisões dos três militantes da VAR-Palmares em setembro de 1970 e a aproximação de alguns remanescente desta ao MR-8, como, por exemplo José Campos Barreto, praticamente, encerra-se o capítulo da resistência dessa organização na Bahia. (PINHEIRO, 31/03/00).

Marie Helène Russi, Chantal Russi, Getúlio Gouveia, Rui Paterson e Nemésio Garcia ficaram presos no 19º BC até julho de 1970, época do julgamento, realizado na Auditoria Militar de Salvador, localizada na Cidade Baixa, nas mediações da Feira de São Joaquim. Todos foram condenados sob a acusação de terem cometido crime contra a segurança

¹⁴⁷ Carlos Sarno e Jurema Valença, depois de uma rápida passagem pelo Rio de Janeiro, se integrariam à VAR-Palmares em São Paulo, com novas identidades, vinculadas ao movimento operário por orientação da organização e seriam presos em setembro de 1970 pela OBAN. Ver JOSÉ (2000 a).

nacional: portar arma privativa das Forças Armadas e pertencer a organização revolucionária. (JOSÉ, 2000 a; A TARDE, 25/02/70, 10/04/70, 11/04/70).¹⁴⁸

Carlos Sarno e Jurema Valença presos em São Paulo em setembro de 1970, em abril de 1971, estavam ainda aguardando julgamento do processo em Salvador. O primeiro na Penitenciária Lemos de Brito, e ela, em uma cela do Quartel do 19º., BC da 6ª. Região Militar.(JORNAL DA BAHIA, 06/04/7,15/04/71; SARNO, 26/03/02; VALENÇA, 28/07/01).

Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho, Maria Olívia Chagas Nogueira de Souza e Antonio Nahas Junior, presos em Salvador em setembro de 1970, foram indiciados pelos crimes previstos nos itens I, II, III e IV do Artigo 38 da Lei de Segurança Nacional abaixo mencionado. (BNM 271/70, p. 81; A TARDE, 04/09/70; JORNAL DA BAHIA, 05/09/70).

Art. 38. Constitui, também, propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado a segurança nacional:

I – a publicação ou divulgação de notícias ou declaração;

II – a distribuição de jornal, boletim ou panfleto;

III – o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou de ensino;

IV – comício, reunião pública, desfile ou passeatas; [...] (LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, 1967, apud LEX, COLETANEA DE LEGISLAÇÃO, 1967, p. 756).

4.1.2 PCBR

A preparação do seqüestro do cônsul norte-americano em Salvador prolongou a permanência na cidade, por quase um ano, do Grupo Político Militar, responsável pelo assalto ao Banco da Bahia da Liberdade. Entretanto, a ação de seqüestro foi abortada em decorrência do PCBR ter sido descoberto antes, impulsionando, assim, o remanejamento de quase todo o grupo para outros estados como Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco.

Argumentamos que, em decorrência de Paulo Pontes ter recebido o aviso de um “quadro” do MR-8, afirmando que os órgãos de segurança da repressão estavam levantando a estrutura de uma organização, possivelmente o PCBR, este fato obrigou a organização guerrilheira a, rapidamente, realizar uma operação parcial de desmonte da sua estrutura, afastar os militantes da casa da Cidade Nova e dispersar o grupo de dirigentes nacionais que ainda permaneciam em Salvador. Entretanto, Getúlio de Oliveira Cabral permaneceu em Salvador, onde ainda se encontrou com Theodomiro Romeiro, Paulo Pontes e Dirceu Régis

¹⁴⁸ Rui Pinto Paterson, Getúlio Gouveia e Nemésio Garcia foram transferidos para a Penitenciária Lemos de Brito, na Mata Escura e Marie Hélène Russi e Chantal Russi para a Detenção.

Ribeiro para conversar e restabelecer um plano de trabalho para o movimento estudantil. (PRESTES DE PAULA, 04/08/01; PONTES, 08/04/00; RIBEIRO, 06/07/01; BNM 91/70, p. 110).

Getúlio Cabral ficou para organizar o recuo, fazer os contatos, ele ia posteriormente, mas ficou para arrumar as coisas [...] para estabelecer os contatos, para não deixar o negócio, assim, meio no abandono, para a gente não debandar, a gente não debandava, para a gente o recuo tinha que ser um recuo organizado [...] (PRESTES DE PAULA, 04/08/01).

O depoimento de Suzana Maranhão, uma das dirigentes da organização, evidencia que já se encontrava em estágio bastante avançado a preparação do seqüestro do cônsul norte-americano:

Sobre o seqüestro, já estava quase tudo preparado: local onde o seqüestrado permaneceria, intérprete, mas suspenderam antes. Eu iria sinalizar, porque eu conhecia o carro, tudo, os detalhes, a hora que passava, então eu ia fazer sinal para o pessoal passar na frente, eu ficaria estrategicamente num canto, estaria no local próximo, porque eu tinha feito todo levantamento, todos os detalhes [...] A minha outra função era de ficar diretamente, seguir a pessoa que ficaria em contato, que no caso ele iria para nossa casa que já tinha uma estrutura preparada. Foi alugada já pensando nesta possibilidade, que tinha garagem onde o carro iria entrar com o cônsul, a garagem embaixo fechava tudo, então, a casa foi toda planejada, o bairro, tudo para não ter problemas, já estava preparado até chinelo, livro para ele ler [...] quando a gente desmarcou o seqüestro, quando foi suspensa a operação do cônsul, foi assim uma tristeza geral, raiva, gente chorando com raiva porque realmente o investimento tinha sido enorme [...] o carro andava em três casas, com três placas diferentes em algum lugar. Ele devia ter sido identificado, alguém devia ter sido seguido [...] para culminar o Prestes e o Bruno foram seguidos, mas eles conseguiram se desvencilhar da polícia. Foi uma perseguição mesmo declarada, sei lá meia hora de perseguição, logo depois disso que se resolveu suspender a ação. Então, eles foram para Sergipe, saiu Adeílido, saiu Bruno, saiu Prestes, e o resto da estrutura ficou com o Getúlio, que ia ficar no trabalho de massas [...]. (SUZANA MARANHAO).

Os órgãos de segurança da Bahia, representados pelo CODI/6, provavelmente a partir de setembro de 1970, iniciaram uma minuciosa investigação acerca de organizações clandestinas em Salvador. Os agentes da Polícia Federal teriam recebido ordem do Delegado de Polícia Federal para continuarem as observações que estavam sendo realizadas há mais de trinta dias para:

[...] levantamento da estrutura de uma organização clandestina, possivelmente terrorista e ligada a uma das citadas em informações confidenciais dos órgãos de Segurança Interna da Área, tais como VPR, VAR-Palmares, ALN ou PCBR [...] e caso fossem encontrados, a partir daquele momento, nos pontos já conhecidos das investigações anteriores, os elementos já observados e considerados suspeitos pelos órgãos de informações componentes do CODI/6, efetuassem a prisão dos mesmos [...] os três agentes já conheciam um dos acusados como sendo José Fernandes da Silva [Paulo Pontes da Silva] em decorrência dos trinta dias de observações. (BNM 91/70, p. 17-23).

A continuação dessa investigação teria sido executada pelo sargento da Aeronáutica, Walder Xavier de Lima e contaria com a colaboração dos agentes federais Amilton Nonato Borges e José Felipe Filho, mais a companhia do cabo do Exército Odilon Oliva Costa. O resultado dos levantamentos efetuados pelo CODI/6 levaria às prisões, no dia 27 de outubro de 1970, de Paulo Pontes da Silva e Theodomirom Romeiro dos Santos, nas margens do Dique do Tororó, nas proximidades da Avenida Vasco da Gama; presos e algemados, os dois no banco de trás do carro. A polícia continuaria a perseguir Getúlio Cabral, que correu e escapou. No instante em que o sargento Walder Xavier de Lima pára o Jeep *Willys* e abre a porta para saltar e tentar prender Getúlio Cabral, que seguia correndo, Theodomirom Romeiro dos Santos - tendo seu braço direito algemado ao braço esquerdo de Paulo Pontes da Silva -, com a mão esquerda livre, retira da sua pasta o revólver *Taurus*, calibre 38, e dispara contra os agentes, matando o sargento Walder Xavier de Lima e ferindo Amilton Nonato Borges. Este, apesar de ferido, com o auxílio de José Felipe Filho, consegue desarmá-lo, vencendo a resistência de Theodomirom Romeiro dos Santos, que, aos dezenove anos, foi o primeiro prisioneiro político condenado à morte, e seu companheiro, Paulo Pontes, à prisão perpétua. Este fato foi amplamente noticiado pelos jornais do estado. Posteriormente, no entanto, o Superior Tribunal Militar comutou as penas de Theodomirom Romeiro dos Santos para prisão perpétua e de Paulo Pontes para trinta anos de reclusão. (GORENDER, 1994; BNM 612/70, p. 379, 634-637; 91/70, p. 17-32; PONTES, 08/04/00; JORNAL DA BAHIA 19 a 26/03/1971).¹⁴⁹

Consideramos relevante falar sobre esse episódio, que seria a primeira prisão do PCBR em Salvador, sob a narração de Paulo Pontes da Silva e Theodomirom Romeiro dos Santos:

PAULO PONTES DA SILVA:

Depois que eu sumi da casa, eles começaram a circular pela cidade, mais ou menos nos pontos onde eu andava, com a ordem de onde me encontrar, prender tanto a mim quanto quem estivesse comigo. Eu tinha um ponto com Theodomirom, com Dirceu Regis e com Getúlio Cabral no Dique do Tororó, exatamente porque Getúlio Cabral com esse pessoal do Rio de Janeiro estava indo embora e foi lá pra deixar um dinheiro e acertar alguns pontos conosco. Dirceu iria recuar para Remanso, porque a situação estava ruim e, também, por conta do seqüestro que a gente ia fazer [...] Dirceu recebe o dinheiro e foi embora. Ficamos nós três [...] Dizem que um informante da polícia teria me visto com essas pessoas e ligou avisando. Então, a polícia veio já na certa que ia me encontrar. E realmente, nos

¹⁴⁹ A redução da pena de Theodomirom Romeiro para prisão perpétua, posteriormente, a 30 anos de reclusão e, finalmente, a 8 anos, totalizando 16 anos, seis meses e 25 dias somados a outras duas penas – assalto a banco e tentativa de organização de partido extinto – levaram-no a quase 9 anos de detenção na Penitenciária Lemos Brito, no bairro da Mata Escura. Em agosto de 1979, foi negado o seu pedido de liberdade condicional, a qual tinha direito por lei. Não incluído no projeto de anistia do governo, Theodomirom Romeiro fugiu da penitenciária dando início a sua luta a favor da anistia ampla, geral e irrestrita, conseqüentemente contra o caráter restritivo do projeto de anistia aprovado pelo Congresso em 1979. VER: Última entrevista na prisão e seu depoimento na clandestinidade, ESCARIZ (1979); A TARDE, 13/04/71, 15/06/71; Jornal da Bahia, 15 de junho de 1971 p. 3.

encontraram lá no fim do Dique do Tororó, na entrada da Vasco da Gama. Ali, mais ou menos nas imediações do viaduto atualmente, é então que chega esse jipe [...] Eu estava de costas pra rua e Theodomiros também, Getúlio era o único que estava olhando pra rua. Nós estávamos parados ali, e aí Getúlio disse: "Olha esse *Jeep* aí!" Quando eu me virei, aí eu já fui levantado pelos policiais fortes, eu sou baixinho, e eles me deixaram no ar, com as pernas balançando. O outro agarrou Theodomiros e o terceiro foi fazer a volta por Getúlio para poder pegá-lo, mas, como Getúlio percebeu antes, quando os caras saíram correndo para nos agarrar, deu tempo ele sair correndo. Quando ele foi fazer essa volta, Getúlio tomou a distância de uns dez a quinze metros, sei lá. Getúlio saiu correndo e, claro, puxou a arma e deu um tiro. O cabo do Exército, Odilon, parou. [...] Então, na hora que eu fui agarrado por trás, eles algemaram minha mão esquerda na mão direita de Theodomiros, e nos botaram no fundo do jipe. Eles não tomaram a pasta que estava na mão esquerda de Theodomiros e que continha uma arma [...] de repente, o jipe pára porque eles viram Getúlio correndo, mais ou menos, ali onde tem aquela entrada para a estação da Lapa, o cara parou o carro, na hora que ele parou e o sargento vai saltando, eu ouço o tiro, ele leva um tiro na cabeça e cai lá na frente [...] quando eu me situo, um dos policiais já estava com a mão de Theodomiros para cima, era um cara alto, de quase dois metros de altura e tomando a arma. O motorista é ferido também com um tiro nas costas. Fica aquela tensão dentro do jipe: "Mata, Felipe, mata, mataram o Xavier". Começam as porradas, coronhadas na cara da gente, aí o sangue começa a descer. Bem, o cara vem, aponta para nós dois, mas não atira. Era outra coisa característica da polícia da Bahia, porque em qualquer outro lugar os caras tinham nos matado. Mas, um dos caras apontou para mim, apontou para o Theodomiros, e disse: "Vamos para delegacia". (PONTES, 08/04/00).¹⁵⁰

THEODOMIRO ROMEIRO DOS SANTOS:

Eu fui seqüestrado em plena rua, enquanto esperava um ônibus, por quatro indivíduos á paisana, que utilizavam um carro particular, e que não se identificaram. Reagi, como qualquer pessoa reagiria, a um ato de violência e arbitrariedade, ainda mais numa época daquelas em que eles estavam torturando e assassinando quantos fossem de oposição á ditadura [...] Foi por volta das 21 horas do dia 27 de outubro de 1970. Eu tinha ido encontrar alguns companheiros, lá no Dique do Tororó. Ao todo éramos quatro, mas um deles, Dirceu Régis Ribeiro, saiu logo. Ficamos então, eu, Paulo Pontes e Getúlio. Mal começamos a conversar, acertando os detalhes sobre a viagem de Getúlio, aproximou-se rapidamente um *Jeep Willys*. Eu e Paulo estávamos de costas para a rua, em cima do meio fio. Getúlio, de frente para a rua, ao ver o *Jeep* disse: "Olha esse *Jeep* parando aí". Mas já era tarde. Os quatro caras, sem se identificarem [o sargento da aeronáutica Walder Xavier de Lima, o cabo do exército Odilon Oliva Costa, e os agentes federais Amilton Nonato Borges e José Freire Felipe Filho], foram chegando e agarrando imediatamente, eu e Paulo, porque Getúlio conseguiu fugir, trocando tiros. Eu estava com uma pasta preta na mão, com um revólver calibre 38 dentro. Paulo estava com um pacote de roupa. Eles tomaram a pasta e o pacote e, depois de colocar as algemas, nos jogaram no fundo do jeep. Três entraram no carro, ficando um [o cabo Odilon] do lado de fora, trocando tiros com Getúlio. O Jeep andou alguns metros até alcançar uma pequena ponte sobre as águas do dique, por onde fugia Getúlio. Em meio ao tiroteio, eles me devolveram a pasta sem nem abri-la, o mesmo acontecendo com o pacote de Paulo. Walder tinha saltado e estava na porta do jeep quando consegui, com a mão esquerda, abrir a pasta e pegar o revólver. Tentei acertar o Walder, mas o primeiro tiro falhou. Criou-se um pânico dentro do carro, agravando o clima já tenso pela troca de tiros. Dei um segundo tiro e acertei o Walder, e um terceiro em direção ao outro policial (José Felipe), mas a bala alojou-se no teto do jeep. Ainda dei dois tiros, acertando um deles no Amilton Nonato [...] Tão logo fui desarmado e, definitivamente preso começaram as torturas, distribuíram coronhadas, do Dique do Tororó até a sede da Polícia Federal, na Cidade Baixa [...] Fomos torturados na Polícia Federal e no Forte do Barbalho com os métodos de sempre: espancamento, pau-de-arara, choque elétrico e ameaças permanentes de morte e mutilações [...] (ROMEIRO DOS SANTOS apud ESCARIZ, 1979, p. 5, 33-48).¹⁵¹

¹⁵⁰ Ver também em BNM 612/70, p. 27-32; JOSÉ (2000 a, p. 24-26).

¹⁵¹ Ver ainda em JOSÉ, (2000 a, p. 24-26).

Segundo Paulo Pontes, uma das possibilidades da polícia ter chegado até a casa da Cidade Nova teria sido infiltração ou a partir da identificação de algum militante caminhando pelas ruas de Salvador (inclusive o próprio Paulo Pontes foi seguido e fotografado). Nesta passagem do seu depoimento, fica evidenciado que, através dele, os órgãos de segurança fizeram um levantamento do partido, antes mesmo de o prenderem:

Eles me seguiram e registraram um ponto de encontro que eu tive com Zequinha, [José Campos Barreto] e Lúcia Murat, no Jardim dos Namorados. Eles fizeram referência a esse encontro [...] Sei que, a partir de algum momento, a polícia começa a me seguir. Sou eu, a pessoa que a polícia segue o tempo todo. A polícia, inclusive, comete algumas tolices do ponto de vista da investigação policial, que continuava me seguindo. Eu me encontrava com outras pessoas, ele via, fotografa à distância o encontro meu com a outra pessoa, e continuava me seguindo, já sabendo onde era a minha casa. E não seguia a outra pessoa [...] Eles me encontraram, me fotografaram, e não me prenderam logo, e não seguiram os outros, tanto que eles me mostraram uma fotografia minha com o pessoal do esquema militar, Prestes De Paula, Fernando Augusto, Getúlio Cabral etc [sic] atravessando uma rua, na frente da Estação Ferroviária, ali na Cidade Baixa [...] Eles fizeram um trabalho de inteligência enorme, conseguiam nos fotografar, atravessando a rua, e não seguiram os outros, não sei porquê [...]. (PONTES, 08/06/02).

Algumas horas depois, Dirceu Régis, quem também esteve no encontro do Dique do Tororó, ouvira a notícia, pela televisão, das prisões. Os jornais de Salvador, do dia 29, destacaram as prisões desses militantes do PCBR e o sepultamento do sargento morto. (PONTES, 08/06/02; RIBEIRO, 06/07/01). Durante os meses seguintes, uma intensa investigação dos órgãos de segurança desencadearia várias operações de busca, objetivando, notadamente, as prisões de outros militantes e simpatizantes do PCBR, o que durou até fevereiro de 1971, quando ocorreram as últimas prisões registradas pela pesquisa.¹⁵²

Interpretamos o declínio do PCBR, iniciado com as prisões de Paulo Pontes e Theodomiro Romeiro em 27 de outubro de 1970, como o segundo momento da derrota das organizações de esquerda que optaram pela resistência armada em Salvador.

¹⁵² As prisões de quase todos os militantes do PCBR, nos meses seguintes à prisão de Paulo Pontes, de Theodomiro Romeiro encontram-se nos processos BNM 212/70 e 91/70. Vale mencionar, também, que durante os meses de março a junho de 1971, notícias das audiências de Theodomiro Romeiro e Paulo Pontes foram amplamente divulgadas pela imprensa local, constituindo-se, assim, em mais uma alternativa de fonte para acompanhar os desdobramentos desse processo.

4.1.3 MR-8

O processo de desestruturação do MR-8 em Salvador divide-se em dois grandes momentos: o primeiro inicia-se em março de 1971, com as prisões da maioria dos militantes dessa organização em Salvador e o segundo e definitivo momento deu-se durante o mês de setembro desse mesmo ano, com as prisões dos militantes ligados à “área de campo” e a morte de Carlos Lamarca e José Campos Barreto.¹⁵³

O episódio que inicia as primeiras prisões do MR-8 coincide com o dia da festa de reinauguração do Estádio Otávio Mangabeira (Fonte Nova), 4 de março de 1971, com a presença do Presidente Emílio Garrastazu Médici, do Governador Luis Viana Filho e outras autoridades federais e estaduais, civis e militares. Nesse dia, surgiram boatos, pelas arquibancadas reconstruídas, de que estas não resistiriam ao peso de milhares de espectadores, segundo as quatro versões apresentadas pelo *Jornal da Bahia*:

[...] uma das potentes lâmpadas da torre central [lado da Avenida Vasco da Gama] teria explodido com violência, aterrorizando quem se encontrava por perto na suposição de que se tratava de alguma fenda na estrutura do Estádio [versão 1] [...] O corre-corre teria sido provocado por uma briga de dois torcedores, estimulando brincadeiras de mau gosto entre quem se encontrava por perto, do tipo de gritos ‘o estádio está desabando!’, que generalizaram um clima de insegurança [versão 2] [...] o início do pânico foi causado pela quebra de uma garrafa atirada por algum torcedor com o intuito de causar susto [versão 3] [...] supõe-se também a possibilidade de o pânico ter sido instaurado artificialmente entre a multidão por algum agente da desordem com o intuito de tirar o brilhantismo da festa [...] [versão 4]. (JORNAL DA BAHIA, 05/03/71, p. 7).

Durante o segundo tempo do jogo entre Grêmio e Vitória, instala-se o pânico entre os torcedores correndo e se atropelando pelo estádio, tendo como consequência, “pelo menos dois mortos e cerca de dois mil feridos”. (JORNAL DA BAHIA, 05/03/71, p. 1; JOSÉ, 2000b).¹⁵⁴ Solange Gomes Lourenço estaria no estádio nesse dia, para encontrar-se com um militante na tarde desse mesmo dia 4 de março de 1971, porém, em decorrência de problemas psicológicos, Solange Lourenço Gomes se apresentou à Delegacia de Jogos e Costumes da Polícia Civil de Salvador, fato que resultou na prisão de uma parte muito significativa dos integrantes da estrutura do MR-8 nessa cidade. Submetida a interrogatório, Solange Lourenço

¹⁵³ Todo o processo BNM 192/71 refere-se às prisões dos vinte e três militantes e simpatizantes durante os meses de março a maio de 1971.

¹⁵⁴ Segundo o jornal, “o Grêmio vencia o Vitória por 1 a 0, quando uma correria do lado das antigas ‘gerais’, na parte de cima, provocou pavor em vários setores simultaneamente, alastrando-se cada vez mais”. *Jornal da Bahia*, 05/03/1971, p. 1

Gomes facilitaria a prisão imediata de dois militantes dessa organização armada e, conseqüentemente, a prisão de mais 23 militantes e o desmantelamento do “aparelho” do MR-8, situado na Travessa Candeias, nº 13 no bairro da Liberdade, onde a policia teria apreendido material de imprensa, documentos falsos, mimeógrafo, máquina de escrever, documentos políticos e, até, armas e munições.¹⁵⁵

Como consta do depoimento do delegado Heleno Araújo Lima, Solange Lourenço Gomes aparentava um descontrole emocional:

No dia 6 de março, o Comissário Valmir Inácio Diniz, de plantão naqueles dias na Delegacia de Jogos e Costumes liga para o Delegado Heleno Araújo Lima, dizendo que, nessa delegacia, se encontrava uma moça de nome Solange Lourenço Gomes, que se dizia subversiva e que desejava se apresentar às autoridades competentes, a fim de se desligar do movimento subversivo a que pertencia. De imediato, entraram em contato com o major Bião da Segunda Seção da Sexta Região Militar. O delegado afirmou ter notado que Solange se encontrava num estado de apreensão muito acentuado, bem como demonstrando determinado esgotamento físico. Em seguida, Solange foi encaminhada para a Polícia Feminina e, somente na segunda-feira, dia 8, ela seria apresentada às autoridades militares. Entretanto no domingo pela manhã, Solange foge da Polícia Feminina, pulando vários muros e sendo presa na Av. Sete de Setembro, não apresentando qualquer resistência aos policiais. (BNM 192/71, p. 5, 308-309, 1682).¹⁵⁶

Os depoimentos de José Carlos Souza e Juca Ferreira demonstraram que essas primeiras prisões do MR-8 não implicariam na desestruturação completa da organização, porque, nesse momento, teriam funcionado as medidas que compartimentavam as estruturas urbana e rural:

Todos da organização que caiu eram ligados a Solange [Lourenço Gomes], todos os quadros ligados a Solange vão terminar caindo, inclusive eu estive por pouco para cair, porque eu era ligado à direção, ao outro ramo da direção [aparelho da Caixa D'Água] que era coordenado por João Lopes Salgado [...] Era uma estrutura independente, essa estrutura não ameaçou a nossa estrutura de campo, as duas estruturas eram diferentes, eram estanques [...] Eu fui saber que Solange tinha sido presa um mês depois, não houve importunamento da outra banda da organização. (SOUZA, 16/11/01).¹⁵⁷

Configuradas as prisões de quase toda a estrutura de Salvador, continuavam as investigações dos órgãos de segurança. O segundo momento das prisões do MR-8 teria sido definitivo no que se refere à completa desestruturação dessa organização em Salvador. Antes, porém, colocaremos algumas questões que consideramos relevantes. Já que as “quedas” da

¹⁵⁵ Para acompanhar os desdobramentos da situação de Solange Lourenço Gomes, ver: CARVALHO (1998, p. 301-306). Sobre as conseqüências das confissões de Solange Gomes, ver também JOSÉ (2000b, p. 117-122); BNM 192/71 p. 29-38, 57-71, 87-95, 1681; Jornal da Bahia, 28/05/71 p. 1.

¹⁵⁶ Ver: CARVALHO (1998, p. 301-306); JOSÉ (2000b, p. 117-122).

¹⁵⁷ Juca Ferreira, também reiterou em relação á rigidez das estruturas e afirmou, na época, desconhecer a vinda de Lamarca para o interior da Bahia.

estrutura de Salvador não implicavam na identificação dos militantes ligados à base rural, como a repressão, em 5 de agosto de 1971, reconheceu e prendeu José Carlos Souza, na Avenida Sete de Setembro, durante um encontro com César Queiroz Benjamim?¹⁵⁸ Se pensarmos nas constantes investigações da repressão e na falta de segurança logo após as prisões ocorridas entre março e maio desse ano em Salvador, como se explica dentro dessa conjuntura o MR-8 ter escolhido a Bahia para esconder Lamarca? Para essas questões, os entrevistados afirmaram tratar-se de um caso de infiltração. Emiliano José e Ruy Cerqueira disseram que o informante teria sido um militante da base do MR-8 em Feira de Santana, provavelmente, Carlos Orleans de codinome “Pacote”. (CERQUEIRA, 2002; JOSE, 2000 b).¹⁵⁹

José Carlos Souza, relatando a sua prisão, também identifica o seu possível informante:

Quando eu fui preso, já era o último momento da organização em Salvador, eu estava indo embora para uma área de campo, não sei dizer, qual era a área de campo que eu iria, [...] mas, antes, eu passei a tarde toda com Cesinha [César Queiroz Benjamim] fazendo uma radiografia da organização. Ele estava chegando para assumir a direção na cidade [...] a repressão, provavelmente, não conhecia a minha cara, então eu fui preso porque eu fui identificado por “Pacote” que saiu da organização e passou a colaborar [...] (SOUZA, 16/11/01).¹⁶⁰

Onde teriam começado as pistas que levaram ao cerco de Carlos Lamarca? Por certo, que a prisão de José Carlos Souza, considerando as intensas sessões de torturas e interrogatórios, facilitaria as investigações da polícia acerca de Carlos Lamarca. (JOSÉ, 2000b; SOUZA, 16/11/01; BNM 51/71, p. 57-62). Todavia, o relatório da Operação Pajussara, apontou, como pista inicial, as cartas de Carlos Lamarca – escritas na forma de um diário do período entre 29 de junho e 16 de agosto de 1971 – dirigidas a Iara Iavelberg e apreendidas no Rio de Janeiro, em poder de César Queiroz Benjamim. Nessas cartas são reveladas, além de seu amor por sua companheira, análises sobre a política nacional e internacional da época e uma constante autocrítica da luta armada. Isolado, Carlos Lamarca descreve a sua vida no sertão da Bahia. Em algumas passagens deste diário, Lamarca escreve “luar deste sertão”, em outras, menciona sobre “esta água cristalina, fresquinha” e também descreve que “estou me acostumando com pouca água, o deslocamento aqui é penoso, devido

¹⁵⁸ José Carlos Souza foi o militante envolvido com a preparação da “área rural” e responsável pela condução de Carlos Lamarca e Iara Iavelberg do Rio de Janeiro para a Bahia.

¹⁵⁹ Ver ainda depoimentos de José Carlos Souza e Juca Ferreira.

¹⁶⁰ Ver também BNM 192/71, p. 582-583; BNM 52/71, p. 51-52.

à vegetação espinhosa, é preciso andar agachado”. (SOUZA, 2000, p. 279; RELATÓRIO DA OPERAÇÃO PAJUSSARA, 1971, p. 3, 37). O relatório anotou esses fatos, concluindo que eles confirmariam a probabilidade de Lamarca ainda se encontrar no interior da Bahia, pois a data de seu último registro era de 16 de agosto, portanto, onze dias após a prisão de José Carlos Souza, da qual Lamarca já tinha conhecimento. Em decorrência desses fatos, começaram a chegar a Salvador os primeiros agentes do CIEX, CISA e CENIMAR, aumentando as investigações sobre Lamarca. (RELATÓRIO DA OPERAÇÃO PAJUSSARA, 1971, p. 3, 37).

Naturalmente, a situação se complicaria com a evolução dos acontecimentos após a morte de Iara Iavelberg, fato que também foi lembrado no relatório como importante para o cerco a Lamarca. Numa ação coordenada pelo coronel Luiz Arthur de Carvalho, superintendente da Polícia Federal, juntamente com agentes do DOI-CODI da 6ª. Região Militar, no dia 20 de agosto, a polícia prenderia também Jaileno Sampaio e Nilda Carvalho Cunha, na rua Minas Gerais, 125, Edifício Santa Terezinha, apartamento 201, no bairro da Pituba, cujo desfecho seria o suposto suicídio de Iara Iavelberg. (JOSE, 2000b; BNM 192/71, p. 602-605; JORNAL DA BAHIA, 19 e 20/09/71).¹⁶¹

Entretanto, de acordo com a investigação de Percival de Souza, a pista inicial seria a apreensão de uma nota fiscal de material de *camping*, comprado numa loja. Como a mercadoria continuava guardada na loja, esperou-se que alguém retornasse para resgatar a encomenda. A pessoa que voltou à loja, capturada, teria informado o contato de Lamarca na capital da Bahia. (SOUZA, 2000).

As investigações se intensificaram e, no dia 27 de agosto, chegou em Brotas de Macaúbas a equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, agentes do DOPS e OBAN, de São Paulo, mais agentes do CISA, do CENIMAR e do CIEX - começava a “Operação Pajussara”, comandada pelo major Nilton de Albuquerque Cerqueira, com um total de 215 homens. (JOSÉ, 2000b; RELATÓRIO DA OPERAÇÃO PAJUSSARA, 1971). No dia seguinte, a casa do pai de José Campos Barreto, na Fazenda Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas, foi cercada pelos agentes de segurança e, após intensos tiroteios com os agentes de segurança, morreram Luís Antonio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto. O outro irmão de José Campos Barreto, Oldericó Campos Barreto, foi ferido no rosto e na mão e capturado pelos

¹⁶¹ O caso de Iara Iavelberg, companheira de Carlos Lamarca, suscitou intensas discussões e controvérsias na Comissão Especial, vinculada ao Ministério da Justiça, para analisar os casos sobre mortes de causas não-naturais, com motivação política, ocorridas “em dependências policiais ou assemelhadas”, entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. De acordo com o parecer da Comissão Especial sobre a morte de Iara Iavelberg, “não é possível saber o que realmente aconteceu”. (MIRANDA, 1999, p. 405-408).

agentes. (JOSÉ, 2000b; BNM 52/71, p. 41-42, 72-74, 134-152, 639-641; RELATÓRIO DA OPERAÇÃO PAJUSSARA).

Contrariando a versão corrente em alguns livros e notícias da imprensa sobre o suposto suicídio de Luís Antonio Santa Bárbara, foram encontrados, na pesquisa do processo de Olderico Campos Barreto, indícios que nos convidaram a refletir sobre uma perspectiva oposta, compatível com as investigações da Comissão Especial, vinculada ao Ministério da Justiça. (BNM 52/71, p. 85, 225-233, 363-371).¹⁶² O relatório final de 10 de novembro de 1971 informa que, “[...] no encalço de Carlos Lamarca e “Jesse”, codinome de José Campos Barreto, veio a encontrar Luiz Antonio Santa Bárbara, Otoniel e Olderico Campos Barreto, e que em virtude de terem reagido à bala, no momento da prisão, vieram a morrer os dois primeiros, ficando ferido o último.” (BNM 52/71, p. 85; CERQUEIRA, 2002).

O depoimento de um agente envolvido na captura de Carlos Lamarca informa também que, “[...] com a chegada dos reforços, foi iniciada a perseguição aos referidos terroristas, dessa perseguição resultou terem eles reagido à bala, dois dos quais vieram a morrer durante o tiroteio travado: Luis Antonio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto” (grifo nosso). (BNM 52/71, p. 41). Dessa forma, os termos acima sublinhados e também este: “recebidos à bala pelos subversivos” sugerem uma desconfiança na versão de suicídio, amplamente divulgada. (BNM 52/71, p. 364, 368).¹⁶³

Diante das prisões anteriores em Salvador, da chegada dos agentes na Fazenda Buriti, das mortes de Luiz Antônio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto e da prisão de Olderico Campos Barreto, os órgãos de segurança estreitavam o cerco em torno de Carlos Lamarca e José Campos Barreto, obrigando-os a iniciar uma fuga que perdurou de 28 de agosto a 17 de setembro. Finalmente, no dia 17 de setembro de 1971, numa ação coordenada pelo major Nilton Cerqueira, morrem os dois guerrilheiros, quando descansavam embaixo de uma árvore,

¹⁶² A versão do suicídio foi divulgada a partir do livro de JOSE (2000b), que foi a base e principal referência para o filme de Sérgio Rezende. A versão do livro se baseou no depoimento de Olderico Campos Barreto, quem teria ouvido dos policiais que Luis Antonio S. Bárbara havia se suicidado, já que Olderico, ferido e capturado, nada viu; e, também, numa interpretação do relato dos meninos que estavam no quarto onde caiu Luiz Antonio Santa Bárbara. Mas a versão oficial é de morte durante o confronto com policiais de acordo com o relatório final do processo de BNM 52/71, p. 17,41, 85, 225-233, 363-371 e também segundo MIRANDA (1999, p. 411-415).

¹⁶³ A versão, em discussão na Comissão Especial, considera, além desses documentos por nós mencionados, um novo depoimento anexado ao recurso e prestado em 3 de março de 1997 por Olival Campos Barreto, um dos meninos que estava no quarto em que foi encontrado morto Luiz Santa Bárbara; e mais os depoimentos de Paulo Roberto Silva Lima, ex-agente da Polícia Federal, prestado em 17 de julho de 1996, que teria ouvido da mãe de Luiz Antônio Santa Bárbara, Maria Ferreira Santa Bárbara, que a mão de seu filho estava vazada por um ferimento de bala. Em 18 de março de 1997, em declaração registrada em cartório, essa versão é confirmada, sendo juntada ao recurso, por considerar-se impossível a Santa Bárbara ter dado um tiro no ouvido, ao mesmo tempo em que feria a própria mão direita, a mão que atira. Outra questão levantada é sobre a natureza do calibre das balas: os depoimentos de agentes da Polícia Federal afirmam ter recolhido de Luiz Antonio Santa Bárbara um revólver de calibre 32, mas a perícia do Instituto Médico Legal teria encontrado uma bala de calibre 38 em seu corpo. MIRANDA (1996, p. 411-415).

uma baraúna, perto de Pintada, distrito de Ipupiara. (MIRANDA, 1996). A versão oficial da morte de Carlos Lamarca e José Campos Barreto, contida no relatório da Operação Pajussara e assinado pelo major Nilton Cerqueira, destaca que os guerrilheiros foram surpreendidos dormindo. Veremos, a seguir, alguns trechos deste documento:

Quando se aproxima das viaturas, cerca de 500 metros, o motorista Fumanchu, aos gritos, ofegante, chamou – “Major! Tem dois homens deitados debaixo da árvore”. Mais calmo, disse haver um rapaz informando que vira um homem deitado, com um saco e apresentando todas as características dos terroristas. Sem ser necessária nenhuma ordem, a pequena equipe, a exemplo de seu chefe, engatilhou suas armas e procurou se aproximar dos dois homens deitados. Cerca de 10 metros dos mesmos, em virtude de dois elementos da equipe terem se lançado através da caatinga, para encurtar caminho, provocando ruídos de mato quebrado, que despertou um dos terroristas, o qual exclamou: “Capitão” os homens estão aí!” Toda a equipe, a essa altura, já estava em linha. O elemento que falou começou a correr, iniciando-se então o tiroteio. O segundo levantou-se, tentando correr, carregando um saco. Esse foi abatido 15 metros à frente, caindo ao solo, enquanto o que dera o alarme, apesar de ferido, prosseguiu na fuga. Como permanecessem, ao lado do terrorista caído, dois agentes e só um estivesse perseguindo o “Jessé” [codinome de José Campos Barreto], o comandante do DOI determinou que o cabo auxiliasse aquele elemento, entregando-lhe para isso a sua metralhadora, pois a que o cabo portava estava quebrada: era uma INA. Pouco adiante, Jessé virou-se para o elemento que o perseguia e atirou-lhe uma pedra, recebendo então a última rajada. Ainda gritou “Abaixo a ditadura”, caindo morto.” (apud, MIRANDA, 1996, 421).¹⁶⁴

Com as condições de segurança da organização totalmente inadequadas, outros militantes, pouco a pouco, seriam presos ou deixariam o país. A saída da quase totalidade dos “quadros” do MR-8 do país, depois da morte de Lamarca e o encontro destes, em Santiago do Chile, com aqueles que haviam sido banidos anteriormente, aprofundariam um processo de autocrítica iniciado no Brasil por um grupo composto de aproximadamente dez pessoas, lideradas, segundo Juca Ferreira, pelos baianos Sérgio Landulfo Furtado, Elisabeth Rebelo Correia Lima e Maria Lúcia Santana Cerqueira e pelo próprio Juca Ferreira, o “grupo baiano”. Reunidos em Santiago do Chile, tendo em vista as perspectivas do momento, os exilados do MR-8 ampliam a crítica à prática militarista e propõem um retorno aos trabalhos políticos de massa. (FERREIRA, 31/05/02).

Sobre o posicionamento de crítica à luta armada, Ferreira reiterou que:

O grupo baiano tentou mostrar que não existiam as tais das condições objetivas, que a idéia da ação de vanguarda como exemplo mobilizador e indutor também não funcionariam. Pelo contrário, o Brasil estava vivendo um momento de crescimento econômico, e que o destino da gente era ser cercado e exterminado, se nós não corrigíssemos a tempo a trajetória. Mas a organização estava ainda, predominantemente, na direção favorável à manutenção da luta armada [...] Mas conseguimos trazer para nosso lado [do grupo baiano], Cid Queiroz Benjamim,

¹⁶⁴ A Comissão Especial, anteriormente mencionada, considerou execuções sumárias, as mortes de José Campos Barreto e Carlos Lamarca.

César Queiroz Benjamim e Franklin Martins. Fernando Gabeira e Vera Silvia Magalhães eu nem digo que eu ganhei por que eles já tinham a mesma perspectiva. (FERREIRA, 31/05/02).

Amílcar Baiardi saiu da prisão no final de 1971 e no ano seguinte entrou para o MR-8, já com uma posição de crítica à prática da luta armada. Ele deu cobertura para a saída do país de outros militantes procurados pela repressão. Esse depoente ratificou a movimentação do “grupo baiano”, inclusive ressaltando que essa iniciativa de recuo das ações armadas teria salvado muitas vidas. (BAIARDI, 08/06/02).

Um aspecto significativo que, possivelmente, teria possibilitado o sucesso dos trabalhos da repressão e a desestruturação das organizações armadas na Bahia, refere-se, sem dúvida, aos casos de infiltração (agentes do governo inseridos nas organizações guerrilheiras), em decorrência de falha de segurança. Essa temática, o General Cyro Guedes Etchegoyen abordou da seguinte forma:

Verificamos que o trabalho teria sucesso somente na base de infiltrações [...] o grande perigo desse tipo de trabalho é o ‘agente duplo’, e devemos ter tido alguns. Mas foi esse sistema que, evoluindo, destruiu as organizações subversivas. [...] Não foi a queda de Lamarca que acelerou o processo de decomposição das esquerdas revolucionárias. Quando isso ocorreu, ele não mais pertencia à VPR, organização já em extinção. Nesta fase, chegamos a ter muitos infiltrados no MR-8 e no PCB. Aí está a verdade sobre o nosso sucesso na neutralização das organizações de esquerda. E eles sabem disso. (apud D’ ARAUJO, 1994, p. 118).

O PCBR listou, em julho de 1970, algumas fragilidades das organizações revolucionárias, localizadas pelo regime militar:

Dificuldade de comunicação rápida entre as partes da organização, local e nacionalmente; ausência do controle diário sobre o militante; documentos escritos com detalhes orgânicos e planos; sistema de vida dos aparelhos que não corresponde aos hábitos da vizinhança e falta de compartimentação entre a frente de massa e a frente militar e entre os diversos setores da mesma frente [...] (PCBR, POLITICA DE ORGANIZACAO, 1970, p. 10).

Sobre a possibilidade de infiltração no PCBR, Paulo Pontes especulou que poderia ter sido uma pessoa da área médica, que se buscou recrutar, como precaução na época do assalto ao Banco da Bahia. Sobre isto, vejamos o que ele relatou:

Nós procuramos contato na área médica, no sentido de preparar uma possibilidade de termos alguém ferido na ação e termos a necessidade de serviço médico. Duas pessoas foram contatadas, uma que já era médico e que se dispôs, mais ou menos, mas não descartou a possibilidade, dizendo que só faria tudo especificamente dentro

da área profissional dele, e teve um outro que era um estudante de medicina que descartou de imediato. Eu fui falar com os dois, depois eu considerei que foi um contato precipitado. Quando eu falei quem éramos e o que gostaríamos de ter dele, ele ficou meio assustado, e não quis mais conversa. Então passou, ele não sabia como me encontrar, eu sumi da vista dele, e ele da minha. Aproximadamente um mês depois, ele insistiu para ter um contato de novo, como se tivesse havido um mal entendido entre nós. Eu ouvi falar, posteriormente, que teria sido esse rapaz, esse estudante de medicina que realmente se espantou, que não tinha nada a ver, que tinha sido um contato precipitado como eu tinha avaliado da primeira vez, que correu, foi à polícia e disse: "Olhe, me procuraram, mas eu não tenho nada a ver com isso". Ele deve ter levado uns gritos da polícia que disse: "Volte, procure ele, porque a gente quer saber quem é". E a partir daí ele teria tido um encontro comigo. A partir desse encontro que ele teve comigo, eu teria sido seguido até a minha casa. (PONTES, 08/04/00).

É preciso considerar que, quando se iniciam as apreensões em Salvador, as organizações de esquerda armada não conseguiram impedir as prisões futuras, configurando-se num forte indício de que a chamada “estanquização” dos setores, de um certo modo, não teria funcionado. Os oficiais da justiça, auxiliados pelos materiais apreendidos, durante os interrogatórios iam colhendo informações sobre outros militantes, os quais, uma vez presos, revelariam mais outros, e sucessivamente, provocando o “efeito cascata”. Dessa forma eles conseguiram mapear as organizações.

Na nossa investigação, encontramos um organograma do MR-8 (Anexo) - desenvolvido pela Polícia Federal baiana - contendo as ramificações entre a Frente de Trabalho Interno e Externo e o Setor de Camadas Médias e Estudantil, com seus respectivos dirigentes, militantes e simpatizantes. Ao confrontarmos esse organograma com as informações das entrevistas e os depoimentos dos processos, constatamos a sua equivalência e a abrangência do mapeamento dessa organização armada, desenvolvido pelos órgãos do regime militar, à frente das investigações acerca dos grupos de resistência baianos.

Com os dados disponíveis no **Projeto Brasil: Nunca Mais**, estima-se que cerca de vinte mil pessoas, durante o período ditatorial, sofreram a violência das torturas. Segundo Carlos Fico (2001, p. 25, 101), “[...] os crimes de tortura e assassinato de presos políticos foram cometidos com a conivência dos oficiais-generais responsáveis pelas diretrizes e operações de segurança interna”. Na Bahia, não teria sido diferente, constantemente, nossos entrevistados, ao narrarem as condições de suas prisões, reportaram-se às brutais coações físicas sofridas durante os interrogatórios, nos órgãos de segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O erro que nós cometemos, eu acho que todo mundo de uma maneira geral cometeu, foi o que nós chamamos de desvio militarista. Achar que um pequeno grupo iria substituir as massas, e que as massas viriam pelo exemplo. Se a massa viesse pelo exemplo, já não existiria Bangladesh, já não existiriam sociedades, podemos dizer, injustas.”

Prestes de Paula

Acreditamos que a dissertação evidenciou, através da história da VAR-Palmares, do PCBR e do MR-8 em Salvador, que esta cidade não pode ser considerada como “área de recuo” **apenas**, confirmando a hipótese central apresentada no início deste trabalho. Não podemos negar que a resistência tenha ocorrido e a sua prática, assumido características diversas. A partir das considerações da estrutura e do funcionamento das organizações armadas estudadas, concluímos que o conceito de “área de recuo” não significou um impedimento à prática de ações armadas propriamente ditas, embora, em Salvador, tenham prevalecido outras formas de resistência.

Não podemos deixar de nos referir ao assalto ao Banco da Bahia e lembrar que o seqüestro do cônsul norte-americano planejado pelo PCBR na Bahia, ação de caráter armado, não ocorreu por motivos circunstanciais, verificamos, pelos depoimentos, que toda a estrutura necessária à sua realização estava montada, os planos levantados, sendo o grupo impedido de atuar unicamente porque a repressão os alcançou antes da realização de seus objetivos.

Podemos afirmar que Salvador foi também refúgio de militantes procurados pela repressão em outros estados, assim como tantas outras cidades brasileiras o foram. À guisa de exemplificação, o Rio de Janeiro e São Paulo foram “cidades recuos” para alguns militantes

que saíram da Bahia, numa dinâmica de troca de quadros por motivos de falta de segurança e, ainda assim, essas cidades tiveram um destacado enfrentamento armado.

Conclui-se, facilmente, que a oposição efetuada pela esquerda armada urbana em Salvador foi mais uma face da luta pela redemocratização do país, na qual estavam engajadas pessoas de todo o território nacional. Entretanto, diferentemente do que ocorreu em outras cidades brasileiras, aqui, predominaram as atividades de “agitação e propaganda” e, não se pode negar a corajosa participação desses jovens em tal enfrentamento que, apesar de todos os riscos, disseram “não” ao regime militar brasileiro, reagindo à sua violência, implementada violentamente pelo governo autoritário, notadamente após o AI-5, quando se intensificaram suas práticas repressivas. Em consequência dessa atuação, os militantes baianos foram exilados, presos, torturados, e efetivamente mortos pelos representantes do regime militar brasileiro que se instalou a partir de abril de 1964.

Interessante também foi a trajetória desses jovens. Insatisfeitos com a orientação política do PCB, por caracterizarem a opção deste como uma escolha pelas “vias pacíficas”, e entendendo que esse caminho não os conduziria à reconquista dos seus direitos políticos, romperam com o partido e criaram organizações guerrilheiras, cuja proposta era a derrubada, pelas armas, do regime autoritário vigente.

Impelidos à clandestinidade, ao confinamento em aparelhos, realizaram, apesar das adversidades e perigos, ações de pichações e panfletagens, discursos relâmpagos, assaltos, porém, sem atingir o seu alvo, dissociavam-se cada vez mais da sociedade pela qual lutavam e para a qual pretendiam restaurar a democracia. Ainda que tentativas de comunicação com as massas tenham existido, não foram eficientes, assim como no restante do país, para resgatar as organizações guerrilheiras da marginalidade à qual foram empurradas pelas circunstâncias da clandestinidade e pelo aumento da repressão.

Em sintonia com a resistência à ditadura, em âmbito nacional, lutaram pela reconquista de seus direitos políticos, porém, o faziam de forma isolada, como já foi dito, sem inserção na sociedade, fato que também aconteceu com as organizações de esquerda armada em outros estados. A nossa leitura sobre o fenômeno verificou a solidão desses guerrilheiros, e o seu isolamento, era uma luta de vanguarda, distante do resto do povo baiano, que terminou em trágica derrota. Porém, ainda que não tenham alcançado seus objetivos, essa derrota não impediu que o movimento estudantil baiano “ressurgisse” na segunda metade da década de 70, com a reconstrução das entidades estudantis a partir de 1973, a greve dos estudantes da

UFBA em 1975, e, no ano seguinte a realização de eleições livres nessa universidade. (OLIVEIRA, 2002).

Analisando alguns fatores relevantes para seu fracasso, incluímos a origem estudantil da maioria dos militantes das organizações armadas em Salvador e dos movimentos estudantis ocorridos nos anos de 1966-1968, que se reporta, predominantemente ao Colégio “Central”, além da Escola Técnica Federal da Bahia e Colégio Estadual Severino Vieira. Nesse pequeno “mundo”, quase todos se conheciam, circunstância que eminentemente contribuiu para a falência das medidas de segurança, aliado a isso, temos as prováveis infiltrações e a inobservância das regras por eles mesmos criadas, resultando em quedas sucessivas que levaram essas organizações armadas, a um processo de desarticulação, culminado pelas mortes de Carlos Lamarca e José Campos Barreto, um triste epílogo para o MR-8 na Bahia, cuja desestruturação já havia se iniciado em março de 1971.

Jovem, entre 20 e 25 anos, sexo masculino, branco e estudante. Foi esse militante que, ainda “garoto”, foi às ruas durante os anos de 1966 e 1968, seguiu armado contra um sistema repressor e violento, perdendo sua juventude nas cadeias e enfrentando a tortura e a morte em nome de um ideal. Esse perfil, visualizado pela pesquisa nas três organizações armadas, dá partida a muitos questionamentos, os quais, nosso trabalho não se propõe investigar neste momento, mas achamos essencial o apresentar, para ilustrar, para dar uma “cara” aos militantes baianos, o que de alguma forma contribui com o nosso objetivo neste trabalho, qual seja, o de compreender **como** aconteceu a resistência armada em Salvador, com o propósito de poder auxiliar na construção da memória da esquerda guerrilheira baiana.

Outro fato importante merece ser mencionado, o destacado papel das mulheres nas três organizações pesquisadas que, apesar da predominância masculina, foram parte essencial nesse momento da história, impondo uma liderança influente e memorável. A imprescindível contribuição de mulheres na luta revolucionária foi lembrada pelo Partido Comunista Brasileiro, que, em seu “Informe de Balanço do Comitê Central do VI Congresso” de 1967, destaca:

É grande a capacidade de ação política das mulheres. Sua mobilização muito contribuirá para o reforçamento da luta contra a ditadura. É necessário, com este fim, organiza-las sob diversas formas, para a luta por suas reivindicações próprias, contra as discriminações sociais e jurídicas que as colocam em situação de inferioridade na vida brasileira, pela igualdade de direitos da mulher trabalhadora, pela proteção à maternidade e a infância.

(Informe de Balanço do Comitê Central do VI Congresso, 1967, p. 153)

Ao final do percurso que fizemos, o que teria restado? Mudamos alguma atitude, confirmamos hipóteses? Alteramos certezas? Cabe a outros pesquisadores a tarefa de aprofundar os estudos que ora se iniciam. Um dos propósitos que nos atribuímos foi o de levantar alguns questionamentos, de lançar a centelha, humilde contribuição que, esperamos, seja aproveitada em pesquisas futuras sobre o tema.

Para nós valeu a pena, a emoção de compartilhar, mesmo as lembranças mais dolorosas que, vez ou outra, um ex-militante externava, e poder aprender com a riqueza das experiências relatadas nos depoimentos. Optamos por encerrar esta dissertação com um trecho do depoimento de um dos protagonistas desta história, Renato José Affonso de Carvalho, quem, como tantos outros militantes, foi preso e torturado, entretanto, afirmou que “[...] faria tudo de novo, é bom deixar isso claro, que a nossa história, não é minha, é nossa história, ela é a história de uma geração, que agiu e reagiu estimulada pelos problemas do seu tempo [...] não podíamos imaginar que muitas das nossas avaliações na época eram equivocadas, mas, nós travamos as nossas lutas, foi um bom combate, fomos derrotados, e, foi uma derrota muito séria [...] perdemos muitas oportunidades, mas isso faz parte do jogo, alguém vai saber aproveitar isso e dar uma forma muito mais conseqüente a todo o nosso estímulo. O que ficou, na verdade, de mais importante são os estímulos, os erros políticos, esses, vocês vão corrigir, tenho certeza”.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTOS, PROCESSOS E JORNAIS

Biblioteca do Estado da Bahia

- a. Jornal A Tarde – anos de 1966 a 1971
- b. Jornal da Bahia – 1966 a 1971

Arquivo Edgard Leuenroth (Fundo Brasil: Nunca Mais – UNICAMP)

1. Processos:

BNM 052/71; 091/70; 192/71; 212/70; 271/70; 612/70

BNM 363/70 (Processo sobre o PC do B na Bahia)

2. Anexos:

CAMINHOS DA GUERRILHA – LAMARCA, OUTUBRO DE 1969 – N. 777

AOS MILITARES – LAMARCA, MARÇO DE 1970 – N. 5.495

SOBRE POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO - PCBR, AGOSTO DE 1969

SEQÜESTRO X TORTURA – LAMARCA, NOVEMBRO DE 1969 – N. 721

ESTATUTOS DO PCBR, ABRIL DE 1968 – N. 5.202

O CAMINHO ARMADO – PCBR, JUNHO DE 1969 – N. 5.200

RESOLUÇÃO SOBRE A FRENTE ÚNICA – PCBR, AGOSTO DE 1969 – N. 5.165

POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO DO PCBR, JULHO DE 1970 – N. 5.214

AUTOCRÍTICA – PCBR, NOVEMBRO DE 1970 – N. 5.620

AUTOCRÍTICA – PCBR (SUGESTOES A DIREÇÃO NACIONAL), 1970 – N. 5.573

RAÍZES IDEOLÓGICAS DE NOSSOS ERROS - PCBR, AGOSTO DE 1969 – N. 5.565 e 7.114

LINHA DE MASSAS – PCBR, JULHO DE 1970 – N. 5.148

LUTA DE CLASSE, PCBR - ANO III, N. 5, JULHO DE 1970 – N. 5.604
 LUTA DE CLASSE, PCBR – ANO I, N. 1, OUTUBRO DE 1968 – N. 5.605
 UMA AUTOCRÍTICA – VAR-PALMARES, OUTUBRO DE 1969 – N. 796

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Setor “Terrorismo” – Pasta 12, caixa 596 - Relatório da “Operação Pajussara”

Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro (AMORJ) – Universidade Federal Fluminense

1. VAR-PALMARES

QUESTÕES SOBRE A IMPRENSA, ABRIL DE 1970.
 RESOLUÇÕES SOBRE AGITAÇÃO E PROPAGANDA ABRIL, 1970
 SOBRE A LUTA IDEOLÓGICA, ABRIL, 1970
 DEBATES – SOBRE JUSTIÇAMENTO, ABRIL, 19/70
 A PROCURA DE SAÍDAS, JULHO, 1970
 TRIBUNA DE DEBATES, SETEMBRO DE 1970; JANEIRO, 1971
 NOTA DE UMA DISCUSSÃO, NOVEMBRO DE 1970
 ARMA DA CRÍTICA (ESPECIAL), NOVEMBRO DE 1970
 AMÉRICA LATINA, N. 6, ANO IV, NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1970
 NOTA DE UMA DISCUSSÃO, NOVEMBRO DE 1970
 UNIÃO OPERÁRIA , ANO I, 1970, N. 3, 4, 5, 7
 A PROCURA DE SAÍDAS, JULHO DE 1970
 RESOLUÇÃO SOBRE A LUTA INTERNA, DEZEMBRO DE 1970

2. MR-8

LINHA POLITICA, ABRIL DE 1969 (DI-GB)
 ARMA DA CRITICA, NOVEMBRO DE 1970.
 ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA, JANEIRO DE 1971
 RESISTENCIA, N. 28 – ANO II, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 1970

Arquivo pessoal de Amílcar Baiardi

PROCESSO N. 29/970 – C, AUDITORIA DO ESTADO DA GUANABARA, 07/05/1970.

Arquivo pessoal de Jurema Sarno

PEÇA TEATRAL “AVENTURAS E DESVENTURAS DE UM ESTUDANTE” (mimeo.)

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS¹⁶⁵

VAR-Palmares

1. Amílcar Baiardi, Salvador, realizada em 16/08/02
2. Carlos José Sarno, realizada em 29/09/01 e 26/03/02
3. Israel Oliveira Pinheiro, 31/03/00
4. Jurema Ribeiro Valença, 28/07/01
5. Rui Pinto Paterson, 08/06/02
6. Ubiratan Castro de Araújo, 29/09/00 e 04/10/00

PCBR

1. Antonio Prestes de Paula, 10/08/01 e 04/08/01
2. Dirceu Régis Ribeiro, 06/07/01
3. Paulo Pontes da Silva, 28/08/99 e 08/04/00
4. Renato Jose Affonso de Carvalho, 22/06/99
5. Suzana Maranhão (concedida por Renato De Lavecchia, o qual não informou a data da entrevista)

MR-8

1. João Luis da Silva Ferreira (Juca Ferreira), 18/04/02 e 31/05/02
2. João José Reis, 27/04/01
3. José Carlos Souza, 16/11/01
4. Pedro Juracy Damasceno, 28/03/02
5. Renato Amorim da Silveira, 19/03/02

¹⁶⁵ A exceção de Suzana Maranhão todos os depoimentos foram coletados em Salvador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves. Os anos de chumbo: memória da guerrilha, In: **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. FERREIRA, Marieta de Moraes (et al.), Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. Visões da luta: as diferentes análises sobre a atuação das esquerdas brasileiras no período militar, In: **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 1, 2001.

AEL. **Cadernos do AEL: Tempo de Ditadura**. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, No. 14/15, 2001.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de Almeida. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar, In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **História da Vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**, Vol. 4, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ALVES, Maria Helena. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

AMADO, Janaína. O Grande Mentiroso: tradição, veracidades, imaginação em História Oral. **História**. v. 14. São Paulo, 1995

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de M. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANDERSON, Perry. El marxismo de Régis Debray, In: **Monthly Review**, n. 55, ano V, p. 22-29, Chile, 1968.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1982.

ARAÚJO, G. Luiz. A Revolução Cubana e a Teoria dos Focos Insurreccionais, In: **Revista da Civilização Brasileira**, p. 85-108, Rio de Janeiro, 1968

ARONDE, Julio & TORRES, Simon. Debray y la experiencia cubana, In: **Monthly Review**, n. 55, ano V, p. 1-21, Chile, 1968.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

BENEVIDES, Sílvio. **Proibido Proibir: Uma geração na contramão do poder – O Movimento Estudantil na Bahia e o Jovem.** Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, FFCH/UFBA, 1999.

BERQUÓ, Alberto. **O Seqüestro Dia a Dia: A Verdadeira História do Seqüestro do Embaixador Americano Charles Elbrick.** Editora Nova Fronteira, 1997.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue.** 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BNM. **Projeto Brasil: Nunca Mais.** “Projeto A”, Tomo IV, As Leis Repressivas, Arquidiocese de São Paulo, 1985.

BORBA, Marco Aurélio. **Cabo Anselmo: A Luta Armada Ferida por Dentro.** Rio de Janeiro: Global Editora, 1990

BOBBIO, Norberto, et al, **Dicionário de Política**, vols. 1 e 2, 4ª ed., Ed. UNB, Brasília, 1990.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política,** São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BOOTH, Wayne C. & COLOMB, Gregory G. & WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BORGES FILHO, Nilson. **Os militares no poder.** São Paulo: Ed. Acadêmica, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política : laços permanentes. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 12, No. 23/24, setembro de 1991/agosto de 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos,** 3ª Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Brasil: Nunca Mais, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

Brasil: Nunca Mais - Perfil dos Atingidos. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 1988.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**, Salvador: Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, FFCH/UFBA, 2003.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história: para ler a história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CAPELATO, Maria Helena. **Os Arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista – 1920-1945**, São Paulo: Brasiliense, 1988a.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988b.

CARONE, E. (Org.) **Movimento Operário no Brasil, 1964-1984**, São Paulo: DIFEL, 1984.

CARONE, E. (Org.) . **O P. C. B. (1964-1982)**, vol. III, São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Apolônio de. **Vale a Pena Sonhar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CASTRO, Celso, D'Araújo, Maria Celina & SOARES, Gláucio Ary Dillo. **Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão**. São Paulo: Editora Delume Dumará, 1994.

CERQUEIRA, Ruy. **Santa Bárbara: O Estudante da Guerrilha – A vida e a trajetória política de único estudante de Feira de Santana que se tornou guerrilheiro**. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2002.

CHAGAS, Fabio André Gonçalves. **A Vanguarda Popular Revolucionária: dilema e perspectiva da luta armada no Brasil (1968-1971)**, Franca, Dissertação de Mestrado, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, 2000.

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997.

CONTREIRAS, Hélio. **Militares: confissões - Histórias Secretas do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COSTA, Albertina O. (org.). **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CUNHA, Maria de Fátima da. **A face feminina da militância clandestina de esquerda: Brasil anos 1960/70**. Campinas, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 2002.

D' ARAÚJO, Maria Celina (et alii). **Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução**. São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, s.d

DEBRAY, Régis. **Ensayos sobre América Latina**. México: Ediciones Era, 1969.

Documentos do Partido Comunista Brasileiro (1960-1975). Lisboa: Avante, 1976.

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do estado - ação política, poder e golpe de classe**, 3a. edição, Petrópolis: Vozes, 1981.

ESCARIZ, Fernando. **Porque Theodomiro fugiu: última entrevista na prisão, integra do depoimento na clandestinidade**, Salvador: Emita Serviços Gráficos, 1979.

FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu Conheci: 20 anos de clandestinidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FARIAS, Ignez Cordeiro de. Um troupiér na política: entrevista com o general Antonio Carlos Muricy, In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

FENELON, Déa Ribeiro. O papel da história na historiografia moderna. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (org.). **(Re) Introduzindo História Oral no Brasil**, São Paulo: USP, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. Carlos Marighella: revolução e antinomias. In: NOVA, Cristiane, NOVOA, Jorge (orgs). **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. São Paulo: UNESP, 1999.

FERREIRA, Elisabeth F. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Elisabeth F. Xavier. O Autoritarismo, a Guerrilha Urbana e a Violência, In: **Revista Tempo**, vol. 1, p. 141-165, Rio de Janeiro, 1996.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

FICO, Carlos. Algumas notas sobre historiografia e historia da ditadura militar, In: **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 1, 2001

FON, Antônio Carlos. **Tortura: A História da Repressão Política no Brasil**, Global Editora/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1965.

FRANCO, Augusto. O Paralelo Militar na Política, In: **Teoria e Política**, p. 71- 105, São Paulo, dezembro de 1990.

FREDERICO, Celso. (org.). **A Esquerda e o Movimento Operário (1964-1984)**, São Paulo: Novos Rumos, São Paulo, V. 1, 1987.

GABEIRA, F. **O que é isso companheiro?** 34. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GARCIA, Marco Aurélio. MR-8: uma historia de zigue-zagues – os destinos de uma autocrítica, In: **Em Tempo**, n. 98, janeiro de 1980. p. 12-13.

GARCIA, Marco Aurélio. PCBR: da formação a tentação militarista, In: **Em Tempo**, n. 93, dezembro de 1979, p. 10.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLIN, Tau. (Introdução). **III Internacional Comunista: manifestos, teses e resoluções do 3º. Congresso.** Vol. 3, São Paulo: Cadernos de Formação Marxista. Brasil Debates, 1989.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Memórias das Trevas**, São Paulo: Geração Editorial, 2001

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo: Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia.** São Paulo: Ática, 2000.

GUEVARA, Ernesto Che. **La Guerra de Guerrillas**, Havana, Biblioteca Del Socialismo No. 96 - JUCAR, 1977.

GUEVARA, Ernesto Che. **Política.** Eder Sader (org.), Coleção Grandes Cientistas Sociais, Vol. 19 São Paulo: Ática, 1981.

GUEVARA, Ernesto Che. **Diário da Bolívia**, San Sebastian: Equipo editorial, 1968.

GUIMARAES, Antonio Sérgio. **A Formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930 a 1964).** Salvador, Dissertação de Mestrado, Mestrado em Ciências Sociais, FFCH/UFBA, 1982.

GUIMARAES, Ari. **As eleições baianas de 1970.** Salvador, Tese apresentada a concurso de professor Titular de Ciência Política da faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 1973.

HISTÓRIA DA UNE. Depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980, v. 1.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**, São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina.** São Paulo: Cortez, 1998.

JOSE, Emiliano. **Galeria F: Lembranças do mar Cinzento.** São Paulo: Casa Amarela, 2000a.

_____ e MIRANDA, Oldack. **Lamarca, o capitão da guerrilha.** 8. Ed. São Paulo: Global, 2000b.

JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar**, São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

LAMARCA, Carlos. Diário de Carlos Lamarca, 29 de junho-16 de agosto de 1971, In: Folhetim, No. 543, P. B1-B12, **Folha de São Paulo**, 10/071987.

LANG, Alice Beatriz da Silva Godo. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIRHY, José C. Sebe B. (org.) **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã/OSP, 1996.

LENIN, V. I. **O Que Fazer?**, in – Obras Escolhidas, Vol. I, São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

LEX (Coletânea de Legislação), Legislação Federal, ANO XXXII, novembro/dezembro de 1968, Editora São Paulo, 1968.

LIMA, Marcelo Ayres Camurça. **Os “Melhores Filhos do Povo”**: Um Estudo do Ritual e do Simbólico numa Organização Comunista – O Caso do MR-8. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

LUDWIG, Selma Costa. **Mudanças na vida cultural de Salvador (1950-1970)**. Salvador, Dissertação de Mestrado, Programa de Ciências Sociais, FFCH/UFBA, 1986.

MANFREDINI, Luiz. **As Moças de Minas** - Uma História Oral dos Anos 60. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1989.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. São Paulo: Ed. Unicamp/REVAN, 1998.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964-1968)**, Campinas: Papyrus, 1987.

MATTEDI, Maria Rachel M., **As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional**. Dissertação de Mestrado, Programa de Ciências Sociais, FFCH/UFBA, Salvador, 1979.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (org.). **(Re) Introduzindo História Oral no Brasil**, São Paulo: USP, 1996.

MIR, Luís. **A Revolução Impossível: A Esquerda e a Luta Armada no Brasil**. Editora Best-Seller, 1994.

MIRANDA, Nillmário & TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. São Paulo: Boitempo, Perseu Abramo, 1996.

MORAES, P. de., REIS F., Daniel A., **1968: a paixão de uma utopia**, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim de. (org) **História do marxismo no Brasil**. Campinas: UNICAMP, v. 3, 1998.

NETO. Antonio Ozai. **A história das tendências**. São Paulo: SBC, 1980.

NÓVOA, Jorge e NOVA, Cristiane. **Carlos Marighella: um homem por trás do mito**, Ed. UNESP, 1999.

NUNES, Geraldo. **Cala o peito, cala o beijo, cala a boca: Calabouço**. São Paulo: Editora Avante, 1980.

OKUCHI, Nobuo. **O Sequestro do Diplomata: Memórias**. Editora Estação Liberdade/Primus, 1989.

OLAS – Organização Latinoamericana de Solidariedade. A declaração da OLAS. In: **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. LOWY, Michel (org.) São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. **O Ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70**. Salvador, Dissertação de Mestrado, Programa de Ciências Sociais, FFCH/UFBA, 2002.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)** 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1978.

OLIVEIRA JR., Franklin. **Paixão e Revolução: capítulos sobre a história da AP**. Recife, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

PATARRA, J. L. **Iara**: Reportagem Biográfica. 3. Ed. Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos, 1992.

PELLICIOTTA, Mirza M. Baffi. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH, UNICAMP, 1997.

PETRAS, James. Debray: revolucionário ou o 'elitista'?, In: **Monthly Review**, p. 36-46, Chile, novembro de 1968.

PIETROCOLA, Luci Gati. **Anos 60/70**: o viver entre parênteses: a perseguição política aos revolucionários e suas famílias. São Paulo: USP, 1995. (Tese de Doutorado).

PINTO, Luiz Hossanah Oliveira. **O assalto na cidade do Axé**: evolução da criminalidade urbana em Salvador entre 1960 e 1989. **Salvador**, Dissertação de mestrado, Mestrado em História, FFCH/UFBA, 1996.

POLARI, Alex. **Em Busca do Tesouro**: uma ficção política vivida, Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**: História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1979.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente, In: **Revista Projeto História**, São Paulo, No. 14, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

PRADO Jr. Caio, **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História** – Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

RAMOS, Alcides Freire. Intelectuais de esquerda e a luta contra a ditadura militar brasileira (1964-1970), In: **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 1, 2001.

REIS Filho, Daniel Aarão. **As organizações comunistas e a luta de classes – 1961-1968**, São Paulo, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, USP, 1987.

REIS Filho, Daniel Aarão. **68: A Paixão de uma Utopia**, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

REIS Filho, Daniel Aarão & FERREIRA DE SÁ, Jair. **Imagens da Revolução** - Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS Filho, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPq, 1990

REIS Filho, Daniel Aarão. (org). **Versões e Ficções: O Sequestro da História**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

REMON, René. “Uma história presente.” In: Remond, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RIBEIRO, Octávio (Pena Branca). **Por que eu traí: confissões de Cabo Anselmo**. 5. Ed. São Paulo: Global, 1984.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O Fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 2, 1990.

RIDENTI, Marcelo Siqueira . **Os trotskistas e a guerrilha no Brasil** (mimeo.)

RISÉRIO, Antonio. **Avant-garde na Bahia**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.

RODRIGUEZ, Matilde. As mulheres guerrilheiras do Brasil e da Argentina, década de 60 e 70: uma análise comparativa da literatura, In: **Estudos de História**, vol. 8, n. 1, p. 91-106, Franca, São Paulo, 2001.

ROLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil:** o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROSA, Lílian Rodrigues de Oliveira. Comunistas em Ribeirão Preto: uma experiência com história oral, In: **Estudos de História**, v. 3, p. 53-78, Franca, 1996.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências de revolução cubana na esquerda brasileira. In: **História do marxismo no Brasil**. REIS FILHO, Daniel Aarão (et alli). Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1991.

SANFELICE, Jose L. **O movimento estudantil e a UNE na resistência ao golpe de 64**, Cortez Editora, 1986.

SANTOS, Andréa Cristina. **Memória da Resistência:** Perfil Biográfico dos Desaparecidos Políticos Baianos na Guerrilha do Araguaia. Projeto Experimental do Curso de Graduação em Comunicação Social-Jornalismo. FACOM/UFBA, 2001.

SEGATTO, Sergio Antonio. **Breve História do PCB**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Antonio Ozai da. **História das Tendências no Brasil:** Origens, Cisões e Propostas. 2 ed. SP: DAG gráfica e editorial, s/d.

SILVA, Márcia Pereira da. História e fontes orais: a memória de jovens e estudantes francanos dos anos 60, In: **Estudos de História**, Franca, v. 4, n. 1, p. 173-181, 1997.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários:** Memórias da Guerrilha Perdida, 8ª ed. São Paulo: Global, 1983.

SOUZA, Percival de. **Autópsia do medo:** vida e morte do delegado Sergio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

SOUZA, Percival de. **Eu, cabo Anselmo**. Rio de Janeiro: Globo, 1999.

STALIN, Josej. **Materialismo dialético e materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1987 (Bases 10).

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. São Paulo: alfa-Ômega, 1977.

TAVARES, Flávio. **Memórias do Esquecimento**. São Paulo: Ed. Globo, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

USTRA, Carlos Brilhante. **Rompendo o silêncio**. Brasília: Editerra, 1987.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou: A aventura de uma geração**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Versões e Ficções: O Sequestro da História (vários autores). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Hucitec, 1982.

WESCHLER, Lawrence. **Um Milagre, um Universo - O Acerto de Contas com os Torturadores**. Companhia das Letras, 1990.

WORONTSOV, Madeleine. **Lenine e a Imprensa**, Antídoto, Coleção Argumentos, 1977.

WORSLEY, Peter. Teoria Revolucionaria: el Che Guevara e Debray. In: **Monthly Review**, p. 28-64, Chile, novembro de 1968.

APÊNDICE

Apêndice

As tabelas abaixo têm como base a totalidade dos militantes identificados ao longo da pesquisa, incluídos os militantes DI-BA, e, por isso, indicam o perfil da militância baiana nos anos 1968 a 1971:

Tabela dos Militantes por Sexo

Total	%	Sexo Masculino	%	Sexo Fêminino	%
112	100	90	80,3	22	19,6

Tabela dos Militantes por Sexo e Ocupação

Total	%	Estudantes	%	Outros	%	Não Identificados	%
MASCULINO	90	42	46,6	11	12,2	37	41,1
FEMININO	22	16	72,7	01	4,5	05	22,7
TOTAL	112	58	51,7	13	11,6	42	37,5

Tabela dos Militantes por Sexo e Cor da Pele

Total	%	Branca	%	Clara	%	Morena Clara	%	Morena	%	Parda	%	Mulata	%	Preta	%	Não Identificados	%
MASCULINO	90	31	34,4	02	2,2	00	00	05	5,5	06	6,6	01	1,1	02	2,2	43	47,7
FEMININO	22	11	50	00	00	01	4,5	04	8,2	00	00	00	00	00	00	06	27,2
TOTAL	112	42	37,5	02	1,7	01	0,9	09	8,0	06	5,3	01	0,9	02	1,7	49	43,7

Tabela dos Militantes por Sexo e Faixa Etária

Total	%	16-19	%	20-25	%	26-30	%	Não Identificados	%
MASCULINO	90	05	5,5	37	41,1	07	7,7	41	36,6
FEMININO	22	03	13,6	10	45,5	02	9,1	07	31,8
TOTAL	112	08	7,1	47	42,0	09	8,0	48	42,8

ANEXO

ANEXO A

Inserimos nesta dissertação os seguintes anexos para ilustrar algumas passagens do texto:

- Fragmentos da peça teatral *Aventura e desventuras de um estudante*.de autoria de Carlos Sarno.
- A mensagem divulgada pela imprensa na ocasião do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick pela DI-GB em setembro de 1969.
- Fragmentos do jornal *Resistência* do MR-8.
- Fragmentos do jornal União Operária da VAR-Palmares.
- Organograma do MR-8 na Bahia encontrado no BNM 192/71